HABERMAS, DISCURSO E ORGANIZAÇÕES

VOLUME 4

INTERAÇÃO, TRABALHO E DISCURSO

CLÓVIS RICARDO MONTENEGRO DE LIMA
ORGANIZADOR

SALUTE

Imagem: Mario Gentil Costa

CLÓVIS RICARDO MONTENEGRO DE LIMA

(Organizador)

HABERMAS, DISCURSO E ORGANIZAÇÕES

Volume 4

INTERAÇÃO, TRABALHO E DISCURSO

Rio de Janeiro
2019

SALUTE

© 2019 EDITORA Salute

Este trabalho está licençiado sob a Licença Atribuição-Não Comercial 3.0 Brasil da Creative Commons. Para ver uma cópia desta licença, visite http://creativecommons.org/licenses/bync/3.0/br ou envie uma carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, California, 94041, USA.

Organizador: Clóvis Ricardo Montenegro de Lima.
Diagramação: Andreza dos Santos.
Capa: Tirza Cardoso Ferreira Rodrigues Vargas.
Imagem da capa: Mario Gentil Costa.
Revisão: Dos autores.

I811i

Interação, trabalho e discurso. Organização Clóvis Ricardo Montenegro de Lima. Rio de Janeiro: Salute, 2019. Vol. 4 (Habermas, discurso e organizações).
160 p.
ISBN: 978-85-68478-10-3

1. Habermas, Jurgen. I. Lima, Clóvis Ricardo Montenegro de, org. II. Título.

CDD 193

Ficha catalográfica elaborada por Andreza dos Santos – CRB 14/866.

Agradeço a Maria Nélida González de Gomez
e Flávio Beno Siebeneichler,
por me apresentar e orientar os estudos de Habermas.

Dedico este trabalho aos meus pais,
Clóvis e Regina (em memória),
meus irmãos, Cássio, Carlos e Célia
e meus filhos, Eduardo e Nicolas.

PREFÁCIO

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima tem se mostrado um pesquisador incansável, especialmente na aplicação do pensamento de Habermas às organizações, com o objetivo de tratar da informação na administração de tais instituições, como hospitais, universidades e centros de pesquisa. Dono de uma capacidade comunicativa abrangente, Clovis foi capaz, ao longo dos últimos anos, de agregar ao redor de si estudantes e pesquisadores renomados, com os quais, no melhor espírito da racionalidade discursiva, mantém franco diálogo, e, principalmente, sólida pesquisa relevante para área da Filosofia e da Informação.

Como se sabe, instituições são redutoras de complexidade, mediante a estruturação de funções específicas para prestações também específicas. Não obstante, tal especialização redutora da complexidade que se estrutura como burocracia não pode ir ao ponto de inflexionar as aberturas discursivas necessárias para que elas se renovem e, principalmente, se justifiquem. Dito claramente, tais organizações precisam manter vínculos com o mundo vivido. É precisamente nesse diapasão que o presente volume 4, **Trabalho, interação e discurso** da série **Habermas, discurso e organizações**, aporta estudos fundamentais nessa direção, especialmente no trato da informação.

A preocupação com o lugar da cultura de rede e da comunicação nos dias atuais dá a tônica dos textos, de forma abrangente, mas sem perder o foco para os objetivos específicos da pesquisa apresentada. Os estudos são teoricamente bem embasados, atuais, mas também prospectivos. Não descuram de uma preocupação crítica, mas são capazes de ver os potenciais emancipatórios represados no já existente.

Há esforço editorial evidente na organização da coletânea. Os textos portam conexões e interpelações recíprocas. Nele se pode ver o trabalho de direção e orientação da pesquisa que Clóvis fez.

Por certo, o texto é uma contribuição das mais importantes para os estudos interdisciplinares sobre a informação e as organizações e é publicado em momento oportuno e importante. O que se pode almejar é que venham mais contribuições como esta.

Delamar José Volpato Dutra

APRESENTAÇÃO

A publicação destas coletâneas visa mostrar de modo organizado os resultados de 10 anos de pesquisas para uma teorização critica da informação, a partir da Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas, investigando e discutindo suas aplicações, principalmente na administração de organizações complexas como institutos de pesquisa, universidades e hospitais. Espera-se contribuir para a administração das organizações, particularmente no que se refere à melhoria de processos e a inovação. Este trabalho faz parte das atividades desenvolvidas como pesquisador do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT a partir de abril de 2009.

A investigação parte do pressuposto de que as organizações se constituem e funcionam reduzindo a complexidade das relações sociais, particularmente no que se refere à redução das dinâmicas de comunicação, em combinação com a racionalização estratégica dos seus processos. Uma das formas privilegiadas de redução da complexidade da comunicação é através da estruturação dos fluxos de informação, que reduz a comunicação à perspectiva do observador externo.

A redução da complexidade pode ser adequada para organizações e processos produtivos simples. Os fluxos estruturados de informação funcionam para a repetição de funções, como em procedimentos operacionais. Entretanto, eles parecem ser insuficientes e inadequados para melhoria de processos e inovações tecnológicas em organizações complexas.

Organizações mais complexas precisam de grande autonomia dos seus trabalhadores e os seus usuários participam ativamente dos processos produtivos. Isto é particularmente relevante em organizações focadas na produção e no uso intensivo de saberes e tecnologias. Nestes casos parece ser necessário ampliar as dinâmicas complexas das organizações, de modo a que se fortaleçam a solidariedade e a colaboração.

É partir destes pressupostos que são investigadas, analisadas e discutidas as melhorias de processos e a inovação, relacionando-as com as dinâmicas de informação e comunicação. A Teoria do Agir Comunicativo abre possibilidades éticas e políticas de ir além da reprodução das formas hegemônicas da economia capitalista, constituindo processos éticos e políticos em que os sujeitos se singularizam, conquistam autonomia e podem colaborar.

Espera-se contribuir para melhor compreensão crítica dos novos paradigmas de informação e comunicação, particularmente no contexto das organizações complexas, contextualizando-a no processo de construção da sociedade de bem-estar. Ao mesmo tempo a melhor compreensão da melhoria de processos e da inovação pode contribuir para maximizar resultados substantivos nos esforços para reduzir desigualdades sociais e econômicas no país e para promoção do bem-estar social.

Este trabalho evidencia que a mudança de perspectiva da filosofia da consciência para a filosofia da linguagem, especialmente com o uso das Teorias do Agir Comunicativo e do Discurso de Habermas, constitui-se em poderoso instrumento de crítica do trabalho com informação e da administração da informação em organizações. O abandono da visão funcionalista e instrumental pode ser compensado por uma reconstrução dos modos de ação nos contextos organizacionais a partir dos recursos dos mundos da vida dos seus participantes, mais amplos e mais complexos do que a visão do observador não participante e do participante não-critico.

A abordagem discursiva crítica pode contribuir para uma abordagem racional ampliada das organizações. A primeira grande questão sobre o uso da Teoria do Agir Comunicativo é exatamente a possibilidade real desta abordagem racional comunicativa dentro das organizações. Cabe recordar

que no agir comunicativo em sentido fraco o entendimento mútuo significa apenas que o ouvinte compreende o conteúdo da declaração de intenção ou da solicitação e não duvida de sua seriedade. A base do entendimento mútuo eficaz para a coordenação de ação é a aceitação da pretensão de veracidade levantada para declaração de intenção ou solicitação, pretensão autenticada pela racionalidade reconhecível de uma decisão.

O discurso e as argumentações são como ilhas ameaçadas de se verem submersas pelas ondas no oceano de uma prática onde o modelo da solução consensual dos conflitos de ação não é de modo algum dominante. Os meios de entendimento mútuo não cessam de se verem desalojados pelos instrumentos da violência. Assim, o agir que se guia por princípios éticos tem que se arranjar com os imperativos resultantes das imposições estratégicas. É nesta espécie de restrições ao discurso que o poder da história se faz valer em face das pretensões e interesses transcendentes da razão.

Outra questão relevante parece ser como é que os participantes de uma interação podem coordenar seus planos de ação, evitando conflitos e o risco de uma ruptura da interação. Na ação orientada para o sucesso a coordenação das ações de sujeitos que se relacionam depende do modo como se dão os cálculos de ganhos egocêntricos. O grau de cooperação e a estabilidade resultam das faixas de interesses dos participantes. No agir comunicativo são harmonizados os planos de ação sob a condição de um acordo existente ou a se negociar sobre a situação e as consequências esperadas.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 2019.

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima.

SUMÁRIO

Capítulo 1

A DISCUSSÃO CRÍTICA DO TRABALHO EM HABERMAS..... 11
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima.

Capítulo 2

A REINVENÇÃO DA ESFERA PÚBLICA: OS DISCURSOS EM REDE, RECONHECIMENTO E POLÍTICA DELIBERATIVA 27
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima; Marcio Gonçalves.

Capítulo 3

OS AMBIENTES WIKI: INTERAÇÃO, DISCURSO E GENEROSIDADE NAS REDES SOCIAIS... 40
Bruno Lara de Castro Manso; Clóvis Ricardo Montenegro de Lima; Márcio Gonçalves; Mariana Meirelles.

Capítulo 4

NOTAS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA DO TRABALHO IMATERIAL A PARTIR DA TEORIA DO AGIR COMUNICATIVO..... 50
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima.

Capítulo 5

COMISSÃO DA VERDADE: OS DOCUMENTOS E A VALIDEZ DO DISCURSO..... 60
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima; Dayo de Araujo Silva Côrbo

Capítulo 6

INTERAÇÕES MEDIADAS PELA LINGUAGEM, ORGANIZAÇÕES E SOCIEDADE: RACIONALIDADE COMUNICATIVA E INTEGRAÇÃO DISCURSIVA..... 74
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima; Marianna Zattar; Mariangela Rebelo Maia.

Capítulo 7

INFORMAÇÃO E POLÍTICA DE DEFESA: O DEBATE NO BRASIL APÓS 1988..... 87
Angélica Behenck Ceron; Clóvis Ricardo Montenegro de Lima.

Capítulo 8

VALIDAÇÃO DISCURSIVA DA INFORMAÇÃO 103
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima; Márcio Gonçalves.

Capítulo 9

UMA CRÍTICA AO MODO DE GOVERNANÇA DOS STAKEHOLDERS NO MARCO CIVIL DA INTERNET NO BRASIL 118
Clovis Ricardo Montenegro de Lima; Sissiliana Bethania del Rocio Vilchez de Rabanal; Tirza Cardoso Ferreira Rodrigues Vargas.

Capítulo 10

50 ANOS DO GOLPE MILITAR DE 1964: A BUSCA PELA VERDADE DAS JUSTIÇAS DE TRANSIÇÃO..... 129
Bárbara Martins Zaganelli; Clóvis Ricardo Montenegro de Lima; Márcia Feijão de Figueiredo.

Capítulo 11

FÁBRICAS RECUPERADAS: UMA ABORDAGEM DISCURSIVA E PRAGMÁTICA DA AUTOGESTÃO 139
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima; Mariangela Rebelo Maia; Vinícios Souza De Menezes.

SOBRE OS AUTORES 155

PUBLICAÇÃO ORIGINAL DOS ARTIGOS 159

Capítulo 1

A DISCUSSÃO CRÍTICA DO TRABALHO EM HABERMAS

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima

Resumo: Nesta seção busca-se destacar a discussão crítica do trabalho na obra de Jürgen Habermas. São selecionadas três abordagens distanciadas no tempo, escolhidas por representar diferentes momentos nesta discussão. A primeira delas é a discussão que Habermas faz das categorias dialéticas da linguagem, do trabalho e da interação na formação do Eu a partir das lições do espírito de Hegel em Iena. Neste trabalho, publicado em 1967, o fi lósofo destaca a prioridade da linguagem e a relevância das relações entre trabalho e interação para compreender a formação do Eu. A segunda abordagem é naquela realizada na Teoria do Agir Comunicativo, publicada em 1981, que demarca a guinada lingüística de Habermas. É pertinente dizer que esta obra construída em dois volumes densos é concluída com a discussão com Marx, após dialogar com Durkheim, Weber, Mead e Parsons, entre outros. Cada uma destas discussões tem a função de contribuir para a construção da teoria de Habermas. Na sua conclusão o autor discute com Marx, procurando fazer uma crítica da teoria do valor e destacar os elementos para uma teoria crítica da sociedade. A terceira abordagem é feita a partir de um artigo que reproduz a conferência realizada por Habermas nas Cortes Espanholas em 1984. Neste artigo parte-se do esgotamento das energias utópicas da sociedade do trabalho para desenvolver um programa político. Neste programa destaca-se o papel dos dissidentes da sociedade industrial para mudar as relações entre os meios de regulação social: o poder, o dinheiro e a solidariedade. Nesta mudança a solidariedade construída discursivamente pode ir além da defesa dos mundos da vida ameaçados, implicando confl itos de poder nas arenas das práticas comunicativas do cotidiano.

As dialéticas da linguagem, do trabalho e da interação

Nas lições do espírito de Hegel em Iena, as categorias linguagem, instrumento e família designam os três modos básicos de relações dialéticas: a repntareseção simbólica, o processo de trabalho e a interação que tem lugar com base na reciprocidade. Estas categorias estabelecem a mediação entre o sujeito e objeto, cada qual à sua maneira. Não são etapas constituídas segundo a mesma lógica, mas em diferentes formas da própria construção. Habermas (2009, p. 12) afi rma que "não é o espírito no movimento absoluto da refl exão sobre si mesmo que também se manifesta na linguagem, no trabalho e na relação ética, mas é precisamente a relação dialética de simbolização lingüística, de trabalho e de interação que determina o conceito de espírito".

Hegel abandona a dialética do Eu e do Outro no âmbito de uma intersubjetividade do espírito, no qual não é o Eu que se comunica consigo como com o seu Outro, mas o Eu que comunica com o

Outro eu enquanto Outro. A autoconsciência em Hegel está além da relação da refl exão solidária, em prol da relação complementar dos indivíduos que se conhecem. A experiência da autoconsciência não fi gura como originária, mas resulta da interação em que o Eu aprende a se ver com olhos de outro sujeito. A consciência de si deriva de um entrelaçamento de perspectivas. Hegel não responde à questão da origem da identidade do Eu com uma fundamentação da autoconsciência que em si mesma se recolhe, mas com uma teoria do espírito. O espírito não é o fundamento que subjaz à subjetividade do si mesmo na autoconsciência, mas o meio em que um Eu se comunica com outro Eu e a partir do qual, como de uma mediação absoluta, constituem-se ambos reciprocamente como sujeitos. A consciência existe como meio em que os sujeitos se encontram, de tal modo que, sem se encontrarem, não podem existir como sujeitos (HABERMAS, 2009, p. 15).

Hegel concebe o Eu como a identidade do universal e do particular. O Eu é o desdobramento desta unidade, da totalidade ética. Hegel não escolhe o termo arbitrariamente, pois espírito, que na linguagem cotidiana aparece como espírito de um povo ou de uma época, está sempre por cima da subjetividade da autoconsciência solitária. O Eu como identidade do universal e do particular só se pode conceber a partir da unidade de um espírito que integra a unidade do Eu com um Outro, que com ele não é idêntico. O espírito é a comunicação dos particulares por meio da universalidade, que se comporta como a gramática de uma língua em relação aos falantes, ou como um sistema de normas vigentes relativamente aos indivíduos agentes, e que não salienta o momento da universalidade diante da individualidade, mas garante sua conexão peculiar. No meio de semelhante universalidade (que Hegel chama de universal concreto), os particulares podem se identifi car uns com os outros e conservar-se ao mesmo tempo como não idênticos uns com os outros (HABERMAS, 2009, p. 16).

O conceito do Eu como identidade do universal e do particular está dirigido contra aquela unidade abstrata da consciência pura, que a si se refere, própria da percepção originária, na qual Kant estabelece a identidade da consciência em geral. A experiência fundamental da dialética, que Hegel desenvolve no conceito do Eu, provém não do âmbito experimental da consciência teórica, mas da consciência prática. Hegel entende a autoconsciência a partir da interação própria do agir complementar, isto é, como resultado de uma luta pelo reconhecimento, e olha o conceito de vontade autônoma como abstração peculiar relativamente à ética dos indivíduos que se comunicam. Ao pressupor na sua fi losofi a prática a autonomia, da mesma maneira que na sua fi losofi a teórica pressupõe a identidade da autoconsciência, Kant desterra a ação ética do âmbito da moralidade (HABERMAS, 2009, p. 20).

Em Kant, a universalidade das leis morais tem em vista a obrigação intersubjetiva em geral, e a abstração da validade geral conexa com a concordância a priori. As leis morais são abstratamente universais no sentido de que, ao valerem para mim como gerais, têm de se pensar como válidas para todos os seres racionais. Sob tais leis a interação dissolve-se em ações de sujeitos solitários e autossufi cientes, cada um dos quais deve agir como se fora a única consciência existente. A intersubjetividade da validez das leis morais, admitida a priori mediante a razão prática, permite a redução do agir ético à ação monológica. A relação positiva da vontade com as vontades dos outros é subtraída à comunicação possível e substituída pela concordância transcendental necessária de atividades teleológicas isoladas, que obedecem a leis universais abstratas. A ação moral em Kant apresenta-se como um caso especial de ação estratégica (HABERMAS, 2009, p. 21-22).

Habermas (2009, p. 23) afi rma que “o agir estratégico distingue-se do agir comunicativo que ocorre sob tradições comuns, em virtude da decisão entre possibilidades alternativas de escolhas

poder e ter de ser tomada de forma fundamentalmente monológica, isto é, sem um entendimento". No agir estratégico se eliminam os problemas da ética, que só podem surgir no contexto da comunicação entre atores e de uma intersubjetividade que se forma sobre a base sempre ameaçada do reconhecimento mútuo. Hegel não conecta a constituição do Eu com a refl exão do Eu solitário sobre si mesmo, mas a concebe a partir dos processos de formação, isto é, da comunicação de sujeitos opostos. Assim, o decisivo não é a refl exão, mas o meio em que se estabelece a identidade do universal e do particular. Hegel fala do meio pelo qual a consciência adquire existência. A partir destas considerações, Habermas diz esperar que Hegel "introduza o agir comunicativo como o meio em que se realiza o processo de formação do espírito autoconsciente".

Hegel se serve do exemplo da convivência num grupo primário, da interação no seio da família, para construir a "herança familiar" como o meio existente de formas recíprocas de comportamento. Hegel desenvolve duas outras categorias como meio de formação: linguagem e trabalho. Esses três tipos dialéticos fundamentais são heterogêneos. A linguagem e o trabalho como meios do espírito não se deixam reduzir à experiência da interação e do reconhecimento mútuo.

A linguagem em Hegel não abrange a comunicação dos sujeitos que atuam e convivem, mas refere-se ao uso dos símbolos por parte do sujeito individual, que se confronta com a natureza e que dá nome às coisas. Só com e na linguagem se separam para a consciência do ser da consciência e o ser da natureza. O espírito desperta do seu sonho quando o reino das imagens se traduz para o reino dos nomes. O espírito desperto tem memória: pode distinguir-se e ao mesmo tempo reconhecer o que foi distinguido. O símbolo tem dupla função enquanto nome das coisas: é representativo, mostra um objeto ou estado de coisas como um outro, e designa-o na sua signifi cação para nós. A consciência falante torna-se objetiva por meio deles e experimenta-se a si mesma neles como um sujeito. A conversão da natureza em mundo para um Eu requer que a linguagem proporcione dupla mediação: dissolução e manutenção da coisa instituída num símbolo que a represente e distanciação em que o Eu, por meio dos símbolos por ele mesmo gerados, está nas coisas e em si mesmo. A linguagem é a primeira categoria sob a qual o espírito é pensado como um meio que não dentro nem fora (HABERMAS, 2009, p. 24).

Hegel chama trabalho à forma específi ca da satisfação das necessidades, que distingue da natureza o espírito existente. O trabalho infringe a imposição do desejo imediato e suspende o processo de satisfação das necessidades. Assim como na linguagem o meio é constituído por símbolos lingüísticos, no trabalho é constituído por instrumentos, nos quais se sedimentam as experiências dos que trabalham com os seus objetos. Os instrumentos fi xam as regras segundo as quais se pode repetir, sempre que se quiser, a sujeição dos processos naturais. A dialética do trabalho estabelece a mediação entre o sujeito e objeto, mas não como uma dialética da representação. No início não se encontra a sujeição da natureza a símbolos, mas, inversamente, a sujeição do sujeito ao poder da natureza externa. O trabalho requer a suspensão da satisfação das necessidades imediatas do desejo e transfere as energias de realização para o objeto trabalhado, sob as leis que a natureza impõe ao Eu. Hegel fala que no trabalho o sujeito se transforma em coisa (HABERMAS, 2009, p. 25). A consciência, ao obter, com suas regras técnicas, o fruto não pretendido do trabalho, retorna a si mesma da sua coisifi cação e como consciência astuta que, na ação instrumental, vira contra a própria natureza a experiência adquirida no contato com os processos naturais.

A consciência astuta domina, mediante seus instrumentos, os processos da natureza. A astuta superação da natureza por meio do espírito objetivo amplia a liberdade subjetiva: o processo de trabalho desemboca na satisfação mediada das necessidades por meio dos bens de consumo

produzidos e na interpretação retroativamente alterada das próprias necessidades (HABERMAS, 2009, p. 26).

Os três tipos de relação dialética entre sujeito e objeto desenvolvidos por Hegel nas lições de Iena realçam, contra o Eu de Kant, os processos de formação da identidade construída da consciência que dá nomes, da consciência astuta e da consciência reconhecida. O Eu é concebido como resultado de um processo de trabalho que se modifi ca como o movimento da história universal. Hegel discerne que a identidade da autoconsciência não pode ser concebida como originária, mas apenas como fruto de um dever. Nas lições de Iena, Hegel desenvolve a tríplice identidade da consciência. Essas identidades constituem-se na dialética da representação, do trabalho e da luta pelo reconhecimento e desmentem as unidades abstratas da vontade prática, da vontade técnica e da inteligência (HABERMAS, 2009, p. 29).

Nesta discussão surge então a questão da unidade do processo de formação. O problema da conexão dessa organização dos meios põe-se com particular urgência, ao se pensar na história das infl uências da fi losofi a de Hegel e nas interpretações antagônicas, cada uma das quais escolhendo como princípio de interpretação um dos três tipos dialéticos fundamentais. Sob o título de linguagem, Hegel introduz o uso de símbolos representativos como primeira determinação do espírito abstrato. As duas outras determinações pressupõem necessariamente a primeira. A linguagem adquire existência como sistema de determinada tradição cultural. A linguagem entra no agir comunicativo, pois só as signifi cações intersubjetivamente válidas e constantes, que se obtém da tradição, facultam orientações com reciprocidade, isto é, expectativas complementares de comportamento. Assim, a interação depende das comunicações lingüísticas que se tornam familiares. A ação instrumental está inserida numa rede de interações e depende das condições marginais comunicativas de toda cooperação possível. Abstraindo do trabalho social, o ato solitário de uso de instrumento está referido ao uso de símbolos, pois a satisfação imediata dos impulsos não é interrompida sem distanciamento da consciência que dá nomes, relativamente aos objetos identifi cáveis. A ação instrumental é sempre, enquanto solitária, ação monológica (HABERMAS, 2009, p. 30-31).

Habermas (2009, p. 31) destaca que “mais interessante e de nenhum modo tão manifesta como a relação dos símbolos com a interação e o trabalho é a relação das outras duas determinações do espírito abstrato: a relação recíproca entre trabalho e interação”. As regras técnicas só se formam sob as condições da comunicação lingüística, mas nada têm em comum com as regras comunicativas da interação. Não é possível a redução da interação ao trabalho ou a derivação do trabalho a partir da interação.

A realidade institucional da identidade do Eu consiste em que os indivíduos se reconhecem mutuamente como proprietários, nas suas posses produzidas pelo trabalho e adquiridas pela troca. A posse enquanto substrato do reconhecimento provém dos processos de trabalho. No produto reconhecido do trabalho conectam-se assim a ação instrumental e a interação. Hegel constrói esta conexão nas lições de Iena como algo inteiramente óbvio. No sistema do trabalho social estabelece-se a divisão dos processos de trabalho e a troca dos produtos do trabalho. Chega-se assim à generalização tanto do trabalho como das necessidades. O trabalho de cada um é, quanto ao seu conteúdo, algo geral para as necessidades de todos. O trabalho abstrato produz bens para necessidades abstratas. O bem produzido recebe o seu valor abstrato como valor de troca. A troca de equivalentes é o modelo do comportamento recíproco. A forma institucional de troca é o contrato (HABERMAS, 2009, p. 32). A institucionalização da reciprocidade realizada na troca conseguese

pelo fato de a palavra pronunciada adquirir força normativa. A ação complementar é mediada por símbolos que fixam as expectativas obrigatórias de comportamento. Assim a relação do recíproco reconhecimento em que se funda a interação é regulamentada por meio da institucionalização da reciprocidade implicada na troca dos produtos do trabalho.

A institucionalização da identidade do Eu concebese como resultado de ambos os processos: do trabalho e da luta pelo reconhecimento. Os processos do trabalho pelos quais nos libertamos da imposição do poder imediato da natureza entram de tal modo na luta pelo reconhecimento que, resultado desta luta, na autoconsciência reconhecida, também fi ca incluído e fi xo o momento da libertação do meio do trabalho. Hegel associa o trabalho e a interação sob o ponto de vista da emancipação relativamente ao poder tanto da natureza externa quanto da natureza interna. Nem reduz a interação ao trabalho, nem o elimina na interação, mas tem em vista uma conexão de ambos, na medida em que a dialética da interação não pode se dissociar dos êxitos da ação instrumental e da constituição da consciência astuta. O resultado da libertação do trabalho insere-se nas normas, sob as quais atuamos de forma complementar (HABERMAS, 2009, p. 33).

Habermas (2009, p. 41) observa que Marx, sem ter conhecimento os manuscritos de Iena, "redescobre na dialética das forças produtivas e relações de produção essa conexão do trabalho e interação que atraíra o interesse fi losófi co de Hegel, estimulado pelos estudos econômicos". Numa crítica à Fenomenologia do espírito, Marx afi rma acerca de Hegel que este se situa no ponto de vista da economia política moderna, pois entende o trabalho como essência do homem que a si mesma se comprova. Nos Manuscritos de Paris encontra-se a frase de Marx:

> A grandeza da Fenomenologia de Hegel e o seu resultado fi nal [...] é que Hegel compreende a autogeração do homem como um processo, a objetivação como conversão em objeto, como alienação; que, portanto, capta a essência do trabalho e compreende o homem objetivo e verdadeiro, porque real enquanto resultado do seu próprio trabalho.

O próprio Marx tenta reconstruir o processo histórico de formação do gênero humano a partir das leis de produção da vida social. Encontra o mecanismo de mutação do sistema de trabalho social na contradição entre o poder de controle sobre os processos naturais acumulado pelo trabalho e o enquadramento institucional das interações reguladas de modo natural. Só que Marx não explicita a conexão entre trabalho e interação, mas sob o conceito de práxis social reduz um ao outro, a saber, a ação comunicativa à instrumental. A atividade produtiva que regula o metabolismo do gênero humano com a natureza circundante – do mesmo modo que na fi losofi a do espírito de Iena o uso dos instrumentos estabelece a mediação entre o sujeito que trabalha e os objetos naturais – esta ação instrumental transforma-se em paradigma para a obtenção de todas as categorias, e tudo se dissolve no movimento da produção (HABERMAS, 2009, p. 42).

Habermas (2009, p. 43) adverte que, atualmente, quando se tenta reorganizar os contextos comunicativos da interação, temos razões sufi cientes para manter separados trabalho e interação: o desencadeamento das forças produtivas técnicas não se identifi ca com a formação de normas que possam consumar a dialética da relação ética numa interação isenta de dominação, com base numa reciprocidade que se desenvolve sem coações: "A emancipação relativamente à fome e à miséria não converge necessariamente com a libertação a respeito da servidão e da humilhação, pois não existe uma conexão evolutiva automática entre trabalho e interação"..

Os erros de Marx e a teoria crítica da sociedade

Na *Teoria do Agir Comunicativo*, Habermas (1987, v. 2, p. 470) diz que o retorno a Marx se impõe por duas razões. Na primeira, a dinâmica de enfrentamentos de classe pode explicar a dinâmica imanente à burocratização, quer dizer, ao crescimento hipertrófi co dos subsistemas regidos por meios que tem por consequência a penetração dos mecanismos de controle monetários e administrativos no mundo da vida. Na segunda, a coisifi cação dos âmbitos do agir comunicativo estruturado não gera primariamente efeitos que podem ser considerados específi cos de classe. Os fenômenos que Max Weber deriva das tendências à burocratização não caracterizam de modo algumas situações de classe determinadas, mas das sociedades modernas em seu conjunto.

Lukács conecta a teoria da racionalização de Weber com a economia política marxista, de sorte que os efeitos laterais não específi cos de classe, que a modernização produz, podem ser entendidos como repercussões do confl ito de classe gerador de estruturas. Lukács deduz que a subsunção da força de trabalho à forma mercadoria é um tipo de objetividade que permite decifrar todas as formas de subjetividade das sociedades modernas. Se, como Weber, entende-se a racionalização das esferas de vida como institucionalização da ação racional orientada a fi ns, resulta natural generalizar a coisifi cação da consciência como expressão da razão instrumental e a visão de um mundo administrado, coisifi cado, em que se fundem racionalidade e dominação. Habermas (1987, v. 2, p. 470) afi rma que esta teoria social e política tem a vantagem de destacar os sintomas da distorção sistematicamente induzida nos âmbitos da vida estruturados comunicativamente, os quais não pode se considerar específi co de uma classe. Sua debilidade radica em derivar a erosão do mundo da vida da racionalização orientada a fi ns "demonizada" em razão instrumental.

Cabe destacar que a racionalidade comunicativa do mundo da vida, cujo desenvolvimento é consequência da racionalização das imagens do mundo, teve de se produzir com anterioridade à formação dos âmbitos de ação formalmente organizados. É essa racionalidade comunicativa que está refl etida na forma como a modernidade se compreende, e que oferece resistência contra a mediatização do mundo da vida pela dinâmica própria dos sistemas autonomizados (HABERMAS, 1987, v. 2, p. 471). Habermas afi rma que a superioridade de Marx está na análise de forma mercadoria. A análise do duplo caráter da mercadoria dá a Marx os fundamentos da teoria do valor, que permite descrever o processo de desenvolvimento das sociedades capitalistas da perspectiva econômica do observador como um processo de autorrealização do capital submetido a crises cíclicas; e simultaneamente, da perspectiva histórica dos afetados, como interação entre classes sociais cheia de confl itos:

> Mediante categorias da teoria do valor, a relação de intercâmbio da força de trabalho por capital variável, que é fundamental para a forma de produção e que é institucionalizada no controle de trabalho, pode explicar-se como mecanismo de controle de um processo de produção auto-regulado e ao mesmo tempo como uma relação de refl exão que nos permite entender o processo global de acumulação como um processo de exploração reifi cado, anônimo (HABERMAS, 1987, v. 2, p. 473, tradução nossa).

A base das relações de classe constitui-se agora da monetarização da força de trabalho. A força de trabalho se consome tanto em ações concretas e cooperação como em rendimento abstrato para o processo de trabalho formalmente organizado com vista à realização de capital. A força de trabalho como ação pertence ao mundo da vida dos produtos, e como rendimento ao interesse

funcional da empresa capitalista e do sistema econômico em seu conjunto. A relação de trabalho assalariado neutraliza o rendimento dos produtores diante do contexto que para suas ações representa o mundo da vida. Esta força de trabalho monetarizada, da qual o empresário se apropria como mercadoria extraída do contexto da vida do produtor, é o que Marx chama de trabalho abstrato. Marx explica o conceito de abstração real como objetivação das ações integradas socialmente que se produzem quando as interações não são coordenadas por meio de normas e valores ou através de processos de entendimento, mas sim através do meio valor de troca (HABERMAS, 1987, v. 2, p. 473-475).

É certo que Marx se move nos planos analíticos que representam sistema e mundo da vida, mas sua separação não está prevista em categorias política e econômica. Em Marx, a única forma de explicar a conexão entre os enunciados é pressupondo que entre a evolução sistêmica e a mudança estrutural do mundo da vida existe uma conexão lógica (no sentido de Hegel). Marx entende a unidade de sistema e mundo da vida segundo o modelo de uma totalidade ética desgarrada. Assim, o processo de acumulação desprendido de toda orientação conforme a valores de uso tem que se apresentar como aparência – o sistema capitalista não é outra coisa que o fantasma das relações de classe que se tornam anônimas e se convertem em fetiche. Marx concebe a sociedade capitalista como uma totalidade, e passa por cima do intrínseco valor evolutivo que possuem os subsistemas regidos por meios. Não se dá conta de que a diferenciação do aparelho estatal e da economia também representa um nível mais elevado de diferenciação sistêmica, que abre novas possibilidades de controle e impõe a reorganização das velhas relações feudais de classe. Este nível de integração tem uma importância maior do que a mera institucionalização de uma nova relação de classe. Em Marx a crítica teórica só necessita, assim parece, desfazer o encantamento baseado no trabalho convertido em abstração, no trabalho subsumido sob a forma mercadoria. Ela só necessitar liberar de sua limitação a subjetividade dos trabalhadores socializados na grande indústria, intersubjetividade paralisada pelo movimento do capital, para que se mobilize o trabalho vivo, o trabalho criticamente vivifi cado, contra o trabalho morto, e conduza ao triunfo do mundo da vida contra o sistema da força de trabalho (HABERMAS, 1987, v. 2, p. 479-480).

O erro de Marx, diz Habermas (1987, v. 2, p. 481), provém da dialética entre sistema e mundo da vida, que não permite uma separação sufi cientemente clara entre o nível de diferenciação sistêmica que a modernidade implica e as formas específi cas de classe que nesse nível se institucionaliza. Marx sucumbe à tentação da ideia de totalidade de Hegel e constrói dialeticamente a unidade do sistema e do mundo da vida como um todo falso. De outro modo, não teria se enganado sobre o fato de que toda sociedade moderna, qualquer seja sua estrutura de classe, tem de oferecer alto grau de diferenciação estrutural.

Uma segunda debilidade da teoria do valor está no fato de que Marx carece de critérios com que distinguir entre a destruição das formas tradicionais de vida e a coisifi cação dos mundos da vida pós-tradicionais. Em Marx, o conceito de alienação é aplicado sobre toda forma de existência dos trabalhadores assalariados. Com a metamorfose da força de trabalho em trabalho abstrato, o conceito de alienação pede sua determinação. O conceito não se refere a desvios em relação ao modelo de uma prática exemplar, e sim à vida instrumentalizada representada como fi m em sim mesma. A teoria do valor não oferece base para um conceito de coisifi cação que permita identifi car síndromes de alienação relativamente ao grau de racionalização do mundo da vida em cada caso. No mundo da vida largamente racionalizado, a coisifi cação só pode ser medida usando como critério as condições de socialização comunicativa em geral, e não a evocação nostálgica e muitas vezes romanticamente

idealizada do passado que representam as formas de vida pré-modernas (HABERMAS, 1987, p. 483).

Uma terceira debilidade da teoria do valor, segundo Habermas (1987, v. 2, p. 483-484), é a generalização de um caso especial de subsunção do mundo da vida sob os imperativos sistêmicos. Se a dinâmica de enfrentamentos de classe se faz derivar das "contradições fundamentais" entre trabalho assalariado e capital, os processos de coisifi cação não têm porque necessariamente ser vinculados apenas à esfera em que se originam – no mundo do trabalho. Marx não pode entender a metamorfose do trabalho concreto em abstrato como caso especial de uma coisifi cação das relações sociais induzida pelos sistemas, porque parte do modelo do ator que age de modo teleológico e que, ao ser despossuído de seus produtos, vê-se privado da possibilidade de desenvolver as potencialidades do seu ser. A teoria de valor obriga a situar a gênese da coisifi cação em nível inferior ao da interação e a tratar da deformação das relações interativas, adaptada ao meio de controle, que a tecnifi cação do mundo da vida dá lugar, como fossem fenômenos derivados. As debilidades observadas na teoria do valor esclarecem porque a crítica de economia política não tem permitido uma explicação satisfatória do capitalismo atual. São particularmente relevantes as limitações que se referem ao intervencionismo estatal, a democracia de massas e ao Estado de bem-estar social. Não se pode reduzir a relação de complemento entre economia e Estado em termos de representação trivial das relações entre infra e superestrutura.

Do modelo de dois meios de controle (o dinheiro e o poder) resulta insufi ciente uma teoria econômica da democracia. O poder necessita de uma institucionalização de mais alcance que o dinheiro. O dinheiro está vinculado ao mundo da vida por meio das instituições do direito privado burguês, e a teoria do valor-trabalho pode partir das relações de contrato entre assalariados e proprietários de capital. No caso do poder, não basta o equivalente no direito público que representa a organização da administração: é necessária a legitimação da dominação política (HABERMAS, 1987, v. 2, p. 487).

O sistema político se assegura da aprovação popular tanto por uma via positiva quanto por uma via seletiva, positivamente capitalizando as expectativas de cumprimento dos programas próprios do Estado, seletivamente excluindo determinados temas e assuntos da discussão pública. Isto pode ser feito por meio de fi ltros estruturais no acesso à esfera da opinião pública política, por meio das deformações burocráticas das estruturas de comunicação pública ou mediante um controle manipulador dos fl uxos de informação (HABERMAS, 1987, v. 2, p. 489-490).

Habermas (1987, v. 2, p. 497) observa que em Marx e em Lukács a teoria da coisifi cação é complementada por uma teoria da consciência de classe. Esta se volta, em termos ideológicos, contra as formas de consciência dominantes, e pretende para as partes não dominantes oportunidades de conhecimento privilegiadas. Contudo, atualmente são abundantes as evidências de que a teoria da consciência de classe perde suas referências empíricas. Além disto, não pode ser aplicada nas sociedades em que é cada vez menor a possibilidade de identifi car mundos da vida estritamente específi cos de classe.

A teoria da coisificação reformulada nas categorias de sistema e mundo da vida necessita ser completada com uma análise da modernidade cultural que substitua a antiga teoria da consciência de classe. Esta análise não serve de crítica ideológica, mas explica o empobrecimento cultural e a fragmentação da consciência cotidiana:

> O mundo da vida se constitui sempre na forma de um saber global intersubjetivamente compartilhado por seus membros; e sendo assim, o equivalente funcional que buscamos das ideologias de que não se pode mais dispor poderia simplesmente consistir no que o saber cotidiano que se apresenta sempre em forma totalizadora permanece difuso e, em qualquer caso, não chega a alcançar o nível de articulação de que exige do saber para poder ser considerado válido segundo os critérios da cultura moderna. A consciência cotidiana está despojada de sua força de síntese e está fragmentada (HABERMAS, 1987, v. 2, p. 409).

Habermas (1987, v. 2, p. 528-529) quer demonstrar que os processos de abstração real nos quais Marx havia centrado suas análises podem ser compreendidos sem a necessidade de dispor de um equivalente da teoria do valor. Com isto, volta a questão se na situação atual é necessário e possível falar em um substituto da teoria do valor, ao menos pelo ângulo em que esta permite relacionar sistema e mundo da vida. Marx entende o plexo sistêmico de autorrealização do capital como uma totalidade fetichista: isto dá lugar à exigência metodológica de que tudo aquilo que pode ser corretamente tido como uma descrição sistêmica deve poder ser decifrado como um processo de coisifi cação do trabalho vivo. A introdução do conceito sistêmico de sociedade por via de uma objetivação metodológica do mundo da vida, a partir da teoria da ação comunicativa, permite compreender a passagem da perspectiva do participante para a perspectiva do observador, que esta objetivação comporta. Ao mesmo tempo é uma explicação conceitual: sua fi nalidade é esclarecer o que signifi ca para a reprodução simbólica do mundo da vida que a ação comunicativa é revelada por interações regidas por meios, que a linguagem seja substituída por meios como o dinheiro e o poder em sua função de coordenar a ação. Entretanto, isto não resulta necessariamente em efeitos coisifi cadores. A ação baseada em um princípio distinto só tem como efeito a coisifi cação, isto é, a deformação patológica das infraestruturas comunicativas do mundo da vida, quando o mundo da vida não faz as funções afetadas, quando não pode, à diferença do que parece ocorrer com a reprodução material, delegar estas funções aos subsistemas de ação regidos por meios. Desta forma os fenômenos de coisifi cação perdem seu duvidoso status de fatores que podem deduzir-se de enunciados econômicos sobre relações de valor só com a ajuda de transformações semânticas.

Uma teoria da modernização capitalista a partir da Teoria do Agir Comunicativo se comporta criticamente tanto em relação às ciências sociais contemporâneas quanto a realidade social que elas querem apreender. É crítica em relação à realidade social na medida em que estas não fazem uso do potencial de aprendizagem de que dispõem culturalmente e se entregam ao descontrolado aumento da sua complexidade. A complexidade sistêmica não somente desgasta as formas tradicionais de vida, mas também ataca a infraestrutura comunicativa inclusive dos mundos da vida profundamente racionalizados. É crítica em relação às ciências sociais porque elas não são capazes de decifrar os paradoxos da racionalização social. A Teoria Crítica da sociedade não compete ante as orientações de investigação estabelecidas, mas sim explica em que consiste a limitação específi ca e também a vantagem relativa de cada uma (HABERMAS, 1987, v. 2, p. 530).

Habermas (1987, v. 2, p. 533) diz que uma teoria crítica da sociedade deve ser rigorosa na demonstração em detalhe das consequências do desacoplamento entre sistema e mundo da vida. Não se pode ser insensível ao que Marx chama de “abstrações reais”. Estas só podem ser abordadas por uma análise que considera simultaneamente a racionalização do mundo da vida e o aumento da complexidade dos subsistemas regidos por meios e que perca de vista a natureza paradoxal de suas interferências. Marx, ao falar de “abstrações reais”, não se refere somente aos paradoxos, que são percebidos pelos próprios participantes como deformações do seu mundo da vida, mas também dos paradoxos que apenas são acessíveis a uma análise da coisifi cação (ou da racionalização). Deste tipo

é o paradoxo em que exonerações sistemáticas, que a racionalização do mundo da vida possibilita, convertem-se em sobrecarga da infraestrutura comunicativa desse mundo da vida.

A fragilidade dos fundamentos da sua fi losofi a da história permite entender porque aquela tentativa de uma teoria crítica da sociedade desenvolvida em termos interdisciplinares estava condenada ao fracasso e porque Horkheimer e Adorno recortaram este programa, reduzindo-o às considerações especulativas sobre a "dialética do esclarecimento". As suposições do materialismo histórico sobre a relação dialética entre forças produtivas e relações de produção haviam se transformado em enunciados pseudonormativos sobre uma teleologia objetiva da história. A teleologia é considerada como a força impulsora da realização de uma razão que nos ideais burgueses havia interpretado a si mesma de forma equívoca. Esta teoria crítica só pode assegurar-se de seus fundamentos normativos na perspectiva de uma fi losofi a da história. Falta à primeira teoria crítica um âmbito objetivo claramente delimitado, como é a prática comunicativa cotidiana do mundo da vida, em que se encaram as estruturas de racionalidade e na qual podem ser identifi cados os processos de coisifi cação (HABERMAS, 1987, v. 2, p. 540).

A *Teoria do Agir Comunicativo* pode se assegurar do conteúdo racional das estruturas antropológicas profundas numa análise que inicialmente é apenas para reconstrução. Essa análise descreve estruturas de ação e de entendimento, que podem ser inferidas do saber intuitivo dos membros das sociedades modernas. A *Teoria do Agir Comunicativo* fecha o caminho de volta para uma fi losofi a da história que não é capaz de distinguir entre problemas de lógica evolutiva e problemas de dinâmica evolutiva. São necessárias duas abstrações: a do desenvolvimento das estruturas cognitivas em relação à dinâmica dos acontecimentos históricos e a da evolução social em relação à concretização histórica das formas de vida. Estas abstrações podem erradicar as confusões categoriais a partir da fi losofi a da história (HABERMAS, 1987, v. 2, p. 541-542).

A *Teoria do Agir Comunicativo* dá razões para os fundamentos normativos de uma teoria crítica da sociedade e representa uma alternativa à fi losofi a da história. Ela constitui um marco dentro do qual se podem retomar os estudos interdisciplinares sobre o tipo seletivo de racionalização que representa a modernização capitalista. Assim, as ciências sociais podem estabelecer relações de cooperação com uma fi losofi a que assume como tarefa realizar o trabalho preliminar de uma teoria da racionalidade. A fi losofi a muda de papel quando passa a cooperar com as ciências: ao contribuir com uma teoria da racionalidade, participa da divisão de trabalho com ciências que partem do saber pré-teórico de sujeitos que julgam, agem e falam competentemente e também dos sistemas de saber coletivos legados pela tradição, e cujo propósito é apreender as bases da racionalidade da experiência e do juízo, da ação e do entendimento lingüístico (HABERMAS, 1987, v. 2, p. 562-566).

As reconstruções empreendidas com meios fi losófi cos mantêm neste contexto um caráter hipotético. Em função de sua forte pretensão universalista, vêm-se remetidas a posteriores comprovações do tipo indireto. Ele pode acontecer por meio de reconstruções das pressuposições universais e necessárias da ação orientada para o entendimento, da fala argumentativa, da experiência e do pensamento objetivante, do juízo moral e da crítica estética, que entrem como parte de teorias empíricas cujo objetivo seja explicar outros fenômenos distintos. Uma fi losofi a que expõe seus resultados a tais comprovações indiretas tem de ser acompanhada da consciência falibilista de que a teoria da racionalidade pode esperar de uma afortunada coerência de fragmentos teóricos diversos (HABERMAS, 1987, v. 2, p. 567).

Habermas (1987, v. 2, p. 571) conclui que uma teoria crítica de sociedade que pretende universalidade para as categorias que usa, sabendo que não pode impô-las a seu objeto de forma

simplesmente convencional, não pode escapar da autorreferencialidade que Marx assinala no caso do conceito de trabalho abstrato. Esta abstração pela qual a determinação do trabalho se torna socialmente indiferente é interpretada como um caso especial de adaptação dos âmbitos de ação estruturados comunicativamente a interações regidas por meios, uma interpretação que decifra a deformação do mundo da vida com uma categoria distinta: a ação orientada para o entendimento. À categoria agir comunicativo se pode aplicar o que Marx disse para a categoria trabalho: mesmo para as categorias mais abstratas, apesar de serem válidas (precisamente por serem abstratas) para todas as épocas, na concretização e vigência que essa abstração adquire, são produto de relações históricas e só possuem plena validade para, e no seio de essas relações. A Teoria do Agir Comunicativo pode explicar porque isto ocorre: é a própria evolução social que deve gerar os problemas que objetivamente abram para seus contemporâneos um acesso privilegiado às estruturas gerais do mundo da vida.

A teoria da modernidade delineada a partir da Teoria da Agir Comunicativo permite dar conta do seguinte:

> Nas sociedades modernas os espaços de contingência para as interações desligadas de contextos normativos se ampliam até o ponto que tanto para formas desinstitucionalizadas de relação na esfera da vida privada como na esfera da opinião pública cunhada pelos meios de comunicação de massas 'se torna verdadeira na prática' a lógica própria da ação comunicativa. Ao mesmo tempo, os imperativos dos subsistemas autonomizados penetram no mundo da vida e impõem, por via da monetarização e da burocratização, uma assimilação da ação comunicativa aos âmbitos de ação formalmente organizados, e isto mesmo nos casos em que o entendimento segue sendo funcionalmente necessário como mecanismo de coordenação de ação. Talvez esta provocadora ameaça, um desafi o que põe em questão as estruturas simbólicas do mundo da vida em sua totalidade, explique porque estas são acessíveis precisamente a nós mesmos (HABERMAS, 1987, v. 2, p. 572).

O abandono dos conteúdos utópicos da sociedade do trabalho

No século XXI desenha-se panorama de ameaça global aos interesses da vida em geral: a espiral armamentista, o empobrecimento estrutural dos países em desenvolvimento, o desemprego e os desequilíbrios sociais crescentes nos países desenvolvidos, problemas com o meio ambiente sobrecarregado, altas tecnologias operadas às raias da catástrofe. As respostas dos intelectuais refl etem uma perplexidade não menor do que a dos políticos. Não é de forma alguma apenas realismo, se uma perplexidade aceita temerariamente coloca-se cada vez mais no lugar de buscas de orientação que apontem para o futuro. A situação pode estar objetivamente ininteligível (HABERMAS, 1987, p. 104-105).

As utopias sociais fundidas ao pensamento histórico — que interferem nos debates políticos desde o século XIX — apresentam a ciência, a técnica e a planifi cação como instrumentos promissores e seguros para controle da natureza e da sociedade. Contudo, precisamente essa expectativa foi abalada por evidências massivas. A energia nuclear, a pesquisa genética, a intervenção da biotecnologia no comportamento humano, a elaboração de informações e os novos meios de comunicação são técnicas de consequências intrinsecamente ambivalentes. Quanto mais complexos se tornam os sistemas necessitados de controle, tanto maiores as probabilidades de efeitos colaterais disfuncionais.

Habermas diz que não constitui surpresa que ganhem infl uência teorias desejosas de mostrar que as forças de onde a modernidade extrai sua autoconsciência e suas expectativas utópicas

transformam autonomia em dependência, emancipação em opressão, racionalidade em irracionalidade:

> Julgo infundada essa tese do surgimento da pós-modernidade. Nem a estrutura do espírito da época, nem o modo de debater as futuras possibilidades de vida se modifi caram; nem as energias utópicas em geral retiraram-se da consciência da história. Antes pelo contrário, chegou ao fi m uma determinada utopia que, no passado, cristalizou-se em torno do potencial de uma sociedade do trabalho (HABERMAS, 1987, p. 105).

Os clássicos da teoria social, de Marx a Weber, estão de acordo que a estrutura da sociedade burguesa molda-se através do trabalho abstrato: um tipo de trabalho remunerado, regido pelo mercado, aproveitado de forma capitalista e organizado empresarialmente. Como a forma desse trabalho abstrato desenvolve uma força tão percuciente que penetra todos os domínios, as expectativas utópicas também podem dirigir-se à esfera da produção, em suma, para a emancipação do trabalho da determinação externa.

Agora a utopia de uma sociedade do trabalho perde sua força persuasiva. Acima de tudo, a utopia perde seu ponto de referência na realidade: a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato. Claus Offe compila convincentes indicações da força objetivamente decrescente de fatores como trabalho, produção e lucro na determinação da constituição e do desenvolvimento da sociedade em geral. André Gorz fundamenta sua proposta de desvincular trabalho e renda por via do rendimento mínimo garantido com o abandono de toda expectativa marxista de que a autoatividade possa coincidir com a vida material (HABERMAS, 1987, p. 106).

As discussões sobre a burocratização da sociedade evidenciam que as deformações do mundo da vida regulamentado, analisado, controlado e protegido são, certamente, mais refi nadas do que formas palpáveis de exploração material e empobrecimento, mas nem por isso os confl itos sociais deslocados e internalizados no psíquico e no corpóreo são menos destrutivos. Foucault radicaliza a crítica à razão instrumental numa teoria do eterno retorno do poder. Sua mensagem sobre os sempre mesmos ciclos de poder das sempre novas formações discursivas há de apagar as últimas centelhas de utopia e de confi ança da cultura ocidental em si mesma (HABERMAS, 1987, p. 105).

A partir desta argumentação, Habermas (1987, p. 106) precisa sua tese sobre a crise das energias utópicas da modernidade: a nova ininteligibilidade é própria de uma situação na qual um programa de Estado social, que se nutre reiteradamente da utopia de uma sociedade do trabalho, perde a capacidade de abrir possibilidades futuras de uma vida coletivamente melhor e menos ameaçada.

Claus Offe indica três tipos de reação a essa crise: legitimistas sócioestatais, neoconservadores e dissidentes críticos da sociedade industrial. Os legitimistas retiram do programa socioestatal precisamente o componente que a utopia da sociedade do trabalho empresta a ele: renunciam ao objetivo de subjugar o trabalho heterônomo até o ponto que permita ao status de cidadão livre e igual em direitos – que se estende à esfera da produção – ser o núcleo de cristalização de formas autônomas de vida. Os legitimistas são hoje os verdadeiros conservadores, que querem consolidar o conquistado. Eles esperam encontrar novamente o ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento do Estado social e a modernização via economia de mercado (HABERMAS, 1987, p. 109).

O neoconservadorismo se caracteriza por três componentes. Primeiro, a política econômica orientada pela oferta deve aperfeiçoar as condições de valorização do capital e pôr o processo de

acumulação novamente em movimento. Ela tolera uma taxa de desemprego relativamente alta. De mãos dadas com isso, vem a clara limitação dos serviços do Estado social. Segundo, os custos de legitimação do sistema político devem ser reduzidos. "Infl ação de reivindicações" e "ingovernabilidade" são termos-chave de uma política que aponta para a efetiva separação entre a administração e a formação pública da vontade. Terceiro, a política cultural recebe a incumbência de operar em duas frentes: desacreditar os intelectuais como estrato do modernismo a um só tempo ávido de poder e improdutivo, e fomentar as forças agregadoras da moralidade convencional, do patriotismo, da religião burguesa e da cultura popular, para compensar a esfera da vida privada das cargas pessoais e acolchoá-la contra a pressão da sociedade concorrencial e de modernização acelerada.

A política neoconservadora encontra bases na sociedade cindida, segmentada, que ela mesma produz. Os grupos excluídos ou oprimidos à margem não dispõem de nenhum poder de veto, pois são desarticulados e segregados do processo de produção. O padrão globalizado cada vez mais usado entre a metrópole e a periferia subdesenvolvida reitera-se no interior da sociedade capitalista desenvolvida: os poderes estabelecidos dependem cada vez menos do trabalho e da disposição de cooperação dos empobrecidos e privados de direitos para sua própria reprodução (HABERMAS, 1987, p. 110).

Um terceiro tipo de reação se desenha na dissidência dos críticos do crescimento, que têm atitude ambivalente diante do Estado social:

> O que os une é a recusa dessa visão produtivista do progresso que os legitimistas partilham com os neoconservadores. Para estes dois partidos, a chave de uma modernização social livre o mais possível de crises consiste em dosar equanimemente a distribuição da carga de problemas entre os subsistemas "Estado" e "economia". Uns vêem a causa da crise na desenfreada dinâmica interna da economia, outros a vêem nos grilhões burocráticos que são impostos a essa mesma dinâmica. A domesticação social do capitalismo ou a retransferência ao mercado dos problemas da administração planejadora são as terapias correspondentes. Um lado vê a fonte da desordem na força de trabalho contabilizada, o outro a vê na contenção burocrática da iniciativa privada. Entretanto, ambos os lados concordam em que os domínios de interação do mundo da vida carentes de proteção só podem desempenhar um papel passivo diante do Estado e da economia, verdadeiros motores da modernização social. Ambos os lados estão convencidos de que o mundo da vida só pode ser sufi cientemente desatrelado desses subsistemas e protegido contra invasões sistêmicas se Estado e economia se recompuserem em uma relação equânime e reciprocamente se estabilizarem (HABERMAS, 1987, p. 111).

Os dissidentes da sociedade industrial partem de que o mundo da vida está ameaçado na mesma medida pela mercantilização e pela burocratização; nenhum dos dois meios — nem poder, nem dinheiro — é agora como antes "mais inocente" do que o outro. Eles consideram necessário fortalecer a autonomia de um mundo da vida ameaçado em seus fundamentos vitais e em sua tessitura comunicativa, e que a dinâmica interna de subsistemas governados pelo poder e pelo dinheiro seja quebrada ou pelo menos contida por formas de organização mais próximas da base e autogestionárias. Os dissidentes herdam o programa do Estado social na componente radical democrática abandonada pelos legitimistas. Entretanto, à medida que eles não ultrapassam a mera dissidência, uma vez que permanecem limitados ao fundamentalismo da "Grande Recusa" e não oferecem mais do que um programa de interrupção do crescimento e de indiferenciação, fi cam aquém de uma noção do programa do Estado social (HABERMAS, 1987, p. 111).

Na fórmula da domesticação social do capitalismo acha-se não apenas a resignação diante do fato de que a couraça da complexa economia de mercado não mais se deixa explodir de dentro e democraticamente reformar pela receita simplista do autogoverno dos trabalhadores. Essa fórmula continha também a noção de que a infl uência indireta, que incide de fora sobre mecanismos de autocontrole, requer algo novo, a saber, a combinação altamente inovadora de poder e autolimitação. Agora não apenas o capital, mas também o Estado intervencionista deve ser "socialmente contido". Se contenção e controle indireto devem dirigir-se também contra a dinâmica interna da administração pública, a capacidade indispensável de refl exão e controle deve ser procurada em outro lugar, a saber, na relação completamente transformada entre esferas públicas autônomas auto-organizadas, de um lado, e os domínios de ação regidos pelo dinheiro e pelo poder administrativo, de outro lado. (HABERMAS, 1987, p. 112).

O programa do Estado social voltado para si, dirigido não apenas à moderação da economia capitalista, mas também à domesticação do Estado mesmo, perde, porém, o trabalho como seu ponto central de referência. Isto é, não se trata de assegurar o emprego por tempo integral elevado à condição de norma. Tal programa não se esgota na tentativa de quebrar — instituindo rendimento mínimo garantido — a maldição que paira sobre a biografi a de todos os trabalhadores — mesmo sobre o potencial crescente e cada vez mais marginalizado daqueles que continuam na reserva. Esta tentativa é revolucionária, mas não revolucionária o bastante — mesmo se o mundo da vida pudesse ser protegido não apenas dos imperativos desumanos do sistema de emprego, mas também dos contraproducentes efeitos colaterais de uma proteção administrativa da existência como um todo. A barreira no intercâmbio entre sistema e mundo da vida só pode funcionar, se ao mesmo tempo advier nova partilha do poder. As sociedades dispõem de três recursos que podem satisfazer suas necessidades no exercício do governo: dinheiro, poder e solidariedade. As esferas de infl uência desses recursos têm de ser postas em novo equilíbrio. O poder de integração social da solidariedade deve ser capaz de resistir às "forças" dos outros dois recursos, dinheiro e poder administrativo. Os domínios da vida especializados em transmitir valores tradicionais e conhecimentos culturais, integrar grupos e socializar crescimentos sempre dependem da solidariedade. Mas desta fonte também tem de brotar a formação política da vontade que exerça infl uência sobre a demarcação de fronteiras e o intercâmbio existente entre essas áreas da vida comunicativamente estruturadas, de um lado, e Estado e economia, de outro lado (HABERMAS, 1987, p. 112).

Claus Offe distingue três arenas políticas. Na primeira, facilmente reconhecível, elites políticas levam a termo suas resoluções de dentro do aparelho estatal. Abaixo está a segunda, na qual grande número de grupos anônimos e atores coletivos infl uem uns sobre os outros, formam coalizões, controlam o acesso aos meios de produção e comunicação e, menos nitidamente reconhecível, delimitam progressivamente (pelo do seu poder social) o campo para a tematização e resolução de questões políticas. Por fi m, a terceira arena encontra-se abaixo, na qual fl uxos de comunicação difi cilmente determinam a forma da cultura política e com ajuda de defi nições de realidade rivalizam em torno do que Gramsci chamou hegemonia cultural — aqui se realizam as reviravoltas nas tendências do espírito da época. O problema prático deixa-se apreender concretamente: todo programa que quiser redirecionar forças em favor do exercício solidário do governo tem de mobilizar a arena inferior ante as duas de cima. Nesta arena não se luta diretamente por dinheiro ou poder, mas por defi nições. Trata-se da integridade e da autonomia de estilos de vida, como, por exemplo, a defesa de subculturas tradicionalmente estabelecidas ou a transformação da gramática de formas de vida legadas. Essas lutas permanecem quase sempre latentes, têm lugar nos

microdomínios da comunicação cotidiana, apenas de vez em quando se condensam em discursos públicos e em intersubjetividades de nível mais alto (HABERMAS, 1987, p. 113).

Nestes teatros podem constituir-se esferas públicas autônomas, que se põem em comunicação umas com as outras tão logo seu potencial é aproveitado para a auto-organização e para o emprego auto-organizado dos meios de comunicação:

> Formas de auto-organização reforçam a capacidade coletiva de agir sob um limiar no qual os objetivos das organizações deslocamse das orientações e das concepções de seus membros e tornam-se dependentes do interesse de resguardar a existência de organizações que se fi zeram autônomas. A capacidade de ação das organizações mais próximas da base fi ca sempre aquém da sua capacidade de refl exão. Isso não deve ser obstáculo para a realização dessa tarefa que se eleva a primeiro plano com a continuação do Estado social. As esferas públicas autônomas têm de alcançar uma combinação de poder e autolimitação meditada que poderia tornar os mecanismos de autoregulação do Estado e da economia sufi cientemente sensíveis diante dos resultados orientados-afi ns da formação radicalmente democrática da vontade (HABERMAS, 1987, p. 113).

O Estado social voltado para si mesmo despede-se da utopia de uma sociedade do trabalho. Esta se orienta pelo contraste do trabalho vivo e do trabalho morto, pela ideia de auto-atividade. Ela precisa pressupor as formas subculturais de vida dos trabalhadores industriais como fonte de solidariedade, e que relações de cooperação no interior da fábrica até mesmo reforçam a naturalmente estabelecida solidariedade da subcultura dos trabalhadores. Entretanto, essas relações de cooperação têm se desagregado tanto quanto possível nesse meio tempo —, e é de certa maneira duvidoso que sua capacidade de instituir solidariedade no emprego possa ser restaurada:

> O que para a utopia de uma sociedade do trabalho era pressuposto ou condição marginal hoje converte-se em tema. E com esse tema os acentos utópicos deslocam-se do conceito do trabalho para o conceito da comunicação. Falo simplesmente de "acentos" porque com a mudança de paradigmas da sociedade do trabalho para a sociedade da comunicação o tipo de ligação com a tradição utópica também muda (HABERMAS, 1987, p. 114).

O abandono dos conteúdos utópicos da sociedade do trabalho não acaba de modo algum e em geral com a dimensão utópica da consciência da história e da disputa política. A autoconfi ança da modernidade é hoje como ontem estimulada por uma consciência de atualidade na qual o pensamento histórico e o pensamento utópico se fundem um ao outro. Mas com os conteúdos utópicos da sociedade do trabalho desaparecem duas ilusões que fetichizam o entendimento da modernidade sobre ela mesma. A primeira ilusão resulta da diferenciação insufi ciente. Nas utopias da ordem, as dimensões da felicidade e da emancipação confl uem com aquelas do incremento do poder e da produção da riqueza social. As propostas das formas de vida racional acabam em uma simbiose ilusória entre o controle racional da natureza e a mobilização das energias sociais. A razão instrumental no interior das forças produtivas, a razão funcionalista desenvolvida nas capacidades de organizar e planejar deve preparar o caminho para vidas dignas do homem, igualitárias e, ao mesmo tempo, libertárias. O potencial das condições de acordo deve resultar, por fi m e sem cerimônia, da produtividade das condições de trabalho. Mais decisiva é a remoção da ilusão metodológica que está ligada aos programas de uma totalidade concreta de possibilidades futuras de vida. O conteúdo utópico da sociedade da comunicação se reduz aos aspectos formais de uma intersubjetividade intacta. A expressão "situação lingüística ideal" engana tanto quanto sugere uma forma concreta de vida. O que se deixa discernir normativamente são condições necessárias, embora gerais, para a

práxis comunicativa cotidiana e para o processo de formação discursiva da vontade, as quais poderiam criar as condições para que os próprios participantes realizem – segundo necessidades e ideias próprias, e por iniciativa própria – possibilidades concretas de uma vida melhor e menos ameaçada. (HABERMAS, 1987, p. 114).

Referências

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2007.

GORZ, A. **Misérias do presente, riqueza do possível**. São Paulo: Annablume, 2004.

GORZ, A. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. Habermas, informação e argumentação. In: **O pensamento vivo de Habermas: uma visão interdisciplinar**. Alessandro Pinzani, Clóvis Ricardo M. de Lima, Delamar V. Dutra (Coord.). Florianópolis: NEFIPO - UFSC, 2009. p. 115-139.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2004.

HABERMAS, J. A nova intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos CEBRAP**. nº 18, setembro 87, p. 103-114.

HABERMAS, J. **O pensamento pós-metafísico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 2009.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa I**: racionalidad de la acción y racionalidad social. Madrid: Taurus, 1987.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa II**: crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 1987.

HARDT, M.; NEGRI, T. **Império**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HARDT, M.; NEGRI, T. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LAZZARATO, M.; NEGRI, T. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NEGRI, T. **Cinco lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

Capítulo 2

A REINVENÇÃO DA ESFERA PÚBLICA: OS DISCURSOS EM REDE, RECONHECIMENTO E POLÍTICA DELIBERATIVA

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima
Marcio Gonçalves

Resumo: Neste artigo discute-se a crise da esfera pública moderna, e a sua reinvenção na sociedade da informação. Parte-se do conceito de opinião pública elaborado por Hegel, como mediador das relações entre a sociedade civil e o Estado. Discutem-se as visões otimistas e pessimistas deste conceito. Apresenta a mudança estrutural da esfera pública moderna nos termos da tese de Habermas. A partir da Teoria do Agir Comunicativo, introduz-se a noção de esferas públicas autônomas. Discute a revisão de Habermas do conceito de esfera pública, com introdução do direito e o desenvolvimento da política deliberativa. São apresentados os novos cenários políticos da informação e da comunicação, destacando-se a emergências das tecnologias digitais e da Internet. Conclui-se que a esfera que a esfera pública está sendo reinventada, com processos de negociação de interesses e de conflitos de reconhecimento.

Introdução

Neste artigo discute-se a reinvenção da esfera pública na sociedade da informação, relacionada ao uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação e as configurações sociais decorrentes deste processo. A esfera pública em rede parece funcionar como espaço político deliberativo, com enorme potencial para a redução das distorções causadas pelos sistemas de comunicação mediada. Ao mesmo tempo, esta esfera pública vincula-se aos processos produtivos da produção capitalista. Este cenário complexo abre enormes possibilidades de ação, e representa um grande desafio para uma sociedade plural em busca de bem-estar.

Parte-se da caracterização do conceito de esfera pública em Habermas, tal como é desenvolvido em "Mudança estrutural da esfera pública" de 1963. Nesta época Habermas trabalha com a noção de que os meios de comunicação privada introduzem distorções da dinâmica da esfera pública "burguesa". Após a guinada linguista, entretanto, Habermas reconstrói sua própria abordagem da ideia de opinião pública em Hegel, e apresenta a política deliberativa como uma versão discursiva dos processos decisórios coletivos e o direito como uma instância capaz de regular e reduzir as distorções da esfera pública.

Faz-se então a discussão dos deslocamentos políticos e sociais decorrentes da mudança de um modo de desenvolvimento industrial para um modo de desenvolvimento informacional dentro do modo de produção capitalista. A centralidade da informação nos processos produtivos, associado à generalização intensa das organizações sociais em rede, abre espaço para dinâmicas

políticas e organizacionais inovadoras. Este cenário abriga conflitos de interesse e de opinião em torno daquilo que se pode denominar hegemonia cultural.

Finalmente, busca-se discutir as características da esfera pública na sociedade em rede. Cabe então aproximar a noção de política deliberativa em Habermas com a noção de sociedade em rede em Castells, procurando entender como acontecem os processos de tematização, problematização e decisão dos conflitos, bem como a construção de acordos práticos entre atores e grupos de interesse. Este entendimento pode contribuir para orientar e permitir uma critica da internet como espaço de discussão política.

Uma característica importante da sociedade da informação é a estrutura básica em redes, apresentada como explicação para o uso do conceito de sociedade em rede, ainda que o termo não esgote todo o seu significado. "Esta sociedade em rede é possível através do desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação que agruparam-se em torno de redes de empresas, organizações e instituições para formar um novo paradigma sócio-técnico" (CASTELLS, 1999, p. 77).

Uma das mais significativas transformações sociais e econômicas ocorridas nas últimas décadas está nas formas de produção e distribuição dos recursos materiais e imateriais desenvolvidos, e na re- significação do valor do trabalho imaterial na sociedade. A informação é um dos produtos do trabalho imaterial, e, paralelamente a sua revalorização, surge a necessidade de saber onde a informação é criada e quem são os seus criadores, como a informação é desenvolvida e, principalmente, como se dá a transferência da informação.

Habermas (2003, 2, p. 48) observa que a necessidade de coordenação funcional que surge nas atuais sociedades complexas não pode mais ser suprida através do modelo simples de divisão do trabalho ou da cooperação entre indivíduos e coletividade: são necessários mecanismos de regulação indireta do poder. Os problemas cognitivos de regulação podem marginalizar os problemas éticos e morais, sobrecarregando o processo democrático e diminuindo sua capacidade de solucionar problemas. Além disto, a produção de saber organizada conforme uma divisão do trabalho gera uma distribuição desigual de competências e de conhecimento e as estruturas da esfera pública refletem assimetrias informacionais inevitáveis.

A esfera pública é o termo utilizado para designar espaços de cooperação entre agentes e atores que, a partir de canais específicos de comunicação, integram habilidades, conhecimentos e técnicas, resultando no fortalecimento de competências e maximização de resultados. Com isso há o compartilhamento e a discussão de opiniões e a criação de entendimento mútuo. Essa idéia de espaço ou ambiente de discussão para os agentes participantes torna-se importante pelo fato de que os próprios agentes possuem a oportunidade de discutir pressupostos, além de demonstrá-los e defendê-los publicamente.

Na concepção de Habermas das configurações sociais modernas constitui-se a "esfera pública", a qual gera um espaço diferenciado de integração da sociedade e desde onde a sociedade mantém relações permanentes de diálogo. A esfera pública ou os espaços públicos são espaços de formação social de opiniões e demandas que, ao não representar nenhum contexto de atividades específicas e nenhum grupo de interesses em particular, podem representar a todos eles. Neles são formados os discursos coletivos da sociedade, permitindo o exercício deliberativo e intersubjetivo da comunicação sociopolítica (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 10).

À semelhança do mundo da vida, a esfera pública se comunica na linguagem comum, ou na linguagem mais próxima possível das linguagens cotidianas. À diferença do mundo da vida, onde se realizam funções especializadas em espaços funcionais próprios (igrejas, escola, família) e das esferas especializadas com suas estruturas próprias de juízo de excelência e de regulação normativa (ciência, música, pintura), a esfera pública não tem nenhuma especialização. Os produtos da esfera pública são, em primeiro lugar, opiniões que seriam consideradas "públicas" a partir do modo como surgem e do tipo e extensão do assentimento que recebem (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 10).

Mudanças na abordagem da esfera pública em Habermas

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomada de posição e opiniões. Nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. A esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas no domínio da linguagem natural, e está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana.

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público. Elas (as pessoas) reivindicam esta esfera pública a fim de discutir com a mesma as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. O meio dessa discussão política não tem de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública. Os burgueses são pessoas privadas. Como tais, não 'governam'. Por isso, se dirigem contra a concentração do poder que deve ser 'compartilhado'. Muito mais eles atacam o próprio principio de dominação vigente. O principio de controle que o público burguês contrapõe a esta dominação, ou seja, a esfera pública, quer modificar a dominação enquanto tal. "A reivindicação de poder que se coloca na argumentação da esfera pública, exigência de poder, deve, caso possa se impor, levar a algo mais do que uma mera mudança na base da legitimação de uma dominação que, em principio, é mantida" (HABERMAS, 1984, p.42-43).

O surgimento de uma esfera do social, cuja regulamentação a opinião pública disputa com o poder público, desloca o tema da esfera pública moderna, em comparação com a antiga, das tarefas propriamente políticas de uma comunidade de cidadãos agindo em conjunto para as tarefas mais propriamente civis de uma sociedade que debate publicamente (para garantir trocas de mercadorias) (HABERMAS, 1984, p.69).

No público das pessoas privadas pensantes se desenvolve o que em Kant se chama de 'concordância pública'; em Hegel, de 'opinião pública'; nela encontra a sua expressão 'a universalidade empírica dos pontos de vista e dos pensamentos dos muitos'. Kant considera a publicidade do raciocínio como pedra de toque da verdade, em que considerar algo verdadeiro pode-se comprovar como válido para a razão de qualquer ser humano. Hegel, assim, considera a opinião pública, "pois é uma coisa diferente o que alguém se imagina em casa, com sua mulher ou seus amigos, e o que acontece numa grande assembléia, onde uma sensatez devora outra" (HABERMAS, 1984, p.143).

Marx denuncia a opinião pública como falsa consciência: ela esconde de si mesma o seu verdadeiro caráter de máscara do interesse de classe burguês. A crítica à economia política atinge,

de fato, os pressupostos sobre os quais repousava o auto-entendimento da esfera pública politicamente ativa: a emancipação da sociedade civil burguesa em relação à regulamentação governamental administrativa não leva a algo como uma neutralização do poder na interação das pessoas entre si. Ao invés disso, nas formas de liberdade contratual burguesa constituem-se novas relações de poder, a começar pelas relações entre proprietários e assalariados (HABERMAS, 1984, p.149-150).

Habermas recorda no prefácio de "Entre faticidade e validade", publicado em 1992, que nas suas conferências sobre "Direito natural e revolução" de 1962, criticara a tentativa de Marx em trazer a filosofia hegeliana do direito para uma filosofia materialista da história:

> Com a crítica ao Estado de direito burguês [...] Marx desacreditou de tal maneira a idéia de juridicidade e a intenção do direito natural enquanto tal, dissolvendo sociologicamente a base dos direitos naturais, que o liame entre revolução e direito natural se desfez. Os partidos de uma guerra civil internacionalizada dividiram o legado de modo desastroso: um dos lados assumiu a herança da revolução, o outro a ideologia do direito natural. (HABERMAS, 2003, v. 1, p. 12).

Atualmente as teorias da política e do direito decompõem-se em facções que nada têm a dizer uma às outras. A tensão entre princípios normativistas, que correm o risco de perder o contato com a realidade social, e princípios objetivistas, que deixam fora de foco qualquer aspecto normativo, pode ser entendida como admoestação para não se fixar numa única orientação disciplinar e manter-se aberto as diferentes posições metódicas (participante versus observador), a diferentes finalidades teóricas (explicação hermenêutica do sentido e análise conceitual versus descrição e explicação empírica), a diferentes perspectivas de papéis (cidadão, cliente, político, legislador, juiz, etc.) e a variados enfoques pragmáticos. O princípio da teoria do discurso, configurado inicialmente de acordo com a formação da vontade individual, comprova-se no campo ético e no da filosofia moral. A partir do princípio do discurso, a teoria do direito - e o Estado de direito - precisa sair dos trilhos convencionais de filosofia política e do direito, mesmo que continue assimilando seus questionamentos (HABERMAS, 2003, v. 1, p. 23).

A teoria do discurso conta com a intersubjetividade presente nos processos de entendimento mútuo que se cumprem, por um lado, na forma institucionalizada de aconselhamento em corporações parlamentares, bem como, por outro lado, na rede de comunicação formada pela opinião pública de cunho político. Essas comunicações sem sujeito, internas e externas às corporações política e programadas para tomar decisões, formam arenas nas quais pode ocorrer a formação mais ou menos racional da opinião e da vontade acerca de temas relevantes para o todo social e sobre matérias carentes de regulamentação (HABERMAS, 2003, 1, p. 21).

A teoria do discurso novamente põe em cena a noção de que procedimento e pressupostos de comunicação da formação democrática da opinião e da vontade funcionam como importantes escoadouros da racionalização discursiva das decisões de um governo e administração vinculados ao direito e a lei. A racionalização significa mais que mera legitimação, mas menos que a própria ação de constituir o poder. O poder administrativo muda seu estado de mero agregado desde que seja retro-alimentado por uma formação democrática da opinião e da vontade que não apenas exerça posteriormente o controle do exercício do poder político, mas que também o programe de uma maneira ou de outra (HABERMAS, 2004, p. 281).

A partir da teoria do discurso, Habermas desenvolve um procedimento ideal para o aconselhamento e a tomada de decisões: a política deliberativa. Este procedimento democrático cria coesão interna entre negociações, discursos de auto-entendimento e discursos sobre a justiça, além de fundamentar a suposição de que sob tais condições se almejam resultados ora racionais, ora justos e honestos. Com isto, a razão prática desloca-se dos direitos universais do homem ou da eticidade concreta de uma determinada comunidade e restringe-se a regras discursivas e formas argumentativas que extraem seu teor normativo da base validativa da ação que se orienta ao estabelecimento de um acordo mútuo, isto é, da estrutura da comunicação linguística.

O modelo de Habermas baseia-se nas condições de comunicação sob as quais o processo político supõe-se capaz de alcançar resultados racionais, justamente por cumprir-se de modo deliberativo:

> O conceito de política deliberativa só ganha referência empírica quando fazemos jus à diversidade das formas comunicativas na qual se constitui uma vontade comum, não apenas por um auto-entendimento mútuo de caráter ético, mas também pela busca de equilíbrio entre interesses divergentes e do estabelecimento de acordos, da checagem da coerência jurídica, de uma escolha de instrumentos racional e voltada a um fim específico e por meio, enfim, de uma fundamentação moral [...]. A política dialógica e a instrumental, quando as respectivas formas de comunicação estão suficientemente institucionalizadas, podem entrecruzar-se no médium das deliberações. Tudo depende, portanto, das condições de comunicação e procedimento que conferem força legitimadora à formação institucionalizada da opinião e da vontade. (HABERMAS, 2004, p. 277).

A política deliberativa realizada ou em conformidade com os procedimentos convencionais de formação institucionalizada da opinião e da vontade, ou informalmente nas redes de opinião pública, mantém uma relação interna com os contextos de um mundo da vida cooperativo e racionalizado. Os processos comunicativos de cunho político que passam pelo filtro deliberativo dependem dos recursos do mundo da vida – da cultura política libertadora, de uma socialização política esclarecida e, sobretudo, das iniciativas de associações formadoras de opinião, recursos que se formam de maneira espontânea (HABERMAS, 2004, p. 284).

Intersubjetividade, integração social e reconhecimento

Nas interações comunicativas as pessoas buscam acordo para coordenarem seus planos de ação, sendo o acordo alcançado em cada caso medido pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade situadas. Quando se tem presente a função coordenadora das ações que as pretensões de validez normativas desempenham na prática comunicativa cotidiana, percebe-se porque os problemas que devem ser resolvidos em argumentações não podem ser superados de modo monológico, mas requerem um esforço de cooperação. Ao entrarem numa argumentação, os participantes prosseguem sua ação comunicativa numa atitude reflexiva, com objetivo de restaurar um entendimento perturbado (HABERMAS, 1990).

O processo de argumentação exige que uma forma comunicativa do discurso não somente tematize todas as possíveis informações e explicações relevantes, mas também seja abordada de tal forma que os posicionamentos dos participantes possam ser motivados intrinsecamente apenas pela força revisora de argumentos que flutuam livremente. As pressuposições mais

importantes são as seguintes: (a) inclusão e caráter público: não pode ser excluído ninguém que tenha uma contribuição relevante a dar no contexto de uma pretensão de validade controversa; (b) igualdade comunicativa de direitos: todos têm a mesma chance de se manifestar sobre um tema; (c) exclusão da ilusão e do engano: os participantes têm de acreditar no que dizem; (d) ausência de coações: a comunicação deve ser livre de restrições que impeçam a formulação de argumento capaz de por fim a discussão (HABERMAS, 2007, p. 61-62).

O conceito de agir comunicativo faz com que as suposições contrafactuais dos atores que orientam seu agir por pretensões de validade adquiram relevância imediata para a construção e a manutenção de ordens sociais: estas se mantêm no modo do reconhecimento de pretensões de validade normativa. Isso significa que a tensão entre factididade e validade, embutida na linguagem e no uso da linguagem, retorna no modo de integração de indivíduos socializados - ao menos de indivíduos socializados comunicativamente - devendo ser trabalhada pelos participantes. Essa tensão pode ser estabilizada de modo peculiar na integração social realizada por intermédio do direito positivo (HABERMAS, 2003, v. 1, p. 35).

O fardo da integração social se transfere cada vez mais para as realizações de entendimento de atores para os quais a facticidade (coação de sanções exteriores) e a validade (força ligadora de convicções racionalmente motivadas) são incompatíveis, ao menos fora dos domínios de ação regulados pela tradição e pelos costumes. Se for verdade que os complexos de interação não se estabilizam apenas através da influência recíproca de atores orientados pelo sucesso, então, a sociedade tem que se integrada, em última instância, através do agir comunicativo.

A necessidade crescente de integração nas modernas sociedades sobrecarrega a capacidade de integração do mecanismo de entendimento disponível quando quantidades crescentes de interações estratégicas, imprescindíveis para a estrutura social, são liberadas. Num caso de conflito, os que agem de modo comunicativo encontram-se frente às opções de suspenderem a comunicação ou de agirem estrategicamente – de protelarem ou de tentarem decidir um conflito não-solucionado. Parece haver uma saída através da regulação normativa de interações estratégicas, sobre as quais os próprios atores se entendem (HABERMAS, 2003, v. 1, p. 45).

As esferas públicas formam um complexo que não se deixa organizar completamente. Em função da sua estrutura anárquica, a esfera pública geral está muito mais exposta aos efeitos da repressão e da exclusão do poder social - distribuído desigualmente - da violência estrutural e da comunicação sistematicamente distorcida, do que as esferas públicas organizadas do complexo parlamentar, que são reguladas por processos. De outro lado, ela tem a vantagem de ser um meio de comunicação isento de limitações, no qual é possível captar melhor novos problemas, conduzir discursos expressivos de auto-entendimento e articular, de modo mais livre, identidades coletivas e interpretações de necessidades:

> A formação democrática da opinião e da vontade depende de opiniões públicas informais que idealmente se formam em estruturas de uma esfera pública política não desvirtuada pelo poder. De sua parte, a esfera pública precisa contar com uma base social no qual os direitos iguais dos cidadãos conseguiram eficácia social. Para se desenvolver plenamente o potencial de um pluralismo cultural sem fronteiras necessita desta base, que brotou por entre barreiras de classe, lançando fora os grilhões milenares da estratificação social e da exploração, e se configurou como um potencial que, apesar de seus inúmeros conflitos, produz formas de vida capazes de gerar novos significados. No entanto, numa sociedade secularizada, que aprendeu a enfrentar conscientemente a sua complexidade, a solução comunicativa desses conflitos

> forma a única fonte possível para uma solidariedade entre estranhos - entre estranhos que renunciam a violência e que, ao regularem cooperativamente sua convivência, também se reconhecem mutuamente o direito de permanecerem estranhos entre si. (HABERMAS, 2003, v. 2, p. 33).

Após discutir o conceito procedimental de democracia, cabe indagar o papel da sociedade civil e da esfera pública política. Esta indagação inclui questões sobre os atores da sociedade, a opinião pública e o poder comunicativo. A esfera pública política é uma estrutura comunicacional enraizada no mundo da vida através da sociedade civil. Este espaço público político é descrito como uma caixa de ressonância onde os problemas a serem elaborados pelo sistema político encontram eco. Nesta medida a esfera pública é um sistema de alarme dotado de sensores não-especializados, porém sensíveis no âmbito de toda a sociedade.

Na perspectiva de uma teoria da democracia a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, isto é, ela não pode se limitar a percebê-los e a identificá-los, devendo também tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e eficaz. Habermas diz que a esfera pública constitui principalmente uma estrutura comunicacional do agir orientado para o entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo, não com as funções nem com os conteúdos da comunicação cotidiana:

> A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural: ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana. (2003, v. 2, p. 91).

Pode-se dar uma forma abstrata e perene a estrutura espacial de encontros simples e episódicos, fundada no agir comunicativo, e estendê-la a um grande público de presentes. Existem metáforas arquitetônicas para caracterizar a infra-estrutura de tais reuniões, organizações, espetáculos: foros, palcos, arenas, praças, etc. Quanto mais as esferas públicas se desligam da presença física, integrando a presença virtual, o que é possível com as tecnologias digitais de informação e comunicação, tanto mais claro se torna a abstração que acompanha a passagem da estrutura espacial das interações simples para a generalização da esfera pública.

As estruturas comunicacionais generalizadas na esfera públicas comprimem-se em conteúdos e tomadas de posição desacopladas dos contextos densos das interações simples de determinadas pessoas e de obrigações relevantes para a decisão. A generalização do contexto, a inclusão e o anonimato crescente exigem grau maior de explicação e renúncia a linguagens de especialistas ou a códigos especiais. Os processos de formação da opinião, uma vez que se trata de questões práticas, sempre acompanham a mudança de preferências e de enfoques dos participantes, mas podem ser dissociados da tradução dessas disposições em ações. Nesta medida, as estruturas comunicacionais da esfera pública aliviam o público da tarefa de tomar decisões (HABERMAS, 2003, v. 2, p. 93).

As estruturas comunicacionais da esfera pública estão muito ligadas aos domínios da vida privada, fazendo com que a periferia, ou seja, a sociedade civil possua uma sensibilidade maior para os novos problemas, conseguindo captá-los e identificá-los antes que os centros da política. Pode-se comprovar isso através dos grandes temas surgidos nas últimas décadas: ecologia, genética, religião, feminismo, etc. Não é o aparelho do Estado, nem as grandes organizações ou sistemas funcionais da sociedade que tomam a iniciativa de agendar estes problemas. Partindo da periferia, os temas dão entram em cena, em vários casos transformando-se em movimentos sociais cristalizados e novas subculturas. Assim estes temas são encenados e dramatizados, atraindo as luzes dos meios de comunicação. Entretanto, podem existir outras veredas que conduzam os temas da periferia para o centro. O Estado democrático de direito não se apresenta como configuração definitiva, mas sim como um empreendimento que tende a re-atualizar, em circunstâncias precárias, o sistema de direitos, o que equivale a interpretá-los melhor e institucionalizá-los de modo mais apropriado e a esgotar de modo mais radical o seu conteúdo (HABERMAS, 2003, v. 2, p. 117).

As lutas pelo reconhecimento das identidades coletivas são defesas contra a opressão, a marginalização e o desprezo, seja no contexto de uma cultura majoritária, seja em meio à comunidade dos povos. Feminismo, multiculturalismo, nacionalismo e lutas contra o colonialismo são movimentos de emancipação cujos objetivos políticos coletivos se definem culturalmente, em primeiro lugar, ainda que as dependências sociais e econômicas também estejam sempre em jogo.

Nas sociedades atuais os movimentos de emancipação não constituem fenômenos unitários. Eles apresentam desafios diferentes de acordo com a situação. Quanto mais profundas são as diferenças, ou quanto maior é a assincronia histórico-cultural a ser superada, tanto maior é o desafio; e tanto mais ele é doloroso, quanto mais tendências de auto-afirmação assumem caráter fundamentalista- delimitador, ora porque a luta pelo reconhecimento se desencaminha para regressões, por causa de experiências anteriores de impotência, ora porque ela precisa, primeiro, despertar a consciência em prol da articulação de uma nova identidade, gerada por uma construção através da mobilização.

Habermas (2004, p. 242) afirma que uma ordem social é legitima quando assegura por igual à autonomia a todos os cidadãos. E os cidadãos só são autônomos quando os destinatários do direito podem ao mesmo tempo entender-se a si mesmos como autores do direito. E tais autores só são livres enquanto participantes de processos legislativos regrados de tal maneira e cumpridos sob tais formas de comunicação que todos possam supor que as regras firmadas desse modo mereçam concordância geral, e motivada pela razão. Do ponto de vista normativo, não há Estado de direito sem democracia.

A política na sociedade em rede

Na sociedade em rede as relações sociais, os sistemas políticos e de valores estão diante de profundas mudanças. A complexidade desta nova realidade, na qual sociedade e cultura estão em formação, deve ser analisada a partir da revolução da tecnologia da informação e comunicação, devido à penetrabilidade em todas as esferas da atividade humana. Cabe observar que “devemos localizar este processo de transformação tecnológica revolucionária no contexto social em que ele ocorre e pelo qual está sendo moldado” (CASTELLS, 1999, p. 24).

A sociedade não determina a tecnologia, mas pode sufocar seu desenvolvimento principalmente por meio do Estado ou do mercado. Através da intervenção estatal, a "sociedade pode entrar num processo acelerado de modernização tecnológica capaz de mudar o destino das economias, do poder militar e do bem-estar social em poucos anos". A tecnologia ou sua falta incorpora a potência das sociedades, bem como os usos e rumos que as sociedades decidem dar ao seu potencial tecnológico (CASTELLS, 1999, p. 45).

Castells (1999, p. 68) afirma que o cerne da mudança que estamos vivendo refere-se às tecnologias da informação, processamento e comunicação:

> A tecnologia da informação é para esta revolução o que as novas fontes de energia foram para as revoluções industriais sucessivas, do motor a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo à energia nuclear, visto que a geração e distribuição de energia foi o elemento principal na base da sociedade industrial. Porém, essa afirmação sobre o papel preeminente da tecnologia da informação muitas vezes é confundida com a caracterização da revolução atual como sendo essencialmente dependente de novos conhecimentos e informação.

Outra característica importante da sociedade informacional é a sua estrutura básica em redes, apresentada como explicação para o uso do conceito de sociedade em rede, ainda que o termo não esgote todo o seu significado. A sociedade em rede é aprofundada por meio de uma base material do desenvolvimento das plataformas de tecnologias da informação e da comunicação que se agrupam em torno de redes de empresas, organizações e instituições para formar um novo paradigma sócio-técnico (CASTELLS, 1999, p. 77).

As redes globais de compartilhamento conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados em um fluxo contínuo. Segue-se, portanto, uma divisão fundamental entre o "instrumentalismo universal abstrato" e as "identidades particularistas historicamente enraizadas". "Nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma oposição bipolar entre a Rede e o Ser" (CASTELLS, 1999, p. 41).

Nas redes existem propriedades e qualidades e essencialmente democráticas. A internet compartilha a sua particularidade de conferir aos indivíduos que dela fazem uso um poder de controle e de domínio sobre a linguagem. Muito antes de apresentar-se como uma relação de força entre os indivíduos, o poder deriva de uma relação de força entre a pessoa e a palavra. (KERCKHOVE, 2008, p. 126)

Na sociedade da informação a relação entre o individual e o coletivo parece mudar, assim como as regras que governam as associações de indivíduos. A sociedade industrial, baseado no espaço neutral e na gestão desse espaço pela política e pela economia, tende de dar lugar a um novo regime baseado no acesso e no uso de informação. Desenvolve-se, portanto, uma nova consciência do tempo, como se, depois de termos conquistado o espaço, tornando-o menos constrangedor, a revolução tecnológica estivesse agora a dirigir-se ao tempo - real, virtual, pessoal e social (KERCKHOVE, 1997, p. 250).

Benkler (2006, p. 7) vincula a liberdade ao modo como se produz informação, como se pode obtê-la e como se dão as conversações.Aeconomia da informação em rede melhora a capacidade prática de indivíduos em três dimensões: (i) melhora a capacidade de fazer mais por e para eles mesmos; (ii) amplia a capacidade de fazer mais numa larga conexão com outros, sem ser constrangido a organizar sua relação através de um sistema de preço ou do tradicional modelo de

hierarquia de organização social e econômica; (iii) melhora a capacidade de indivíduos de fazer mais em organizações formais que operam fora da esfera do mercado.

Nas sociedades complexas a esfera pública forma uma estrutura intermediária que faz a mediação entre, de um lado, o sistema político e, de outro, os setores privados do mundo da vida e os sistemas de ação especializados em termos de funções. A esfera pública representa a rede complexa que se ramifica espacialmente num sem número de arenas, que se sobrepõem umas às outras. Essa rede se articula objetivamente, de acordo com pontos de vista funcionais e políticos, assumindo a forma de esferas públicas mais ou menos especializadas, porém ainda acessíveis a um público de leigos.

A esfera pública se diferencia por níveis, de acordo com a densidade da comunicação, da complexidade organizacional e do alcance, formando três tipos de esfera pública: episódica, da presença organizada e abstrata (produzida pelos meios de comunicação). Apesar destas diferenciações as esferas públicas parciais, constituídas através da linguagem comum ordinária, são porosas, permitindo uma ligação entre elas. As esferas públicas parciais constituem-se com o auxilio de mecanismos de exclusão, porém como as esferas públicas não podem cristalizar-se na forma de organizações ou sistemas, não existe regra de exclusão sem cláusula de suspensão (HABERMAS, 2003, v. 2, p. 106).

Claus Offe (apud HABERMAS, 1987, p. 113) fala em diferentes arenas políticas. Na primeira, facilmente reconhecível, elites políticas levam a termo suas resoluções de dentro do aparelho estatal. Abaixo está a segunda, na qual grande número de grupos anônimos e atores coletivos influem uns sobre os outros, formam coalizões, controlam o acesso aos meios de produção e comunicação e, menos nitidamente reconhecível, delimitam progressivamente (através do seu poder social) o campo para a tematização e resolução de questões políticas. Por fim, a terceira arena encontra-se abaixo, na qual fluxos de comunicação dificilmente determinam à forma da cultura política e com ajuda de definições de realidade rivalizam em torno do que Gramsci chamou hegemonia cultural — aqui se realizam as reviravoltas nas tendências do espírito da época.

Cabe destacar que a comunicação política circulando de baixo para cima e de cima para baixo, por meio de um sistema multinível, (das conversas diárias na sociedade civil, através do discurso público e da comunicação mediada em públicos fracos, aos discursos institucionalizados no centro do sistema político), assume diferentes formas em diferentes arenas. A esfera pública constitui a periferia de um sistema político e pode, assim, facilitar os processos de legitimação deliberativa pela lavagem de fluxos de comunicação política através de uma divisão do trabalho com outras partes do sistema (HABERMAS, 2006, p. 415).

Habermas (2006, p. 411-412) considera que, na esfera pública, a comunicação política mediada pode facilitar os processos de legitimação deliberativa. Em sociedades complexas a legitimação só acontece se o sistema de auto-regulação dos meios de comunicação adquirir independência de seus ambientes sociais, e se audiências anônimas garantirem retorno entre as falas de uma elite informal e de uma sociedade civil responsiva.

Cabe dizer que as sociedades dispõem de três recursos que podem satisfazer suas necessidades no exercício do governo: dinheiro, poder e solidariedade. As esferas de influência desses recursos têm de ser postas em novo equilíbrio. Os domínios da vida especializados em transmitir valores tradicionais e conhecimentos culturais, integrar grupos e socializar crescimentos, sempre dependem da solidariedade. Mas desta fonte também tem de brotar a

formação política da vontade que exerça influência sobre a demarcação de fronteiras e o intercâmbio existente entre essas áreas da vida comunicativamente estruturadas, de um lado, e Estado e economia, de outro lado.

Habermas (1987, p. 113) considera que o problema prático deixa-se apreender concretamente: todo programa que quiser redirecionar forças em favor do exercício solidário do governo tem de mobilizar a arena inferior ante as duas de cima. Nesta arena não se luta diretamente por dinheiro ou poder, mas por definições: trata-se da integridade e da autonomia de estilos de vida, como, por exemplo, a transformação da gramática de formas de vida legadas. Essas lutas permanecem quase sempre latentes, elas têm lugar nos micro-domínios da comunicação cotidiana, apenas de vez em quando se condensam em discursos públicos e em intersubjetividades de nível mais alto. Nestes teatros podem constituir-se esferas públicas autônomas, que se põem em comunicação umas com as outras tão logo seu potencial é aproveitado para a auto-organização e para o emprego auto-organizado dos meios de comunicação.

O equilíbrio ou mediação da interação entre os atores, para não cair nos erros da esfera pública burguesa, torna necessário procedimentos de normatividade democrática. Habermas discute que para haver uma participação cooperativa entre os atores tem-se como instrumento normativo na esfera pública ações "deliberativas": "A deliberação refere-se a certa atitude voltada para a cooperação social, ou seja, a essa abertura à persuasão mediante razões relativas às pretensões dos outros como às nossas próprias. O meio deliberativo é uma troca bem-intencionada de visões - incluindo os relatos dos participantes sobre sua própria compreensão de seus respectivos interesses vitais" (HABERMAS, 2004, p. 283).

A política deliberativa de Habermas (2004, p. 309) apela a diversidade das formas comunicativas na qual se constitui uma vontade comum, não apenas por um auto-entendimento mútuo de caráter ético, mas também pela busca de equilíbrio entre os interesses divergentes dos participantes e do estabelecimento de acordos. Negociações pressupõem uma disposição à cooperação, a fim de se obter resultados satisfatórios e aceitáveis para todos, mesmo que por razões diversas. A política deliberativa mantém relação interna com os contextos de um universo de vida cooperativo e racionalizado.

Considerações finais

As mudanças nas dinâmicas sociais e econômicas contemporâneas e a emergência das tecnologias digitais de informação e comunicação transformam o pensar e o fazer política. As redes sociais e a internet possibilitam que as pessoas, numa ágora pública, expressem suas inquietações e construam vínculos. A comunicação em rede no ciberespaço permite que a sociedade civil desfrute de maior igualdade de fato nos processos de produção e uso de informação, facilitando esforços argumentativos e a formação de acordos práticos.

A internet tem um enorme potencial para estimular a constituição de esfera pública ampliada e informada. A internet reativa a base que torna igualitários os escritores e leitores, através de suas tramas de conexão. A comunicação na rede pode fomentar inequívocas possibilidades democráticas, inclusive por sua característica estrutural: a internet pode "furar" os dispositivos de controle e de censura de governos autoritários usem para reprimir ou distorcer a opinião pública (HABERMAS, 2006, p. 414).

Os atores, nas praças virtuais de esfera pública interconectada, podem ser classificados em termos de poder ou do capital que têm a sua disposição. A estratificação das oportunidades de transformar o poder em influência do público através dos canais de comunicação mediada revela uma estrutura de poder. Este poder pode ser limitado, no entanto, pela reflexividade de uma esfera pública que permite que todos os participantes discutam e reconsiderem o que eles percebem por opinião pública.

As mudanças proporcionadas pela internet oferecem oportunidades de aumentar a liberdade individual, melhorar os meios de participação democrática, contribuindo para a construção de uma sociedade crítica e de uma economia da informação para melhorar o desenvolvimento humano por meio das ações descentralizadas. Assim, as pessoas podem ter maior autonomia aumentada e a esfera pública pode sair do controle dos sistemas de comunicação. (BENKLER, 2006, p. 159).

A esfera pública interconectada possibilita que muitas pessoas possam expressar suas observações e pontos de vista para muitas outras. A internet permite fazer uma comunicação não- controlada pelos sistemas de comunicação, e não facilmente corruptível pelo dinheiro como é a comunicação de massa. O uso que a sociedade faz das ferramentas digitais disponíveis depende das suas necessidades e do modo como cada grupo se organiza para buscar sua satisfação.

As facilidades da comunicação em rede permitem que a pessoas tornem-se falantes e participantes ativos nas conversações. Essa mudança afeta profundamente o poder relativo dos sistemas de comunicação. Isso afeta as formas de uso público da razão. Afeta o modo como os assuntos emergem e são filtrados. Afeta o processo argumentativo e a construção dos acordos. Finalmente, afeta o modo como a esfera pública se informa e forma seus entendimentos.

Referências

BENKLER, Yochai. **The wealth of networks**: how social production transforms markets and freedom. USA, 2006. Disponível em http://www.benkler.org/ Acesso em 08 mai 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília: IBICT, v.31, n.1, p. 27-40, jan. 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. Da política de informação ao papel da informação na política. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro: NUSEG/UERJ, v.1, n.1, p.67-93, abr. 1999.

HABERMAS, J. Political communication in media society: Does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. **Communication Theory**, v. 16, 2006.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2004.

HABERMAS, J. **A nova intransparência**: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. Novos Estudos CEBRAP nº 18, setembro 87, pp. 103-114.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre faticidade e validade, v. II. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade, v. II. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. **Entre naturalismo e religião**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa I** - Racionalidad de la acción y racionalidad social. Madrid: Taurus, 1987.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa II** - Crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 1987.

KERCKHOVE, Derrick de. Da democracia para a ciberdemocracia. In: Di Felice, Massimo (org). **Do público para as redes**: a comunicação digital e as novas formas de participação social. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2008.

KERCKHOVE, Derrick de. **A pele da cultura**: uma investigação sobre a realidade electrónica. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1997.

Capítulo 3

OS AMBIENTES WIKI: INTERAÇÃO, DISCURSO E GENEROSIDADE NAS REDES SOCIAIS.

Bruno Lara de Castro Manso
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima
Márcio Gonçalves
Mariana Barros Meirelles

Resumo: Neste artigo discutem-se aspectos das interações sociais, mediadas pelo discurso e motivadas pela generosidade, características dos ambientes wiki surgidos através da internet. A partir da perspectiva das teorias do agir comunicativo e do discurso de Habermas, discutem-se questões referentes ao poder e riqueza na sociedade em rede. Enfatizam-se os aspectos relacionados a trabalho imaterial, produção colaborativa e economia da dádiva. Através da descrição dos ambientes wiki procura-se demonstrar como as práticas colaborativas expressam novas formas de interação social, onde atores e grupos se comunicam, discutem e produzem. Os ambientes wikis podem ser espaços privilegiados dos processos de produção de conteúdo, compartilhamento de informação e formação da opinião pública.

Introdução

Neste artigo desenvolve-se a discussão sobre como a sociedade em rede opera as dinâmicas de informação e comunicação, o que ser observado na produção e compartilhamento de conteúdos na web (rede). Este novo modo de operar permite que os atores sociais participem ativamente na comunicação e na produção de informação. Quer se situar as interações na rede enquanto formas especiais de uso social da linguagem e ações constitutivas da realidade social.

Busca-se entender a constituição dos indivíduos, das ações e das interações de forma a situar o papel da agência e das práticas na constituição de um mundo comum através dos argumentos de Vandenbergue (2010, p.94-95, p. 154-155, p. 157-158). As teorias do agir comunicativo e do discurso de Habermas fornecem os meios para compreender as funções da linguagem e as situações de interação.

Discutem-se as dinâmicas sociais e organizacionais de produção e compartilhamento de informação nas relações entre mundo da vida e do sistema (Habermas, 1990), nas redes (Vandenbergue, 2010), no trabalho imaterial (Hardt e Negri, 2005), na produção colaborativa (Benkler, 2006) e na economia da dádiva (Barbrook, 2003; Caillé, 2002; Godbout, 1998; Mauss, 2001). Finalmente, faz-se descrição e análise dos ambientes wiki, onde se pode observar situações de interação, discurso e colaboração generosa.

Interações mediadas pela linguagem e discurso

A teoria social de Habermas oferece a possibilidade de analisar a constituição da ordem social privilegiando o lugar do agente. Esta perspectiva pressupõe que "a sociedade é impossível sem indivíduos que estabilizem as relações sociais e mantenham a sociedade unida" (VANDENBERGUE, 2010, p. 94-95). Entretanto, o papel do agente não está reduzido à simples reprodução da sociedade, mas também a sua transformação. Cada situação de ação e interação tem potencial contingente de mudança, e existem também momentos ocasionais de ruptura consciente e desejada com a ordem vigente. (VANDENBERGUE, 2010, p. 154-155). Privilegiar o papel da agência implica em considerar que a realidade social é fruto das práticas. São elas que constituem a realidade como mundo comum:

> Enquanto princípios motores do mundo, as práticas são formadoras e constitutivas: elas constituem os indivíduos, as ações, as interações, o mundo da vida, a linguagem, a cultura, as instituições, as organizações, as estruturas e os sistemas sociais. (VANDENBERGUE, 2010, p. 157-158)

Habermas considera que as práticas constitutivas da realidade social estão ancoradas na linguagem:

> A linguagem desenvolve operações constitutivas não apenas no nível dos modelos de interpretação cultural, mas também no das práticas sociais. No aspecto cognitivamente relevante, a linguagem articula uma pré- compreensão do mundo como um todo, partilhada intersubjetivamente pela comunidade linguística. Essa visão de mundo serve como recurso para modelos de interpretação partilhados. Discretamente, ela volta o olhar para direções relevantes, forma prevenções e cria assim o pano de fundo ou a moldura não-problemática para interpretações possíveis dos eventos intramundanos. Ao mesmo tempo, no aspecto relevante para a prática, a linguagem molda o caráter e a forma de vida de uma nação. Esse mundo da vida linguisticamente estruturado constitui o pano de fundo da prática cotidiana e marca o ponto de sutura onde a teoria social pode se anexar à teoria da linguagem. " (HABERMAS, 2004, p.73)

Habermas recorre à teoria de Humboldt para definir as funções da linguagem que, a saber, são três; "a função cognitiva de formar pensamentos e representar fatos; a função expressiva de exprimir sentimentos e suscitar sensações; por fim, a função comunicativa de comunicar algo, levantar objeções e produzir acordos. " (HABERMAS, 2004, p.65). Habermas (1989, p. 79) chama comunicativas as interações nas quais as pessoas envolvidas colocam-se de acordo para coordenarem seus planos de ação.

Em situações de interação com fins ao entendimento mútuo através da linguagem, os participantes da interação unem-se através da validez pretendida de suas ações de fala ou tomam em consideração os dissensos constatados. A busca pelo entendimento é o que distingue o agir comunicativo do agir estratégico. O agir comunicativo não está apoiado na racionalidade teleológica dos planos individuais de ação, mas na força racionalmente motivadora de atos de entendimento, portanto, numa racionalidade que se manifesta nas condições requeridas para um acordo obtido de modo comunicativo (HABERMAS, 1990, p. 72).

A interação comunicativa através dos atos de fala realizados sem reserva coloca as orientações da ação e os processos de fala, talhados conforme o respectivo ator, sob os limites estruturais de uma linguagem compartilhada intersubjetivamente. Essas limitações impõem aos

agentes uma mudança de perspectiva: os atores têm de abandonar o enfoque objetivador de um agente orientado para o sucesso, que deseja produzir algo no mundo, e assumir o enfoque performativo de um falante, o qual procura entender-se com uma segunda pessoa sobre algo no mundo. Com essa re-orientação eles têm acesso ao potencial das energias de ligação existentes na linguagem (HABERMAS, 1990, p. 74).

Qualquer acordo obtido de modo comunicativo depende de tomada de posição em termos de sim ou não com relação a pretensões de validez criticáveis. A dupla contingência a ser absorvida por cada interação assume, no caso do agir comunicativo, a forma precária de um risco de dissenso, sempre presente e embutido no próprio processo de entendimento; e todo dissenso implica grandes custos. As principais opções são as seguintes: simples trabalho de reparo; suspensão de pretensões de validez controversas, o que traz o definhamento do solo comum de convicções compartilhadas; passagem para Discursos dispendiosos e incertos; quebra da comunicação ou, finalmente, passagem para o agir estratégico (HABERMAS, 1990, p. 85).

A possibilidade de escolher entre agir comunicativo e agir estratégico é abstrata porque ela só está dada na perspectiva contingente do ator individual. Na perspectiva do mundo da vida a que pertence cada ator não é possível dispor livremente desses modos de agir, pois as estruturas simbólicas de todo mundo da vida reproduzem-se sob as formas de tradição cultural, da integração social e da socialização – e esses processos só podem efetuar-se por meio do agir orientado para o entendimento mútuo. Não há outro meio equivalente capaz de preencher essas funções. A escolha entre agir comunicativo e agir estratégico só está em aberto num sentido abstrato, isto é, caso a caso (HABERMAS, 1989, p.125).

Pode se imaginar os componentes do mundo da vida, a saber, os modelos culturais, as ordens legítimas, e as estruturas de personalidade como se fossem condensações e sedimentações dos processos de entendimento, de coordenação da ação e da socialização, os quais passam através do agir comunicativo. Os componentes do mundo da vida resultam da continuidade do saber válido, da estabilização de solidariedades grupais, da formação de atores responsáveis e se mantém através deles. A rede da prática comunicativa cotidiana espalha-se sobre o campo semântico dos conteúdos simbólicos, sobre as dimensões do espaço social e sobre o tempo histórico (HABERMAS, 1990, p. 96).

A comunicação com vistas ao entendimento mútuo pode acontecer no nível do discurso. Ela se torna possível quando as pretensões de validez erguidas durante o agir comunicativo são problematizadas e se tornam objeto de uma controvérsia com base em argumentos. A partir daí os envolvidos na interação passam do agir comunicativo para outra uma forma especial de comunicação, denotada por umas práxis argumentativas em que além de desejarem convencer-se mutuamente, aprendem uns dos outros (HABERMAS, 2004, p. 92).

A partir de pontos de vista procedurais as argumentações aparecem como processos de entendimento mútuo que são regulados de tal maneira que proponentes e oponentes possam, numa atitude hipotética e, liberados da pressão da ação e da experiência, examinar as pretensões de validez que se tornaram problemáticas. Neste plano estão pressupostos pragmáticos de uma forma especial de interação: o que é necessário para uma busca cooperativa da verdade, organizada como uma competição, assim como o reconhecimento da imputabilidade e a da sinceridade de todos os participantes (HABERMAS, 1989, p. 110).

A partir de aspectos processuais o Discurso argumentativo apresenta-se como um processo de comunicação que, em relação com o objetivo de um acordo racionalmente motivado, tem que

satisfazer condições inverossímeis. No Discurso mostram-se estruturas de uma situação de fala que está particularmente imunizada contra a repressão e a desigualdade: uma forma de comunicação suficientemente aproximada de condições ideais (HABERMAS, 1989, p. 111).

As pressuposições da argumentação não são, apesar de contrafáticas, meros constructos, pois operam efetivamente no comportamento dos participantes da argumentação. Quem participa seriamente de uma argumentação adota faticamente tais pressuposições. Isso pode ser inferido das consequências que os participantes tiram de inconsistências percebidas. O procedimento de argumentação é autocorretivo no sentido de que as razões necessárias, por exemplo, uma liberalização "pendente" das normas de funcionamento e do regime de discussão, para a modificação de um círculo de participantes representativo, para uma ampliação da agenda ou para uma melhoria da base de informação resulta do próprio transcurso de uma discussão insatisfatória (HABERMAS, 2007, p. 63).

Colaboração e riqueza na sociedade em rede

A rede é um conjunto de nós interconectados deixa em aberto a sua morfologia, a natureza de seus laços e as suas fronteiras. Embora a análise de redes insista nas interrelações estruturais que compõem a rede, ela não predefine a sua estrutura, a qual pode ser regular como um cristal, esquizóide como um rizoma ou complexa como uma nuvem. De modo similar, ela não predetermina as fronteiras e a natureza dos laços. As conexões podem ser globais ou locais, lineares ou complexas, densa ou esparsamente costuradas, firme ou flexivelmente demarcadas. As redes são concebidas como estruturas abertas que podem se expandir integrando novos nós enquanto se difundem pelo espaço (VANDENBERGUE, 2010, p. 219).

Interconectando todos os indivíduos que se sentem preocupados com o estado do mundo em uma rede oculta, dispersa e virtual, que pode ocasionalmente se centrar e se manifestar como um "grupo em fusão", a rede global de redes trabalha como um poderoso meio para liquidar a "serialidade" do coletivo e interconectar os indivíduos em um grupo de ação consciente de si e capaz de ação coletiva comum, agora ou no futuro (VANDENBERGUE, 2010, p. 243).

É interessante observar a relação das redes sociais com a emergência e a generalização das formas de trabalho dito imaterial. A hegemonia do trabalho imaterial cria relações comuns e formas sociais comuns de um modo mais pronunciado do que nunca. Os produtos do trabalho imaterial são imediatamente sociais. A produção de comunicação, de relações afetivas e de conhecimento é capaz de expandir diretamente o campo de compartilhamento. Assim, casos singulares de processos de trabalho, condições produtivas, situações locais e experiências vividas coexistem com um "devir comum" (HARDT e NEGRI, 2005, p. 436).

O que se produz é comum, e o comum que compartilha serve de base para a produção futura, numa relação expansiva em espiral. Isto pode ser mais facilmente entendido em termos do exemplo da comunicação como produção: só se comunica com base em linguagens, símbolos, ideias e relações compartilhadas, e os resultados da comunicação constituem novas imagens, símbolos, ideias e relações comuns. Essa relação entre a produção e o comum é fundamental para compreender as atividades sociais e econômicas. (HARDT e NEGRI, 2005, p.437). Benkler (2006, p. 400) afirma que "a produção colaborativa emerge como sistema técnico social, viável, para motivar e organizar as contribuições coletivas humanas por outros meios que não sejam os contratos e a compensação do mercado". A produção colaborativa é a realização de uma atividade voltada para o comum. As redes

de produção colaborativa da sociedade atual têm características participativas e horizontais, entre produtores e usuários, que são diferentes das relações entre produtores, mediadores e consumidores do modo de desenvolvimento industrial do capitalismo.

Benkler (apud SILVEIRA, 2005, p. 16) afirma que os commons tornam possível é um ambiente em que os indivíduos e grupos são capazes de produzir informação e cultura por conta própria. Isso cria condições para um papel substancialmente maior tanto para a produção fora do mercado quanto para a produção radicalmente descentralizada. Os commons são uma necessidade mínima em todo o ambiente virtual e de redes, pois apenas com estes haverá progresso das inovações sem que exista a dependência à manipulação dos que buscam restringir o progresso das inovações na intenção de direcionar seus próprios negócios.

Dar é "transferir voluntariamente algo que nos pertence a alguém de quem pensamos que não pode deixar de aceitar" (GODELIER, 2001, p. 22). Pode se relacionar os processos de produção colaborativa, de bens materiais ou imateriais à economia da dádiva, fora da economia de mercado onde os valores devem sempre estar em condições de serem transformados em mercadoria. A relação social da dádiva visa a intersubjetividade e contempla o vínculo social. O sistema do Dom situa-se, portanto, no lado oposto do sistema mercantil.

A emergência de predominância de paradigmas antropológicos que aderem a outras formas de economia merece atenção, uma vez que estas modalidades contrapõem-se aos paradigmas economicista e utilitarista do capitalismo. No cenário das economias plurais, a economia da dádiva destaca-se como “pano de fundo”, pois apesar de se referir a setor não lucrativo, contempla o laço social e motiva atitudes solidárias, espontâneas e desprovidas de interesses capitalistas (GODBOUT, 1998).

Caillé (2002, p.65) diz que "a rede é o conjunto das pessoas com quem o ato de manter relações de pessoa a pessoa, de amizade ou de camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade [...] a partir da aposta no dom e na confiança". O que se verifica é que as redes da produção colaborativa são baseadas na confiança entre os seus participantes, confiança essa que é diretamente direcionada a economia da dádiva e sua tríplice obrigação: o dom de dar, receber e retribuir (MAUSS, 2001).

Caillé (2002, p. 19) indica a existência de dois paradigmas anteriores ao paradigma do dom ou, como ele mesmo intitula: o terceiro paradigma. Estes paradigmas são referentes à forma como as ciências sociais tentam compreender a relações humanas. O primeiro paradigma - do indivíduo - faz uma verificação da sociedade a partir de baixo e tem o indivíduo como ponto de partida da explicação da totalidade social. O segundo paradigma - holístico - refere-se ao oposto, a uma análise a partir de cima, na busca de entender a sociedade a partir do todo. O terceiro paradigma - o dom - tenta compreender as relações sociais a partir da sua horizontalidade, em função do conjunto das interrelações que ligam os indivíduos e os transformam em atores propriamente sociais. O dom ou a dádiva é considerado o agente selador das alianças humanas, que as simboliza, as garante e lhes dá vida.

A economia da dádiva pode ser observada, por exemplo, na forma como os cientistas elaboram para uso próprio a rede digital, com a proposta de compartilhar conhecimentos dentro de um espaço virtual único: a câmara comum dos intelectuais (BARBROOK, 2003, p. 140). O dar sem receber espalha-se com a web (a rede), fazendo seus usuários descobrirem facilidades e vantagens de compartilhar informação e conhecimento.

Barbrook (2003, p. 141) afirma que a liberdade de expressão é uma dádiva; e que a informação deve ser compartilhada e não para ser vendida como mercadoria. Ele acredita que todos aqueles que se usam a rede podem participar desta economia da dádiva "high tech". Não se sabe qual será o futuro desses compartilhamentos na rede, mas percebe-se que essa economia virtual ainda está em expansão.

Outra forma de economia que também se afasta do modelo capitalista, dentro de uma economia plural, é a economia solidária. Seu aspecto central não é lucratividade, ou seja, a expressão máxima do lucro. As finanças solidárias visam operações pautadas no respeito pelos valores éticos, ligados a melhoria das condições de vida, contemplando perspectivas sociais e ecológicas.

No modo de produção capitalista privilegia-se a competição e a desigualdade, uma vez que existe uma classe de que possui o capital (proprietária) e a classe que vende sua força de trabalho aos proprietários do capital. Singer (2002, p. 10) explica que na economia solidária é um modo de produção "cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual". Nesse sentido, todos aqueles que produzem são possuidores iguais de capital, seja nas cooperativas ou em sociedade econômica.

Lisboa (2005, p. 111) afirma que o que impulsiona o desenvolvimento da economia solidária são as novas formas de tecnologia existentes e a crescente afirmação das sociedades em rede. Isso acontece por que a rede é uma forma econômica que necessita de criatividade e trabalho coletivo, o que acaba por estimular formas de trabalho que possuam esta configuração. Além de promover a colaboração e a criatividade e fortalecer as redes de empresas, a economia solidária é considerada uma forma de sociedades enfrentarem desafios contemporâneos emergentes, afirmando uma economia vinculada diretamente à reprodução ampliada da vida de seus membros e não a serviço da lei do valor econômico.

O surgimento das economias plurais permite perceber cada vez mais a presença das redes colaborativas e produtivas, as quais têm a interação e a cooperação como condição para seu desenvolvimento. Caillé (2002) afirma que é necessário incentivar a expansão de atividades associativas, ou seja, atividades cooperativas que contribuam para o dinamismo da economia solidária.

Discurso e generosidade em ambientes wiki

A Internet caracteriza-se por dois aspectos principais. Primeiro, é um grande acervo de dados e de informações aberto a múltiplas escritas, leituras, apropriações e usos. Segundo, é uma arena ampliada geograficamente e socialmente para interação e a comunicação. Portanto, é um suporte de atividades cooperativas potencialmente em larga escala, organizadas no âmbito de comunidades interativas desenvolvedoras de softwares livres, produtoras de conteúdo como a Wikipedia ou simplesmente espaços relacionais como o Facebook (CARDON, 2008 apud MARTELETO, 2010, p. 32).

Os ambientes wiki são exemplos da emergência do modo de desenvolvimento informacional, que se potencializa na Internet através de práticas colaborativas realizadas sem forte acento capitalista de foco nos interesses do mercado (Benkler, 2006, p. 400). O'Reilly (2005) define este modo de práticas colaborativas na internet como web 2.0, cenário propício para a economia da dádiva por meio de interação, discurso e generosidade.

A família de ambientes Wiki é associada principalmente a Wikipédia, enciclopédia colaborativa, mas possui outras iniciativas importantes como Wikispecies[1] (destinado aos cientistas e busca agregar as diferentes espécies Wikitionary[2] (dicionário e tesauro em diversas línguas), Wikisource[3] (biblioteca livre, que possui um acervo digital de livros e textos fontes que estejam em domínio público ou possam ser usados livremente, de acordo com a licença Creative Commons) e Meta-wiki4 (site sobre os vários projetos da Wikimedia Foundation).

O termo wiki, que vem do idioma havaiano e significa rápido/veloz, foi utilizado inicialmente por Ward Cunningham, autor do primeiro wiki, em 1995: o Portland Pattern Repository (http://www.c2.com). O objetivo dele era criar sistema no qual o conteúdo, o gerenciamento e a disseminação das informações pudessem ser feitos pelos próprios usuários do site:

> Leuf e Cunningham definem o sistema Wiki como uma coleção livremente expansível de páginas Web interligadas em um sistema de hipertexto para armazenar e modificar informação - um banco de dados, onde cada página é facilmente ditada por qualquer usuário com um browser(...) O conteúdo pode ser editado e atualizado pelos usuários constantemente sem haver a necessidade de autorização do autor da versão anterior (BLATTMANN e DA SILVA, 2007).

Cunningham define princípios que ele considera inerentes aos ambientes wiki: (i) simple (usabilidade e interface adequadas para fácil manuseio); (ii) open (capacidade de o interagente promover modificações em textos e conteúdos incompletos); (iii) incremental (adicionar conteúdo por meio de hiperlink- citar páginas); (iv) organic (semelhante ao aberto: internauta pode contribuir para a evolução do conteúdo, inserindo informações e editando o que já estiver publicado – trata-se de uma ideia de constante modificação e construção); (v) mundane (textos mais frágeis e fragmentados tendem a citar páginas mais confiáveis e úteis); (vi) universal (qualquer escritor é editor e organizador neste processo horizontal); (vii) precise (a titulação da página deve ser realizada com cautela para evitar semelhanças com outras nomeações e confusão no momento de busca e recuperação); (viii) observable (qualquer visitante do site precisa ter a possibilidade de ver e rever as atividades); (iv) Convergent (existência de páginas semelhantes é indesejável e, portanto, algumas podem ser removidas ou redirecionadas).

Cunningham acrescenta três itens a serem considerados no processo dinâmico dos ambientes wiki: (i) Confiança (fator mais importante); (ii) Divertimento: o envolvimento e a participação tendem a ser maiores quando há espontaneidade e aspectos lúdicos, em vez de obrigações e imposições; (iii) e Compartilhamento: ambiente de troca de informações, ideias e experiências. Embora o conceito de gratuidade não faça parte da sua lista, entende se ser pertinente destacar que tais estruturas podem oferecer recursos e benefícios de forma gratuita.

Sunstein (2006, p. 149) afirma que os ambientes wikis são democráticos porque permitem que qualquer pessoa produza conteúdo. Os ambientes wikis são responsáveis por fazer dos usuários passivos da web criadores colaborativos de conteúdo. O saber coletivo é explorado em contraposição à visão tradicional do saber especializado. A riqueza de conteúdo trazida pela diversidade substitui os modelos tradicionais de produção individual (RODAS, 2009, p. 102).

---

1 http://species.wikimedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal
2 http://www.wiktionary.org/
3 http://pt.wikisource.org/wiki/Wikisource:P%C3%A1gina_principal
4 http://meta.wikimedia.org/wiki/Main_Page

Outro fato que deve ser destacado é o wiki constitui lugar privilegiado para a autorrealização dos sujeitos através do reconhecimento intersubjetivo. A estima social derivada do reconhecimento do valor das contribuições individuais na produção coletiva evidencia a relevância da solidariedade e da intelecção em grupo:

> Na sociedade moderna, as condições para a autorrealização individual só estão socialmente asseguradas quando os sujeitos podem experienciar o reconhecimento intersubjetivo não apenas de sua autonomia pessoal, mas também de suas necessidades específicas e capacidades particulares (Honneth, 2003, p. 189).

A constituição do eu, a integração social e a socialização são processos importantes relacionados às experiências discursivas do eu com os outros realizadas em rede. A rede tem uma dinâmica peculiar de validação de conteúdos: tudo o que é proposto é avaliado pelos participantes em interação. O que valida o conteúdo é sua qualidade, e não a autoridade formal de quem propõe. A relevância e a pertinência de determinado conteúdo são discutidas em rede, considerando aspectos de sinceridade, veracidade e correção, referindo-se respectivamente a questões subjetivas, objetivas e sociais.

Considerações finais

A sociedade em rede experimenta novas formas de produção de subjetividade e intersubjetividade nos processos de produção colaborativa e na economia da generosidade ou dádiva. Benkler (2006, p. 23) destaca que a internet revoluciona a forma como se produz informação. Informação e comunicação constituem-se em um mesmo processo. A internet fornece incontáveis, fáceis e baratas plataformas de colaboração e oportunidades de solidariedade.

As formas colaborativas de produção representam e expressam modos inovadores de compartilhamento de ideias, indicando que é possível mobilizar pessoas por meio da comunicação para buscar a realização de propósitos comuns. Estas formas colaborativas de produção e de organização social estão se generalizando, e parecem se contrapor as formas de produção industrial e de organização burocrática.

Esta generalização das formas colaborativas de produção e organização evidencia o papel da linguagem, da informação e da comunicação na constituição da sociedade. Este processo indica o potencial emancipatório da linguagem. A construção de formas inovadoras de agir coletivo e produção de riquezas, que diferem daquelas formas dominantes do capital, fazem parte de um metabolismo econômico plural. É nesta brecha que emerge a economia da generosidade.

As redes sociais virtuais possibilitam e potencializam modos de usar a linguagem, interagir e trabalhar inovadores. A internet constitui uma esfera pública conectada, onde as redes sociais se produzem e reproduzem continuamente. A sociedade em rede cria assim uma dinâmica diferente de produzir informações e dialogar, em um processo de argumentação racional permanente. As redes virtuais e a internet facilitam a interação entre pessoas, a constituição de grupos e a auto-organização.

Os ambientes wiki são espaços privilegiados de interação, discurso e produção. Neles as pessoas interagem a partir de suas próprias referencias e disponibilidades, compartilhando informações e argumentando. É esta dinâmica comunicacional que ao mesmo tempo faz emergirem informações, e processarem a sua validação. O que importa é a capacidade comunicacional dos

participantes, e a qualidade do seu argumento. Há uma ruptura profunda com as noções meramente instrumentais e estratégicas da comunicação e da produção.

Os ambientes wiki são esferas públicas autônomas, onde são privilegiadas as interações mediadas pela linguagem relativamente livres as coerções do poder e do dinheiro. Se Habermas (1997, p. 92) considera que a esfera pública é uma rede de comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, na qual os fluxos são sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões enfeixadas em temas específicos, cabe destacar a rede como espaço de controvérsia e discussão, capaz de contribuir para a formação racional da opinião e da vontade pública.

Os ambientes wiki são uma produção baseada na informação e na comunicação operadas de modo solidário e generoso. Cabe também destacar que nos ambientes wiki a subjetivação está claramente associada intersubjetividade. São as redes de colaboradores que produzem e ao mesmo tempo validam as informações, numa dinâmica comunicacional intensa. É o uso da linguagem que cria a identidade das redes de colaboradores, permitindo o seu reconhecimento e o discurso.

Referências

CAILLÉ, Alain. Dádiva e associação. In: MARTINS, Paulo Henrique**. A dádiva entre os modernos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 191-205

CAILLÉ, Alain. Capital social, reconhecimento e dádiva. In: MARQUES, Ângela; MATOS, Heloiza (Orgs). **Comunicação e política**: capital social, reconhecimento e deliberação pública. São Paulo: Summus, 2011.

BENKLER, Yochai. **The wealth of networks**: how social production transforms markets and freedom. USA: Yale University Press, 2006. 515p.

BENKLER, Yochai. **The Penguin and the Leviathan**: how cooperation triumphs over selfinterest. New York: Crown Business, 2011.

CUNNINGHAM, W. Wiki design principles. Disponível em: http://c2.com/cgi/wiki?Wiki DesignPrinciples. Acesso em: 14 de dezembro de 2011.

GODBOUT, J & CAILLE, A. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2002.

GODELIER, M. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico**: estudos filosóficos.Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade, v. II. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo: Loyola, 2004.

HABERMAS, J. (2007). **Entre naturalismo e religião**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo

Brasileiro, 2007.

HARDT, M.; NEGRI, T. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo, Editora 34, 2003.

LISBOA, A. de M. Economia solidária e autogestão. **RAE**, n.3, p. 109-115, 2005.

MARTELETO, Regina. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. P**esquisa Brasileira em Ciência da Informação.** Brasília, v.3, n.1, p.27-46, jan. /dez. 2010.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2001.

RODAS, Leandro Cianconi de Paiva. **Democracia e cidadania na web social**: participação, colaboração e produção coletiva de conhecimento. Niterói, 2009. Dissertação, UFF, Programa de pós-graduação em ciência da informação.

SILVEIRA, S. A. **A mobilização colaborativa e a teoria da propriedade do bem intangível**. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em http://br.gnome.org/TeseSA/WebIndex. Acesso em 15 dez. 2011.

SINGER, P**. Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SUNSTEIN, Cass. **Infotopia**: how many minds produce knowledge. New York: Oxford University Press, 2006.

VANDENBERGUE, Frédéric. **Teoria social realista**: um diálogo franco-britânico. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010.

Capítulo 4

NOTAS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA DO TRABALHO IMATERIAL A PARTIR DA TEORIA DO AGIR COMUNICATIVO

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima

Resumo: Neste artigo apresenta-se um esboço de agenda de pesquisa na obra de Jurgen Habermas, após o estágio de pós-doutorado no IBICT sob a supervisão da pesquisadora Maria Nélida González de Gomez. A investigação está orientada para o conceito de trabalho imaterial, especialmente nas obras de André Gorz e de Toni Negri. Este conceito deriva da moção marxista de General Intellect. Um dos eixos de indagação é da noção do trabalho como modo de integração social, que fundamenta a teoria de Marx. O segundo eixo de discussão é o lugar da comunicação e da cultura de rede nas sociedades atuais. Apresenta-se a teoria do agir comunicativo de Habermas como modo de deslocar as indagações e a critica para a linguagem, o agir comunicativo e o Discurso.

Introdução

A definição de uma agenda de pesquisa do trabalho imaterial na sociedade contemporânea pode seguir caminho semelhante ao realizado pelo próprio Habermas na conclusão da sua TAC, quando indica um programa de investigações interdisciplinares usando as mesmas categorias da primeira teoria crítica desenvolvida no Instituto de Investigação Social:

> Decidi fazer estas notas ilustrativas porque quero sublinhar o caráter plenamente aberto e a capacidade de conexão que ter uma teoria de sociedade, pretensão cuja fecundidade só se poder acreditar no contato com as ramificadas investigações de tipo sociológico e filosófico. O que a teoria da sociedade pode proporcionar por si mesma se assemelha a capacidade focalizadora de uma lente. Só quando as ciências sociais deixarem de ser capazes de inspirar novas ideias haverá terminado a época da teoria da sociedade (HABERMAS, v. 2, p. 542, tradução nossa).

A primeira teoria crítica havia se proposto como tarefa investigar as patologias da modernidade. Até os anos 1940 o trabalho do Instituto de Investigação Social está dominado por seis temas: 1. as formas de integração das sociedades pós-liberais; 2. a socialização na família e o desenvolvimento do Eu; 3. os meios de comunicação de massa e a cultura de massas; 4. a psicologia social do protesto paralizado e silencioso; 5. a teoria da arte; e 6. a crítica ao positivismo e à ciência. Este espectro de temas reflete a noção programática de Horkheimer de uma ciência social interdisciplinar. Nesta fase o propósito dos membros do Instituto é investigar como questão central a racionalização como coisificação, valendo-se para isto dos diferentes meios oferecidos pelas distintas disciplinas sociológicas (HABERMAS, 1987, v. 2, p. 534).

As **formas de integração social nas sociedades contemporâneas**

Uma das questões pertinentes para esta agenda de investigações é apresentada por Gorz nas suas digressões das "misérias do presente", em que discute o sujeito da crítica social e confronta Habermas e Alain Touraine. Ele argumenta que a comparação é particularmente instrutiva,

> Pois ambos rejeitam as teorias estruturalistas ou pós-estruturalistas, pós-modernas ou antimodernas. Ambos compreendem a modernidade como um movimento de emancipação; e ambos constatam o crescente divórcio entre os atores e o sistema, entre os sentidos, subjetivo e objetivo. Convergindo ambos sobre questões políticas importantes, divergem, porém, no que toca a questões teóricas fundamentais (GORZ, 2004, p. 142).

Gorz (2004, p. 142) afirma que Habermas e Touraine partem da teoria da modernidade de Max Weber: ambos compreendem a modernidade como uma diferenciação das esferas da atividade e da vida sociais. Tais esferas tornamse cada vez mais independentes umas das outras, cada qual desenvolvendo sua própria lógica, sua própria abordagem racional de seus fins específicos. O mundo torna-se cada vez mais complexo e tal complexidade requer aparelhos de coordenação e de administração que exigem uma formalização cada vez mais cerrada das relações e dos procedimentos. O mundo cultural desintegra-se.

Gorz procura ressaltar as semelhanças entre os diagnósticos de Habermas e Touraine. Após isto, quer evidenciar o que denomina profundas divergências filosóficas:

> Habermas jamais se refere aos atores sociais como sujeitos, ao passo que, para Touraine, o ator e o sujeito pessoal não podem existir um sem o outro. Habermas substitui a ideia de sujeito por aquela de "mundo da vida" e este último fundará a legitimidade tanto teórica como prática de sua crítica social. Habermas preocupa-se essencialmente com os efeitos destrutivos que têm sobre o mundo da vida a complexidade crescente do ambiente social e a extensão das esferas de atividades formalizadas e autonomizadas em detrimento dos recursos culturais que tornam os indivíduos capazes de se orientarem intuitivamente no mundo, de se entenderem e de interagirem comunicacionalmente (GORZ, 2004, p. 144).

Gorz (2004, p. 146) adverte que enquanto a crítica social depender da integridade e da vitalidade o mundo da vida, corre o risco de permanecer ou abstratamente teórica ou praticamente conservadora. A própria definição que Habermas dá ao mundo da vida, segundo Gorz, implica que sua resistência é uma resistência à mudança e à inovação. À medida que aumenta a complexidade do sistema, o mundo da vida não consegue mais interpretar os acontecimentos e fazer-lhes frente. Torna-se cada vez mais provinciano. Deve-se esperar que o mundo da vida resista à pressão crescente das coerções sistêmicas não por obra de uma crítica e de ações racionais, mas defendendo as evidências intuitivas, os modos de pensar familiares, as tradições. Gorz elogia a maneira como Axel Honneth reinterpreta a teoria de Habermas. Honneth concede importância crucial àquilo que Adorno chama de "não-idêntico", isto é, as atividades e as relações nas quais o sujeito se recusa a identificar-se a um papel, a uma função ou a uma utilidade social.

Honneth considera que o não-idêntico não é simplesmente uma dimensão residual, mas sim é uma dimensão da experiência individual que pode tornar-se central e lançar as bases, ao mesmo tempo, de uma critica da sociedade e uma oposição à racionalidade instrumental. O não idêntico compreende tanto a experiência estética como as relações comunicacionais, como o amor e a amizade, e a ternura, que repudiam o uso que se pode fazer deles como meios tendo em vista outros

fins. Honneth foca assim no que denomina "as patologias do reconhecimento social". Tais patologias aparecem quando os indivíduos não podem ser reconhecidos por aquilo que são, fazem, sentem ou desejam, quando existe um conflito ou uma contradição entre sua experiência da realidade e as normas sociais em virtude das quais pode ser reconhecido e apreciado. Exatamente porque estas normas não correspondem mais à situação real, os indivíduos não podem mais corresponder àquilo que se espera deles e aquilo pelo que a sociedade está pronta a reconhecê-los, o sistema põe fora do seu alcance ou mesmo torna contraditória com aquilo pelo que eles estimam ter o direito de serem reconhecidos. Trata-se de um passo importante de Honneth em direção à noção de sujeito:

> Quando as evidências incontestáveis, as convicções inquebrantáveis, os papéis sociais e as identidades são varridas por um processo de desintegração e de mudanças profundas e continuas do tecido social, o sujeito torna-se o único fundamento possível de uma crítica social ao mesmo tempo efetiva e legitima. Os indivíduos, então, não podem mais ser explicados nem compreendido a partir do seu lugar na sociedade, nem por aquilo que a sociedade deles espera ou por aquilo que estão acostumados a dela esperar.... Ao contrário, pede-se aos indivíduos que estejam prontos a mudança, a mudar de emprego, de qualificação, de consumos, de modo de vida, de domicílio etc. Sua vida e suas atividades não são mais modeladas pelas exigências normativas da utilidade social. A sociedade não tem mais emprego para uma proporção crescente de seus membros. De uma maneira ou de outra, vida e trabalho estão dissociados, da mesma forma que o tempo de trabalho está dissociado do tempo consagrado pelo indivíduo a produção de si e a produção de sentido (GORZ, 2004, p. 147-148).

Nas sociedades atuais a vida dos indivíduos encontra-se assim cada vez menos dominada pela racionalidade instrumental. Quando diminui a quantidade de trabalho exigida para a produção e a reprodução, espaços virtualmente ilimitados ficam disponíveis para as atividades autodeterminadas sem finalidade pré-determinada: atividades de preservação, relacionais, de ajuda mútua, educativas, artísticas, redes auto-organizadas de cooperação e de troca não monetária. Quando a produção material deixa de crescer, o industrialismo declina e o tempo disponível tende a prevalecer sobre o tempo de trabalho, o poder econômico e político deslocam-se a novos terrenos.

O capital busca controlar o tempo disponível, as atividades não produtivas, não materiais por meio das quais os indivíduos produzem a si mesmos. Tenta impedir que se apossem do tempo liberado pelas economias do tempo de trabalho e empreguem este tempo na apropriação de sua existência. O capital para perpetuar seu poder precisa controlar as atividades nas quais se funda a capacidade dos indivíduos e das comunidades de se responsabilizarem por si mesmos: sua capacidade de autonomia. O afrouxamento das coerções socializadoras e as possibilidades de maior autonomia são apresentados como vazios ameaçadores, contra os quais as identidades de reciclagem oferecidas no mercado pelas indústrias da moda, da cultura e da saúde prometem protegê-los (GORZ, 2004, p. 149).

Quando busca um sentido para as metamorfoses do trabalho, Gorz (2007, p. 82) diz que todo trabalho se desenvolve em três dimensões e que não basta restituir-lhe autonomia em uma só ou outra delas para que se torne, de fato, uma atividade autônoma, isenta de alienação ou de heteronomia. Estas três dimensões são: a. a organização do processo de trabalho; b. a relação com o produto que o trabalho tem por fim realizar; c. os conteúdos do trabalho, isto é, a natureza das atividades que ele requer e as faculdades humanas que demanda. O trabalho só se torna uma atividade autônoma se é: a. auto-organizado em seu processo; b. busca livre da finalidade a que se propõe; c. humanamente satisfatório para a pessoa que a ele se dedica.

Gorz (2007, p. 89) observa que atualmente as correspondências entre formação profissional e cultura do cotidiano e as passarelas que levam de uma a outra são irremediavelmente destruídas pela tecnicidade presente de tarefas cada vez mais especializadas. A espessura do mundo é abolida. Resta apenas uma atividade puramente intelectual. É o triunfo do que Husserl definia como "a matematização da natureza". Gorz diz que o "mundo vivido" em Husserl é antes de tudo o mundo em sua espessura sensível tal como o temos em relação ao corpo, com uma certeza tão evidente quanto nosso próprio corpo. O mundo nos pertence pelo corpo nós lhe pertencemos – estamos no mundo – através dele. O sentido dessa relação de inerência recíproca é sempre informado, remanejado segundo uma matriz cultural que se aprende ao mesmo tempo em que se aprende a falar, a existir o corpo como relação a outros e ao mundo humanizado da cultura em que se nasce. A espessura do mundo vivido pela inerência corporal pode ser o solo das certezas vividas, a matéria que é posta em forma, modelizada pela cultura ou negada pela barbárie.

A cultura do trabalho fragmentado em mil estilhaços de saber especializado vê-se assim isolada da cultura do cotidiano. O saber profissional não pode fornecer nem as balizas nem os critérios que permitem aos indivíduos imprimir um sentido, orientado o curso do mundo, nele orientarse. Descentrados de si mesmo pelo caráter unidimensional de suas tarefas e de seus saberes, violentados em sua existência corporal, devem viver em um ambiente em vias de dispersão e de fragmentação continuas, entregues a agressão das tecnologias. A vida cotidiana estilhaçou-se em paragens de tempos e espaços isolados uns dos outros, uma sucessão de solicitações agressivas e excessivas, tempos mortos e atividades rotineiras. A esta fragmentação renitente à integração do mundo vivido corresponde uma cultura do cotidiano feita de sensações fortes, modas efêmeras, divertimentos espetaculares e informações também fragmentárias.

A cultura técnica é a incultura de tudo o que não é técnico. Aprender a trabalhar é desaprender a encontrar, e mesmo a buscar um sentido às relações não instrumentais com os outros e o meio ambiente. A violência é, fundamentalmente, em relação corpo. A violência é o negativo: é o negativo da ternura. A ternura é uma relação com o corpo de outrem tratado como corpo sensível para exaltar a sensibilidade e o gozo que tem de si próprio. Esta relação ao corpo do outro implica na exaltação da própria sensibilidade. A racionalidade instrumental está inscrita na funcionalidade das ferramentas cotidianas e dos suportes concebidos para nossos corpos. Tudo resulta de tratar o meio de vida de maneira instrumental, violentar a natureza e fazer violência ao corpo e ao corpo do outro. A cultura do cotidiano é uma cultura da violência ou, em sua forma extrema, uma cultura da barbárie, tematizada, refletida, sublimada, exacerbada, negando-se por sua própria afirmação ou exibindo uma antiestética da insensibilidade, da crueza, da feiúra (GORZ, 2007, p. 91).

Assim se vê melhor o que se pode e o que não se pode pedir da técnica. Pode-se pedir a ela para aumentar a eficácia do trabalho e a reduzir sua duração e o esforço. É preciso saber que a potência crescente da técnica tem um preço: ela cinde o trabalho e a vida, e a formação profissional e a cultura do cotidiano. Ela exige a dominação despótica de si em troca da dominação crescente da natureza, e retrai o campo da experiência sensível e da autonomia existenciais. Ela separa o produtor do produto, a tal ponto que não conhece mais a finalidade daquilo que faz. Um trabalho que tem por efeito e por finalidade fazer economizar trabalho não pode ao mesmo tempo glorificar o trabalho como fonte essencial da identidade e do desenvolvimento pessoais:

> O sentido da atual revolução técnica não pode ser o de reabilitar a ética do trabalho e a identificação ao trabalho. Só adquire sentido caso alargue o campo das atividades não

> profissionais na qual cada um, cada uma, e inclusive os trabalhadores de novo tipo, podem desenvolver a parte de humanidade que, no trabalho tecnicizado, não encontra emprego (GORZ, 2007, p. 93).

As sociedades industrializadas produzem quantidades crescentes de riquezas com quantidades decrescentes de trabalho. Contudo, essas sociedades não produzem uma cultura de trabalho que, desenvolvendo plenamente as capacidades individuais, permite aos indivíduos desenvolverem-se livremente, durante seu tempo disponível, pela cooperação voluntária, as atividades científicas, artísticas, políticas etc. Não há "sujeito social" capaz, cultural e politicamente, de impor uma redistribuição do trabalho de tal modo que todos possam ganhar sua vida trabalhando, mas trabalhando cada vez menos e recebendo, sob a forma de rendimentos crescentes, sua parte da riqueza crescente socialmente produzida.

À medida que se estendem os horizontes de tempo disponível, o tempo de não-trabalho pode deixar de ser o avesso do tempo de trabalho: pode deixar de ser o tempo de repouso, de descanso, de recuperação de forças, tempo de atividades acessórias, complementares da vida de trabalho; de preguiça, o outro lado da constrição ao trabalho forçado, heterodeterminado; de divertimento, o avesso do trabalho anestesiante e esgOtante em sua monotonia. Aumentam a possibilidade e a necessidade de estruturá-lo por meio de outras atividades e outras relações nas quais os indivíduos desenvolvem suas faculdades de outra maneira, adquiram outras capacidades, conduzam uma outra vida:

> Novas relações de cooperação, de comunicação, de troca, podem ser tecidas no tempo disponível e inaugurar um novo espaço social e cultural, feito de atividades autônomas, de fins livremente escolhidos. Uma nova relação, invertida, entre o tempo de trabalho e o tempo disponível tende, então, a se estabelecer: as atividades autônomas podem tornar-se preponderantes com relação a vida de trabalho, a esfera da liberdade com relação à esfera da necessidade. O tempo da vida não precisa mais ser gerido em função do tempo do trabalho. É o trabalho que deve encontrar seu lugar subordinado em um projeto de vida (GORZ, 2007, p. 95).

Gorz (2007, p. 96) pensa que os indivíduos serão então mais exigentes quando a natureza, o conteúdo, as finalidades e a organização do trabalho. Não aceitarão o "trabalho idiota" nem a submissão a uma vigilância e a uma hierarquia opressivas. A liberação do trabalho será conduzida à liberação no trabalho, sem por isso transformá-lo em livre atividade pessoal que coloca a si mesmo seus próprios objetivos. A heteronomia não pode numa sociedade complexa ser completamente suprimida em beneficio da autonomia no interior da esfera da heteronomia, as tarefas podem ser requalificadas, recompostas, diversificadas, de modo a oferecer maior autonomia no interior da heteronomia, em particular graças à autogestão do tempo de trabalho. A sociedade do tempo liberado é uma sociedade da cultura.

Comunicação e cultura em rede

Outra questão pertinente para uma agenda de pesquisas do trabalho na sociedade contemporânea aparece quando Hardt e Negri (2003, p. 51), ao indagar como podem ser constituídos os elementos políticos da máquina imperial, afirmam que as grandes potências industriais e financeiras produzem não apenas mercadorias, mas também subjetividades. Produzem subjetividades agenciais dentro de um contexto biopolítico: produzem necessidades, relações sociais, corpos e

mentes – ou seja, produzem produtores. Na esfera biopolítica a vida é levada a trabalhar para a produção e a produção é levada a trabalhar para a vida.

Um dos lugares onde se deve localizar a produção biopolítica da ordem é nos nexos imateriais da produção da linguagem, da comunicação e do simbólico que são desenvolvidos pelas indústrias de comunicação. O desenvolvimento de redes que se comunicam tem uma relação orgânica com a emergência da nova ordem mundial – é causa e efeito, produtor e produto. Organiza o movimento multiplicando e estruturando interconexões por intermédios de redes. Expressa o movimento e controla o sentido de direção do imaginário que percorre essas conexões comunicativas. Em outras palavras, o imaginário é guiado e canalizado dentro da máquina de comunicação. A mediação é absorvida dentro da máquina produtiva. A síntese política do espaço social é fixada no espaço da comunicação. É por isto que as indústrias de comunicação assumem posição tão central: elas apenas organizam a produção em nova escala e impõem nova estrutura global, mas também tornam imanente sua justificação. O poder enquanto produz organiza, e enquanto organiza, fala e se expressa como autoridade. A linguagem em uso na comunicação produz mercadorias e cria subjetividades, põe umas em relação às outras e ordena-as. As indústrias de comunicações integram o imaginário e o simbólico dentro do tecido biopolítico, não simplesmente colocando-os a serviço do poder, mas integrando-os em seu próprio funcionamento (HARDT; NEGRI, 2003, p. 52).

A estrutura e a administração das redes de comunicação são condições essenciais para a produção na economia da informação. Essas redes globais precisam ser construídas e policiadas para garantir ordem e lucros. Não deve ser surpresa que as redes de comunicação tenham se tornado o mais ativo terreno de fusões e competição para as corporações transnacionais mais poderosas. A novidade da infraestrutura da informação é o fato de que está embutida nos novos processos de produção e lhes é totalmente imanente. No auge da produção contemporânea, a informação e a comunicação são as verdadeiras mercadorias produzidas. A rede em si é tanto o lugar da produção quanto da circulação (HARDT; NEGRI, 2003, p. 318).

Em termos políticos, a infraestrutura global de informações pode ser caracterizada como a combinação de um mecanismo democrático com um mecanismo oligopolista, que opera segundo diferentes modelos de sistemas de rede. A rede democrática é um modelo horizontal e desterritorializado. A internet é o principal exemplo dessa estrutura de rede democrática:

> Um número potencialmente ilimitado de nós, interconectados, comunica-se sem ponto central de controle; cada nó, independentemente de localização territorial, se conecta a todos os demais através de uma imensidade quantidade de rotas e relés.... Como não tem centro e praticamente qualquer pedaço pode continuar a funcionar mesmo com parte dela destruída. O elemento de desenho que assegura a sobrevivência, a descentralização, é o mesmo que torna tão difícil controlar a rede. Como nenhum ponto da rede é necessário para que os outros pontos se comuniquem, é difícil para a internet regulamentar ou proibir a comunicação entre eles. Este modelo democrático é o que Deleuze e Guattari chamam de rizoma, uma estrutura de rede não hierárquica e não centralizada (HARDT; NEGRI, 2003, p. 230).

Hardt e Negri (2003, p. 321) observam que as diversas corporações de telecomunicações, e de fabricante de hardware e software, e corporações de informação e entreterimento estão se fundindo e ampliando suas operações, esforçando-se para dividir e controlar os novos continentes de redes produtivas. Haverá pedaços e aspectos dessa rede consolidada que resistirão ao controle, graças à

estrutura interativa e descentralizada da rede, mas está em marcha uma maciça centralização do controle por meio da unificação dos elementos principais das estruturas de poder da informação e da comunicação. As novas tecnologias de informação e comunicação que oferecem a promessa de democracia e igualdade social, de fato criam novas linhas de desigualdade e exclusão.

Quando Hardt e Negri (2005, p. 326) falam da grande marcha da democracia, dizem que a opinião pública torna-se sob muitos aspectos a forma primordial de representação nas sociedades contemporâneas. A noção de opinião pública está desde o início intimamente ligada a noções de representação democrática, tanto como veículo que completa a representação, quanto como suplemento que compensa suas limitações. Entre suas visões extremas, a opinião pública é concebida como uma forma de mediação entre as muitas expressões individuais ou de grupo e a unidade social. A noção de sociedade civil em Hegel é fundamental para a concepção da opinião pública como mediação. A sociedade civil é o terreno de todas as organizações e instituições sociais, econômicas e políticas que não fazem parte do Estado. A noção hegeliana de sociedade civil constitui um modelo que permite conduzir a pluralidade da expressão individual na opinião pública para a unidade racional compatível com a soberania.

A partir de meados do século XX, a opinião pública tem sido transformada pela gigantesca expansão dos meios de comunicação – jornais, rádio, televisão, internet. A velocidade da informação, a exasperadora sobreposição de símbolos, a permanente circulação de imagens e a evanescência dos significados parecem minar a noção de opinião pública tanto como expressões individuais múltiplas quanto como uma voz racional unificada. Hardt e Negri (2005, p. 329) afirmam que entre os teóricos contemporâneos da opinião pública, Habermas é o que mais claramente reata com a noção hegeliana de mediação, ligando-a a visão utópica da expressão individual racional. Eles dizem que existe uma ressonância racionalista e moralista ao longo do esforço para distinguir o mundo da comunicação livre e a ética do sistema de instrumentalidade e dominação, e certa indignação contra a colonização capitalista do mundo da vida. É neste ponto que, para eles, a concepção da comunicação ética numa esfera pública democrática parece completamente utópica e irrealizável. Eles observam que se vier a manifestar-se alguma forma de redenção ética, tem de ser construída dentro do sistema.

Hardt e Negri (2005, 330) afirmam que o campo dos estudos culturais fornece importante análise do novo papel dos meios de comunicação e das pesquisas de opinião, que constituem os fatores essenciais na construção e na expressão da opinião pública contemporânea. Eles destacam que uma das percepções fundamentais dos estudos culturais é que a comunicação é paradoxal. Embora seja constantemente bombardeado pelas mensagens e significados da cultura e dos meios de comunicação, não se é apenas receptor ou consumidor passivo. Constantemente se está extraindo novos significados do mundo cultural, resistindo às mensagens dominantes e descobrindo novos modos de expressão social. Não se está isolado no mundo social da cultura dominante, mas tampouco simplesmente concordando com seus poderes. O que se faz é criar no interior da cultura dominante não apenas subculturas alternativas, e também novas redes coletivas de expressão.

A comunicação nas sociedades contemporâneas é produtiva, não apenas de valores econômicos, mas também de subjetividade. Assim, opinião pública não é uma expressão adequada para as redes alternativas de expressão nascidas na resistência, pois nas concepções tradicionais a opinião pública tende a apresentar ou um espaço neutro de expressão individual ou um todo social unificado – ou uma combinação mediada desses dois pólos. As formas de expressão social são redes da multidão que resistem ao poder dominante, e que a partir do seu interior consegue produzir

expressões alternativas. Hardt e Negri (2005, p. 333) dizem que a opinião pública não é uma voz unificada ou um ponto médio de equilíbrio social. Em vez de sujeito democrático, a opinião pública é um campo de conflito definido por relações de poder nas quais se pode e deve intervir politicamente, através da comunicação, da produção cultural e de todas as outras formas de produção biopolítica. Esse campo é não equânime e radicalmente assimétrico. O reconhecimento de que a opinião pública é um campo de conflitos não fornece respostas, mas esclarece o problema.

A perspectiva do agir comunicativo

Habermas enuncia assim a tarefa de uma teoria crítica da sociedade ao concluir a sua teoria do agir comunicativo:

> O propósito da presente investigação é introduzir a Teoria da ação comunicativa que dê razões aos fundamentos normativos de uma teoria crítica da sociedade. A Teoria da ação comunicativa representa uma alternativa a filosofia da história... A Teoria da ação comunicativa constitui um marco dentro do qual se pode retomar aquele projeto de estudos interdisciplinares sobre o tipo seletivo de racionalização que representa a modernização capitalista. (1987, v. 2, p. 562-563).

Habermas (1990, p. 15) comenta que a passagem do paradigma da filosofia da consciência para a filosofia da linguagem constitui um corte profundo: a partir deste momento os sinais linguísticos, que serviam apenas como instrumento e equipamento de representações, adquirem como reino intermediário dos significados linguísticos uma dignidade própria. As relações entre linguagem e mundo, entre proposição e estados de coisas, substituem as relações sujeito-objeto. O trabalho de constituição do mundo deixa de ser tarefa da subjetividade transcendental para se transformar em estruturas gramaticais.

A nova compreensão da linguagem obtém relevância paradigmática graças, principalmente, às vantagens metódicas que exibe frente à filosofia do sujeito, cujo acesso às realidades da consciência é inevitavelmente introspectivo. É possível alguém se certificar da validade intersubjetiva de observações através da prática experimental, portanto, através da transformação regulada de percepções de dados. Uma objetivação semelhante ocorre quando empreendemos a análise de representações e pensamentos seguindo as formações gramaticais, graças às quais eles são expressos (HABERMAS, 1990, p. 55).

Através da passagem para a pragmática formal a análise da linguagem consegue reaver a amplitude e os questionamentos da filosofia do sujeito, que tinham sido dados como perdidos. O próximo passo consiste na análise dos pressupostos gerais que devem ser preenchidos para que os participantes da comunicação possam entrar em entendimento sobre algo no mundo. Estes pressupostos pragmáticos do entendimento apresentam como peculiaridade grande dose de idealização.

A guinada pragmática oferece a saída para aquilo que Habermas (1990, p. 57) chama de recuperação da abstração estruturalista. As realizações transcendentais não se retiram para os sistemas de regras gramaticais como tais: a síntese linguística é muito mais o resultado da obra construtiva do entendimento, a qual se efetua através das formas de intersubjetividade rompida. As regras gramaticais garantem a identidade de significado das expressões linguísticas, mas têm de

deixar espaço para um uso individualmente nuançado e inovador destas expressões, cujo significado possui uma identidade apenas suposta.

Os tipos de interação distinguem-se de acordo com o mecanismo de coordenação da ação. É preciso saber se a linguagem natural é usada apenas como meio para a transmissão de informações ou também como fonte da integração social. O primeiro caso é um agir estratégico; e o segundo, um agir comunicativo. No segundo caso, a força consensual do entendimento linguístico, isto é, as energias de ligação da própria linguagem, tornam-se efetivas para a coordenação das ações, ao passo que no primeiro caso o efeito de coordenação depende da influência dos atores uns sobre os outros e sobre a situação da ação a qual é veiculada através de atividades não linguísticas. Cabe mencionar que aquilo que se obtém visivelmente através da gratificação ou da ameaça, sugestão ou engano, não pode valer intersubjetivamente como acordo:

> Visto na perspectiva dos participantes, os dois mecanismos, o do entendimento motivador da convicção e o da influenciação que induz o comportamento, excluem-se mutuamente. Ações de fala não podem ser realizadas com a dupla intenção de chegar a um acordo com um destinatário sobre algo e, ao mesmo tempo, produzir algo nele, de modo casual. Na perspectiva de falantes e ouvintes, um acordo não pode ser imposto a partir de fora e nem forçado por uma das partes – seja através da intervenção direta na situação da ação, seja indiretamente, através de uma influência calculada sobre os enfoques proposicionais de um oponente (HABERMAS, 1990, p. 71).

Uma vez que o agir comunicativo depende do uso da linguagem dirigida ao entendimento, ele deve preencher condições rigorosas. Os atores participantes tentam definir cooperativamente os seus planos de ação, levando em conta uns aos outros, no horizonte de um mundo da vida compartilhado e na base de interpretações comuns da situação. O agir comunicativo distinguese, pois, do estratégico, uma vez que a coordenação bem-sucedida da ação não está apoiada na racionalidade teleológica dos planos individuais de ação, mas na força racionalmente motivadora de atos de entendimento, portanto, numa racionalidade que se manifesta nas condições requeridas para um acordo obtido comunicativamente.

No agir comunicativo os atores têm de abandonar o enfoque objetivador de um agente orientado pelo sucesso, que deseja produzir algo no mundo, e assumir o enfoque performativo de um falante, o qual procura entender-se com uma segunda pessoa sobre algo no mundo. Sem essa reorientação, que leva em conta as condições do uso da linguagem voltada ao entendimento, eles não têm acesso ao potencial das energias de ligação existentes na linguagem. No agir estratégico a constelação do agir e do falar modifica-se: as forças ilocucionárias de ligação enfraquecem; a linguagem se encolhe, transformando-se em meio de informação (HABERMAS, 1990, p. 74).

Enquanto o segmento situacionalmente relevante do mundo da vida se impinge ao agente, por assim dizer, frontalmente, como um problema que ele tem de resolver por conta própria, ele se vê sustentado por um mundo da vida que não somente forma o contexto para os processos de entendimento mútuo, mas também fornece os recursos para isto. O mundo da vida comum em cada caso oferece uma provisão de obviedades culturais de onde os participantes da comunicação tiram seus esforços de interpretação os modelos de exegese consentidos (HABERMAS, 1989, p. 166).

O agir comunicativo pode ser compreendido como um processo circular no qual o ator é duas coisas ao mesmo tempo: ele é o iniciador, que domina as situações por meio de ações imputáveis e, ao mesmo tempo, é também o produto das tradições nas quais se encontra, dos grupos solidários aos quais pertence e dos processos de socialização nos quais se cria. Na medida em que os participantes

da comunicação compreendem aquilo sobre o que se entendem como algo em um mundo, como algo que se desprende do pano de fundo do mundo da vida para se ressaltar em face dele, o que é explicitamente sabido separa-se das certezas que permanecem implícitas, os conteúdos comunicados assumem o caráter de um saber que se vincula a um potencial de razões, pretende validade e pode ser criticado, isto é, contestado com base em razões. (HABERMAS, 1989, p. 169).

Podem-se imaginar os componentes do mundo da vida (modelos culturais, ordens legítimas e estruturas de personalidade) como se fossem condensações e sedimentações dos processos de entendimento, de coordenação da ação e de socialização, os quais passam através do agir comunicativo. Aquilo que brota das fontes do mundo da vida e desemboca no agir comunicativo, que corre através das comportas da tematização e que torna possível o domínio de situações, constitui o estoque de um saber comprovado na prática cotidiana. A rede da prática comunicativa cotidiana espalha-se sobre o campo semântico de conteúdos simbólicos, sobre as dimensões do espaço social e sobre o tempo histórico, constituindo o meio através do qual se forma e se reproduz a cultura, a sociedade e as estruturas de personalidade (HABERMAS, 1990, p. 96)

Referências

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

GORZ, A. **Misérias do presente, riqueza do possível**. São Paulo: Annablume, 2004.

GORZ, A. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, J. **O pensamento pós-metafísico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 2009.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa I**: racionalidad de la acción y racionalidad social. Madrid: Taurus, 1987.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa II**: crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 1987.

HABERMAS, J. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo: Loyola, 2004b.

HARDT, M.; NEGRI, T. **Império**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HARDT, M.; NEGRI, T. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NEGRI, T. **Cinco lições sobre império**. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

Capítulo 5

COMISSÃO DA VERDADE: OS DOCUMENTOS E A VALIDEZ DO DISCURSO

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima
Dayo de Araujo Silva Côrbo

Resumo: O presente artigo fundamenta-se na dissertação de mestrado, Comissão da Verdade: os documentos e a validez do discurso, defendida no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia no ano de 2013, tem como objetivo investigar o papel da informação, materializada em documentos, a partir da ação de atores sociais que agem comunicativamente e que produzem aprendizagem ao agirem. Objetivo: Investigar o papel da informação, materializada em documentos, a partir da ação dos atores sociais que agem comunicativamente e que produzem aprendizagem ao agirem. Utiliza-se como objeto de investigação a Comissão Nacional da Verdade do Brasil. Metodologia: A metodologia empregada é uma pesquisa descritiva e exploratória. Usa-se como referencial teórico a reformulação de uma versão discursiva da verdade feita por Jürgen Habermas com fins de sanar o problema da ineficácia da teoria da verdade por correspondência. Resultados: Nessa teoria o conceito de verdade compara-se a uma assertividade ideal e é atributo dos enunciados. Conclusões: A partir da teoria pragmática da verdade evidencia-se, no objeto de estudo, que a informação em atos de fala e na sua materialização documental atua como uma verdade provisória que se valida no discurso público.

Introdução

O presente artigo fundamenta-se na dissertação de mestrado, Comissão da Verdade: os documentos e a validez do discurso, defendida no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia no ano de 2013, tem como objetivo investigar o papel da informação, materializada em documentos, a partir da ação de atores sociais que agem comunicativamente e que produzem aprendizagem ao agirem.

O atual debate sobre a Comissão Nacional da Verdade do Brasil se insere em um grande arcabouço de temas comuns às novas democracias da América Latina. Esses temas incluem: definir de que modo e por que meios averiguar e confrontar o conhecimento do que aconteceu no passado, como chegar a uma versão consensual da verdade, como fazer com que os envolvidos nas violações de direitos humanos possam ser legalmente responsabilizados pelas ações cometidas no passado, qual a responsabilidade do Estado e como este poderia se redimir diante das vítimas.

Este arcabouço de temas não se desassocia dos estudos da informação em especial do papel da informação no processo de aprendizagem produzida pela ação de atores sociais que agem orientados pela verdade. Nesse sentido, no presente artigo analisa-se a partir da reformulação do

conceito de verdade na teoria de Habermas, a relação entre a informação e a aprendizagem no âmbito das comissões da verdade, destacando-se as informações dos atos de fala e dos documentos.

Habermas (2002) afirma que a aprendizagem está ligada às atividades intramundanas e não em uma forma subjetiva transcendental, por este motivo reformula a idéia transcendental kantiana, a partir da intuição de Humboldt, de que no processo de comunicação lingüística está em ação uma força sintética capaz de estabelecer uma unidade na multiplicidade por meio do diálogo.

Sendo assim, no lugar da perspectiva fundadora da unidade, na qual, o sujeito aplica de um lado, os processos sensitivos, e de outro as experiências vividas, fazendo uso do entendimento individual transcendental, é posto a diferença entre as perspectivas, a partir das quais os participantes da comunicação chegam a um entendimento entre si, sobre algo no mundo. Essas perspectivas de falantes e ouvintes não confluem mais no centro de uma subjetividade centrada em si mesma, elas se entrelaçam no centro da linguagem.

Nessa abordagem, a linguagem constitui uma totalidade constituída de um sistema de regras. A linguagem possibilita a prática da ação comunicativa entre os sujeitos que pertencem a uma mesma comunidade lingüística, por meio da qual se mantém como sistema e se renova. O interesse de Humboldt, segundo Habermas (2002), estaria na força que estabelece a unidade a partir da diferença entre as perspectivas a partir das quais os participantes de uma comunicação chegam a um entendimento entre si sobre a mesma coisa.

> O interesse de Humboldt dirige-se principalmente para um fenômeno: no processo de comunicação lingüística está em ação uma força sintética capaz de estabelecer a unidade na multiplicidade, porém, através de um novo caminho, que não é mais o da subsunção da variedade sob uma regra geral. [...] Humboldt substitui o conceito construtivista de síntese através do conceito da união pacífica do diálogo (HABERMAS, 2002, p. 196).

Com isso, a racionalidade se mantém na história natural e social dos seres humanos e está engastada numa pluralidade de linguagens naturais. Estando assim em um mundo da vida compartilhado por atores sociais que agem orientados pela verdade e visando o entendimento.

A partir dessa abordagem da aprendizagem, enfatizamos nossa perspectiva para o papel da informação, tendo como pano de fundo a busca de uma versão consensual da verdade no âmbito das comissões da verdade e da esfera pública. Utilizamos como aporte teórico à reformulação do conceito de verdade de Habermas. Entretanto, antes da ênfase nas versões teóricas da verdade de Habermas, discorremos sobre o conceito de Comissão da Verdade a partir do processo de instauração da Comissão Nacional da Verdade do Brasil.

A comissão nacional da verdade e suas controvérsias

A instauração da Comissão Nacional da Verdade do Brasil, como em outras comissões formadas na América Latina, é fruto de antigas reivindicações de atores da sociedade civil, em especial, dos parentes de vítimas do regime ditatorial. O debate sobre a instauração desta Comissão gerou grandes divergências na esfera pública e política, quanto aos termos utilizados para evidenciar o trabalho da Comissão, a data de abrangência da investigação e na questão da validação da Lei de Anistia. Essas divergências não fogem do tema da informação, sobretudo, da questão do acesso às fontes de informação que remetem ao período investigado pela Comissão.

Com isso, constata-se que a primeira proposta de criação da Comissão Nacional da Verdade foi estabelecida no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, neste evento apresentou-se um conjunto de leis sugeridas pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro de 2009. Entretanto, essa proposta foi precedida por outras iniciativas desse governo nas questões de memória e verdade, como a organização do projeto Arquivo da Intolerância e a criação da Comissão de Verdade e Justiça.

O projeto Arquivo da Intolerância foi criado com o objetivo de organizar os documentos sobre as prisões, os desaparecimentos, as torturas e as mortes durante o regime ditatorial. Sendo responsável também pela disponibilização irrestrita dessas fontes de informação à consulta pública. Nesse projeto chegou-se a criar uma comissão de averiguação e análise de informações sigilosas que requereu documentos às Forças Armadas e à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Contudo, esse projeto não obteve sucesso devido uma decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) que visava proteger tais informações. O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), havia tentado revogar tal decisão, entretanto, esta atitude provocou reações tanto nos setores favoráveis do Exército que ofereceram ajuda principalmente com a questão da guerrilha do Araguaia, quanto nos opositores à abertura dos arquivos que reagiram midiaticamente com a queima de arquivos na base de Salvador. Além disso, houve "recusa do governo brasileiro em abrir seus documentos à consulta paraguaia, temendo ressuscitar ranços históricos relacionados à ação brasileira durante a Guerra do Paraguai, entre outros. " (WINAND; BIGATÃO, 2012, p. 6).

A criação da Comissão Nacional da Verdade só iria entrar definitivamente na agenda política do governo Lula a partir de dezembro de 2008 quando foi encaminhada ao governo a orientação para que fosse constituída a Comissão de Verdade e Justiça, fruto dos debates da 11ª. Conferência Nacional de Direitos Humanos, que consolidou as discussões a respeito da revisão do Programa Nacional de Direitos Humanos.

Em 2009, destaca-se à palestra de abertura da Conferência Internacional sobre o Direito à Verdade, do então ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi que ressaltava a importância de complementar o trabalho das Comissões Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e da Comissão de Anistia.

Constata-se ainda, no ano de 2009, um embate entre os ministros da Defesa, Nelson Jobim e dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, enquanto que para o ministro da Defesa é inviável à revisão do acordo político que originou a Lei de Anistia de 1979, sendo o ministro contrário também à constituição de uma comissão com poderes para investigar e punir os que praticaram violações de direitos humanos. Para o ministro dos Direitos Humanos os crimes de violação de direitos humanos, de lesa-humanidade, não prescrevem. "Sendo assim, enquanto para Nelson Jobim, o nome da Comissão deveria ser "Comissão de Reconciliação" para Vannuchi, poderia apenas retirar a palavra "justiça" do nome original, 'Comissão da Verdade e Justiça'. " (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009 apud WINAND; BIGATÃO, 2012, p. 7).

Estas controvérsias, entre os ministérios, ficaram explícitas em alguns trechos do documento que lançava o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos como, por exemplo, uma diretriz que se referia as violações de direitos humanos como "praticadas no contexto da repressão política" no período de 1964-1985, na interpretação do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, a forma como foi escrito o documento, especificamente o termo "repressão política", previa apenas a apuração de violações praticadas pelos militares, excluindo-se os militantes da esquerda armada. Outra controvérsia é a proposta neste documento da criação de uma comissão especial para revogar a

Lei de Anistia de 1979. Esta proposta é vista por Jobim e os militares como revanchista e provocativa.

Após quatro meses de negociações e ameaça de ambos os ministros de deixarem o cargo em 13 de maio de 2010 o presidente Lula apresenta o Projeto com as seguintes alterações: desapareceram as expressões "repressão ditatorial" e "perseguidos políticos"; a apuração das violações de direitos humanos perde o foco do período do regime militar, entre os anos1964-1988, para os anos 1946 a 1988.

Sendo assim, o projeto é enviado pelo presidente Lula ao Congresso Nacional contendo a instituição de uma Comissão Nacional da Verdade com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 a 1988 e citava que era dever dos servidores públicos civis e militares colaborar com a Comissão.

No governo da presidente Dilma Rousseff é aprovada a instauração da Comissão Nacional da Verdade, entretanto um dia antes da aprovação da lei que cria a Comissão da Verdade, outra lei que a complementa é aprovada no senado, a Lei de Acesso à Informação, que estabelece novas classificações aos documentos oficiais e sigilosos e prazos para torná-los públicos.

A partir destes eventos precursores da instauração da Comissão Nacional da Verdade. Considera-se importante evidenciar no tocante a validação da Lei de Anistia, a interpretação de duas pessoas com notória participação na questão dos Direitos Humanos atualmente no Brasil. O secretário nacional dos Direitos Humanos e ministro da Justiça no governo de Fernando Henrique Cardoso, José Gregori e a atual secretária nacional dos Direitos Humanos, Flávia Piovesan.

Para Gregori (2012) a lei que criou a Comissão da Verdade é um marco político e institucional, porque o Brasil chegou a um consenso: houve desrespeito aos Direitos Humanos, e é preciso que uma Comissão oficial representativa cuide de esclarecê-lo. Porém, a respeito de punição, para o autor, a própria lei sancionada da Comissão da Verdade, afirma que "As atividades da Comissão Nacional da Verdade não terão caráter jurisdicional ou persecutório. " (BRASIL, 2011). Ele justifica sua posição:

> O peso da reverência a preceitos exclusivamente jurídicos, quer na letra expressa da lei quer na força que emana do seu conjunto sistemático, afasta-me de considerar a punição física dos responsáveis, o que desnaturaria, a meu ver, a natureza pétrea da lei de anistia (GREGORI, 2012, p. 7).

Piovesan (2012) não segue a mesma linha de interpretação, para a autora, o julgamento e punição a quem violou os direitos humanos no período abrangido pela lei da Comissão da Verdade são imprescindíveis.

> A absoluta proibição da tortura, o direito à verdade e o direito à justiça estão consagrados nos tratados internacionais, impondo ao Estado brasileiro o dever de investigar, processar, punir e reparar graves violações a direitos humanos, especialmente em se tratando de crime internacional. (PIOVESAN, 2012, p. 7-8).

Apesar destas divergências em relação ao objetivo da Comissão da Verdade, é amplo o consenso sobre a importância da construção ou do resgate a uma verdade histórica, numa esfera internacional o Jurista francês Louis Joinet, destaca que o direito à verdade ou o direito de saber, é fundamental para a luta contra a impunidade das violações dos direitos humanos. Destaca a

importância das comissões não judiciais de investigação, ou as Comissões de Verdade e Reconciliação. Além da preservação dos arquivos relativos às violações dos direitos humanos.

> Especialmente, quando de um processo de transição, o direito de saber implica que sejam preservados os arquivos. As medidas que devem ser tomadas para isso têm relação com os seguintes pontos: a) medidas de proteção e de repressão contra a subtração, a destruição ou a ocultação; b) realização de um inventário de arquivos disponíveis, que inclua os existentes em outros países com a finalidade de que, com sua cooperação, possam ser consultados ou, se for o caso, restituídos; c) adaptação à nova situação da regulamentação do acesso aos arquivos e de sua consulta, principalmente outorgando o direito a toda pessoa que seja imputada a garantia de seu direito à resposta e que esse seja incluído em seu dossiê (JOINET apud CUYA, 2011, p. 41).

No próximo tópico trabalha-se a partir das Comissões concluídas da Argentina e do Chile a relação entre informação, verdade e documento. As experiências dessas Comissões são o pano de fundo para uma abordagem da informação como construção de sujeitos competentes linguisticamente, onde sua principal função estaria intrínseca ao processo de aprendizagem.

Informação, verdade e documento

Destaca-se na pesquisa as Comissões concluídas da Argentina e do Chile, como modelo para a recém-instaurada Comissão Nacional da Verdade do Brasil. O motivo da escolha desses países foi à similaridade entre os regimes ditatoriais, apesar das diferenças em seus métodos repressivos. Não obstante as diferentes nomenclaturas utilizadas pelas comissões investigadas, escolheu-se na pesquisa a intitulação de comissões da verdade pelo motivo de não ter-se enfatizado o objetivo fim das comissões, mas sim, o seu papel de aprendizagem.

Com isso, na Argentina a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas foi criada por meio do Decreto nº 187, de 19 de dezembro de 1983, pelo presidente constitucional Raúl Ricardo Alfonsín e teve como objetivo principal investigar o destino dos desaparecidos políticos durante a ditadura militar da Argentina, que perdurou entre os anos de 1976 e 1983.

Após nove meses de trabalho, a Comissão, identificada pela sigla CONADEP, reuniu mais de 50 mil páginas de testemunhos e denúncias e confeccionou o seu relatório final, intitulado, Nunca Más: informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas.

O principal legado dessa Comissão foi sua importante atuação no processo de redemocratização e reconstrução histórica e o reconhecimento de seus trabalhos pelas esferas pública e jurídica. Os depoimentos expostos em seu relatório ainda hoje servem como material para o debate na sociedade e como prova para julgamentos de pessoas responsáveis por violações de direitos humanos.

A atual presidente da Argentina, Cristina Elisabet Fernández de Kirchner, ofereceu acesso, em janeiro de 2010, aos arquivos confidenciais referentes à atuação das Forças Armadas na ditadura militar do país. Fundamentou-se no argumento de que a atuação das Forças Armadas durante a vigência do terrorismo de Estado demonstrou que a informação e a documentação, classificadas como confidenciais, não estiveram destinadas à proteção dos interesses legítimos próprios de um Estado democrático, mas, ao contrário, serviram para ocultar a ação ilegal do governo. Nesse sentido, manter o sigilo dos documentos seria contrário à política da memória, verdade e justiça. O

decreto expressou casos judiciais que determinaram a reabertura de causas de violações de direitos humanos durante o período ditatorial.

No Chile, foram instauradas três comissões sendo a primeira a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação que foi criada pelo presidente Patricio Aylwin por meio do Decreto Supremo nº 355, de 24 de abril de 1990, com o objetivo de contribuir para o total esclarecimento da verdade sobre as graves violações aos direitos humanos cometidas nos anos anteriores, no país ou no estrangeiro, caso tais violações estivessem relacionadas com o Estado do Chile ou com a vida política nacional. Sua finalidade era colaborar com a reconciliação de todos os chilenos, sem prejuízo dos procedimentos judiciais aos quais pudessem dar lugar tais atos.

Em 1992, complementando o trabalho dessa Comissão, o governo chileno criou, por meio da Lei nº 19.123, a Corporação Nacional de Reparação e Reconciliação, para executar as recomendações da Comissão da Verdade e Reconciliação, especialmente na reparação material dos danos causados pela ditadura de Pinochet.

Em 2003, uma terceira comissão extrajudicial foi criada, denominada Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura, a qual conseguiu o reconhecimento das vítimas do regime pelo Estado. Essa comissão conseguiu receber informações de cerca de 35.868 pessoas, vítimas diretas ou familiares diretos de pessoas falecidas, atualmente residentes no Chile e em outros 40 países do mundo. Ao concluir suas investigações, a Comissão reconheceu como vítimas de prisão política e tortura 28.459 pessoas, entre elas 3.621 mulheres e 1.244 menores de 18 anos. Essas vítimas obtiveram o direito de receber uma reparação do Estado.

A comissão chilena sobre prisão política e tortura reconheceu, em seu relatório final, que os resultados do trabalho não teriam sido alcançados sem a colaboração de milhares de vítimas, que em muitos casos decidiram finalmente falar das experiências que nunca antes haviam comentado. Isso permitiu acabar definitivamente com a conspiração de silêncio sobre a tortura predominante por décadas no país.

No Brasil, a Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei nº 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, pela presidente Dilma Rousseff. O número de colaboradores atualmente é de aproximadamente 50 pessoas, distribuídos entre servidores, estagiários e consultores.

A finalidade da comissão é examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos no período entre os anos de 1946 e 1988, com o objetivo final de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. Cabe à comissão organizar, arquivar e manter o conjunto de requerimentos e documentos nela protocolizados, bem como preservar aqueles por ela produzidos, criando um acervo em homenagem à memória e à verdade histórica.

Com isso, descreve-se as atividades desenvolvidas até o momento pela Comissão. Em setembro de 2012, a Comissão definiu seu principal marco legal: por meio da sua resolução nº 2, que estabeleceu, de forma definitiva, que as graves violações de Direitos Humanos examinadas pela Comissão, são aquelas praticadas por agentes públicos. Um dos pilares para a decisão é a lei 9140/95, uma das que estabelecem as bases para o surgimento da Comissão Nacional da Verdade.

No mesmo mês, após recomendação da Comissão e atendendo solicitação da família Herzog, a Justiça de São Paulo determinou a mudança do registro de óbito de Vladimir Herzog para que a causa da morte do jornalista, em 1975, fosse alterada de asfixia mecânica para morte em decorrência de lesões e maus-tratos sofridos em dependência do II Exército – SP (Doi-Codi). A sentença de Vladimir Herzog abriu caminho para novas reivindicações de outras famílias vítimas do regime ditatorial.

A Comissão Nacional da Verdade desde julho de 2012 realiza audiências públicas e parcerias com outras comissões criadas no Legislativo e Executivo para colher depoimentos de vítimas de graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre os anos de investigação desta Comissão, com destaque as violações ocorridas durante o regime militar brasileiro (1964-1985).

Dayo de Araujo Silva Côrbo; Clóvis Ricardo Montenegro de Lima Comissão da verdade: os documentos e a validez do discurso

Considera-se que a instauração da Comissão Nacional da Verdade, contribui para a aprendizagem no âmbito da esfera pública, ao incentivar o processo de busca de informação através do diálogo conduzido na esfera pública

A partir das citações expostas pode-se afirmar que a questão da verdade é um dos principais desafios dessas comissões, neste sentido, procura-se avaliar qual a relação entre o acesso às informações por meio dos atos de fala do testemunho e dos documentos que se originariam na esfera da ação comunicativa, os argumentos do discurso e a aprendizagem. Utiliza-se como marco teórico à reformulação do conceito de verdade por Habermas.

Validação a partir do discurso

Em seu primeiro trabalho sobre teorias da verdade, Habermas (2009) situa a idéia da verdade no domínio do resgate discursivo de pretensões de validade: "a idéia de verdade somente pode ser desenvolvida se pressupusermos o resgate discursivo de pretensões de validade. " (HABERMAS apud SIEBENEICHLER, 2003, p. 99). Utilizando o modelo jurídico, pode-se definir uma pretensão de validade como uma pretensão que pode ser reclamada, ou seja, feita valer, pode ser contestada e defendida, rejeitada ou reconhecida. Pretensões são reconhecidas como válidas ou não válidas. Somente quando pode deduzir-se uma razão suficiente para o reconhecimento de uma pretensão de validade, que dizemos que esta é reconhecida porque e exclusivamente porque é legítima. Uma pretensão é legítima na medida em que pode ser sustentada. A validade legítima de uma pretensão garante a confiabilidade de que as expectativas resultantes de uma determinada pretensão serão satisfeitas.

> Podemos elucidar o que é uma pretensão de validade com recurso ao modelo da pretensão jurídica. Uma pretensão pode ser reclamada, isto é, feita valer, pode ser contestada e defendida, rejeitada ou reconhecida. Pretensões que são reconhecidas são válidas. A circunstância de pretensões de validade realmente encontrarem reconhecimento pode ter muitos motivos (ou causas). No entanto, se e enquanto da "própria coisa" puder ser deduzido uma razão suficiente para o reconhecimento de uma pretensão de validade, dizemos que esta é reconhecida porque e exclusivamente porque é legítima (ou se afigura legítima aos que a reconhecem). Uma pretensão é designada por legítima se e na medida em que pode ser sustentada. É que a validade legítima de uma pretensão garante a fiabilidade com que as expectativas resultantes de uma determinada pretensão são satisfeitas (HABERMAS, 2009, p. 183).

A teoria discursiva da verdade se apóia nas seguintes idéias, a saber: o quadro de referência entre ação comunicativa e discurso; a precedência das ações comunicativas voltadas para o entendimento sobre as ações estratégicas; o resgate discursivo teórico e prático de pretensões de validade. (SIEBENEICHLER, 2003, p.99). Neste trabalho, enfatizamos a referência entre a ação e o discurso visando investigar o papel da informação nestas esferas comunicativas.

Nesse sentido, na descrição das áreas comunicativas da ação e do discurso, Habermas (2009) assinala o papel da informação, o autor, faz uma analogia entre a informação e a experiência e aponta que a informação estaria apenas no âmbito da ação comunicativa.

> Sob o tópico "ação" introduzo a área comunicativa em que tacitamente pressupomos e reconhecemos as pretensões de validade implícitas às expressões (e igualmente às afirmações) a fim de trocarmos informações (ou seja, experiências referentes à ação). Sob o tópico "discurso" introduzi a forma de comunicação caracterizada pela argumentação em que pretensões de validade que se tornaram problemáticas são tematizadas e analisadas relativamente à sua legitimidade. Para levarmos a cabo discursos temos, de certo modo, de sair dos contextos da ação e da experiência; aqui não trocamos informações, mas sim argumentos destinados a fundamentarem (ou rejeitarem) pretensões de validade problematizadas. Discursos requerem, em primeiro lugar, uma suspensão de constrangimentos à ação que deve levar a que todos os motivos, com a única exceção da disposição cooperativa para o entendimento, possam ser revogados (e a que questões de validade possam ser separadas das de gênese) (HABERMAS, 2009, p. 184-185).

Sendo assim, Habermas (2009) afirma que os discursos necessitam de uma virtualização de pretensões de validade para que possamos assinalar perante objetos da experiência e das informações, ou seja, as certezas recorrentes nas afirmações de atores que se baseiam nas interações com os objetos do mundo objetivo devem ser tratadas de forma hipotética.

A partir desta diferenciação Habermas (2009) completa a questão desenvolvida pela teoria da redundância que é uma crítica da teoria da verdade por correspondência. "[...] em contextos de ação comunicativa, uma explicação da pretensão de validade feita valer com afirmações seria redundante; no entanto, é imprescindível em discursos, visto que estes tematizam a legitimidade de pretensões de validade. " (HABERMAS, 2009, p. 185).

Com isso, Habermas (2009) resgata uma nova questão associada a uma intuição da teoria da verdade por correspondência. Como se relacionam os fatos que afirmamos com os objetos da nossa experiência? A partir da ideia de Strawson (1959 apud HABERMAS, 2009, p. 185). Habermas (2009), afirma a seguinte definição, para fatos e objetos da experiência.

> Aquilo que nos é lícito afirmar designamos por fato. Um fato é aquilo que torna um enunciado verdadeiro; por isso dizemos que os enunciados reproduzem, descrevem, exprimem fatos, e assim por diante. Coisas e acontecimentos, pessoas e respectivos enunciados, ou seja, objetos da experiência, são, por outro lado, aquilo sobre o que formulamos afirmações e sobre o que enunciamos algo: se a afirmação for legítima, aquilo que afirmamos dos objetos é um fato. [...]. Com objetos faço experiências, mas afirmo fatos; não posso ter uma experiência de fatos, nem afirmar objetos (ou experiências com objetos). Ao afirmar fatos posso apoiar-me em experiências e referir-me a objetos (HABERMAS, 2009, p. 185-186).

A teoria da verdade por correspondência erra ao supor que os enunciados verdadeiros correspondem a fatos, sendo que esta afirmação só tem sentido se os enunciados representarem algo no mundo de objetos reais. Entretanto, essa teoria, tem uma observação acertada a admissão dos objetos da experiência ou objetos reais. Em outra definição, pode-se dizer a admissão de um mundo suposto como objetivo.

Os fatos só aparecem na linguagem, na área comunicativa do discurso, e nos informamos a respeito dos objetos da experiência no âmbito da ação comunicativa. "No contexto de ação, a afirmação desempenha o papel de uma informação sobre uma experiência com objetos, ao passo que

no discurso desempenha o papel de um enunciado com pretensão de validade problematizada. ” (HABERMAS, 2009, p. 188).

A partir disso, constata-se que no âmbito da teoria da verdade discursiva, a verdade não é uma propriedade de informações, mas sim de enunciados hipotéticos.

> De informações dizemos que são fiáveis (ou não são fiáveis). A fiabilidade de uma informação afere-se pela probabilidade com que as expectativas de comportamento derivadas da mesma informação (em contextos de ação) são satisfeitas. Pode dar-se o caso de podermos explicitar a relação pragmática entre a cognição e os objetos da experiência com recurso ao conceito de correspondência (embora neste contexto não se possa descurar o fato de a objetividade da experiência se encontrar fundamentada em condições subjetivas e universais da possibilidade da experiência). A verdade, pelo contrário, não é uma propriedade de informações, mas sim de enunciados (HABERMAS, 2009, p. 189).

Nessa teoria da verdade o entendimento obtido através da argumentação discursiva, pode ser tido como um critério de verdade, se este entendimento promover a continuidade da aprendizagem, o que consiste na abertura para o questionamento do outro e na possibilidade de alteração. A partir disso, se configura dois tipos de discursos, a saber: o discurso teórico no qual são tematizadas as pretensões de verdade controversas; e o discurso prático no qual é possível examinar hipoteticamente a pretensão de correção das normas e dos valores.

A teoria discursiva da verdade aponta uma condição para a comunicação voltada para o entendimento, esta condição é a situação ideal de fala. A situação ideal de fala constitui uma suposição ou antecipação contrafática que fazemos necessariamente sempre que entramos num processo discursivo argumentativo:

> Designo por ideal uma situação de fala em que as comunicações não são obstruídas, não só por intervenções contingentes exteriores, mas igualmente por constrangimentos que derivam da própria estrutura da comunicação. A situação de fala ideal exclui distorções sistemáticas da comunicação. Mais concretamente, a estrutura comunicativa só não produz constrangimentos se para todos os participantes do discurso é dada uma distribuição simétrica das oportunidades de escolherem e levarem a cabo atos da fala. Desta exigência geral da simetria podem deduzir-se, para as diversas classes de atos da fala, exigências específicas de uma distribuição eqüitativa das oportunidades de escolher e levar a cabo atos da fala (HABERMAS, 2009, p. 227).

A situação de fala ideal pode ser tomada como critério da argumentação discursiva porque implica uma distribuição igualitária de chances de escolha e de realização de atos de fala. Supomos que nela não exista nenhum elemento de coação a não ser a coação do melhor argumento.

Com isso, constata-se que a teoria discursiva da verdade foi proposta a partir da virada lingüística como uma tentativa de sair do dilema da teoria da verdade por correspondência e oferecer a tentativa de combinar a compreensão de referência transcendente em relação à linguagem com uma compreensão, imanente à linguagem, de verdade como assertividade ideal.

Todavia, segundo Habermas (2004b, p.59), se afirmarmos que a verdade é uma possibilidade justificada de afirmação, desconsideraríamos um aspecto importante, “a verdade que afirmamos em uma proposição deve ser verdadeira sempre e para qualquer público”. Apesar disso, mesmo as proposições bem justificadas podem ser consideradas falsas no futuro. Neste sentido, o conceito de verdade como assertividade ideal não considera a possibilidade de falibilidade de nossas justificações. Por esse motivo, foram levantadas objeções convincentes a teoria discursiva da

verdade e a idéia de que é verdadeiro aquilo que pode ser racionalmente aceito em circunstâncias ideais. Essas objeções se fundamentavam em parte contra dificuldades conceituais do estado ideal de fala e da justificação, e de outro lado, pelo caráter paradoxal da idéia de um consenso último ou a toda outra interpretação, "de modo que o que pretende ser a situação de entendimento mútuo ideal revela ser uma situação além da necessidade (e do problema) do entendimento mútuo lingüístico" (WELLMER, 1986 apud HABERMAS, 2004b, p. 252).

Com isso, Habermas (2004a), a partir da crítica ao contextualismo de Rorty, oferece um conceito de verdade duplo, no âmbito do mundo da vida e do discurso. Esse conceito de verdade se fundamenta no contexto das atividades cotidianas, a partir da necessidade dos atores de chegarem a um bom termo com o mundo, "eles não podem evitar ser realistas no contexto de seu mundo da vida. E eles têm o direito de sê-lo, pois seus jogos de linguagem e práticas, enquanto funcionam imunes a decepções, "resistem à prova" na própria execução. " (HABERMAS, 2004b, p. 257).

Desse modo, o mundo da vida, com seus fortes conceitos de verdade e saber circunscritos à ação, penetra no discurso e fornece o ponto de referência que transcende justificações e mantém desperta entre os interlocutores a consciência da falibilidade de nossas interpretações. Inversamente, essa consciência falibilista reflui sobre a práxis, sem com isso destruir o dogmatismo do mundo da vida (HABERMAS, 2004b, p. 258).

> As convicções têm um papel diferente na ação e no discurso, e também 'resistem à prova' de maneiras distintas em ambos os contextos. Na práxis, o pré-reflexivo 'chegar a um bom termo com o mundo' decide se as convicções 'funcionam' ou se caem no sorvedouro da problematização, enquanto na argumentação são apenas razões que revelam se pretensões de validade controversas merecem ou não um reconhecimento racionalmente motivado. Por certo, é apenas nesse nível reflexivo que se põe a questão acerca da conexão interna entre justificação e verdade; mas uma resposta a isso só é permitida pela interação entre ações e discursos. [...]. Apenas o entrelaçamento dos dois diferentes papéis pragmáticos que o conceito de verdade bifronte desempenha em contextos de ação e discurso pode explicar por que uma justificação bem-sucedida em nosso contexto leva a pensar que uma opinião justificada é verdadeira independentemente do contexto. Tal como de um lado, o conceito de verdade permite traduzir as abaladas certezas de ação em enunciados problematizados, assim também manter a orientação pela verdade permite, de outro, retraduzir asserções discursivamente justificadas em certezas de ação restabelecidas (HABERMAS, 2004b, p. 258-259).

As práticas do mundo da vida são sustentadas por uma consciência plena de certeza que não deixa nenhum espaço para reservas quanto à verdade. O comportamento solucionador de problemas processa as decepções que surgem contra o pano de fundo de expectativas estáveis, ou seja, no contexto de uma grande massa de concepções ingenuamente tidas por verdadeiras. No trato prático com um mundo objetivo suposto como idêntico e independente, os atores dependem de certezas de ação. E estas implicam, por sua vez, que se tenham as informações que governam a ação como absolutamente verdadeiras, mesmo que provisoriamente.

No âmbito do discurso, o modo performativo caracterizado por uma suposição incondicional de verdade é suspenso e transformado na ambivalência dos participantes de um discurso, onde, resgatam ou rejeitam pretensões de validade hipotéticas. Essa referência transcende a algo situado no mundo objetivo e lembra aos participantes que o conhecimento em pauta, surgiu em primeiro lugar do conhecimento das pessoas enquanto atores, neste sentido, eles não esquecem do papel transitório desempenhado pela argumentação no contexto do mundo da vida. Sendo assim, a relação intrínseca

entre verdade e justificação é revelada pela função pragmática de conhecimento que oscila entre as práticas cotidianas e os discursos.

> A relação intrínseca entre verdade e justificação é revelada pela função pragmática de conhecimento que oscila entre as práticas cotidianas e os discursos. Os discursos são como máquinas de lavar: filtram aquilo que é racionalmente aceitável para todos. Separam as crenças questionáveis e desqualificadas daquelas que, por um certo tempo, recebem licença para voltar ao status de conhecimento não-problemático (HABERMAS, 2004a, p. 63).

A exposição de forma descritiva das teorias da verdade desenvolvidas por Habermas teve como objetivo fundamentar as relações defendidas nesta investigação, quanto às informações como verdades provisórias no contexto das Comissões da Verdade investigadas e também na esfera pública dos países que instauraram estas Comissões. Além de estabelecer a partir da teoria de Habermas o papel da informação no processo de aprendizagem no âmbito das formas de validação destas informações por atores que agem intersubjetivamente por meio da linguagem.

Verdade, informação e aprendizagem

Conforme exposto anteriormente, constata-se que a origem do conhecimento que fundamenta as comissões da verdade está no âmbito do acesso a documentos e atos de fala dos concernidos ao período repressivo. Sendo assim, convenciona-se que tais informações estão inseridas na esfera da ação comunicativa. Habermas (2009), em seus estudos teóricos anteriores à teoria do agir comunicativo, descreve a diferença entre as esferas da ação comunicativa e do discurso. E afirma que as informações e as experiências, só agiriam na esfera da ação comunicativa.

Com isto, evidencia-se que as manifestações caracterizadas como informações e experiências de um mundo da vida não podem ser asseguradas de outra forma que não seja por meio do discurso. Por esse motivo González de Gómez (2008) afirma que a verdade não é um atributo da informação e cita a dificuldade de se acoplar à compreensão de uma referência transcendente à linguagem e a compreensão da verdade como imanente à linguagem. Segundo González de Gómez (2008), a abordagem sobre o desacoplamento e complementaridade entre informação e argumentos acarretaria nos seguintes problemas:

> Em primeiro lugar, o problema da interdependência e assimetria entre garantias performáticas e garantias argumentativas, o qual se adensa, sob outra figura, em torno do problema da justificação e dos limites da aceitabilidade como critério de verdade. A principal dificuldade seria como acoplar a compreensão de uma referência transcendente a linguagem e a compreensão da verdade como imanente à linguagem, como assertividade ideal. Para Habermas, 'Um enunciado verdadeiro seria aquele que resiste a todas as tentativas de invalidação sob os pressupostos [pleno] pragmáticos dos discursos racionais, ou seja, que pudesse ser justificado numa situação epistêmica ideal' (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2008, p. 10).

Contudo, a partir da revisão de Habermas de um conceito de verdade epistêmico, proveniente da teoria discursiva, para um conceito de verdade pragmático engastado nos dois contextos comunicativos, da ação e do discurso. Propõem-se abordar as evidências e as informações embutidas no mundo da vida, como verdades provisórias para fins pragmáticos.

Segundo Habermas (2007), esta abordagem dupla da verdade ocorre devido a todos os discursos estarem inseridos no mundo da vida. "Uma vez que os discursos permanecem enraizados no mundo da vida, existe um nexo interno entre os dois papéis

Dayo de Araujo Silva Côrbo; Clóvis Ricardo Montenegro de Lima Comissão da verdade: os documentos e a validez do discurso que a idéia da orientação pela verdade assume aqui e lá – nas figuras de certezas de ação e em pretensões de validade hipotéticas. " (HABERMAS, 2007, p. 43-44). Além disso, a característica dupla da verdade, a partir da suposição de um mundo objetivo comum, é ampliada pelo reconhecimento de um público, ou nesta investigação, pelo reconhecimento da esfera pública.

> A suposição de um mundo comum de objetos existentes independentemente dos quais podemos predicar fatos é completada com o auxílio da ideia de verdade como característica "não desperdiçável" dessas asserções. No entanto, se as asserções falíveis não puderem ser confrontadas diretamente com o mundo, necessitando, para sua fundamentação ou refutação, de outras afirmações e se, além disso, não houver nenhuma base de afirmações pura e simplesmente evidentes, isto é, credenciadas por si mesmas, então o único caminho para examinar pretensões de verdade passa a ser o discursivo. Em decorrência disso, a relação bipartida da validade de asserções é ampliada passando a ser uma relação tripartida de validade que afirmações têm "para nós". Sua verdade precisa ser reconhecível por um público (HABERMAS, 2007, p. 54).

A partir dessas ponderações, constata-se que as comissões da verdade se constituem como um local de um inter-relacionamento entre a esfera comunicativa da ação, na qual atuariam as informações e as evidências do mundo da vida e do discurso, aonde a validação da verdade é proveniente das razões e dos argumentos. Contudo, é importante uma consideração, atenta-se que o processo de verdade não se fecha no âmbito das Comissões, mas, se caracteriza como uma dinâmica constante no contexto da Esfera Pública, que, segundo Habermas (2003), é o local, no qual, as pessoas privadas se reúnem em público e produzem deliberações sobre assuntos comuns, ou uma arena institucionalizada de interação discursiva, independente do Estado. Neste sentido, corrobora-se com a intuição da possibilidade de falibilidade das nossas afirmações, mesmo a partir dos discursos.

> Na qualidade de espíritos finitos, não podemos prever a modificação de condições epistêmicas e por isso não podemos excluir a possiblidade de que uma afirmação, por mais que esteja justificada idealmente, possa vir a ser desmascarada como falsa. Entretanto, mesmo que se leve em conta tais objeções contra uma versão epistêmica do conceito de verdade, a ideia de um processo de argumentação, possivelmente inclusivo e retomável a qualquer momento, continua desempenhando uma função importante para a explicação da "aceitabilidade racional" – mesmo que não seja mais da "verdade". Porquanto nós, seres falíveis e situados no mundo da vida, não possuímos outro caminho para nos certificarmos da verdade que não seja o do discurso que é, ao mesmo tempo, racional e aberto ao futuro (HABERMAS, 2007, p. 54-55).

Sendo assim, considera-se que as informações provenientes da ação comunicativa são verdades provisórias, necessárias aos fins pragmáticos do mundo da vida, no qual se inserem as Comissões da Verdade, assim como os seus relatórios finais, que apesar de se basearem numa esfera argumentativa, são passíveis de falha no confronto com o mundo suposto como objetivo e assim transformam-se também em verdades provisórias numa dinâmica constante.

Nesta perspectiva, relacionam-se as ações informativas, inseridas nas comissões a partir dos testemunhos e dos documentos, como uma verdade provisória, que mantém sua relação com o

mundo suposto como objetivo por uma necessidade prática. Não existiria possibilidade do discurso a respeito das violações se as certezas quanto aos fatos não fossem tidas como verdadeiras.

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo evidenciar primeiramente que um dos principais fatores que fundamenta a instalação das comissões da verdade é promover aprendizagem no âmbito social. Esta aprendizagem se fundamenta no agir de atores sociais que visam o entendimento, orientados pela verdade. A partir disso, investigou-se o processo de aprendizagem no domínio das comissões instaladas nas novas democracias da América Latina, que se caracterizam por terem passado por períodos ditatoriais entre os anos de 1960 e 1980. Destacou-se a comissão recém-instaurada no Brasil, denominada como Comissão Nacional da Verdade.

A partir dessas comissões, procurou-se demonstrar o papel da informação no processo de aprendizagem e utilizou-se como fundamentação teórica à reformulação do conceito de verdade discursiva para o conceito de verdade pragmática. Com isso, constatou-se que as informações materializadas em atos de fala e documentos serviriam nestas comissões como verdades provisórias para seus fins pragmáticos e como referência para o discurso.

Nesse sentido, analisou-se o que legitima em um primeiro momento os atos de fala e documentos no âmbito das comissões da verdade e constatou-se que o primeiro fator que legitima estas informações é a sua relação com um mundo suposto como objetivo. Nesse sentido, estas informações são validadas primeiramente por serem evidências das violações de direitos humanos sofridas pelas vítimas destes regimes repressivos. Entretanto, estas evidências se validam no âmbito das comissões de maneira provisória, com fins de manter uma prática performática necessária às comissões. Sendo assim, constatou-se que a certificação da verdade não está no âmbito aproximadamente ideal das comissões da verdade, mas sim, na amplitude do discurso público promovido por estas comissões e gerador de aprendizagem.

Com isso, evidenciou-se que a reformulação do conceito de verdade abre uma nova possibilidade para a abordagem da informação no contexto das práticas de atores sociais, a informação se evidencia como uma ligação entre o mundo suposto como objetivo e o discurso.

Referências

ARGENTINA. Comisión Nacional Sobre la Desaparición de Personas. **Nunca más**. Buenos Aires: EUDEBA, 1995.

ARGENTINA. Decreto nº 187, de 15 de diciembre de 1983. Crea a Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. **Boletín oficial**. 19 Dic. 1983.

BRASIL. Comissão nacional da verdade. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/. Acesso em: 10 fev. 2013.

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Poder Executivo, Brasília, 18 nov. 2011.

CHILE. Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación. Informe de la comisión nacional de verdad y reconciliación. Chile, 1996. t. 1-2.

CHILE. Decreto Supremo nº 355, de 24 de abril de 1990. **Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación**. Chile, 1996. t. 1-2.

CHILE. Ley nº19.123 del 8 de febrero de 1992. **Informe de la Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación**. Chile, 1996.

CUYA, Esteban. Justiça de transição**. Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 37-78, jan./jun. 2011.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Habermas, informação e argumentação. In: COLÓQUIO HABERMAS, 5, 2008, Florianópolis. **Anais**... Florianópolis: UFSC, set. 2008. p. 1-19.

GREGORI, José. Comissão da verdade: mais um elo de uma corrente. **Interesse Nacional**, São Paulo, ano 5, n. 17, p. 9-13, abr./jun. 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Entre naturalismo e religião**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **A ética da discussão e a questão da verdade**: estudos de teoria política. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen**. Pensamento pós-metafísico**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da racionalidade e teoria da linguagem**. Lisboa: Ed. 70, 2009. (Obras escolhidas de Jurgen Habermas, v. 2).

HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo: Loyola, 2004b.

NAÇÕES UNIDAS. **Instrumentos del estado de derecho para sociedades que han salido de um conflicto**: comissiones de la verdade. Nova Iorque/Genebra: ONU, 2006.

PIOVESAN, Flávia. Direito à verdade e à justiça: o caso brasileiro. **Interesse Nacional**, São Paulo, v. 5, n. 17, p. 14-24, abr./jun. 2012.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. **Jurgen Habermas**: razão comunicativa e emancipação. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

WINAND, Erica Cristina Alexandre; BIGATÃO, Juliana de Paula. A política brasileira para os direitos humanos e sua inserção nos jornais: a Comissão Nacional da Verdade. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, 2012, San Francisco. **Anais**... San Francisco, 2012. p. 1-24.

Capítulo 6

INTERAÇÕES MEDIADAS PELA LINGUAGEM, ORGANIZAÇÕES E SOCIEDADE: RACIONALIDADE COMUNICATIVA E INTEGRAÇÃO DISCURSIVA

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima
Marianna Zattar Barra Ribeiro
Mariangela Rebelo Maia

Resumo: Neste trabalho, discute-se a relação entre as interações mediadas pela linguagem nas organizações e na sociedade a partir da relação entre "mundo da vida" e sistemas, tal como é enunciado por Habermas em sua discussão com Luhmann. Objetiva-se empreender uma discussão em torno da função constituinte da linguagem nas interações sociais. São apresentadas as relações entre as interações e a gênese das organizações nas sociedades contemporâneas, destacando-se as construções comunicativas desenvolvidas na Teoria do Agir Comunicativo de Habermas. As organizações são apresentadas como construções sociais entre o mundo da vida e o sistema, com características de ambas. Cabe observar que os sistemas fazem parte do mundo da vida. Busca-se compreender que estas interações mediadas pela linguagem são construtoras de uma racionalidade integradora, a racionalidade comunicativa. A racionalidade comunicativa é indicada como ferramenta para reconstrução racional das organizações. Conclui-se que o discurso é uma possibilidade ética nas organizações.

Introdução

Neste trabalho, tem-se como objetivo central a discussão em torno da visão ontológica da linguagem na constituição das interações, na composição das organizações e da sociedade. Parte-se da visão fenomenológica de Husserl, na qual o lugar onde existimos antecede a nossa existência, isto é, o chamado "mundo da vida". Além disto, considera-se fundamental a compreensão de que estas interações mediadas pela linguagem, que constituem as organizações e a sociedade, são elas mesmas construtoras de uma racionalidade integradora: a racionalidade comunicativa.

Sendo a subjetividade e a intersubjetividade elementos básicos na comunicação e no social, é no processo de interação que são construídas e constituídas as relações, que por sua vez constroem os grupos, as organizações e, assim segue, até a construção de sistemas. Dessa forma, utilizam-se também, elementos da Linguística para a apresentação do Funcionalismo e da Pragmática na adoção de uma concepção sociointeracionista da linguagem, ao considerar a linguagem na constituição do ser e a língua como lugar de interação entre sujeitos que negociam visões de mundo e a construção de uma racionalidade integradora.

O ensaio está dividido em seis grandes partes. Na segunda parte, são apresentados o "mundo da vida" e os "sistemas", com base em Habermas e Luhmann. O horizonte proposto por Habermas

encontra seu limite no contraponto funcionalista na teoria de Luhmann. A terceira aponta uma introdução para a questão da linguagem, da comunicação e da interação, isto é, visa demonstrar o papel sociointerativo e situado da linguagem, com base no Funcionalismo e na Pragmática. Em seguida, discute-se a questão das "interações", das "organizações" e da "sociedade". No quinto tópico é resgatada e desenvolvida a questão da racionalidade integradora, a "racionalidade comunicativa". Nas considerações finais são apresentados alguns pontos de análise e encaminhamentos para futuras pesquisas.

Mundo da vida e sistema

Habermas destaca as interações mediadas pela linguagem na ontogênese das organizações, mas não constrói uma teoria das organizações. Luhmann fala de um uso "seletivo" da linguagem nas organizações, quando indica a redução de complexidade nos sistemas: "O sistema, então, seleciona apenas algumas possibilidades que lhe fazem sentido de acordo com a função que desempenha, tornando o entorno menos complexo para ele". (LIMA; LIMA; MOREIRA, p. 672, 2010).

Em Habermas o mundo da vida é o ambiente da "reprodução simbólica" da linguagem, onde são elaboradas as trocas com a utilização da linguagem ordinária. No mundo da vida é que a linguagem é apropriada, uma vez que é a partir do uso social da linguagem que o ser social se constitui. O autor considera que a racionalidade comunicativa é estabelecida pelo sujeito de fala, isto é, o ato de conhecer ocorre na interação estabelecida na linguagem, a intersubjetivação. Esta questão demonstra o grau de interação organizada, mediada por atos de fala, a questão da mediação de interesses e a mediação comunicacional. Portanto, as relações sociais são construídas a partir das ações interativas.

Em Luhmann, os sistemas possuem uma tensão em relação ao mundo da vida. Na construção desses sistemas e das interações mediadas pela linguagem, é que se pode notar que nos sistemas há mundo da vida, assim como no mundo da vida há sistemas. Há um paradoxo na medida em essa teoria indica a redução de complexidade dos sistemas, quando possibilita a particularização das interações nas organizações chegando a uma esfera de análise demarcada para os limites organizacionais, isto é, chega-se à estrutura das organizações. De tal forma que é na construção desses sistemas e das interações mediadas pela linguagem, que se pode notar que nos sistemas há mundo da vida, assim como no mundo da vida há sistemas.

O mundo da vida, em Husserl, indica o horizonte da experiência vivida e representa o limite que circunscreve a vida. O mundo da vida é o mundo no qual o sujeito se encontra desde sempre e no qual se tem a experiência que precede qualquer saber do mesmo. O mundo da vida, ao contrário do mundo objetivo das ciências naturais, nunca é questionado na sua integridade. O sujeito se encontra nele e não é possível ter dele a distância necessária para pôlo em questão ou para discuti-lo como um todo. Quando muito, pode-se problematizar partes dele – partes que não pertencem ao mundo da vida, mas ao mundo objetivo da ciência ou ao mundo dos filósofos (PINZANI, 2009, p. 54).

Husserl acusa as ciências naturais de desconsiderarem o pano de fundo do qual surgem e operam. Ele defende uma volta ao mundo da vida, que fornece o chão para qualquer realização cognitiva e realização cientifica. As ciências devem tornar-se conscientes dos interesses cognitivos que lhes oferecem fundamento. Pinzani (2009, p. 62) afirma que Habermas compartilha com Husserl a noção de que relacionar os enunciados com os estados das coisas é objetivista e, como tal, deve ser rejeitada. Contudo, Habermas busca conectar conhecimento e interesse.

Habermas concebe a sociedade a partir da perspectiva dos seus participantes, vista como mundo da vida de um grupo social, como também, a partir da perspectiva do observador imparcial, vista como um sistema de ações. Assim, a sociedade pode ser considerada de dois pontos de vista: a integração social e a integração sistêmica. O agir social recebe seu sentido do mundo da vida, no qual se encontram os atores, assim como o observador. O mundo da vida constitui o horizonte no qual se dá o agir social e onde acontecem às análises dele (PINZANI, 2009, p. 108).

Pinzani (2009, p. 110) afirma que Habermas distingue mundo da vida, sistema e sociedade. O mundo da vida não pode ser entendido a partir da perspectiva do observador, que concebe seus componentes estruturais como meros sistemas parciais, que formam cada um o ambiente do outro. Habermas considera a sociedade como contextos de ação estabilizados de modo sistêmico de grupos integrados socialmente. A evolução social acontece como processo de diferenciação entre mundo da vida e sistema, sendo o primeiro reduzido a um subsistema entre outros e o segundo desligado das estruturas de integração social.

Luhmann (1997, p. 62) baseia a construção da sua teoria de sistemas na diferenciação entre estes e o seu entorno. O sistema é a diferença que resulta da diferença entre sistema e entorno. Fora do sistema, no entorno, acontecem simultaneamente outras coisas. Estas outras coisas acontecem em um mundo que só tem significado para o sistema, no momento em que ele pode se comunicar com o entorno. O sistema, ao decidir realizar uma comunicação, deve dispor da capacidade de observar, perceber o que faz parte dele e o que não faz.

O entorno é entendido como dotado de maior complexidade que o sistema e, em função disso, tem que ser estabelecida uma diferença de complexidade entre eles. O sistema não tem a capacidade de apresentar variedade suficiente para responder, ponto por ponto, a imensa possibilidade de estímulos provenientes do entorno. O sistema, deste modo, requer desenvolver especial disposição de complexidade no sentido de ignorar, rechaçar e criar indiferenças e fechar-se sobre si mesmo. Surge então, a expressão redução da complexidade e isto no tocante a relação do sistema com o entorno, porém também, em relação consigo mesmo, sobretudo quando se trata de compreender as instâncias de racionalidade (LUHMANN, 1997, p. 134).

Neste processo de seleção, o que os sistemas fazem é importar complexidade para fazer frente à complexidade do entorno: apenas a complexidade pode reduzir a complexidade. Ao importar complexidade, o sistema cria em seu próprio ambiente sua complexidade interna. O sentido é o operador das fronteiras, e o diferenciador do sistema e do entorno. O sentido adotado pelo sistema é que irá ativar o processo de seleção, onde prescreve o que deve ou não fazer parte do sistema interno. Ele que referencia determinado elemento, pois os mesmos elementos podem ter diferentes significados (LUHMANN, 1995, p. 64).

A compreensão da dinâmica nos sistemas requer entender a comunicação na teoria de Luhmann. A comunicação é processo de seleção que sintetiza informação, comunicação e compreensão. Os sistemas sociais usam a comunicação como seu particular modo de reprodução autopoiética. Seus elementos são comunicações produzidas e reproduzidas de modo recorrente por outras comunicações. Em relação às comunicações, os sistemas sociais são sistemas fechados, ou seja, qualquer alteração que venham a sofrer depende exclusivamente das suas próprias operações (NEVES; NEVES, 2006, p. 194).

Na teoria de Luhmann a observação, a irritação e a seleção de informação são consideradas operações internas do sistema. Não existem inputs nem outputs. O sistema não importa elementos prontos e acabados do entorno. Uma vez selecionado um elemento, este será processado pelo sistema

de acordo com a função que desempenha. É importante saber que o entorno não participa desse processo. Ao se fechar, o sistema não permite que o entorno determine coisa alguma. Desse modo, pode construir seu conhecimento e conhecer o entorno que lhe é distinto. O fechamento proporciona ao sistema a criação de sua própria complexidade e quanto mais complexo, mais apto está a conhecer o entorno. Quanto mais informações selecionadas, maior o campo de observação abrangendo mais possibilidades do entorno (KUNZLER, 2004, p. 129).

O sistema não importa uma informação. Ele é levado a re-elaborar suas estruturas, a partir do estímulo provocado pela comunicação. O sistema está estruturalmente pronto para receber aquilo que espera como provável. Entretanto, quando o provável não acontece, ou seja, quando surge a diferença, surge, então, uma informação que faz com que o sistema mude suas estruturas. Pode-se afirmar que a informação é uma diferença. E mais: a informação é uma diferença que provoca diferenças, na medida em que o sistema modifica suas estruturas, tornando-se diferente, para receber a informação. Toda mudança de estrutura gera expectativas futuras, diversas daquelas que havia antes do surgimento da informação (KUNZLER, 2004, p. 131).

Ao se fazer à interpenetração, o sistema, por possuir seu sentido que seleciona algumas possibilidades no entorno, tem expectativas sobre o que irá interpretar. Estas expectativas são possibilidades selecionadas, e dentre estas, algumas serão escolhidas pelo código binário (dupla contingência). Entretanto, quando o código binário não consegue interpretar ou gerar informação a partir da interpenetração tem-se um ruído, pois surgem novos fatos que não fazem parte de seu sentido. O ruído é interpretado como uma irritação do ambiente sobre o qual o sistema deve se re-configurar, por meio da autopoiese, para fazer frente a esta irritação, gerando dinâmica específica nos processos produtivos (KUNZLER, 2004, p. 134).

Linguagem, comunicação e interação

Na teoria sistêmica, a sociedade é constituída exclusivamente por comunicação (KUNZLER, 2004, p. 126). Com isso, para que seja alcançada a relação das interações, as organizações e a sociedade serão apresentadas, a seguir, as relações entre linguagem, comunicação e interação.

A linguagem possui a tripla função: ser expressão, ser instrumento e ser comunicação vinculante (LIMA; KEMPNER; TISCOSKI, 2010). Como um instrumento, a linguagem possibilita a interação verbal. É dela que vem a habilidade de interagir socialmente, já que a função primordial da linguagem é a comunicação (BATISTA, 2012). As escolhas linguísticas são feitas em decorrência das diferentes necessidades dos processos comunicativos, ou seja, os usuários da língua procuram expressar sentido a partir de propósitos. Com isso, a forma é condicionada pela função. O que, em outras palavras, significa dizer que as escolhas linguísticas são feitas em decorrência do propósito comunicativo (BATISTA, 2012). Em suma, o propósito comunicativo é anterior à escolha da língua, o sentido se produz situadamente, e a língua é um fenômeno encorpado e não abstrato e autônomo.

Marcuschi (2008) destaca que a língua não deixa de ser um sistema simbólico, porém ela é uma atividade, uma atividade sociointerativa de base cognitiva e histórica. Isto quer dizer que a língua está diretamente ligada às práticas sociais e cognitivas. Se a interação é uma atividade constituída de linguagem, logo, pode-se pensar que a linguagem é anterior à interação. Somos seres capazes de desenvolver uma linguagem com particularidades necessárias para a interação e a compreensão humana, isto é, a significação da linguagem utilizada dependerá de um trabalho social

de interação. Com Bakhtin e Voloshínov (1979), pode-se dizer que todo sentido só se dá como uma relação e não na imanência do signo objetivo ou subjetivo (MARCUSCHI, 2007b, p. 77).

Nesta perspectiva, este trabalho, no âmbito Linguístico, está situado na perspectiva do chamado Funcionalismo do Círculo de Praga, de Nikolai Trubetzkov e Roman Jakobson. No Funcionalismo há grande atenção para os aspectos funcionais, situacionais e contextuais ou comunicacionais. (MARCUSCHI, 2008). O funcionalismo leva em consideração, na análise, toda a situação comunicativa: o propósito do evento da fala, seus participantes e o contexto discursivo (MODESTO, 2006).

E é dentro desta abordagem Funcionalista que se chega à Pragmática, onde este trabalho está situado de forma mais específica. Já que o Funcionalismo tem como objetivo da linguagem a transmissão de informação. Enquanto a Pragmática vê a linguagem como fonte de integração social. "A pragmática aborda a linguagem como fenômeno simultaneamente discursivo, comunicativo e social" (JACQUES apud ARMENGAUD, 2006). E sendo o propósito comunicativo intencional e dependente do contexto, é neste sentido que Habermas insere na "Teoria do Agir Comunicativo" as análises no âmbito da Pragmática. "A pragmática analisa os sentidos a partir da observação dos usuários e do contexto de uso da língua" (BATISTA, 2012, p. 50, grifo nosso). Estão entre os tópicos centrais da pragmática a dêixis, os atos de fala e o princípio da cooperação (BATISTA, 2012).

A dêixis é considerada um fenômeno que possibilita a economia das trocas comunicativas e auxilia a compreensão do que é enunciado. Com o fenômeno das dêixis, torna-se possível "localizar" o que se quer dizer e/ou apresentar. Já a teoria dos atos de fala, de Austin, compreende que a o uso da linguagem implica em atos de fala que realizamos quando estamos diante de situações comunicativas. São três as classificações apresentadas por Austin para os atos de fala: o ato locucionário (regras gramaticais responsáveis pelo sentido do que se quer dizer), o ato ilocucionário (manifestação da intencionalidade direta ou indireta) e o ato perlocucionário (consequências dos atos ilocucionários no ouvinte). O princípio da cooperação coloca em xeque a que o sujeito se constitui na relação com o outro:

> Nas trocas comunicativas, há sentidos dependentes de uma série de elementos extralinguísticos, característicos das peculiaridades dos momentos em que a linguagem é colocada em funcionamento. Para que a comunicação seja satisfatória, nessa perspectiva, é importante que os falantes estejam envolvidos em um acordo definido pelo fato de que um colabora com o outro para que os sentidos se coloquem da forma mais adequada ao instante de interação verbal, que ao mesmo tempo em que gera enunciados os determina também. Paul Grice deu o nome de princípio da cooperação. (BATISTA, 2012, p. 85-86, grifo do autor).

Assumir que os sujeitos dos atos de fala cooperam, pode significar também, que os supostos desvios na troca comunicativa podem apresentar algo que está sendo dito sem que esteja sendo efetivamente proferido, são as informações implícitas, também chamadas de implicaturas conversacionais. De tal forma, que subjetividade nasce no seio da intersubjetividade. Já que as trocas comunicativas não são atividades unilaterais tanto na produção, quanto na significação.

Partindo da ideia de que o sujeito não é totalmente "livre", isto é, ele não é nem assujeitado nem totalmente individual e consciente, não é isolado e independente, mas produto de uma clivagem da relação entre linguagem e história (MARCUSCHI, 2008). Com isso, todos os sujeitos devem estar inseridos nas atividades relacionadas a troca comunicativa: "[...] toda conversação é sempre situada

em alguma circunstância ou contexto em que os participantes estão engajados" (MARCUSCHI, 2007a, p. 17).

De tal forma, pode-se vislumbrar que as trocas comunicativas e, por conseguinte, as interações sociais, são dependentes, contextuais e relacionais. "O ser linguístico que somos define-se como ser social e não se dá a não ser nessa condição" (MARCUSCHI, 2007b, p. 77). Para serem analisadas, as trocas comunicativas precisam de foco e recorte dentro de lentes com perspectivas específicas de historicidade e culturalidade. É neste contexto que se torna importante o encaminhamento para a questão da formação das organizações e da sociedade, com base nas práticas e modos interacionais dos sujeitos de fala, na constituição das organizações e da sociedade.

Interações, organizações e sociedade

Habermas (1990, p. 71) distingue os tipos de interações de acordo com o mecanismo de coordenação da ação da fala. É preciso saber se a linguagem natural é usada apenas como meio para a transmissão de informações - agir estratégico - ou como fonte da integração social - agir comunicativo. Neste caso, a força consensual do entendimento lingüístico, isto é, as energias de ligação da própria linguagem, tornam-se efetivas para a coordenação das ações, ao passo que nesse (no agir estratégico) o efeito de coordenação, depende da influência dos atores uns sobre os outros e sobre a situação da ação a qual é veiculada, através de atividades não lingüísticas.

Os atores participantes tentam definir, cooperativamente, os seus planos de ação, levando em conta uns aos outros, no horizonte de um mundo da vida compartilhado e na base de interpretações comuns da situação. Uma vez que o agir comunicativo depende do uso da linguagem dirigida ao entendimento, ele deve preencher condições rigorosas. Este agir distingue-se, pois, do estratégico, uma vez que a coordenação bem-sucedida da ação não está apoiada na racionalidade teleológica dos planos individuais de ação, mas na força racionalmente motivadora de atos de entendimento, portanto, numa racionalidade que se manifesta nas condições requeridas para um acordo obtido comunicativamente.

No agir comunicativo, os atores têm que abandonar o enfoque objetivador de um agente orientado pelo sucesso, que deseja produzir algo no mundo, e assumir o enfoque performativo de um falante, o qual procura entender-se com uma segunda pessoa sobre algo no mundo. Sem essa re-orientação, que leva em conta as condições do uso da linguagem voltada ao entendimento, eles não têm acesso ao potencial das energias de ligação existentes na linguagem. No agir estratégico a constelação do agir e do falar modifica-se: as forças ilocucionárias de ligação enfraquecem; a linguagem se encolhe, transformando-se num meio de informação (HABERMAS, 1990, p. 74).

O agir comunicativo pode ser compreendido como um processo circular no qual o ator é duas coisas ao mesmo tempo: ele é o iniciador, que domina as situações por meio de ações imputáveis, e ao mesmo tempo, é o produto das tradições nas quais se encontra dos grupos solidários aos quais pertence e dos processos de socialização nos quais se cria. Na medida em que os participantes da comunicação compreendem aquilo sobre o que se entendem como algo em um mundo, como algo que se desprende do pano de fundo do mundo da vida para se ressaltar em face dele, o que é explicitamente sabido separa-se das certezas que permanecem implícitas, os conteúdos comunicados assumem o caráter de um saber que se vincula a um potencial de razões, pretende validade e pode ser criticado, isto é, contestado com base em razões (HABERMAS, 1989, p. 169).

As interações comunicativas são aquelas nas quais as pessoas envolvidas buscam acordo para coordenarem seus planos de ação, sendo o acordo alcançado em cada caso, medido pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade situadas. Possuímos uma disposição instintiva para atividades linguageiras que se desenvolvem como modos de convivência social e modos de coordenação de ações humanas (MARCUSCHI, 2007b). No caso dos processos de entendimento mútuo lingüísticos, os atores erguem com seus atos de fala, ao se entenderem sobre algo, pretensões de validez, mais precisamente, de verdade, de correção e de sinceridade, conforme se refiram a algo no mundo objetivo, no mundo social comum e no mundo subjetivo próprio. A ideia fundamental do agir orientado para o entendimento mútuo é que um se motiva racionalmente pelo outro para uma ação de adesão – e isso, em virtude do efeito ilocucionário de comprometimento que a oferta de um ato de fala suscita, enquanto que no agir estratégico, um atua sobre o outro para ensejar a continuação desejada de uma interação. No agir orientado para o entendimento são especificadas as condições para um acordo a ser alcançado na comunicação (HABERMAS, 1989).

A imposição duradoura de uma norma depende, também, da possibilidade de mobilizar num dado contexto de tradição, razões que sejam suficientes pelo menos para fazer parecer legítima a pretensão de validez no circulo de pessoas a que se endereça. Aplicado às sociedades atuais, isto significa: sem legimitidade, não há lealdade. Quando se tem presente essa função coordenadora das ações que as pretensões de validez normativas desempenham na prática comunicativa cotidiana, percebe-se por que os problemas que devem ser resolvidos em argumentações, não podem ser superados de modo monológico, mas requerem um esforço de cooperação. Ao entrarem numa argumentação, os participantes prosseguem sua ação comunicativa numa atitude reflexiva, com objetivo de restaurar um consenso perturbado. As argumentações servem para dirimir, consensualmente, os conflitos de ação (HABERMAS, 1989).

Se as argumentações devem produzir acordos, não basta que um indivíduo reflita se pode dar seu assentimento a uma norma. Não basta nem mesmo que todos os indivíduos, cada um por si, levem acabo essa reflexão, para então registrar os seus votos. O que é preciso é, antes, uma argumentação "real", da qual participem cooperativamente os concernidos. Só um processo de entendimento mútuo intersubjetivo, pode levar a um acordo que é de natureza reflexiva: só então os participantes podem saber que eles chegaram a uma convicção comum. Quando o modo de agir carente de fundamentação é de natureza coletiva, os membros do coletivo têm de chegar a uma decisão comum. Eles têm que tentar convencer-se, mutuamente, de que é de interesse de cada um, que todos ajam assim. Neste processo, cada um indica ao outro as razões porque ele pode querer que um modo de agir seja tornado socialmente obrigatório. Cada pessoa concernida tem que poder convencer, através da argumentação, de que a norma proposta é, nas circunstâncias dadas, boa para todos. Habermas (1989) chama este processo de discurso prático.

O agir comunicativo e a argumentação são necessários, porque é preciso, para a fixação de uma linha de ação coletiva, coordenar as intenções individuais e chegar a uma decisão comum sobre essa linha de ação. Só quando a decisão resulta de argumentações, isto é, se ela se forma segundo as regras pragmáticas de uma discussão, que a norma decidida pode valer como justificada. Ela deve possibilitar a autonomia na formação da vontade. A forma de argumentação resulta, assim, da necessidade de participação e do equilibro de poder; e, deve evitar que alguns simplesmente sugiram ou mesmo, prescrevam aos outros, o que é bom para eles. Ela deve possibilitar não a imparcialidade do juízo, mas a não influenciabilidade ou a autonomia da formação da vontade. Nesta medida, as regras do discurso têm um conteúdo normativo; elas neutralizam o desequilíbrio de poder e cuidam

da igualdade de chances de impor os interesses próprios de cada um (HABERMAS, 1989, p. 92). A racionalidade em Habermas é indissociável da linguagem, é com ela que a comunidade humana assegura o progresso (ARMENGAUD, 2006).

Racionalidade comunicativa e integração discursiva

A possibilidade de escolher entre o agir comunicativo e o agir estratégico é abstrata, porque ela só está dada na perspectiva contingente do ator individual. Na perspectiva do mundo da vida a que pertence cada ator, não é possível dispor livremente desses modos de agir, pois as estruturas simbólicas de todo mundo da vida reproduzem-se sob as formas de tradição cultural, de integração social e de socialização – e estes processos só podem efetuarse por meio do agir orientado para o entendimento mútuo. Não há nenhum meio equivalente que seja capaz de preencher essas funções.

No agir comunicativo, os participantes não se atribuem ora 'um pouco mais' de racionalidade e ora 'um pouco menos'. Na perspectiva de participantes, tais conceitos são codificados de modo binário. Tão logo nós passamos a agir 'orientados pelo entendimento mútuo', não podemos mais agir, ao mesmo tempo, na perspectiva objetivadora de um observador. Na realização da ação há autocompreensão racional de atores. A suposição de racionalidade constitui uma assunção refutável, não um saber a priori. Ela 'funciona' como uma pressuposição pragmática, comprovada de muitas maneiras, sendo constitutivo para o agir comunicativo em geral. O sujeito agente foi retirado do reino dos seres inteligíveis e colocado no mundo da vida de sujeitos socializados, que se articulam por intermédio da linguagem. A mudança de paradigma implica uma transformação completa do modo de análise (HABERMAS, 2007).

Habermas (2004b, p. 101) destaca que a racionalidade discursiva cria uma correlação entre as estruturas ramificadas da racionalidade do saber, do agir e da fala ao concatenar as raízes proposicionais, teleológicas e comunicativas. Nesse modelo de estruturas nucleares engrenadas umas nas outras, a racionalidade discursiva deve seu privilégio não a uma operação fundadora, mas a uma operação integradora. Sendo uma forma reflexiva de agir comunicativo, a racionalidade corporificada no discurso sobrepõe-se à racionalidade comunicativa encarnada nas ações cotidianas.

Na perspectiva do pensamento da unidade metafísica, o conceito de razão comunicativa, processual, parece demasiado tênue, uma vez que ele situa todo o conteúdo no terreno do contingente, levando até a pensar que a própria razão surge de um modo contingente. Em compensação, uma perspectiva contextualista considera-o demasiado forte, porque no meio do entendimento através da linguagem as fronteiras dos mundos tidos como incomensuráveis ainda se mostram permeáveis. Habermas fala da sua tese:

> A unidade da razão não pode ser percebida a não ser na multiplicidade de suas vozes, como sendo uma possibilidade que se dá, em principio, na forma de uma passagem ocasional, porém, compreensível, de uma linguagem para a outra. E esta possibilidade de entendimento, assegurada apenas de modo processual e realizado de modo transitório, forma o pano de fundo para a variedade daquilo com que nos defrontamos na atualidade, sem que possamos compreendê-lo. (HABERMAS, 1990, p. 153).

A razão comunicativa não é destituída de corpo, como se fosse a espontaneidade de uma subjetividade constituída do mundo, em si mesmo alheia ao mundo, e também não constrange a história - reivindicada para a automediação absoluta de um espírito historicizado - sob uma

teleologia que se fecha num círculo. Não é mais preciso superar o desnível entre mundo inteligível e mundo dos fenômenos através de uma filosofia da natureza ou da história. Este desnível é mitigado através de uma tensão entre a incondicionalidade de pretensões de validez, que explodem e transcendem o contexto e a faticidade de tomadas de posição dependentes do contexto, relevantes para a ação, que criam realidades sociais antes de qualquer situação. Esta tensão emigra para o mundo vital daqueles que agem comunicativamente.

Habermas (2003, p. 20) adverte que a razão comunicativa, ao contrário da figura clássica da razão prática, não é uma fonte de normas do agir. Ela possui um conteúdo normativo, porém somente na medida em que o age comunicativamente é obrigado a apoiarse em pressupostos pragmáticos do tipo contrafactual. Ou seja, é obrigado a empreender idealizações, por exemplo, a atribuir significado idêntico a enunciados, e a considerar os destinatários imputáveis, isto é, autônomos e verazes, consigo mesmos e com os outros. Ao fazer isso, o que age comunicativamente não se defronta com o "ter que" prescritivo de uma regra de ação, mas sim com o "ter que" de uma coerção transcendental fraca.

A razão comunicativa possibilita uma orientação na base de pretensões de validade. No entanto, ela mesma não fornece indicação concreta para o desempenho de tarefas práticas, pois não é informativa, nem imediatamente prática. De um lado, ela abrange todo o espectro de pretensões de validade da verdade proposicional, da veracidade subjetiva e da correção normativa, indo além do âmbito exclusivamente moral e prático. De outro lado, ela se refere às intelecções e asserções criticáveis e aberta a um esclarecimento argumentativo - permanecendo neste sentido aquém de uma razão prática, que visa à motivação e à condução da vontade. A normatividade obrigatória não coincide com a racionalidade do agir orientado pelo entendimento em seu todo. Normatividade e racionalidade cruzam-se no campo da fundamentação de intelecções morais, obtidas num enfoque hipotético, as quais detêm certa força de motivação racional, não sendo capaz de garantir por si mesma a transposição de idéias para um agir motivado.

Neste contexto, o conceito tradicional de razão prática adquire novo valor heurístico: não funciona mais como orientação direta para uma teoria normativa da moral ou do direito. Ele se transforma no fio condutor para a reconstrução do emaranhado de discursos formadores da opinião e preparadores da decisão, na qual está embutido o poder democrático. Habermas (2003, p. 22) diz que, nesta perspectiva, as formas de comunicação da formação política da vontade no Estado de direito, da legislação e da jurisprudência aparecem como partes de um processo mais amplo de racionalização dos mundos da vida de sociedades modernas, pressionadas pelos imperativos sistêmicos. E que tal reconstrução, coloca-nos nas mãos uma medida crítica que permite julgar as práticas de uma realidade constitucional intransparente.

A ética do discurso não dá orientação de conteúdo, mas sim, o procedimento rico em pressupostos que deve garantir a imparcialidade da formação de juízo. O discurso prático é um processo, não para a produção de normas justificadas, mas para o exame da validade de normas consideradas hipoteticamente. É só com este procedimento que a ética da discussão se diferencia de outras éticas cognitivistas, universalistas e formalistas. Todos os conteúdos, mesmo os concernentes a normas de ação, não importam quão fundamentais estas sejam, têm de ser colocados na dependência de discursos reais (HABERMAS, 1989, p. 148-149). A ética do discurso vem ao encontro de uma concepção construtivista da aprendizagem, na medida em que compreende a formação discursiva da vontade como uma forma de reflexão do agir comunicativo e na medida em que exige, para a passagem do agir para o discurso, uma mudança de atitude. O desenvolvimento

moral significa que a pessoa transforma e diferencia de tal maneira estruturas cognitivas disponíveis, que ela consegue resolver melhor do que anteriormente a mesma espécie de problemas, a saber, a solução consensual de conflitos de ação (HABERMAS, 1989, p. 149).

Habermas (1989, p. 110) adverte para a conveniência de distinguir três planos de pressupostos argumentativos: no plano lógico dos produtos, no plano dialético dos procedimentos e no plano retórico dos processos. As argumentações são destinadas a produzir argumentos concludentes, capazes de convencer com base em propriedades intrínsecas e com os quais se podem resgatar ou rejeitar pretensões de validez. No plano lógico-semântico, as regras não têm conteúdo ético algum. Elas não oferecem para o argumento pragmático nenhum ponto de partida apropriado. A partir de pontos de vista dos procedimentos, as argumentações aparecem como processos de entendimento mútuo que são regulados de tal maneira que proponentes e oponentes possam, em atitude hipotética e liberada das pressões da ação e da experiência, examinar as pretensões de validez que se tornaram problemáticas. Neste plano, estão os pressupostos pragmáticos de uma forma especial de interação, a saber, tudo o que é necessário para a busca cooperativa da verdade, organizada como uma competição, assim como, o reconhecimento da imputabilidade e da sinceridade de todos os participantes.

O processo de argumentação exige que a forma comunicativa do discurso não somente tematize todas as possíveis informações e explicações relevantes, mas também, que sejam abordadas de tal forma que os posicionamentos dos participantes possam ser motivados intrinsicamente, apenas pela força revisora de argumentos que flutuam livremente. As pressuposições mais importantes são as seguintes: (a) inclusão e caráter público - não pode ser excluído ninguém desde que tenha uma contribuição relevante a dar no contexto de uma pretensão de validade controversa; (b) igualdade comunicativa de direitos - todos têm a mesma chance de se manifestar sobre um tema; (c) exclusão da ilusão e do engano - os participantes têm de acreditar no que dizem; (d) ausência de coações - a comunicação deve ser livre de restrições que impedem a formulação do melhor argumento, capaz de levar à bom termo a discussão (HABERMAS, 2007, p. 61).

A partir de aspectos processuais, Habermas (1989, p. 111) considera que a discussão argumentativa apresenta-se como um processo de comunicação que, em relação ao objetivo de um acordo racionalmente motivado, tem que satisfazer a condições inverossímeis. No discurso argumentativo, mostram-se estruturas de situações de fala que estão particularmente imunizadas contra a repressão e a desigualdade, assim, ela apresenta-se como uma forma de comunicação suficientemente aproximada de condições ideais. Os participantes de uma argumentação não podem se esquivar à pressuposição de que a estrutura de sua comunicação, em razão de características a ser descreverem formalmente, exclui toda coerção atuando do exterior sobre o processo de entendimento mútuo ou procedendo dele próprio, com exceção da coerção do argumento melhor e que ela, assim, neutraliza todos os motivos, com exceção do motivo da busca cooperativa da verdade.

Ao se apresentar às pressuposições do discurso sob a forma de regras, pode-se cometer o equivoco de acreditar que todos os discursos realmente efetivados têm que satisfazer a essas regras. Em todos os casos é com aproximações que temos que nos contentar. As regras do discurso devem significar apenas que os participantes da argumentação têm que resumir um preenchimento aproximativo e suficiente para os fins da argumentação das condições mencionadas, não importando em que medida essa presunção tem ou não, no caso dado, um caráter contrafactual. As necessidades triviais de institucionalização de discursos, não contradizem o conteúdo parcialmente contrafactual das suas pressuposições:

> Visto que os discursos estão submetidos às limitações do espaço e do tempo e têm lugar em contextos sociais; visto que os participantes de argumentações não são caracteres inteligíveis e também são movidos por outros motivos além do único aceitável, que é o da busca cooperativa da verdade; visto que os temas e as contribuições têm que ser ordenados, as relevâncias asseguradas, as competências avaliadas; é preciso dispositivos institucionais a fim de neutralizar as limitações empíricas inevitáveis e as influências externas e internas evitáveis, de tal sorte que as condições idealizadas, já sempre pressupostas pelos participantes da argumentação possam ser preenchidas pelo menos numa aproximação suficiente. (HABERMAS, 1989, p. 115).

As pressuposições inevitáveis da prática da argumentação não são, apesar de contrafáticas, meros constructos, que operam efetivamente no comportamento dos participantes da argumentação. Quem participa seriamente de uma argumentação adota faticamente tais proposições. Isto pode ser inferido das conseqüências que os participantes tiram de inconsistências percebidas. O procedimento de argumentação é autocorretivo no sentido de que as razões necessárias resultam no próprio transcurso de uma discussão insatisfatória. Características procedimentais do processo de argumentação fundamentam a expectativa racional de que as informações e argumentos decisivos venham à tona e sejam colocados na mesa (HABERMAS, 2007, p. 63).

Considerações finais

Humboldt (apud HABERMAS, 2004) aponta para as três funções da linguagem: como expressão, instrumento e comunicação vinculante. O uso da linguagem permite a comunicação entre as pessoas, tornando-se um fato decisivo para o entendimento, estabelecendo uma relação íntima do conteúdo proferido e sua validade no mundo social. Por uma exigência filosófica, a linguagem deve ser esclarecedora, crítica e reflexiva. Sendo assim, o uso da linguagem pressupõe uma possibilidade de entendimentos entre os indivíduos.

As relações sociais são construídas a partir das ações interativas e a linguagem age como mediadora e constituinte dessas interações sociais que ocorrem no mundo da vida, onde os processos comunicativos se dão e os sujeitos passam a entender o mundo vivido por meio da prática de um discurso centrado nos aspectos significativos de suas vivências. Com o entendimento pela linguagem, os indivíduos se relacionam e se constituem socialmente, evidenciando que a língua é uma atividade cognitiva. Não apenas um instrumento para representar ou reproduzir ideias, a língua é “muito mais que um veículo de informações”; a função primordial da língua é “inserir os indivíduos em contextos sociohistóricos e permitir que se entendam” e não meramente um instrumento para informação (MARCUSCHI, 2008). Os conhecimentos e os saberes adquiridos ao longo da trajetória de vida dos sujeitos - a linguagem e as formas de ser e estar no mundo - se evidenciam em um novo dialeto de desconstrução e reconstrução, ganhando direcionalidade e forma. E, sendo assim, se o sistema é uma construção a partir do mundo da vida, as organizações também podem adquirir um caráter de reconstrução.

Na teoria do agir comunicativo de Habermas, o discurso tem uma função ativa na transformação das organizações e da sociedade na formação de uma integração discursiva nas interações sociais. Através do diálogo, os interlocutores podem chegar a um entendimento mútuo que gera aprendizagem. Pois, o uso da linguagem como discussão e discurso, não apenas como instrumento para informação, permite um aprendizado socialmente determinado por uma intersubjetivação entre os atores no processo de interação mediada pela linguagem e, por

conseguinte, a construção de uma racionalidade comunicativa. No uso social da linguagem, nas escolhas dos atos de fala está embutida uma exigência de racionalidade, pois na interação social manifesta-se uma pretensão de compreensão na intersubjetivação com o outro (ou outros). O discurso é sempre intencional, já que as palavras e as estruturas advêm de necessidades comunicativas que provém efeitos desejados de sentidos (MOLLICA, [2013]). Com isso, há uma busca de entendimento mútuo na racionalidade comunicativa, um acordo racional, para a construção das organizações e da sociedade.

Aponta-se para a necessidade de capacidade comunicativa na composição das organizações e da sociedade. E toda comprovação explícita de pretensão de validade, demanda a forma de comunicação que cumpre os pressupostos da argumentação no mundo da vida para chegarem ao entendimento. As ações morais dos indivíduos são executadas através de proferimentos linguísticos que devem ser verdadeiros e ter coerência com o mundo da vida. (CAVALCANTE, 2001). A teoria da ação comunicativa fundamenta sua ética discursiva, cumprindo o roteiro de integração que é desenvolvido no mundo vivido.

Referências

ARMENGAUD, Françoise. **A pragmática**. São Paulo: Parábola editorial, 2006.

BANELL, Ralph Ings. Pragmatismo, verdade e justificação: processos de aprendizagem na obra recente de Jürgen Habermas. In: SIEBENEICHLER, F. B. (Org.). **Direito, moral, política e religião nas sociedades pluralistas**. Entre Apel e Habermas.Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Introdução á pragmática**: a linguagem e seu uso. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012.

BOLZAN, José. **Habermas**: razão e racionalização. Ijuí: Unijuí, 2005.

BRONCKART, Jean Paul. **Atividades de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: EDUC, 1999.

CAVALCANTE, Alberto Rocha. A racionalidade de Jurgen Habermas. **Educação e Filosofia**, v. 15, n. 29, p. 255-257, jan./jun. 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre faticidade e validade. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. 1.

HABERMAS, Jürgen. **Entre naturalismo** e religião: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **O pensamento pós-metafísico**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo: Loyola, 2004.

KUNZLER, Caroline de Morais. Teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n. 16, p. 123-136, 2004.

LIMA, Clóvis Montenegro de; KEMPNER, Fernanda; TISCOSKI, Gabriela Pelegrini. Discurso e aprendizagem em organizações complexas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINSITRAÇÃO, 34., 2010, Rio de Janeiro. [**Anais**...]. [Rio de Janeiro: ANPAD, 2010]. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos /EnANPAD/enanpad_2010/EOR/EOR2459.pdf . Acesso em: 20 jul. 2013.

LIMA, Clóvis Montenegro de; LIMA, José Rodolfo Tenório; KEMPNER, Fernanda. Problematização e racionalização discursiva dos processos produtivos em organizações. **Journal of Information Systems and Technology Management**, Vol. 7, No. 3, p. 669-692, 2010.

LUHMANN, Niklas. Por que uma "teoria dos sistemas? ". In: NEVES, C. E. B.; SAMIOS, E. M. B. **Niklas Luhmann**: a nova teoria dos sistemas. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

LUHMANN, Niklas. **Sociais systems**. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2007a.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Fenômenos da linguagem**: reflexões semânticas e discursivas. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007b.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MODESTO, Artarxerxes Tiago Tácito. Abordagens funcionalistas. **Revista Letra Magna** - Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura, ano 3, n. 4, 1 sem. 2006. Disponível em: http://www.letramagna.com/Abordagens.pdf. Acesso em: 20 jul. 2013.

MOLLICA, Maria Cecília. **Conceitos elementares do funcionalismo**. Rio de Janeiro, [2013]. Material de aula ministrada em 24 maio 2013 no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; NEVES, Fabrício Monteiro. O que há de complexo no mundo complexo? Niklas Luhmann e a Teoria dos Sistemas Sociais. **Sociologias**, v. 15, p. 182-207, 2006. Disponível em: http://www.ufrgs.br/geu/O%20que%20de%20complexo.pdf. Acesso em: 10 abr. 2009.

PINZANI, Alessandro. **Habermas**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Capítulo 7

INFORMAÇÃO E POLÍTICA DE DEFESA: O DEBATE NO BRASIL APÓS 1988

Angélica Behenck Ceron
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima

Resumo: Neste trabalho é apresentado como as informações disponíveis sobre Defesa subsidiam a sociedade no debate da política de Defesa, quais os atores que se envolvem no debate e como esses obtêm informação e a transformam no decorrer do debate. Objetivo: Identificar elementos para discussão do regime de informação subjacente à produção dos estudos de Defesa no Brasil em um contexto democrático. Metodologia: Os métodos de pesquisa propostos incluem como procedimentos: (1) a análise da legislação sobre Defesa no Brasil de modo a evidenciar o papel da informação nesse contexto; e (2) a análise do campo acadêmico de Defesa no Brasil. Resultados: Observa-se que a área de Defesa está cada vez mais presente no cenário político brasileiro e nas decisões estratégicas do governo. Conclusões: Pode-se notar mudança significativa no que se refere ao processo de decisão relativo à Defesa. Embora tenha sido concebida como política de Estado e prevista na Política de Defesa Nacional (PDN) e na Estratégia Nacional de Defesa (END), a política de Defesa tem recebido da sociedade uma participação ainda incipiente, embora haja avanços significativos.

Introdução

A discussão da política de Defesa na sociedade é fundamental no contexto democrático. A política de defesa, como toda política de Estado, requer debate com a sociedade, o que ainda é incipiente no Brasil. No entanto, avanços significativos foram obtidos nessa direção, trazendo uma mudança no regime de informação na área da Defesa.

Os métodos de pesquisa propostos incluem como procedimentos: (1) a análise da legislação sobre Defesa no Brasil de modo a evidenciar o papel da informação nesse contexto; e (2) a análise do campo acadêmico de Defesa no Brasil. A análise visa a identificar elementos para discussão do regime de informação subjacente à produção dos estudos de Defesa no Brasil em um contexto democrático.

O problema que se apresenta nesta pesquisa é como as informações disponíveis sobre Defesa subsidiam a sociedade no debate da política de Defesa, quais os atores que se envolvem no debate e como esses obtêm informação e a transformam no decorrer do debate. Apresenta-se, neste quadro, um novo contexto de análise na política de informação, principalmente no que tange ao surgimento de mudanças no regime de informação em Defesa no Brasil.

Observa-se que a área de Defesa está cada vez mais presente no cenário político brasileiro e nas decisões estratégicas do governo. Além disso, pode-se notar mudança significativa no que se refere ao processo de decisão relativo à Defesa. Embora tenha sido concebida como política de Estado e prevista na Política de Defesa Nacional (PDN) e na Estratégia Nacional de Defesa (END), a política de Defesa tem recebido da sociedade uma participação ainda incipiente, embora haja avanços significativos.

Em relação aos conceitos de "Segurança" e "Defesa Nacional" utiliza-se neste artigo a concepção apresentada pela Política de Defesa Nacional (BRASIL, 2005a). "A segurança, em linhas gerais, é a condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos não se sentem expostos a riscos ou ameaças, enquanto que defesa à ação efetiva para se obter ou manter o grau de segurança desejado" (BRASIL, 2005a).

"Defesa Nacional" é aquela noção concebida pelo PDN, ou seja, "conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifesta". Assim, a Segurança é uma sensação, enquanto a Defesa é o conjunto de ações que geram aquela sensação.

Informação, estado e sociedade

A abordagem teórica nesta pesquisa utiliza-se dos conceitos de mundo da vida e sistema das teorias de Habermas e Luhmann, bem como dos conceitos da política de informação para analisar o debate sobre Defesa no Brasil. A informação no âmbito do debate de Defesa, como atividade típica de Estado, depende da legitimidade advinda do suporte político. A política de informação subsidia a análise do regime de informação nesse processo que envolve a relação do sistema de Defesa com os demais sistemas e o mundo da vida.

Habermas apresenta o conceito de mundo da vida como todo contato social; busca o conceito de mundo da vida na filosofia de Edmund Husserl, o qual conclama o mundo da vida como a esfera imediatamente presente de realizações originárias (HABERMAS, 2002, p. 88).

O saber do mundo da vida caracteriza-se pela imediatez, pela força totalizadora e pela constituição holística desse saber. A partir de garantias que só podemos extrair da experiência, o mundo da vida levanta um muro contra surpresas que provêm da experiência. Se o saber acerca do mundo se define pelo fato de ser adquirido a posteriori, ao passo que o saber acerca da linguagem, considerando relativamente, configura um saber a priori, então o paradoxo pode residir precisamente na integração que existe, no fundo da vida, entre o saber acerca do mundo e o saber acerca da linguagem (HABERMAS, 2002, p. 93-94).

A comunicação no mundo da vida é interrompida quando se choca com o poder econômico e o poder administrativo, meios que não compreendem a linguagem coloquial, pois esses códigos especiais, além de se diferenciarem da linguagem coloquial, foram desmembrados dela. É verdade que a linguagem coloquial forma um horizonte da compreensão; em princípio, ela é capaz de traduzir tudo em todas as linguagens. Porém, ela é incapaz de operacionalizar eficientemente para todos os destinos suas mensagens endereçadas ao comportamento (HABERMAS, 2003, v. 1. p. 82).

Na análise de Vandenberghe (2010, p. 3) o processo de racionalização do mundo da vida abre passagem para a racionalização do sistema. Com a sociedade mais complexa e a distinção dos subsistemas, a coordenação da ação torna-se aos poucos separada do mundo da vida e mediada por meios de controle abstratos como o poder e o dinheiro, que padronizam a situação da ação e regulam

as práticas sociais externas. Quando o poder e o dinheiro começam a alastrar-se sobre o mundo da vida, "como senhores coloniais", aparecem nas patologias da sociedade.

Luhmann parte da teoria de Parsons, que especifica firmemente que ação e sistema não poderem ser compreendidos separadamente; ou, em outras palavras: a ação só é possível sob a forma de sistema. A descoberta essencial de Parsons é de que a construção de estruturas sociais se realiza sob a forma de sistemas, e a base da operação sobre a qual esse sistema se constrói é a ação (LUHMANN, 2009, p. 42).

A principal função dos sistemas sociais é a de reduzir a complexidade do mundo de modo que esta possa ser entendida pelas pessoas: a complexidade do mundo é sempre maior do que a complexidade do sistema. O sistema, por sua vez, necessita ter um grau de complexidade menor, de modo a operar no seu meio. Para os sistemas sociais, a redução da complexidade do mundo se apresenta como no problema da dupla contingência.

Na análise de Luhmann (1995, p. 67-68) a informação é sempre informação para um sistema (o que pode incluir vários sistemas ao mesmo tempo). Na categorização de sistemas que podem adquirir e processar informação, é preciso incluir uma característica adicional, a qual indiretamente serve para determinar o conceito de informação. Consideram-se sistemas que operam de modo auto-referencial, portanto, que precisam sempre jogar uma parte de si próprios na alteração de seus próprios estados. Informação reduz a complexidade na medida em que anuncia uma seleção e, desse modo, inclui possibilidades. Pode-se, no entanto, também aumentar a complexidade.

Com a ajuda do processamento da informação comunicativa, a relação entre sistema e o ambiente adquire uma formulação que é compatível com maior complexidade e interdependência. Na Teoria dos Sistemas a informação é apenas possível dentro do sistema, graças à auto-referência e esquemas de interpretação. Pode, contudo, ser atribuída pelo sistema para o ambiente. Informação aparece como uma seleção de um domínio de potencialidades que o sistema, por si mesmo, elabora e segura para ser relevante; mas aparece com uma seleção não do sistema, mas do ambiente que a leva adiante (LUHMANN, 1995, p. 68).

O conceito de informação deve ser concebido como um conceito com dois lados: a) pelo caráter surpresa, que traz implícita a informação; e b) pelo fato de que a surpresa só existe dentro do conjunto de possibilidades existentes no sistema. Nessa forma, a informação é a seleção que só acontece em uma escala de possibilidades, e que, quando é repetida, perde o caráter surpresa. A informação, em termos teóricos, é entendida como um transfer a partir do meio; no contexto de acoplamento estrutural, trata-se de um acontecimento que se realiza por uma operação efetuada no próprio sistema (LUHMANN, 2009, p. 141-142).

> Na Teoria dos Sistemas, o que se enfatiza é a verdadeira emergência da comunicação. Não existe transmissão de alguma coisa, mas, sim, uma redundância criada no sentido de que a comunicação inventa sua própria memória, que pode ser evocada por diferentes pessoas, e de diferentes maneiras (LUHMANN, 2009, p. 299).

A metáfora da transmissão não é útil, pois implica demasiada ontologia. Ela sugere que o emissor transmite algo que é recebido pelo receptor; mas este não é o caso, simplesmente porque o emissor não dá, no sentido de perder algo. A metáfora do possuir, ter, dar e receber não serve para compreender a comunicação (LUHMANN, 2009, p. 296-297).

A metáfora da transmissão localiza o que é essencial sobre comunicação no ato de transmissão, na elocução. Dirige atenção e demanda por habilidade de quem faz a elocução. No entanto, a elocução é nada mais que uma seleção proposta, uma sugestão. A comunicação emerge apenas na medida em que essa sugestão é melhorada, que seu incentivo é processado (LUHMANN, 1995, p. 139).

A idéia de comunicação na Teoria dos Sistemas contradiz a metáfora da transmissão. Luhmann (2009, p. 294-296) aponta três razões: 1ª) a comunicação é uma sucessão de efeitos multiplicadores na qual não há perda; 2ª) não se considera o estado interno dos que participam da comunicação; e 3ª) a metáfora da transmissão pressupõe simultaneidade entre comunicar e entender, mas graças à escrita é possível a separação espacial e temporal entre transmissão e recepção.

Na metáfora da transmissão se pressupõe que a informação é a mesma tanto para emissor como para receptor. A comunicação nunca é um evento com dois pontos de seleção, nem como um dar e receber (com na metáfora da transmissão), não como a diferença entre informação e elocução. A comunicação emerge apenas se esta última diferença é observada, esperada, entendida e usada como a base para contradição com os demais comportamentos. Entretanto, entendimento inclui mais ou menos desentendimentos; mas esses são sempre desentendimentos que podem ser controlados e coordenados.

O Estado pode ser considerado um dos mais influentes sistemas colonizadores do mundo da vida, uma vez que é, por excelência, a instituição que estabelece regulamentos para a sociedade e mantém mecanismos para fazê-la cumprir uma vez que tem o monopólio legal da força. Uma das maiores características do Estado moderno é a expansão da capacidade dos administradores estatais em influenciar até mesmo os mais reservados aspectos da atividade cotidiana.

Habermas (2003, v. 2. p. 63-64) observa que a teoria dos sistemas indica que a sociedade constitui uma rede de sistemas parciais autônomos formando ambientes uns para os outros. A interação entre tais sistemas depende dos modos de operação próprios. Por um lado, o próprio sistema político afirma-se contra todos os outros sistemas funcionais; por outro, passa a prevalecer a compreensão da política centrada no Estado, sugerida pelo modelo liberal. A teoria dos sistemas atribui à formação política da opinião e da vontade, dominada pela concorrência entre os partidos, a um público de cidadãos incorporados ao sistema político, mas desligados do mundo da vida.

Habermas (2003, v. 2. p. 75-78) sintetiza em três pontos o equilíbrio sistêmico: (a) Estado supervisor da negociação de sistemas não hierárquicos. O Estado supervisor exerce uma "política de opções" tal como no planejamento econômico. (b) Política reguladora do sistema tem de se utilizar da linguagem do Direito. O direito funciona como catalisador de transformações internas. (c) Consenso dá a base para o dissenso de tal modo que o dissenso não venha a dissolver o sistema. O consenso se dá por uma linha imaginária o qual o dissenso trabalha para dissolvê-la. Em primeiro lugar, o diálogo dos sistemas funcionais se limita ao fim cognitivo da intensificação reflexiva do saber sistêmico. Em segundo lugar, as regras desse diálogo que regulam as conferências não podem pretender representatividade.

---

1. Em inglês policy. Cabe destacar a diferença entre os termos policy e politics, em inglês, ambos traduzidos para o português pelo termo "política". Segundo o dicionário Collins, policy refere-se a um cenário de ideias ou planos que são usados como base para tomada de decisão, especialmente em Política, Economia ou negócios; e Politics, por sua vez, são as ações ou atividades que dizem respeito ao alcance e uso do poder em um país ou sociedade.

O que é importante destacar na abordagem de Habermas é que não basta o conhecimento especializado produzido pelos sistemas na construção de políticas. São necessários também os aspectos éticos e morais na elaboração de políticas. Esses aspectos têm como fonte o mundo da vida. As políticas devem contemplar aspectos subjacentes ao mundo da vida de modo a ter legitimidade.

Na visão de Braman (1994, p. 359) o Estado como sistema possibilita a participação democrática de modo a adequar a sua atuação aos interesses da população. O potencial democrático é a capacidade dos cidadãos de efetivamente participar em processos constituídos socialmente – para o exercício do poder. O processo democrático no qual se está interessado simultaneamente participa em processos auto-organizados em outros níveis, incluindo indivíduos, comunidade e outros sistemas.

Braman (2006, p. 29) aponta que é possível para os Estados fazerem mudança, porque eles são sistemas adaptativos complexos produzidos por interações entre hábitos culturais, leis formais, discurso e modos de organização dentro de um campo em constante mudança de possibilidades. Como outros sistemas adaptativos complexos, Estados respondem às mudanças em recursos e em seus ambientes, com as transformações que vão da menor influência até mudanças significativas na estrutura ou comportamento de todo o caminho para a turbulência, o caos e, talvez, uma completa mudança na natureza do sistema em si mesmo.

González de Gómez (1996, p. 60) igualmente destaca que o Estado, como um observador privilegiado, é capaz realizar operações de totalização e unificação sobre o saber e a informação que se manifesta: nos arquivos, na estatística, na cartografia, nas bibliografias nacionais. Essas operações testemunham uma ação de informação em tendência totalizante, que aspira a reunir e unificar o excedente cognitivo, como se um território de conhecimento alargasse a unidade espaço-tempo do Estado nacional. A essa ação de informação liga-se a busca de códigos unificados tais como linguagens e formatos padronizados, metrologia e normas técnicas.

Em paralelo ao avanço da importância da informação, desenvolve-se um forte debate sobre a atuação do Estado. Esse debate é influenciado pelo avanço tanto de idéias neoconservadoras, quanto da globalização, bem como de uma cobrança por mais eficiência da atuação do Estado. Com isso, surge a necessidade de o Estado trabalhar melhor com a informação. Daí surge o debate sobre importantes questões, como a da governança.

Nesse novo cenário de atuação estatal, altera-se a forma como o Estado exerce o poder. Braman (2006) aborda a importância do debate sobre política[1] de informação no contexto de transformação do Estado de bem-estar burocrático em estado informacional.

> Enquanto a política de informação está esteja entre as mais antigas formas de governança, há uma mudança de fase de mudança – uma mudança de estado – na medida em que dimensão para a qual os governos deliberadamente, explicitamente e consistentemente controlam a criação de informação, processamento, fluxos e uso para o exercício do poder[2] (BRAMAN, 2006, p. 1, tradução nossa).

González de Gómez (2011) destaca que o tema da "sociedade da informação" é debatido fortemente nos anos 1990, em detrimento do debate da informação no contexto do Estado. Isso se deve, segundo a autora, ao surgimento de novas esferas transnacionais de interação para além-fronteiras estatais, e ao surgimento e fortalecimento de atores internacionais.

2. "While information policy is among the most ancient forms of governance, there has been a phase change—a change of state—in the extent to which governments deliberately, explicitly, and consistently control information creation, processing, flows, and use to exercise power. "

> O Estado Informacional e o Estado-rede são manifestações do esforço conceitual para reformular, no cenário contemporâneo, as possibilidades e os limites de autonomia do Estado, a partir do crescente questionamento da previsibilidade, inteligibilidade e controle de seu domínio de intervenção, incluindo o próprio domínio da informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011, p. 186).

Há uma demanda da sociedade para uma ação do Estado no sentido de aumentar sua transparência. Entre as informações governamentais ganham destaque a informação legislativa[3] e as informações subsidiárias para a construção de políticas públicas[4]. O debate para a construção de políticas públicas democráticas depende de um amplo acesso à informação sobre o tema.

A precariedade da organização da informação governamental afeta a eficácia da formulação de políticas públicas, que não levam em consideração os requisitos de informação necessários tanto na sua formulação quanto ao suporte aos objetos desejados. Igualmente a organização da informação estatal é necessária à participação democrática como subsídio ao debate na esfera pública.

Braman (1994, p. 359) aponta três tipos de relação entre informação e poder: (1) informação no exercício direto do poder (como na propaganda ou enquetes da opinião pública); (2) informação como crítica às transformações do poder potencial na atualidade; (3) informação como um recurso entre outros recursos críticos para a capacidade que determina o poder potencial de um agente (como no uso da informação burocrática para implementação de políticas governamentais ou conhecimento das condições das culturas como ferramenta de barganha).

Nesses relacionamentos, embora entre caminhos diferentes, informação é poder são interdependentes. Os fluxos de informação que influenciam a opinião pública (tipo 1) tão significantemente que os modos de produção são transformados (tipo 2) podem razoavelmente ser tratadas pelos economistas como inputs na economia – que é, como recursos (tipo 3). Nesse processo as regras sobre criação de informação, processamento, fluxos e uso são o ato altamente reflexivo de constituir condições sob as quais constituirão a nós mesmos (BRAMAN, 1994, p. 359). O termo política é polissêmico e abarca o conjunto de objetivos que formam a ação governamental e condicionam a sua execução dentro de um dado Estado (um dado espaço), a orientação de uma determinada forma de gerenciamento, e habilidade de negociar e harmonizar interesses. Da mesma forma, há uma dificuldade de estabelecerse um conceito de política de informação, conforme relata González de Gómez (2011):

> O escopo e abrangência do que se denomina "política de informação" e, logo, dos estudos que a tenham como objeto seriam ainda mais difíceis de estabelecer. Pensada, por muitos, antes como meio e recurso que como domínio finalístico de políticas, para outros, uma política de informação só poderia ser, por razões intrínsecas ao seu papel social, uma política pública: no sentido pleno dos modos de sua elaboração, dos atores implicados, das condições de sua implementação e vigência e de sua dupla articulação com as outras políticas e com as esferas de sua intervenção (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011, p. 184).

Braman (2006, 2011) considera a definição de informação como força constitutiva na sociedade a mais apropriada. A partir dessa definição, a informação não é mero recurso e sim um poder na constituição da sociedade. A informação é parte do jogo político no Estado informacional. A política da informação é um termo “guarda-chuva” para leis, regulamentos e posições doutrinárias que tratam de informação, comunicação e cultura. Mais precisamente, assim se expressa:

3. Leis, decretos, portarias e demais normas jurídicas em vigor.
4. Informação que circula no debate político que visa à criação ou alteração da legislação.

> A política de informação é composta por leis, regulamentos e posições doutrinárias - e outra tomada de decisão e práticas com efeitos constitutivos para toda a sociedade - que envolvem a criação de informação, processamento, fluxos, acesso e uso[5] (BRAMAN, 2011, p. 3, tradução nossa).

Braman (2011, p. 3) aponta os seguintes critérios adotados na elaboração dessa definição: (1) validade por abranger uma variedade de instrumentos legais; (2) abrangência por essa definição buscar analisar diferentes assuntos por uma lente comum; (3) solidez teórica; (4) incorporação de metodologia operacional sendo facilmente incorporada a diversos métodos; e (5) facilidade de tradução para diversas línguas e audiências.

A definição de política de informação que melhor atende aos propósitos dessa pesquisa é apresentada por González de Gómez (1999, p. 69): "conjunto das ações e decisões orientadas a preservar e reproduzir, ou a mudar e substituir um Regime de Informação e podem ser tanto políticas táticas ou explícitas, micro ou macro-políticas".

Braman (2004) trabalha o regime global da política informação constituído por novas instituições, ferramentas políticas e comportamentos. Esse regime envolve tanto atores estatais quanto não estatais; os regimes envolvem o governo, a governança (atores estatais e não estatais) e a governabilidade (contexto cultural e social). A análise de Braman dá ênfase, sobretudo, no aspecto legal que consolida e registra formalmente as políticas de informação.

Na análise de González de Gómez (2002),

> [...] o conceito de 'regime de informação', que designaria um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição. Um "regime de informação" constituiria, logo, um conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34).

Embora os regimes de informação tenham a participação de diversos atores – estatais e não estatais –, o regime de informação em Defesa tem características diferenciadas dada a prerrogativa do Estado como detentor do monopólio do uso da força. A participação de atores não estatais se dá no âmbito do debate sobre a questão de Defesa, sendo, no entanto, as decisões dessa área tomadas no governo pelos mais diversos níveis hierárquicos.

O debate da política de defesa

Após a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil começa a trilhar novos caminhos na Democracia. Nesse contexto, o debate sobre as questões de Defesa, que era restrito principalmente aos agentes do Estado, passa a se estender a outros segmentos da sociedade, em especial ao político e ao acadêmico. Neste capítulo serão analisados os aspectos políticos que possibilitaram a ampliação

5. "Information policy is comprised of laws, regulations, and doctrinal positions – and other decision making and practices with society-wide constitutive effects – involving information creation, processing, flows, access, and use. "

do debate das questões de Defesa na história recente do Brasil: a Constituição de 1988, a criação no Ministério da Defesa, a publicação da Política de Defesa Nacional (PDN) e da Estratégia Nacional de Defesa (END).

A Constituição de 1988 é fundamental para a definição do papel das Forças Armadas. Durante a Assembléia Nacional Constituinte, houve um importante debate sobre a questão. A cultura política de um país consolida-se em torno da Constituição em vigor. Toda a cultura do país, sob a luz da própria história, amolda, em cada caso um tipo de leitura diferente para os mesmos princípios – tais como soberania do povo e direitos humanos –, os quais também se corporificam em outras constituições republicanas (HABERMAS, 2007, p. 141).

A missão das Forças Armadas fica consolidada, no artigo 142 da Constituição Federal de 1988, com a seguinte redação

> Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988).

Entre os ministros militares, durante a Constituinte

> Havia consenso a respeito dos principais itens da agenda militar para a Constituinte, embora pudesse haver maior ênfase de uma das forças em relação a algum ponto específico. Por exemplo, a manutenção do serviço militar obrigatório, que interessa principalmente ao Exército, e a manutenção do controle da aviação civil, ponto de honra para a Aeronáutica. Entre os pontos importantes, havia também posições contrárias a mudanças no status quo: contra a criação, naquele momento, do Ministério da Defesa; contra o fim da Justiça Militar; contra a ampliação do habeas data para a documentação do serviço de informações (CASTRO; D'ARAUJO, 2001, p. 18).

A Constituição de 1988 não altera significativamente a destinação constitucional das Forças Armadas. Naquela época, não se discute com profundidade, em termos constitucionais, o controle das Forças Armadas. A criação do Ministério da Defesa, por sua vez, não foi adiante em face aos argumentos que as Forças Armadas adotaram no seu discurso. Assim, as Forças Armadas brasileiras e os militares passam pela Assembléia Nacional Constituinte sem terem recebido alterações significativas nas suas prerrogativas.

A criação do Ministério da Defesa é a mudança mais acentuada no que se refere às Forças Armadas na estrutura republicana brasileira, uma vez que o Ministério da Defesa aglutina os quatro ministérios militares (Marinha, Exército, Aeronáutica e EstadoMaior das Forças Armadas) em apenas um. Atualmente, raros são os países que não reúnem suas Forças Armadas sob um único órgão de defesa, subordinado ao chefe do Poder Executivo.

Em 1995 o presidente Fernando Henrique Cardoso começa a discutir a criação do Ministério da Defesa. Embora tenha pretendido criar o Ministério no seu primeiro mandato o Presidente só consegue fazê-lo no início do seu segundo mandato. A idéia éa aperfeiçoar o sistema de defesa nacional, formalizar uma política de defesa sustentável e integrar as três Forças, racionalizando as suas atividades. Em entrevista ao pesquisador Eliézer Oliveira, o Fernando Henrique Cardoso aponta suas razões para a criação do Ministério da Defesa.

> Uma razão era para racionalização (custos, operações militares etc.). A outra razão: o novo ministério seria o símbolo da democratização, chegando o momento em que o ministério das forças de defesa seria civil. Sempre me preocupei que a questão da Defesa fosse debatida na sociedade (OLIVEIRA, 2005, p. 431-432).

Fernando Henrique Cardoso nomeia o senador Elcio Álvares ministro Extraordinário da Defesa em 1º de janeiro de 1999, responsável pela implantação do órgão. Somente em 10 de junho de 1999 o Ministério da Defesa é oficialmente criado e o Estado-Maior das Forças Armadas extinto, com os ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica sendo transformados em Comandos6. A Emenda Constitucional nº 23/1999 altera os art. 12 e 91 da Constituição Federal, com a introdução de referências ao ministro de Estado da Defesa.

O processo de concepção da Defesa como política de Estado está previsto na Política de Defesa Nacional (PDN)7 e na Estratégia Nacional de Defesa (END)8. Nesses documentos o tema da Defesa é apresentado como algo que envolve toda a sociedade brasileira, não sendo, portanto, de exclusivo interesse das Forças Armadas. Esse envolvimento pressupõe o estabelecimento do acesso à informação sobre o tema pela sociedade. A Política de Defesa Nacional (PDN) destaca que:

> Após um longo período sem que o Brasil participe de conflitos que afetem diretamente o território nacional, a percepção das ameaças está desvanecida para muitos brasileiros. Porém, é imprudente imaginar que um país com o potencial do Brasil não tenha disputas ou antagonismos ao buscar alcançar seus legítimos interesses. Um dos propósitos da Política de Defesa Nacional é conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira de que a defesa da Nação é um dever de todos os brasileiros (BRASIL, 2005, grifo nosso).

A participação da sociedade na temática de Defesa é incipiente porque o debate de Defesa é novo para os brasileiros. Entretanto, passos significativos foram dados na ampliação do debate. Nesse processo devem-se considerar as mudanças no regime de informação em face das mudanças no cenário político brasileiro e internacional. Há a participação de diversos atores, tais como militares, industriais de defesa, especialistas civis de Defesa, políticos, diplomatas, estudantes e população em geral.

Atualmente, as Forças Armadas são formalmente uma instituição que está harmonizada com o compromisso democrático do Estado e imbuída de um espírito de profissionalismo na defesa do Brasil. O poder político dispõe sobre a Política de Defesa Nacional (PDN) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), que dão as linhas gerais para os comandantes atuarem nas respectivas forças. A subordinação do militar ao poder constitucional e legítimo orienta todo o contexto da Defesa Nacional.

Vergottini (1998, p. 315-316) considera que a subordinação do estamento militar ao poder civil deriva de princípios organizadores como: (a) o comando presidencial das Forças Armadas; (b) a total isenção política das Forças Armadas; (c) submissão do ordenamento das Forças Armadas ao ordenamento geral do Estado; e (d) a intervenção das Forças Armadas unicamente a pedido do poder político. D'Araujo (2010, p. 108-109) evidencia que no Brasil passou a haver menos presença militar na política nacional a partir da Nova República (1985), e uma crescente aceitação de um novo padrão nas relações civil-militares.

No processo de construção de uma nova institucionalidade militar foram elaborados dois documentos importantes: a Política de Defesa Nacional, de 1996, reformulada em 2005, e a Estratégia Nacional de Defesa, de 2008.

A Política de Defesa Nacional (PDN) é uma declaração política de 1996, de tom diplomático e militar, na qual o Estado torna pública sua natureza estratégica e a organização da sua

6. Cf. https://www.defesa.gov.br/index.php/historico-do-md.html
7. Publicada pelo Decreto n. 5.484, de 30 de junho de 2005 (BRASIL, 2005a).
8. Publicada pelo Decreto n. 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008).

estratégica e a organização da sua defesa. Esta proclamação, que se destina tanto ao campo internacional quanto à sociedade nacional, aborda as razões de Estado que condicionam a política mais radical a ser eventualmente concretizada – a guerra – para a preservação de um Estado enquanto entidade política soberana. Ou seja, a PDN é uma declaração de caráter nacional sobre a dimensão estratégia que um Estado deseja ter ou preservar no plano internacional. Nas últimas décadas, essas características políticas de defesa nacional têm sido adotadas em um número crescente de países (OLIVEIRA, 2005, p. 375).

O Ministério da Defesa elaborou e publicou em 2012 o Livro Branco de Defesa Nacional. Este é um documento público que expõe a visão do governo sobre o tema da Defesa, a ser divulgado para as comunidades nacional e internacional. Segundo o Decreto nº 7.438/2011:

> Art. 1º - O Livro Branco de Defesa Nacional é documento de caráter público, por meio do qual se permitirá o acesso ao amplo contexto da Estratégia Nacional de Defesa, em perspectiva de médio e longo prazos, que viabilize o acompanhamento do orçamento e do planejamento plurianual relativos ao setor (BRASIL, 2011).

A Lei complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, define que o Livro Branco da Defesa deve abordar os seguintes temas: cenário estratégico para o século XXI; Política nacional de defesa; Estratégia nacional de defesa; Modernização das Forças Armadas; Racionalização e adaptação das estruturas de defesa; Suporte econômico da defesa nacional; As Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica; Operações de paz e ajuda humanitária.

No Legislativo brasileiro existem duas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional: uma na Câmara dos Deputados e outra no Senado Federal. Essas comissões têm papel importante no debate da Defesa Nacional. Segundo o regimento interno do Senado Federal, compete à Comissão de Relações e Defesa Nacional, no que diz respeito especificamente à Defesa, emitir parecer sobre "Forças Armadas de terra, mar e ar, requisições militares, passagem de forças estrangeiras e sua permanência no território nacional, espaço aéreo e marítimo, declaração de guerra e celebração de paz (Const., art. 49, II)." (BRASIL, 2007, p. 83).

Segundo o regimento interno da Câmara dos Deputados, a sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional trata dos seguintes temas específicos da Defesa Nacional:

> f) política de defesa nacional; estudos estratégicos e atividades de informação e contra-informação; segurança pública e seus órgãos institucionais; g) Forças Armadas e Auxiliares; administração pública militar; serviço militar e prestação civil alternativa; passagem de forças estrangeiras e sua permanência no território nacional; envio de tropas para o exterior; h) assuntos atinentes à faixa de fronteiras e áreas consideradas indispensáveis à defesa nacional; i) direito militar e legislação de defesa nacional; direito marítimo, aeronáutico e espacial; j) litígios internacionais; declaração de guerra; condições de armistício ou de paz; requisições civis e militares em caso de iminente perigo e em tempo de guerra; l) assuntos atinentes à prevenção, fiscalização e combate ao uso de drogas e ao tráfico ilícito de entorpecentes (BRASIL, 2000, p. 50).

Oliveira (2005, p. 106) considera que o Legislativo é mantido à margem do emprego da força militar do país. Quando há maior ou menor participação dos parlamentares, individualmente considerados, isto não implica alteração da regra geral: a responsabilidade pela defesa cabe ao presidente da República. Dessa forma, a participação do Poder Legislativo no debate das questões de defesa tem sido tímida e pouco priorizada em sua agenda.

O campo de pesquisa em defesa

Uma das características do novo regime de informação na área de Defesa no Brasil é a formação de um campo de pesquisa dedicado aos estudos das questões de Defesa. Pode-se destacar, nesse processo: o incentivo às pesquisas acadêmicas que é dado pelo Pró-defesa, a pesquisa e formação de pesquisadores da temática da Defesa no âmbito da Pós-Graduação em universidades brasileiras, associações acadêmicas que debatem a temática e promovem eventos e periódicos acadêmicos dedicados à temática.

O Programa Pró-Defesa incentiva projetos de pesquisa e formação de recursos humanos em nível de Pós-Graduação em Defesa Nacional. Esse incentivo visa ao desenvolvimento e consolidação do pensamento brasileiro na área, como se pode observar no objetivo geral apresentado em seu edital.

> 2.1. OBJETIVO GERAL
> O **Pró-Defesa** tem por objetivo estimular no País a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis em diferentes IES e/ou demais instituições enquadráveis nos termos deste Edital, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados em Defesa Nacional, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro na área (CAPES, 2005, 2008)

Entre os objetivos específicos do programa destaca-se a criação de programas de pós-graduação em Defesa Nacional e a criação de áreas de concentração em programas existentes. Todos têm como finalidade estimular a ampliação da produção científica e o intercâmbio acadêmico nessa área, especialmente pelo intercâmbio de instituições civis e militares. Dessa forma, busca estender o debate entre especialistas civis e militares no desenvolvimento das pesquisas.

A temática da Defesa Nacional é ampla e abarca diversas visões. De modo a especificar o seu foco de atuação, define, em ambos os editais, suas áreas temáticas contempladas da seguinte forma em ambos os editais:

> O **PRÓ-DEFESA** contempla a área de Defesa Nacional, entendida como a defesa da integridade do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas. Confere ênfase, ainda, a aspectos da defesa nacional que contribuam para a consolidação da estabilidade regional, para a manutenção da segurança internacional e para a projeção do Brasil no cenário internacional (CAPES, 2005, 2008).

Entretanto, cada edital estabeleceu áreas de prioridade. O primeiro edital (20052009) apresentou as seguintes prioridades: a) cenários regionais de segurança e defesa; b) análise e avaliação de políticas públicas de defesa nacional; c) estudos estratégicos (guerra, combate e logística) e doutrina militar; d) teoria e história da guerra; e) relações entre civis e militares e sociologia das forças armadas; f) ciência, tecnologia e defesa nacional; g) indústria de defesa e poder político; h) missões de paz; i) conceitos de segurança e defesa; j) teoria e análise de relações internacionais e de segurança internacional; e k) atividades subsidiárias das forças armadas (CAPES, 2005, p. 2).

O Segundo edital (2009-2012) relacionou como prioridades: a) políticas públicas e Defesa Nacional; b) orçamento e gestão de recursos de Defesa; c) desenvolvimento social e ações subsidiárias das Forças Armadas; d) cenários internacionais de Segurança e Defesa; e) ciência,

tecnologia e inovação em Defesa Nacional; f) logística e mobilização voltadas para a Defesa Nacional; g) sociologia das Forças Armadas; h) estudos estratégicos em Defesa Nacional; e i) educação nacional e ensino militar (CAPES, 2008, p. 2-3).

Cabe destacar que o edital do Pró-Defesa 2 (2009-2012) dispõe sobre parcerias entre Instituições de Ensino Superior (IES) e a prioridade para parceria entre instituições civis e militares:

> a) somente serão apoiados no âmbito do Pró-Defesa projetos que envolvam parcerias (redes ou consórcios) entre equipes de diferentes IES ou entre estas e outras instituições de ensino e/ou pesquisa em nível de pós-graduação que se enquadrem nos termos deste Edital. Será conferida prioridade a projetos que contemplem a parceria entre instituições civis e militares (CAPES, 2008, p. 3).

Esse requisito dá nova dinâmica às atividades de pesquisa permitindo um maior fluxo de informação entre instituições civis e militares. Outro requisito igualmente importante para ampliar o fluxo de informações no âmbito da Defesa é o uso de tecnologia da informação para a troca de informações entre os pesquisadores e a sociedade como consta nesse edital:

> e) é desejável que o projeto tenha caráter multidisciplinar, e contemple o uso interativo de novas tecnologias da informação e da comunicação com vistas a estimular a formação de redes de pesquisadores e a troca de conhecimentos entre as instituições participantes;
> f) é desejável que o projeto tenha em foco a disseminação de resultados (das pesquisas desenvolvidas) para o conjunto da sociedade brasileira, preferencialmente por meio da internet (CAPES, 2008, p. 4).

É importante destacar também a formação da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), que tem por finalidade congregar pesquisadores que desenvolvam estudos e pesquisas sobre Defesa Nacional, Segurança Nacional e Internacional. Entre os assuntos colocados em questão pela entidade estão os relativos à defesa nacional, à segurança nacional e internacional, à guerra e à paz, à História Militar, às relações entre Forças Armadas e sociedade, à ciência e tecnologia no âmbito da base industrial de defesa, entre outros.

A ABED é criada em 2005 por ocasião da reunião do Grupo de Trabalho "Forças Armadas, Estado e Sociedade" da Associação Nacional de Pós-Graduações em Ciências Sociais (ANPOCS), em Caxambu, MG. Foi fundada por pesquisadores e estudiosos pertencentes a diversas instituições de pesquisa e ensino em todo o Brasil. A iniciativa resulta do reconhecimento de que a área, com presença marcante no cenário acadêmico dos principais países do mundo, havia adquirido lugar expressivo no Brasil.

Na análise sobre a Defesa como campo, é importante considerar os periódicos que tratam do tema. O periódico serve de veículo de registro do conhecimento científico, e reflete a atualidade científica e técnica. Faz-se a indicação dos periódicos avaliados pela CAPES por meio do Qualis:

- E-Premissas: Revista de Estudos Estratégicos (UNICAMP) - ISSN 1981-1438 Avaliação Qualis/CAPES: Interdisciplinar – B4; História – B5; Sociologia - B5. Site: http://www.unicamp.br/nee/epremissas/index.htm.
- A Defesa Nacional - ISSN 0011-7641 Avaliação Qualis/CAPES: História – B5; Direito – C; Interdisciplinar – C; Sociologia – C.
- Navigator - ISSN 0100-1248 Avaliação Qualis/CAPES: História – B4. Site: http://www.revistanavigator.com.br/

• Revista Marítima Brasileira - ISSN: 0034-9860 Avaliação Qualis/CAPES: Ciência Política e Relações Internacionais B3; Engenharias I B4; Ciências biológicas B5; Direito – C; Zootecnia/recursos pesqueiros C.

• Revista da Escola de Guerra Naval (Ed. português) - ISSN: 1809-3191 Avaliação Qualis/CAPES: Direito – C. Site: http://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/revistaEgn.htm

• Pesquisa Naval - ISSN: 1414-8595

Avaliação Qualis/CAPES: Engenharias III – B4; Interdisciplinar B4; Engenharias IV – B5; Geociências B5; Administração, Ciências Contábeis e Turismo - C; Química C.

• Revista de Villegagnon (Impresso) - ISSN: 1981-0342 Avaliação Qualis/CAPES: Letras/linguística – B5.

• Revista da Escola Superior de Guerra - ISSN 0102-1788 Avaliação Qualis/CAPES: Ciência Política e Relações internacionais B2.

• PADECEME – ISSN 1677-1885 Publicada pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Avaliação Qualis/CAPES: Engenharias II - B5; História - B5.

• C&T. Revista Militar de Ciência e Tecnologia - ISSN 0102-3543 Publicada pela Biblioteca do Exército Editora Avaliação Qualis/CAPES: Engenharias II B3; Interdisciplinar – B3; Engenharias I B5; Engenharias IV B5; Geociências B5; Química C.

• Revista Militares e Política - ISSN: 1982-6834 Publicada pelo Laboratório de Estudos sobre Militares na Política – LEMP/UFRJ Avaliação Qualis/CAPES: História B3; Sociologia B3. Site: http://www.lemp.ifcs.ufrj.br/revista/

• Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – ISSN 0020-3890 Publicada pelo Instituto de Geografia e História Militar do Brasil Avaliação Qualis/CAPES: História B3. Site: http://ighmb.org/ • Tensões Mundiais ISSN 1809-3124 Avaliação Qualis/CAPES: Ciência Política e Relações Internacionais B3; Interdisciplinar B3; Sociologia B3; Educação B5; História B5. Site: www.tensoesmundiais.net

A pesquisa acadêmica das questões da Defesa é indispensável. Não se pode imaginar que a Defesa do Estado possa ser debatida apenas por agentes do Estado. A democracia depende da participação do maior número de segmentos da sociedade na construção de um efetivo debate sobre a política de Defesa, para o qual os diversos atores são convidados a participar. A inclusão a Defesa como integrante da área do conhecimento acadêmico se enquadra nesse processo. A afirmação da democracia demanda o desenvolvimento da política de defesa em novos alicerces, ou seja, com a diversificação de atores que participem do debate.

Considerações finais

A política de Defesa, assim como as demais políticas de Estado, requer o debate com a sociedade, por meio da qual ela possa expressar seus anseios. Nesse processo, a circulação de informações sobre a Defesa contribui para o debate, pois fornece subsídios para que os participantes tenham uma visão mais abrangente dos aspectos envolvidos.

O Estado é um ator privilegiado, trabalha com informações públicas e privadas sobre a população e sobre as instituições. Embora esse trabalho sempre seja presente na atuação estatal, o advento de novas tecnologias de informação e comunicação modifica a dinâmica da atuação do Estado de modo a trazer maior controle, agilidade e transparência aos processos administrativos. Por

outro lado, essa mesma tecnologia possibilita ao cidadão um maior acesso às informações sobre o Estado e permite, assim, ter maior participação e no debate sobre as políticas de Estado. Nesse contexto, a Política de Defesa, como uma política de Estado, é construída tendo à disposição os recursos eletrônicos para difundir informação aos diversos segmentos da sociedade de modo que esses possam debatê-las.

A Constituição de 1988 consolida a democracia brasileira e cria um ambiente de estimulo ao debate sobre diversas áreas de atuação do governo, com um leque mais amplo de atores envolvidos. As questões de Defesa merecem uma análise sob dois aspectos. O primeiro referente à busca de um novo marco legal que registre a Política de Defesa do país em documentos públicos, que irão culminar na publicação do Livro Branco de Defesa Nacional. Este será um documento de referência sobre as atividades de Defesa.

O segundo aspecto é a formação de um corpo acadêmico que estude as questões de Defesa, que passa a ser um assunto relevante, a ser estudado no âmbito universitário, mediante programas de Pós-Graduação. Dessa forma, as questões de Defesa ganham uma análise mais aprofundada, com um alicerce teórico mais efetivo. Nesse aspecto destaca-se o intercâmbio entre o meio acadêmico e as instituições militares graças ao Pró-Defesa.

O desenvolvimento da pesquisa acadêmica é significativo pelo acesso ao uso das tecnologias de informação e comunicação que possibilitam rapidez e intercâmbio de informação em diferentes pontos do vasto território brasileiro, tornando possível, inclusive, que o ensino e a pesquisa se realizem em convênio com instituições dispersas geograficamente.

Em ambos os casos evidencia-se a que intenção do debate político provoca mudanças no regime de informação na área da Defesa no contexto da democracia brasileira. No passado, por razões políticas, o tema se restringia ao âmbito governamental. A troca de informações entre o Estado e a sociedade era bastante limitada. Atualmente, em face da mudança das condições políticas, o regime de informação é marcado pela ampliação do debate, por meio de estudos acadêmicos e pela institucionalização da política de defesa.

Não restam dúvidas de que as mudanças nas circunstâncias políticas afetam fortemente o regime de informação. Como se pode observar o debate da temática de Defesa ganha nova dinâmica no contexto democrático. Nesse aspecto, tem-se um exemplo de como as circunstâncias políticas refletem na produção, disseminação e uso da informação, ou seja, refletem no que vem a ser o regime de informação vigente.

Referências

ARAUJO, Luiz B. L. **Pluralismo e justiça**: estudos sobre Habermas. São Paulo: Loyola, 2010

BRAMAN, Sandra. The autopoietic state: communication and democratic potential in the net. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v. 45, n. 6, p. 358-368, July 1994.

BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. In: BRAMAN, Sandra (Ed.). **The emergent global information policy regime**. Houndsmills: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-37. Disponível em: https://pantherfile.uwm.edu/braman/www/bramanpdfs/022_emergentregime.pdf. Acesso em: 11 jun. 2010.

BRAMAN, Sandra. **Changes of state**: information policy and power. Cambridge: MIT Press, 2006.

BRAMAN, Sandra. Defining information policy. **Journal of Information Policy**, University Park, v. 1, p. 1-5, 2011. Disponível em: <http://jip.vmhost.psu.edu/ojs/index.php/jip/index>. Acesso em: 5 maio de 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações em pelas emendas constitucionais nos 1/92 a 53/2006 e pelas emendas constitucionais de revisão nos 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Edições Técnicas, 2007.

BRASIL. Congresso. Senado Federal. **Regimento interno**: resolução n. 93, de 1970: texto editado em conformidade com a Resolução n. 18 de 1989, consolidado com as alterações decorrentes de emendas à Constituição, leis e resoluções posteriores, até 2006. Brasília: Senado Federal, 2007. 2 v.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Regimento interno da câmara dos deputados**. Aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, e alterado pelas Resoluções nos 1, 3 e 10, de 1991; 22 e 24, de 1992; 25, 37 e 38, de 1993; 57 e 58, de 1994; 1, 77, 78 e 80, de 1995; 5, 8 e 15, de 1996; 33, de 1999; e 11, de 2000. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000.

BRASIL. Decreto nº 5.484 de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1 jul. 2005a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Decreto/D5484.htm. Acesso em: 15 out. 2009.

BRASIL. Decreto nº 6.703 de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. **Diário Oficial** [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 19 dez. 2008. Disponível em: http://www.mar.mil.br/diversos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf. Acesso em: 25 set. 2011.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Edital PróDefesa N0 01 / 2005**. Instruções para apresentação de projetos do programa de apoio ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica em defesa nacional pró-defesa**. Brasília, abr. 2005.

BRASIL. Edital Pró-Defesa N0 01 / 2008. **Instruções para apresentação de projetos do programa de apoio ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica em defesa nacional pró-defesa**. Brasília, abr 2008.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina. **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CAPES. Edital Pró-Defesa n. 01/2005. **Instruções para apresentação de projetos do programa de apoio ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica em defesa nacional.** Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/ Edital_ProDefesa.pdf. Acesso em: 21 set. 2011.

CAPES. Edital Pró-Defesa n. 01/2008. **Instruções para Apresentação de Projetos do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional**. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/ Edital_ProDefesa.pdf. Acesso em: 21 set. 2011.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Da organização do conhecimento às políticas de informação**. Informare**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, jan./dez. 1996.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 67-93, abr. 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Informação, conhecimento e poder: do ponto de vista das relações entre política, economia e linguagem. In. ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia (Org.). **Informação, conhecimento e poder**: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 183-210.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento pós-metafísico**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003. 2. v.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

LUHMANN, Niklas. **Social systems**. Stanford: Stanford University Press, 1995.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **Democracia e defesa nacional**: a criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC. Barueri: Manole, 2005.

VANDENBERGHE, Frédéric. **Os livros que Habermas não escreveu**. Boletim CEDES, Rio de Janeiro, dez./jan. 2010. Disponível em: http://cedes.iesp.uerj.br/PDF/11janeiro/Resenha%20-%20Vandenberghe.pdf. Acesso em: 21 set. 2011.

VERGOTTINI, Giuseppe. Defesa. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: UnB, 1998. p. 312-318.

Capítulo 8

VALIDAÇÃO DISCURSIVA DA INFORMAÇÃO

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima
Marcio Gonçalves

Resumo: Discute a dinâmica de validação da informação na Wikipédia, descreve a cultura colaborativa da Wikipédia, identifica verbetes construídos discursivamente e descreve como a web é considerada um espaço de produção de sentido por meio de discurso argumentativo. Conclui-se que, de acordo com as propostas teóricas de Jürgen Habermas, a Wikipédia é um ambiente discursivamente emancipatório e construído a partir do discurso argumentativo proposto por esse autor.

Wikipédia e o ambiente discursivamente emancipatório

Recorda-se que as primeiras enciclopédias constituíam trabalhos individuais e, portanto, por mais erudito que fosse seu autor, o trabalho refletia apenas seu próprio conhecimento. O crescimento e a especialização da ciência levam, nesse sentido, à prática da constituição de comissões editoriais, transformando as enciclopédias em obras de autoria coletiva. É possível perceber, portanto, que a dinâmica editorial da enciclopédia é modificada lentamente ao longo dos anos. (CAMPELLO, 2008, p. 15). "A democratização do conhecimento também atinge as enciclopédias, notadamente a Wikipédia online" (BURKE, 2012, p. 341).

A tecnologia eletrônica transforma as tradicionais enciclopédias impressas em produtos definitivamente ultrapassados, pelo menos para a faixa de usuários que utiliza o computador e tem acesso fácil às redes eletrônicas. A enciclopédia, que é um produto que conta com grande aceitação social, com um reconhecimento estético-formal instantâneo, passa a sofrer mudanças que podem ser caracterizadas por um novo paradigma similar ao ocorrido por ocasião da invenção da imprensa no século XVI (CAMPELLO, 2008, p. 15).

O advento de tecnologias digitais permite a criação de uma enciclopédia online, a Wikipédia, e que pode ser considerada como carro-chefe da ciência cidadã (BURKE, 2012, p. 341). Mais especificamente, considera-se, aqui, a de conteúdo em língua portuguesa, formada por cidadãos dos seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Baseado na tecnologia wiki, o conteúdo da Wikipédia é produzido por meio de código aberto e de forma coletiva na internet. Distingue-se, ainda mais, por ser feita de "a partir de baixo" (BURKE, 2012, p. 342). O termo wiki é inventado, em março de 1995, pelo programador de computador norteamericano Ward Cunningham e desde esse período é usado para os sites

configurados no modelo de criação coletiva (JOHNSON, 2010, p. 18). Cunningham batiza sua criação de Wiki (do havaiano wiki-wiki = "rápido", "veloz", "célere") por ser a primeira expressão havaiana que aprendeu quando um atendente do aeroporto recomendou, em sua primeira visita às ilhas, que pegasse os ônibus expressos "wiki wiki", no Aeroporto de Honolulu (BLATTMANN; SILVA, 2007, p. 201).

O sistema wiki, diferentemente de outras páginas da internet, permite que o conteúdo seja editado e atualizado pelos usuários, constantemente, sem haver a necessidade de autorização do autor da versão anterior. Esse sistema permite corrigir erros e inserir novas informações, ou seja, ninguém é autor proprietário de nenhum texto e o seu conteúdo é atualizado devido à possibilidade de ser reformulado (BLATTMANN; SILVA, 2007, p. 201). “Significa que não existe limite físico nem econômico para o número ou extensão dos artigos. Os bits são gratuitos” (GLEICK, 2013, p. 391).

Disponível na web desde sua criação e chamado de Portland Pattern Repository (http://www.c2.com), Cunningham pretendia desenvolver um site no qual os próprios usuários pudessem gerar, gerenciar e disseminar conteúdos. Com o sucesso do sistema que desenvolveu, vários clones surgem como alternativa para a construção participativa de textos. Para Bauwens (2005) um número crescente de redes sociais, como os blogs e as wikis, facilita a emergência de processos entre pares (O Peer to Peer = P2P) por meio da criação de confiança e capital social e da criação de valor de uso sem o intermédio da produção ou distribuição feita por organizações com fins lucrativos.

Os artigos da Wikipédia não são criados de uma vez só. Eles crescem ao longo de várias edições e muitas vezes feitas pela colaboração de diversos usuários diferentes. Um colaborador pode iniciar o artigo. Outro pode acrescentar mais textos e outro ainda pode reorganizar para deixá-lo mais fácil de ler. Ninguém é dono do artigo, mas muitas pessoas têm um zelo especial por aqueles nos quais investiram boa quantidade de tempo. Os colaboradores discutem como os artigos devem evoluir, avaliam a qualidade das fontes e estabelecem políticas editoriais. Essas páginas e discussões são abertas para análise pública detalhada, bem como os próprios artigos.

Há a premissa de que o debate entre muitos colaboradores com ideias diferentes sobre o mesmo assunto pode gerar como resultado o consenso. Tipicamente as discussões iniciam mais calorosas e participativas até se estabilizarem. Quando atingem o estágio menos dinâmico, o conteúdo é considerado como válido pela maioria do grupo, o que pode ser interpretado como consenso. O ideal de consenso é a força que move a sociedade e, na web, isso se manifestaria proporcionalmente (GRACIOSO, 2011, p. 113). Benkler (2011, p. 104) acredita que algumas discussões são tão calorosas como as desenvolvidas frente a frente.

O fluxo de informação e sua distribuição ampliada e equitativa têm sido um sonho de diversos pesquisadores e cientistas em diferentes épocas. Desde a escrita o homem vem passando por proezas tecnológicas que têm mudado sua visão e sua relação com o mundo da informação (BARRETO, 2008). Vannevar Bush ao publicar na revista The Atlantic Monthly, em 1945, o seu mais conhecido ensaio *As you may think*, consolida a descontinuidade da ideia dos clássicos processos de armazenagem e distribuição do grande volume de informação científica acumulado.

Para Bush, a informação científico-tecnológica não deveria estar restrita aos cientistas, mas, sim, alcançar o cidadão comum como forma de elevá-lo social e culturalmente. Parece, assim, que, hoje, a Wikipédia até seja considerada um projeto que consolida as ideias deste cientista norte-americano (AIGRAIN, 2003).

A economia da informação em rede caracteriza-se pela ação individual descentralizada e pela ação cooperativa distribuída por mecanismos não mercadológicos, que não depende de estratégias de propriedade, mas que têm um papel muito maior, ou deveriam ter, na economia industrial da informação (BENKLER, 2006, p. 3; DITTRICH; LIMA; RÉGIS; ROMAN; 2010, p. 103).

Benkler (2006, p. 400) afirma que a produção colaborativa emerge como "sistema técnico social, viável, para motivar e organizar as contribuições coletivas humanas por outros meios que não sejam os contratos e a compensação do mercado". A produção colaborativa é a realização de uma atividade voltada para o comum. As redes de produção colaborativa da sociedade atual têm características participativas e horizontais, entre produtores e usuários, que são diferentes das relações entre produtores, mediadores e consumidores do modo de desenvolvimento industrial do capitalismo.

As redes colaborativas levam a uma economia de produção da informação por meio de laços sociais entre cientistas ou cidadãos comuns. No ambiente da Wikipédia, sobretudo, vêse como a participação promove, mais e mais, um compartilhamento de verbetes que, constantemente, sofrem alterações, acertos, inclusões etc. "Wikipédia é apresentada como uma nova/outra forma do conjunto dos saberes que estaria surgindo na contemporaneidade (SCOTTA, 2009, p. 71).

"Seriam a capacidade de memória praticamente ilimitada da Web e a abertura à edição colaborativa da Wikipédia que alimentariam o imaginário da "enciclopédia completa" (SCOTTA, 2009, p. 73). Em outras palavras, se antes os sujeitos concebiam estar diante do "saber total" porque a materialidade da enciclopédia limitava, no espaço e no tempo, sua extensão e seu campo de abrangência, fazendo com que estes tomassem as "coisas a saber" ali apresentadas como a "totalidade dos saberes" existentes, hoje tal interpretação estaria se delineando justamente pelo fato de a Wikipédia possibilitar que mais e mais saberes sejam disponibilizados a todo o momento em seu escopo (SCOTTA, 2009, p. 75).

A Wikipédia conclama a sociedade em geral para produzir conhecimento. O progresso da Wikipédia elucida, com cores muito vivas, uma proposta de produção de conhecimento mais visivelmente conturbada e criativa, em parte retomando um desiderato antigo da enciclopédia (reunir todo o conhecimento humano disponível), em parte refundando a epistemologia, tornada a ágora de acesso generalizado (DEMO, 2009).

Scotta (2009) alerta que quando se atenta para a história do enciclopedismo, não é encontrada nenhuma obra que, tendo sido construída em tão pouco tempo, tenha tido tantas "coisas a saber" como a Wikipédia. Ao contrário, a formulação dos saberes, na maior parte dos casos, era um trabalho demorado, que exigia do enciclopedista um tempo para a elaboração e para a reflexão (SCOTTA, 2009, p. 77).

Pode-se afirmar que na Wikipédia, de fato, tem-se saberes estabelecidos por "práticas discursivas e que podem, ou não, atribuir-lhes caráter científico, mas que, de um modo ou de outro, são formados por esses elementos que compõem grupos de objetos" (que determinam o que vem a tornar-se tema de verbete), conjuntos de enunciações (que constroem no fio do discurso as definições ditas enciclopédicas), jogos de conceitos (que mobilizam discursos e se relacionam pelos links) e séries de escolhas (que regulam os posicionamentos e a permanência ou não de certos enunciados) (HENGE, 2010, p. 2).

A configuração colaborativa e distribuída na Wikipédia, como lembra Martins (2013, p. 96), levanta "questionamentos relativos ao processo autoral e à qualidade do que é publicado". Como os textos são fruto de múltiplas intervenções é posto em xeque a forma tradicional de construção da

legitimação da produção textual, que não passa pelo crivo das figuras tradicionalmente reconhecidas como portadoras de legitimidade para a produção de uma enciclopédia, pois não é baseada nas credenciais do escritor renomado ou do especialista (MARTINS, 20013, p. 96).

Henge (2010, p.2) conclui que acerca do conhecimento enquanto discurso que configura a Wikipédia, vê-se que ela [a Wikipédia] se caracteriza como enciclopédia por buscar abarcar "todo o conhecimento humano de forma imparcial" e "on-line uma vez que a internet em suas relações históricas com a formulação e a circulação dos saberes é seu suporte e o hipertexto sua materialidade discursiva" (HENGE, 2010, p.2). Em seu tom pós-moderno, a "Wikipédia consagra a noção preciosa de que uma ideia só pode ser "crítica", se for plural. Ideia única, sendo "ideia fixa", não passa de argumento de autoridade" (DEMO, 2009).

O discurso na wikipédia

A cartografia das controvérsias é o método de investigação para observar a formação do social baseado nos preceitos da Teoria do Ator-Rede, tendo como principais pontos a descrição daquilo que foi observado empiricamente acreditando no potencial dela em expor os fenômenos dispensando explicações. É encarar o fenômeno para, depois, perguntar-se qual a melhor maneira (ou maneiras) para descrevê-lo. Serviria, assim, para descrever a construção (humana e discursiva) do social (VENTURINI, 2010).

Na Wikipédia qualquer leitor com acesso à internet3 pode acrescentar ou retirar informações de um verbete, independente de qual seja a instrução formal, titulação ou vínculo à academia. Para a edição dos verbetes o relacionamento entre os usuários logados (ou não) é regido por uma série de normas e princípios editoriais. Os usuários são organizados em categorias definidas em função do grau de acesso às ferramentas do sistema. Quem não está logado é identificado pelo número do IP da máquina que faz o acesso. Os que estão logados são identificados pelo nome de usuário registrado no cadastro (CUKIERMAN; ESTEVES, 2012).

Na Wikipédia em português, a discussão da composição da lista dos 1000 artigos essenciais para a versão nesta língua origina-se a partir de outra lista criada na Wikipédia em inglês4 cujo objetivo é listar os artigos que toda Wikipédia deve ter. Cabe aqui, portanto, a análise qualitativa da discussão que é desenvolvida entre os usuários da lista da versão em português. Na página do projeto dessa lista encontra-se a seguinte descrição:

> Com o objetivo de complementar a Wikipédia: Lista dos artigos que toda Wikipédia deve ter, que reúne os mil artigos mais importantes que toda Wikipédia deve ter, reunindo assim os assuntos mais relevantes mundialmente, foi feita esta lista complementar voltada especificamente para os interesses lusófonos5.

3. Há versão da Wikipédia para dispositivos móveis suportado por: iPhone, iPod Touch, Android, Palm webOS, Opera Mini, NetFront (telefones SonyEricsson, Playstation Portable, Playstation 3) e Nintendo Wii, mas não é possível editar.
4. Uma tradução desta lista é encontrada na Wikipédia em português http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia:Lista_dos_artigos_que_toda_Wikipédia_deve_ter
5. http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia:Lista_dos_1000_artigos_essenciais

Uma primeira lista foi criada pelo usuário Manuel Anastácio6 no dia 17 de junho de 2004, às 11:50. Ele é considerado o responsável por determinar o tamanho da rede, pois a iniciativa leva outros atores a contribuir para o aumento ou não da densidade da rede. Nas palavras de Manuel Anastácio:

> OK. A minha ideia é colocar, de início, as propostas no artigo e, depois, vamos cortando o que ficar a mais. Podese também fazer alterações às categorias. Sou contra uma categoria apenas sobre mulheres.... É um sexismo descabido e podemos indicar muitas mulheres nas outras categorias, sem ser necessário uma secção deste género. O que dizem?

Em seguida, às 14:13, o mesmo usuário complementa:

> Acho que ideia deverá ser, também, reflectir sobre artigos prioritários e não indicar os "bons" artigos que já existem. Já tenho algumas objecções a algumas das propostas, mas vamos esperar que apareaçam mais.

Em um tópico chamado de Comentários da nova proposta, Manuel Anastácio e Joaotg iniciam uma conectividade e travam um debate sobre a importância da lista e os equívocos de criação da mesma. Joaotg comenta: “Parece-me que vamos chegar, no entanto a um ponto em que teremos (digamos) 700 artigos existentes e 300 inexistentes, a partir do qual a discussão se tornará (ainda mais) absurda”. Manuel Anastácio retruca e diz que João está “a confundir os 1000 melhores artigos com os 1000 essenciais”. Para Anastácio, os “1000 essenciais representam aqueles que, na nossa opinião, qualquer enciclopédia deveria ter. A questão não é se existem ou não. Aliás, se não existirem é que a lista tem significado: para alertar para a urgência de os criar”.

Rjclaudio, por exemplo, tem prestígio nas discussões porque interage e propicia intermediação com alguns dos atores da rede, promovendo, assim, aumento do grau de entrada e de saída. Neste caso, mostra posição de influência e parece controlar o fluxo de informação nos debates. Ao mesmo tempo, em relação à centralidade do ator, alguns (Tetrakys, Luan, RafaAzevedo e Helder) fazem colocações, mas não interagem com os demais atores da rede.

Com relação aos laços e ao compartilhamento de informação nessa rede, percebe-se a formação de laços fracos, pois se tratam de atores que não necessariamente andam nos mesmos círculos sociais tendendo, portanto, a serem diferentes. Nas trocas de informação ocorre pouca motivação para troca e compartilhamento de informação. RafaAzevedo, por exemplo, passa a ser um ator isolado, pois na participação do dia 18 de novembro de 2009 não obteve resposta à seguinte colocação:

> Confesso que não entendi o propósito desta página. Quais artigos devem ser incluídos aqui? O que é um “artigo essencial”? Se estiver relacionado ao tema destes artigos, isto não estaria escapando ao Wikipédia: Princípio da imparcialidade?

As opiniões sobre quais verbetes devem ou não entrar continuam em constante debate na página Discussão. Transcrever cada uma das trocas de ideias e mensagens torna-se insano porque no ambiente da Wikipédia a dinâmica, por meio de hipertexto, leva o leitor a inúmeros caminhos. Percebe-se que, por mínima que seja a atuação ou prestígio de um dos envolvidos, a colocação e/ou observação feita incita curiosidades no próximo que entrar para a discussão.

6. O nome de usuário será preservado conforme consta no login do wikipedista.

Wikipedistas sugerem qual deve ser o formato na ordenação da lista. Outros propõem votação para a escolha de quais artigos devem entrar. Como dito antes, devido à facilidade de uso de hipertexto nas colocações (basta usar os comandos de criação de hipertextos disponíveis no próprio ambiente de edição da Wikipédia), no caso de Muriel, no dia 18 de outubro de 2005, às 07:21, ela sugere a visita a uma lista encontrada na Wikipédia em inglês que busca construir a relação das 100 personalidades mais relevantes da história.

Desacordos, mas agora não mais com a criação da lista, e, sim, em relação à ordenação e escolha do que nela deve ter, Nuno Tavares, em 18 de outubro de 2005, às 11:44, comenta:

> Eu não conheço o islamismo, mas não deixa de ser curioso ver o Maomé acima do Newton, e Jesus abaixo dele :) Depois, Gutemberg em 8º, e Einstein em 10º. Como ateu, acho este lista um disparate, o Michael Hart que me desculpe :))[7]

O mecanismo da Wikipédia arquiva as discussões e move-as para uma subpágina. A justificativa é a de que em várias situações é útil arquivar discussões antigas. Desta maneira, em 2011, dia 11 de janeiro, às 12h13min[8], GoEThe retoma a discussão com Rjclaudio acerca do tamanho das ilustrações, das imagens e das tabelas. Neste assunto, uma rede cria-se entre GoEThe, Rjclaudio e Flávio, o Maddox. Rjclaudio passa a aumentar seu grau de entrada porque expande o número de ligações direcionais que ele recebe.

Como os usuários "logados" podem criar subtópicos de discussão, nesta segunda parte, que compreende de 11 de janeiro de 2011 a 24 de fevereiro de 2012 (data da última postagem desde o dia em que se dá o recorte para esta pesquisa), a discussão gira em torno da qualidade das ilustrações e da revisão da lista. O subtópico "Palhaçada total", criado por Pelo Poder do Z, em 17 de setembro de 2011, às 23h02min, comenta:

> Esta lista é a maior palhaçada que já encontrei nesta wiki. Quem é que decide quais são os artigos essenciais? Ninguém meus caros absolutamente ninguém, pois seja quem quer que seja que decida, mesmo que seja a comunidade, a lista vai ser sempre tendencioso e no fim vai ser o resultado dessas tendências e não do real objectivo que seria determinar quais são os 1000 artigos essenciais.

Pelo Poder do Z, amplia a intensidade porque provoca a discussão ao fazer a seguinte pergunta: "Mas já agora, será que alguém sabe explicar para que raio é ou serve esta lista? " Diversos usuários participam respondendo a ele. OTAVIO1981, Flávio, o Maddox, Rjclaudio formam uma subrede que entra em discussão a partir desta indagação. Pelo Poder do Z questiona o porquê de no item História só estarem artigos genéricos de história dos países lusófonos. Ele ressalta: "E então, os estão dos descobrimentos? Sem eles não teríamos o mundo que temos hoje, ou então o Regicídio de D. Carlos I de Portugal, ou a Guerra colonial, já para não falar das várias revoluções da lusofonia? ".

A discussão permanece aberta e com possibilidade de contribuição de qualquer usuário interessado em montar esta lista. Tetraktys, em 24 de fevereiro de 2012, às 05h18min, deixa uma pergunta: "essa lista está parada ou sobrevive? ". Mesmo estando isolado porque não interage com outro usuário (pelo menos até a data em que esta pesquisa foi feita) este usuário continua: "(...) de qualquer modo, deixo minha contribuição na parte dos artistas, sugerindo acrescentar:

7. Todas as transcrições são feitas exatamente como é publicada na Wikipédia.
8. Nova marcação de hora na Wikipédia passa a ser neste formato.

> Artistas visuais: Mestre Ataíde, Victor Meirelles, Pedro Américo, Di Cavalcanti, Victor Brecheret, Tarsila do Amaral, Portinari, Lygia Clark, Hélio Oiticica. Músicos eruditos: José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, José Maurício Nunes Garcia, Carlos Gomes, Hans Joachim Koellreutter.

Tetraktys ainda completa: "P.S: na parte dos líderes políticos, embora não seja a minha área acho fundamental adicionar também Dom João VI, Dom Pedro I, Dom Pedro II, Getúlio Vargas e o Lula". A partir da propriedade dos dados coletados é possível perceber que as redes podem ser analisadas com relação a sua estrutura, composição e dinâmica. A estrutura, neste caso, compreende a forma de uma rede não tão intensa, mas, mesmo assim, é capaz de apresentar uma composição na qual é percebida que a qualidade da forma demonstra um ambiente de discussão e controvérsia.

Quanto à estrutura, Rjclaudio, enquanto nó desta rede, é o que apresenta maior grau de conexão. Essa conclusão é baseada na densidade da rede que ele cria. Outro fator a ser considerado é o histórico de participação dos atores nas demais discussões travadas ao longo da Wikipédia. Nessa enciclopédia on line, quanto mais se participa, melhor é entendida a dinâmica da participação colaborativa.

Inovações no processo de edição, portanto, passam a ser implementadas a partir de agora. A edição da Wikipédia exigia que as pessoas aprendessem a sintaxe do wikitexto, que é uma linguagem de marcação bastante complexa, seja para inserir informação ou até mesmo para fazer pequenas correções em um artigo. Quando foi criada, em 2001, esta prática até era aceitável. Nos dias atuais, entretanto, o wikitexto tem afastado colaboradores.

O Editor Visual[9], um novo sistema de edição da Wikipédia que está sendo desenvolvido pela Wikimedia Foundation, permite que as pessoas editem sem ter que aprender a sintaxe wikitexto. A ideia segue o que já é praticado por plataformas sociais, como, por exemplo, o Facebook. Espera-se, dessa forma, que se amplie a contribuição para a Wikipédia em todas as línguas em que ela existe.

Discurso e argumento: pretensões de validade

É preciso que se entenda a diferença entre os conceitos de giro, guinada ou virada linguística (linguistic turn) e guinada ou virada pragmática. É importante compreender que "virada" nada mais é do que uma mudança radical na pergunta filosófica sobre os elementos centrais de nossa experiência, que passa, assim, a ser articulada de outro modo (HABERMAS, 1990, p. 77-82).

A virada linguística (linguistic turn) constitui uma superação do método introspectivo ou especulativo típico da filosofia moderna, que era centrada na problemática da consciência, pela análise proposicional. O primeiro passo da virada linguística consiste em priorizar a lógica das proposições (uma rigorosa análise sintático-semântica), acreditando ser esse um passo prévio indispensável a qualquer estudo filosófico. Quanto à virada pragmática, que ocorre posteriormente no interior da virada linguística, pode-se dizer que ela se dá em função de um esgotamento da mera análise proposicional da linguagem (HABERMAS, 1990, p. 77-82).

A grande conquista da virada pragmática, ocorrida no seio da filosofia da linguagem, está na importância atribuída à práxis comunicativa e não somente à representação da realidade, levando-se em conta o caráter "intersubjetivo da linguagem (as interações comunicativas, os usos que se fazem dos sinais linguísticos, em suma, o seu caráter pragmático) " (HABERMAS, 1990, p. 77-82).

9. http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia:Editor_Visual

Habermas utiliza agir comunicativo quando diz que a linguagem natural é utilizada como forma de interação social (ligação entre alter e ego) e a coordenação das ações são orientadas pela força consensual do entendimento. É o Eu pósconvencional em Habermas no qual o indivíduo (Ego) resgata para si o direito de construir-se a si mesmo em permanente diálogo com os demais (alter) utilizando-se de atos de fala fundados em regras discursivamente elaboradas (JUSTINIANO, 2008, p. 45).

Para Habermas (1996, p. 46) a intenção universalpragmática básica da teoria do ato de fala fica expressa na análise das unidades de discurso elementares (expressões) de uma perspectiva semelhante àquela a partir da qual a linguística analisa as unidades da linguagem (frases). O êxito de um ato de fala comunicativo depende de um acordo sobre a razoabilidade das pretensões de validade nele exteriorizadas (SIEBENEICHLER, 2010, p. 23).

O núcleo da teoria do agir comunicativo de Habermas e da correspondente teoria da verdade pode ser resumido da seguinte forma: usar a linguagem significa, essencialmente, avançar pretensões de validade que devem poder ser justificadas discursivamente. Por isso, ao lado de uma teoria discursiva da verdade, Habermas elabora uma pragmática universal cujo papel é expor as condições da comunicação (PINZANI, 2009, p. 80). Siebeneichler (2010, p. 23) considera que a "teoria do agir comunicativo coloca em jogo um processo discursivo de entendimento que visa a um consenso apoiado em razões ou argumentos".

O conceito de compreensão, que para Pinzani (2009, p. 81) é tão importante para Habermas, contém um elemento potencialmente crítico, pois se permite questionar o conteúdo comunicado por um falante ou transmitido pela tradição e verificar a validade dele. Cada ação comunicativa se funda em um "ato hermenêutico de compreensão que pode sempre levar a um questionamento das suas pretensões de validade e, eventualmente, a um discurso no qual tais pretensões devem ser fundamentadas" (PINZANI, 2009, p. 81).

Após a virada paradigmática, pelo contrário, a verdade de um enunciado pode ser demonstrada também com base em razões que podem ser reconhecidas por uma comunidade de participantes da comunicação. O papel, que no antigo paradigma era atribuído à consciência, passa, no novo paradigma, a uma comunicação mediada por argumentos (PINZANI, 2009, p. 82).

Uma comunicação "funcionando convenientemente proporciona os critérios que permitem dizer o que não fica bem quando uma comunicação é interrompida, parasitada: assimetria, não respeito ao outro, impossibilidade de recorrer ao melhor argumento" (DUPEYRIX, 2012, p. 50).

Estejam elas relacionadas ou a questões do direito e da moral ou a hipóteses científicas e obras de arte – todas as argumentações exigem a mesma forma básica de organização relativa à procura cooperativa da verdade, que subordina os meios da erística ao objetivo de gerar convicções intersubjetivas, em virtude dos melhores argumentos (HABERMAS, 2012, p. 79).

O conceito do agir comunicativo pressupõe a linguagem como médium de uma espécie de processos de entendimento ao longo dos quais os participantes, quando se referem a um mundo, manifestam de parte a parte pretensões de validade que podem ser aceitas ou contestadas (HABERMAS, 2012, p. 191). É o "telos do entendimento", ou seja, o conceito do acordo obtido discursivamente que se mede pelo reconhecimento intersubjetivo, ou seja, pela dupla negativa de pretensões de validade criticáveis (HABERMAS, 2003, p. 211).

Habermas salienta a necessidade de discussão e argumentação para garantir que os participantes estejam cientes das questões e das implicações de tópicos de discussão. As diferentes necessidades, interesses e opiniões de todas as partes interessadas devem ser discutidos em um fórum

público para que outros possam debater, questionar e analisar as perspectivas de cada um (ROSS e CHIASSON, 2011, p. 135).

A pretensão de validade implicitamente contida em afirmações levadas a cabo de forma ingênua é explicitamente articulada nas constatações metalinguísticas, sendo, em seguida, ou confirmada ou negada (HABERMAS, 2010b, p. 184). A ideia da verdade apenas pode ser desenvolvida com referência à revalidação discursiva de pretensões de validade (HABERMAS, 2010b, p. 189). A verdade, pelo contrário, não é uma propriedade de informações, mas sim de enunciados (HABERMAS, 2010b, p. 190).

Para distinguir entre enunciados verdadeiros e falsos, Habermas faz referência à avaliação de outros – a saber, ao juízo de todos os outros com que alguma vez pudesse entabular um diálogo. A condição para a verdade de enunciados é a concordância potencial de todos os outros. A verdade de uma proposição significa a promessa de alcançar um consenso racional sobre aquilo que é dito (HABERMAS, 2010b, p. 190).

Diálogo e discurso, esclarece Hermann (2012), referemse a diferentes modos de ação comunicativa que podem ser esclarecidos pelo recurso à etimologia da palavra. Diálogo provém do grego dia-logos, que significa por meio da conversa, ou seja, uma conversa recíproca entre duas ou mais pessoas.

Diferentemente do diálogo, o discurso provém do termo latino discurs, que significa correr separados, correr para cá e para lá, dispersar-se. Constitui-se numa situação de conversa em que as contribuições de um e de outro estão relacionadas e orientadas ao entendimento. Enquanto o diálogo filosófico realiza-se entre dois participantes, o discurso busca um entendimento pela discussão pública de participantes separados numa polifonia incômoda, própria das sociedades pluralistas.

O discurso está além do encontro pessoal, não é privado, mas se dá numa esfera pública. A preferência de Habermas pelo discurso deve-se ao seu ceticismo em relação a um diálogo platônico-metafísico e em seu interesse na estrutura não existencial de uma esfera pública política que ultrapassa o plano pessoal. O discurso é uma forma especial de comunicação em que os participantes reagem diante de uma determinada perturbação (HERMANN, 2012).

González de Gómez e Gracioso (2007b) afirmam que a "presença, disseminação e importância dos saberes dos outros é, porém, uma das riquezas e um dos riscos de toda cultura, e mais que nunca, do mundo contemporâneo". Compreende-se um ato discursivo quando se entende o que o faz aceitável. Nesse quadro, Habermas não fala de verdade, mas de pretensões ou demandas de validade.

Como "pretensões de validade", as ofertas enunciativas do falante são colocadas em jogo numa relação intersubjetiva e estão sempre sujeitas à aceitação ou rejeição do ouvinte. Sua validade depende assim das garantias, ou das boas razões que o falante pode oferecer para sustentar suas afirmações. Pretensões ou demandas de validade (entre as quais, a demanda de verdade objetiva), "dependerão sempre das justificativas que as sustentem, sob a premissa de uma racionalidade condicional e histórica" (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2007a).

"O discurso desempenha o papel de um enunciado com pretensão e validade problematizada" (HABERMAS, 2010, p. 188). Decerto que o conteúdo informativo se apoia em fatos, mas só depois de uma informação ser posta em causa e o conteúdo da informação for posto à discussão, do ponto de vista da possibilidade, fala-se de fatos que são afirmados por (pelo menos) um proponente e contestados por (pelo menos) um oponente (HABERMAS, 2010, p. 187).

Discursos requerem, em primeiro lugar, uma suspensão de constrangimentos à ação que deve levar a que todos os motivos, com a única exceção da disposição cooperativa para o entendimento, possam ser revogados (e a que questões de validade possam ser separadas das de gênese) (HABERMAS, 2010, p. 185).

O resultado de um discurso não pode ser decidido unicamente nem por constrangimento lógico nem por constrangimento empírico, mas sim pela "força do melhor argumento". Habermas designa esta força por motivação racional (HABERMAS, 2010, p. 212).

Um argumento é a fundamentação que pretende motivarnos a reconhecermos a pretensão de validade de uma afirmação ou de um imperativo, ou então de uma avaliação (HABERMAS, 2010, p. 214). Para Siebeneichler (2010, p. 27) a "sociedade compõe-se apenas de participantes, muitos dos quais se encontram em processo de busca sincera da verdade, no qual o que conta são os melhores argumentos".

Como destaca Freitag (1988, p. 59), é nisso que consiste a racionalidade para Habermas: "não faculdade abstrata, inerente ao indivíduo isolado, mas procedimento argumentativo pelo qual dois ou mais sujeitos se põem de acordo sobre questões relacionadas com a verdade, à justiça e à autenticidade". É tanto no diálogo cotidiano, como no discurso, que todas as verdades anteriormente consideradas válidas e inabaláveis podem ser questionadas e todas as relações sociais são consideradas resultado de uma negociação na qual se busca o consenso e respeita-se a reciprocidade fundados no melhor argumento.

Habermas, de acordo com Cenci (2012, p. 117), rejeita qualquer hierarquia entre os discursos. Para Habermas, cada esfera discursiva, como âmbito parcial da razão prática, é resultado das diferenciações das interações sociais. Racionalidade comunicativa em maior medida, por sua vez, amplia no interior de uma comunidade de comunicação o espaço de ação estratégica para a coordenação não coativa de ações e a superação consensual de conflitos de ação (desde que estes remontem a dissonâncias cognitivas, em sentido estrito) (HABERMAS, 2012, p.43).

Em contextos de comunicação, não é chamado de racional apenas quem faz uma asserção e é capaz de fundamentála diante de um crítico, tratando de apresentar as evidências devidas. Também é assim chamado de racional quem segue uma norma vigente e se mostra capaz de justificar seu agir em face de um crítico, tratando de explicar uma situação dada à luz de expectativas comportamentais legítimas (HABERMAS, 2012, p. 44).

Habermas (2010, p. 227) dá uma perspectiva de conjunto sobre os graus de radicalização a que, nos discursos, deve-se poder proceder se se pretende que uma explicação teórica ou uma justificação teórica motive racionalmente a aceitação de uma pretensão de validade controversa. A forma do discurso teórico tem de permitir uma radicalização sucessiva, quer dizer, a autorreflexão do sujeito cognoscente. Analogamente, a forma do discurso prático tem de possibilitar uma radicalização sucessiva, ou seja, a autorreflexão do sujeito agente. Este é estendido a um desenvolvimento cognitivo por sua vez religado à argumentação.

A informação, para Habermas, seria aquilo que se constitui em dois pontos de difícil sutura, em que será colocada em jogo a função integradora da linguagem: entre a representação e a abdução linguística e entre os usos sistêmicoadministrativos e os usos comunicacionais da linguagem (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009, p. 183).

Habermas resgata primeiro o conceito de informação como momento da relação do homem com o mundo. Informações "constituem-se nos processos de objetivação, em contextos de ação,

ancorados no tempo e no espaço, e oferecem garantias performáticas à práxis, na lida com objetos" (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009, p. 185).

As informações constituem, assim, uma zona de negociação entre os mundos da vida e o mundo. A comunicação intersubjetiva, porém, está em dependência do que o mundo "decide" comunicar, seja sobre a existência dos objetos a que remetem as informações, seja acerca dos estados de coisas no mundo descritos em proposições assertóricas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009, p. 186).

"As teorias de Habermas, assim, oferecem tanto caminhos como interrogações para pensar a informação como desafio do presente" (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009, p. 200). Como destaca Siebeneichler (2010, p. 28), uma ideia habermasiana sobre a comunicação por meio da mídia eletrônica e digital é destaque de a Era das transições, de Jürgen Habermas, publicada pela editora Tempo Brasileiro, em 2003. Na obra, Habermas afirma que a comunicação digital desempenha uma função importante na sociedade atual, que se encontra em transição para um mundo cada vez mais complexo e globalizado e interligado por redes digitais.

O mais importante, conforme é destacado por Siebeneichler (2010, p. 28) é que a comunicação não se rompa e a liberdade comunicativa, quer dizer, a liberdade de dizer "sim" ou "não" a opiniões e pretensões de validade exteriorizadas não sofra entraves. Para Habermas, a filosofia, assim como fora para Theodor Adorno e Herbert Marcuse, é um pensamento que não pode ser travado ou imobilizado, mas apenas corrigido ou orientado por argumentos.

Considerações finais

A Wikipédia, embora tenha iniciado a construção no início desse século XXI (mais precisamente em 15 de janeiro de 2001), ainda parece, para alguns, novidade na história editorial das enciclopédias. É hoje, porém, considerada a maior enciclopédia da história humana e ganha, com ajuda da evolução tecnológica, mais força no alcance da produção de mais verbetes e em mais línguas. É comum, entretanto, ver notícias que pregam menor interesse de colaboradores na produção da Wikipédia, mas, ao mesmo tempo, reconhece-se o esforço de colaboradores em angariar mais voluntários para dar força ao projeto.

Percebe-se que a Wikipédia configura o conhecimento enquanto discurso e que o hipertexto, nela, configura materialidade discursiva. Os laços sociais que se criam, assim, ficam sempre abertos ao escrutínio público concluindo-se que toda narrativa é uma controvérsia demandando participação do público, criando-se redes que se organizam socialmente, uma vez que a Wikipédia é tecida por discursos conduzidos por milhares de sujeitos pertencentes a diversas partes do planeta.

A Wikipédia reconhece a autoridade do melhor argumento porque admite cooperação e discussão no contexto mais puro habermasiano. A autoria é relativa de todos e a produção textual colaborativa em rede faz repensar o conceito de autoria. O estudo conclui que prevalece a autoridade do melhor argumento a partir da escuta dos pontos de vista, críticas, sugestões e interferências dos sujeitos. O uso que uma sociedade faz das ferramentas disponíveis depende das necessidades de cada comunidade e da maneira como cada grupo se organiza para fazer com que elas, as necessidades, sejam atendidas.

O conteúdo produzido e compartilhado sem custos por um misto de usuários híbridos (produtores e consumidores de informação e de conhecimento) derruba o paradigma existente antes do surgimento de uma sociedade em que os contatos passam a ser mediados por tecnologia digital. A

comunicação de muitos para muitos amplia a produção de conhecimento e coloca a sociedade civil global em destaque e capaz de ser ouvida por meio do discurso que se estabelece nesses meios.

A Internet permite a globalização da comunicação e, com isso, a filosofia da linguagem ganha destaque porque passa a ser considerada o fenômeno linguístico a ser valorizado nesse espaço de veiculação de discursos.

No ciberespaço navegam discursos e a arena deve ser ocupada por todos. Mesmo que os comentários caiam no vazio armazenado dos dispositivos, enquanto a estrutura técnica estiver disponível pela Wikipédia, por exemplo, haverá a chance de voltar ao discurso e segui-lo a partir do ponto em que parou. No ciberespaço amplia-se a possibilidade de construção de opiniões públicas, de certa forma com maior liberdade, por meio da comunicação que é estabelecida pelos atores da sociedade civil. Espera-se que a sociedade ganhe com a ampliação de uma comunicação mais horizontal, com plena interatividade, mediada pelas tecnologias e os dispositivos criados a partir de agora.

A internet abriga um ambiente capaz de fornecer o discurso prático que Habermas sugere. Na Wikipédia conclui-se que mesmo em artigos controversos o consenso é obtido a partir de certo tempo em discussão. Com o mundo cada vez mais globalizado e em uma sociedade interconectada e ligada por redes de tecnologias de informação e comunicação, pensa-se que as relações entre sujeitos sejam as verdadeiras produtoras do conhecimento.

As atuais dinâmicas comunicacionais mudam a forma de validação da informação, pois é possível visualizar e discutir essa dinâmica uma vez que prevalece a autoridade do argumento e, não, o argumento da autoridade. Essas mudanças são parte de processos na esfera cultural que variam de acordo com a época em que se vive e das tecnologias disponíveis em cada sociedade.

É proposto, portanto, que na Wikipédia aconteça uma validação discursiva da informação, pois diante da ideia habermasiana de emancipação humana, o agir comunicativo voltado ao entendimento mútuo propõe processos que levam os membros da sociedade a uma maturidade capaz de manter a autoridade dos argumentos estabelecidos no discurso.

No encadeamento das ideias de que as coisas têm pretensões de validez e que elas passam por um processo de validação até adquirirem validade, por validação discursiva da informação entende-se o processo de um agir comunicativo voltado ao entendimento mútuo alcançado pela ideia habermasiana de emancipação humana e de discurso. O processo envolve o uso da linguagem que promove avanços nas pretensões de validez quando justificadas discursivamente.

Referências

AIGRAIN, Philippe. The Individual and the Collective in Open Information Communities. In: BLED ELECTRONIC COMMERCE CONFERENCE, 16, 2003, Slovenia. **Anais** …Slovenia: BLED, 2003. Disponível em: http://flosshub.org/sites/flosshub.org /files/aigrain3.pdf. Acesso em: 10 nov. 2012.

BARRETO, Aldo. Uma quase história da Ciência da Informação. **Datagramazero: revista de ciência da informação**, 2008, v.9, n.2. Disponível em: http://www.dgz.org.br/abr08/Art_01.htm. Acesso em: 10 nov. 2012.

BAUWENS, Michel. **A economia política da produção entre pares**. Disponível em http://www.p2pfoundation.net/index.php/A_ Economia _Política_da_Produção_entre_Pares. Acesso em: 04 dez. 2013.

BENKLER, Yochai. **The Penguin and the Leviathan**: how cooperation triumphs over self-interest. New York: Crown Business, 2011.

BENKLER, Yochai. **The wealth of networks**: how social production transforms markets and freedom. Yale: Yale University Press, 2006.

BLATTMANN, U; SILVA, F. C. Colaboração e interação na Web 2.0 e Biblioteca 2.0. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.12, n.2, p.191-215, jul./dez., 2007. Disponível em: http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/530/664. Acesso em: 06 jan. 2010.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento – II**: da enciclopédia à Wikipédia. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CAMPELLO, Bernadete S. Enciclopédias. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo T. **Introdução às fontes de informação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CENCI, Angelo Vitório. Da ética do discurso à teoria do discurso. In: NOBRE, M; REPA, L (Orgs.). **Habermas e a reconstrução**: sobre a categoria central da Teoria Crítica Habermasiana. Campinas, SP: Papirus, 2012.

DEMO, Pedro. **Qualidade humana**: somos corpo e alma, nem só corpo, nem só alma. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2009.

DUPEYRIX, Alexandre. **Compreender Habermas**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Loyola, 2012.

ESTEVES, Bernardo; CUKIERMAN, Henrique. A controvérsia sobre as causas do aquecimento global em 15 artigos da Wikipédia lusófona. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 13, 2012. **Anais** ... São Paulo, USP, 2012.

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica**: ontem e hoje. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

GLEICK, James. **A informação**: uma história, uma teoria, uma enxurrada. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A informação no pensamento contemporâneo: aproximações à teoria do agir comunicativo de Habermas. In: BRAGA, Gilda Maria; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (Orgs.) **Desafios do impresso ao digital**: questões contemporâneas de informação e conhecimento. Brasília: IBICT: Unesco, 2009.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novas configurações do conhecimento e validade da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7, 2007, Salvador. **Anais** ... Salvador: Enancib, 2007a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; GRACIOSO, Luciana de Souza. Ciência da Informação e a ação comunicativa no cenário web. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, 2007, Salvador. **Anais** ... Salvador: Enancib, 2007b.

GRACIOSO, Luciana de Souza. J. Habermas, Validação Comunicativa e Ciência da Informação. In: BOCCATO, Vera Regina Casari; GRACIOSO, Luciana de Souza**. Estudos de Linguagem em Ciência da Informação.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento pós-metafísico**. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Fundamentação linguística da Sociologia**: obras escolhidas de Jürgen Habermas. Lisboa, Edições 70, 2010.

HABERMAS, Jürgen. Teorias da verdade. In: HABERMAS, Jürgen. **Obras escolhidas de Jürgen Habermas volume 2:** teoria da racionalidade e teoria da linguagem. Lisboa: Edições 70, 2010b. Cap. 5.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo volume 1**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Editora WMF Fontes, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo volume 2:** sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

HENGE, Gláucia da Silva. A Wikipédia e o discurso de/sobre o conhecimento. IN: ENCONTRO DO CELSUL, 9, Palhoça, SC, 2010. **Anais** … Santa Catarina, Universidade do Sul de Santa Catarina, 2010.

HERMANN, Nadja**. Conferência sobre Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro. 2012. Aula ministrada em 25 abril e 9 mai. 2012. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Apostila.

JOHNSON, Telma. **Nos bastidores da Wikipédia lusófona**: percalços e conquistas de um projeto de escrita coletiva on-line. Rio de Janeiro: Epapers, 2010.

JUSTINIANO, Leonides da Silva. Estado e identidades pósconvencionais. In: MARTINS, C. A; POKER, J. G. A. B. (Orgs.). **O pensamento de Habermas em questão**. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2008.

LIMA, C. R. M de; ROMAN, D. J; RÉGIS, F. B; DITTRICH, M. A cultura de colaboração e inovação dos desenvolvedores de softwares livres. **Liinc em Revista**. Rio de Janeiro, v.6, n.1, março, 2010. p. 101114. Disponível em: http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/ article/view/326 Acesso em: 10 nov. 2012.

MARTINS, Beatriz Cintra. Autoria colaborativa e validação textual: o caso Wikipédia. **Contemporânea**: comunicação e cultura, v.11, n. 1, jan/abril. 2013, p. 72-88.

PINZANI, Alessandro. **Habermas.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

ROSS, Alain. CHIASSON, Mike. **Habermas and information systems research**: new directions. Information and organization, n. 21, p. 123141, 2011.

SCOTTA, Larissa. Da enciclopédia e da Wikipédia: uma leitura discursiva. **Artefactum**: revista de estudos em linguagem e tecnologia. Ano 2, n.2, fev, 2009.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. **Conferência sobre Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro. 2010. Aula ministrada em 15 out. 2010. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Apostila.

VENTURINI, Tommaso. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science**, n. 3, v. 19, maio, 2010.

Capítulo 9

UMA CRÍTICA AO MODO DE GOVERNANÇA DOS STAKEHOLDERS NO MARCO CIVIL DA INTERNET NO BRASIL

Clovis Ricardo Montenegro de Lima
Sissiliana Bethania del Rocio Vilchez Rabanal
Tirza Cardoso Ferreira Rodrigues Vargas

Resumo: Este artigo pretende discutir as questões em torno da governança e o modelo Multistakeholder no Marco Civil da internet no Brasil segundo a Teoria do Agir Comunicativo, de Habermas. Trata de identificar os diferentes atores sociais da esfera pública e o posicionamento do Brasil diante da nova lei destacando o critério de neutralidade na rede. Pesquisa os relatórios e sites decorrentes da reunião da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação em Genebra, 2002 e em Túnis em 2005 para fazer a retomada às críticas ao modo de governança da internet. O objetivo principal desse estudo é identificar as críticas ao modo de governança da internet ou Marco Civil regulatório adotado no Brasil em 2014 e seus efeitos sobre a sociedade brasileira. Conclui-se que o acesso à informação será um desafio para garantir uma democracia participativa da governança da internet e que a possiblidade de aumentar o acesso à esfera pública depende da influencia de cidadãos sobre governos e corporações.

Introdução

O presente estudo visa discutir segundo a Teoria do Agir Comunicativo as questões em torno da governança dos stakeholders no Marco Civil da internet no Brasil reconhecendo os diferentes atores sociais na esfera pública e especificamente o posicionamento do Brasil perante a nova lei; o critério de neutralidade na rede, além de identificar as críticas ao modo de governança e seus efeitos sobre a sociedade brasileira.

Após 78 anos da construção do primeiro computador - o Z1, criado pelo pesquisador alemão Konrad Zuse em 1936, a Sociedade da Informação entrou para a agenda mundial. Em novembro de 2005, 18 mil representantes de 176 países se reuniram em Túnis (capital da Tunísia) na Cúpula da Sociedade da Informação promovida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura). No encontro em Túnis, o assunto principal foi o controle da internet. Tratava-se da segunda fase da reunião que teve sua primeira etapa dois anos antes, em 2003, em Genebra na Suíça. Nos dois momentos a Cúpula se propôs debater os desafios colocados para a humanidade e para o conhecimento pelo desenvolvimento acelerado de computadores e das telecomunicações que resultaram na internet, a rede mundial de informação. (INTEL, 2014).

Atualmente a rede mundial é gerida pela Corporação da Internet para o Anúncio de Nomes e Números (ICANN sigla em inglês), organização privada contratada pelo Departamento de Comércio

dos EUA. A ICANN sediada na Califórnia, responde à leis estaduais e federais americanas, o que para os críticos caracteriza o controle da rede mundial pelos Estados Unidos. Dos 13 servidores-raiz que centralizam toda informação disponível na internet, 10 estão nos EUA. (INTEL, 2014).

Entre os países que questionaram o gerenciamento americano (abordagem multistakeholder) da Web estava o Brasil que defendeu na Cúpula a descentralização deste controle. O encontro terminou com a decisão de se estender até 2010 a gestão da rede pela ICANN, mas os defensores da democratização do controle criaram o Fórum Internacional de Governança pela Internet para se dedicarem, entre outros assuntos, ao crescimento do "spam" e ao abismo tecnológico entre os países ricos e pobres, que se concretizou. (INTEL, 2014).

Superado o principal impasse, a Cúpula da Sociedade obteve avanços no esforço para reduzir o abismo tecnológico. Foram firmados mais de 200 acordos entre governos, empresas e organizações não governamentais (ONGs) envolvendo desde negócios entre multinacionais da área de tecnologia da informação e telecomunicações até contatos entre inventores e investidores. (INTEL, 2014).

O representante do Brasil na reunião, Rogério Santana, destacou que o país iria defender a democratização da Internet e a formulação de políticas públicas de combate à exclusão digital por meio do desenvolvimento tecnológico autônomo. Um texto começou a ser estruturado em outubro de 2009 visando regulamentar a Internet no Brasil. Configurava-se então o Projeto de Lei 2126/2011, sancionado pela Presidente Dilma Rousseff, que instituiu o Marco Civil da Internet durante a abertura do encontro da NetMundial, com a presença de representantes de cerca de 80 países.

O texto final do projeto resultou da fusão de 44 outros projetos sobre o tema, alguns de 10 anos atrás e elaborado pelo deputado do Partido dos Trabalhadores (PT) do Estado do Rio de Janeiro, Alessandro Molon, a nova Lei estabeleceria direitos e deveres na rede focando três eixos constitutivos: 1) a neutralidade da rede; 2) a liberdade de expressão e 3) a privacidade na web. (RODRIGUES, 2014).

A nova Lei que afetaria o cotidiano de usuários, empresas e instituições levantaria uma série de críticas e posicionamentos que esse estudo pretendeu pesquisar.

O cenário apresentado permitiu abrir um debate sobre a esfera pública como espaço democrático deliberativo por meio da abordagem habermasiana, em que a Web é vista como um "espaço para comunicação capaz de promover discursos autônomos e críticos, livres de interesses econômicos ou de Estado, o que seria comparável ao modelo normativo de esfera pública delineado por Habermas". (DAHLBERG, 2001).

As questões de governança foram entendidas neste estudo sob a perspectiva do regime de informação como modo informacional dominante em uma formação social. Neste sentido, o regime de informação e o Marco Civil da governança da internet estariam relacionados ao chamado "Estado Informacional que definem as redes organizacionais e as dinâmicas infocomunicacionais historicamente constituídas." (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012).

Governança dos stakeholders no marco civil da internet no Brasil

O entendimento e a visualização das questões de governança podem ser desenvolvidos se olhados sob a perspectiva do regime de informação:

> O regime de informação seria o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais

> e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. Como um plexo de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 31).

Neste sentido, o regime de informação e a governança da internet, nesse contexto, estariam relacionados ao chamado "Estado Informacional". Este "Estado Informacional":

> "[...] designaria as dinâmicas que vinculam o governo (as instituições formais, as regras e práticas de entidades geopolíticas historicamente constituídas), a rede ampliada de organizações e atores estatais e não estatais cujas decisões e comportamentos têm efeito sobre a sociedade e requer a formulação de programas de governança, e o contexto cultural e social, onde se estabelecem as condições de governabilidade e a partir do qual surgem e são sustentados os modos de governança." (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 52).

Nesse contexto de regime de informação o grupo de estudos composto pela Organização das Nações Unidas, na fase preparatória à segunda versão da reunião da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (ou, no acrônimo em inglês, WSIS), propôs uma definição de governança da internet da seguinte forma:

> "Governança da Internet é o desenvolvimento e a execução pelos Governos, sociedade civil e iniciativa privada, em seus respectivos papéis, de princípios, normas, regras, procedimentos decisórios e programas compartilhados que delineassem a evolução e o uso da Internet". (WSIS, 2014).

A Governança da Internet não se restringe às atividades dos governos. Muitos e diferentes tipos de atores exercem um papel em definir e disseminar as atividades da Governança da Internet. (ARATA, 2006). Desse modo é preciso abrir um parênteses para explicar que esses diferentes tipos de atores ou grupos de influência, denominamse stakeholders. O termo foi criado por um filósofo chamado Robert Edward Freeman, que em inglês, stake significa interesse, participação, risco e holder significa aquele que possui. Assim, stakeholder significa parte interessada ou interveniente. Os stakelholders de uma ou de outra forma legitimam as ações de uma organização e tem um papel direto ou indireto na gestão e resultados da organização. (MITCHELL et al., 1997).

Desde sua concepção inicial, a Internet se caracterizou por não ter uma organização central que decida quem pode usá-la e como. Desde 1998 até hoje, a governança da internet destaca-se pela centralização e organização do serviço através da Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN), que vem desenvolvendo um modo de "governança corporativa" que envolve os setores privados e públicos. (WIKIPEDIA, 2014).

Em Genebra, dezembro de 2003, foi realizada a reunião da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), colocando oficialmente a questão de governança da Internet nas agendas diplomáticas. Destaca-se a Declaração de Princípios e um Plano de Ação para ajudar ao efetivo desenvolvimento da Sociedade da Informação e exclusão digital, além de propor o estabelecimento do Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet (GTGI). Um dos principais objetivos da governança da internet é a regulamentação de ações que podem ou não serem feitas. Um dos principais meios para isso foi a criação de tópicos nas legislações federal e estadual e outras normas, voltados especialmente para assuntos relacionados à internet, informática e telecomunicações (GTGI, 2014).

Nos itens 58, da Tunis Agenda For The Information Society reconhecem que a Governança da Internet inclui mais do que nomes de domínio e endereços de Internet Protocol (IP), abarcando questões importantes de políticas públicas e aspectos sociais, econômicos e técnicos, incluindo os parâmetros de custos, qualidade dos serviços e confiança. (ARATA, 2006). Desde então, a discussão sobre governança ganhou força e mais interesse político.

Recentemente, com a aprovação do texto proposto no evento chamado "NETmundial: Global Multistakeholder Meeting on the Future of Internet Governance o Brasil passou a adotar o modo de governança multissetorial (Multistakeholder Governance Model), encorajado por grandes instituições de regulação, com destaque para a Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN).

Dados do site do NETmundial (2014), mostram que o NETmundial – Encontro Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet – totalizou 188 contribuições de conteúdo recebidas de 46 países diferentes. Os documentos, que alimentaram as discussões realizadas durante os dois dias do encontro, foram enviados por representantes da sociedade civil, do setor privado, da academia e da comunidade técnica global, contendo considerações sobre os dois tópicos que foram abordados: "Princípios de Governança da Internet" e "Roteiro para a Evolução Futura do Ecossistema de Governança da Internet".

Uma organização anônima denominada Internet Governance Transparency Initiative, identificada no decorrer desse estudo, acredita que a total transparência é um valor fundamental para os processos democráticos e de tomada de decisão. No seu site reúne publicações de documentos relacionados à governança da Internet e convida pessoas à compartilharem, no próprio site, documentos inéditos e não divulgados, ligados à negociação. Os documentos podem ser consultados em formato digital e segundo a Internet Governance Transparency Initiative a identidade dos colaboradores é preservada. Esse grupo identificou que vários processos diplomáticos estão em andamento para decidir questões-chave sobre o futuro da internet e muitos documentos podem ser encontrados nos sites: NetMundial, IANA, de Plenipotenciários da ITU, WSIS + 10, porém nem todos são disponibilizados ao público, particularmente sobre os processos de negociação.

Análise de redes feita pela jornalista e pesquisadora Raquel Recuero mostram o debate em torno da governança dos stakeholders no Marco Civil da internet, em abril deste ano, as correlações dos conceitos relacionados aos termos mais utilizados com as hashtags: #ArenaNetMundial, #netmundial2014, #netmundial somam um total de 59.484 tweets. As expressões mais evidentes no centro do grafo gerado pelos tweets agrupados com nós vermelhos foram: Brazil, governança, sociedade, vigilância, internet, humanos, global, dilma roussef, marco civil, futuro, civil, documento.

Os dados e características supracitados projetam um cenário de participações bastante pluralistas. Contudo, uma considerável parcela de especialistas enxergam falhas nas propostas do NETmundial.

O governo brasileiro assumiu a tese de que a governança da Internet deveria ser *multistakeholder*, ou seja, envolver todos os segmentos em sua gestão, tal como no caso do Comitê Gestor da Internet no Brasil. (SILVEIRA, 2009).

O CGI.Br (Comitê Gestor da Internet no Brasil) criado pela Portaria Interministerial nº 147 (31 de maio de 1995) em 3 de setembro de 2003 foi alterado pelo Decreto Presidencial nº 4.829 para realizar a interação e coordenação de todas as iniciativas de serviços na Internet no Brasil, visando promover a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados.

O Projeto de Lei 2126/2011 instituiu o Marco Civil da Internet sancionado pela Presidente Dilma Rousseff durante a abertura do encontro da NetMundial[4], realizado em São Paulo, nos dias 23-24 de abril de 2014, com a presença de representantes de cerca de 80 países. Três foram os principais pontos do Marco Civil da Internet no Brasil expostos na NetMundial: 1) o conceito de neutralidade da rede; 2) a liberdade na internet e a 3) privacidade na web.

Ao final do evento, nem os Estados Unidos, nem a União Europeia, defensores de uma governança corporativa da internet, que menospreza os cidadãos-usuários, aceitaram abraçar a ideia de neutralidade da internet, ponto forte do Marco Civil.

Nesse contexto, é importante analisar um dos três aspectos mais importantes dentre os princípios para a governança e uso da internet no Brasil: o Princípio da Neutralidade da Rede. De acordo com a Resolução CGI nº 003/2009, este princípio trata que a "filtragem ou privilégio de tráfego devem respeitar apenas critérios técnicos e éticos, não sendo admissíveis motivos políticos, comerciais, religiosos, culturais, qualquer outra forma de disseminação ou favorecimento." (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2009).

A discussão da neutralidade de rede não é consensual. Diversos grupos de interesses distintos defendem posicionamentos diferentes, conferindo ao tema uma importância devido ao caráter não consensual entre os diversos atores sociais, dentre os quais se destacam os stakeholders, sua influência social e político-econômica.

Criticas da redução da participação com stakeholders

As críticas encontradas ao modo de governança da internet adotado no Brasil hoje remetem às mesmas críticas oriundas do encontro da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação em Genebra, 2003 e Túnis, 2005 quando o modelo multistakeholder foi apresentado pela primeira vez para governança.

Barbara Wanner, Vice-presidente de Informação, Comunicação e Políticas de Tecnologia, United States Council for International Business (USCIB), acrescentou sua opinião sobre a propriedade intelectual e ainda sugeriu o monitoramento da USCIB sobre o NetMundial a fim de elaborar e posicionar outros pontos de vista juntamente com outros representantes globais. Abaixo o trecho publicado na semana seguinte ao evento:

> "Wanner said the multistakeholder statement reflected important discussions on key aspects of Internet policy of interest to USCIB members and global business. On net neutrality, for example, despite strong support from civil society and some governments to include a specific reference to net neutrality as an Internet governance principle, business and its allies advocated effectively for inclusion of net neutrality as a "point to be further discussed beyond NETMundial" requiring better understanding and further discussion." (USCIB, 2014)

Beatriz Busaniche, membro da Fundação Via Libre, em suas contribuições para a publicação

4. "NETMundial Chair Vergilio Almeida, Brazil's secretary of IT policy, hailed the two-day event as a "threshold of a new beginning," not an end destination, and a "milestone in the history of Internet governance." He said the multistakeholder statement might not be a "perfect document," but nevertheless represented a significant achievement having been produced by a bottom-up process that encompassed input from literally all over the world." Disponível em: <http://www.uscib.org/index.asp?documentID=4717>.

da Heinrich Böll Foundation[5]: *Visions in Process II - The World Summit on the Information Society - Geneva 2003 - Tunis 2005. Na seção que escreveu, "Civil society in the carousel: Who wins, who loses and who is forgotten by the multistakeholder approach?",* afirmou que a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS) é o primeiro fórum que trabalha oficialmente, sob a égide de uma parceria *multistakeholders* (MSP) e endossou que se deveria desenvolver uma análise crítica sobre o assunto antes de aceitar o modelo como um exemplo de "boas práticas" e "quais consequências e riscos o suposto novo modelo de democracia global poderia trazer".

Busaniche apresentou alguns questionamentos:

> "esta divulgação não deveria estar ocorrendo antes de encontrar respostas para as seguintes questões fundamentais: quem são os stakeholders? Quem eles representam? Quais são os interesses ocultos por trás dos debates? E especialmente: qual é o significado da "sociedade civil" neste contexto? Sob as condições que prevalecem, a abordagem multistakeholder é uma oportunidade ou uma armadilha?" (BUSANICHE, 2003-2005, p.46-tradução livre).

O processo de seleção do Working Group on Internet Governance (WGIG), segundo Busaniche, é sem qualquer dúvida, "um dos exemplos mais claros de armadilhas ocultas do modelo Multistakeholder Partnerships (MSP)". As perspectivas subjacentes da WSIS e os documentos produzidos por este grupo de trabalho são um exemplo óbvio que ilustra o fato de que a Civil Society (CS) é branda e funcional em servir os interesses das corporações e alguns governos. Não há nenhuma outra maneira de ficar dentro destes fóruns, exceto pela aprendizagem em como negociar politicamente. (BUSANICHE, 2003-2005, p.46-53.Tradução livre).

Retomando a situação atual, de um lado, o Brasil parecia dizendo: "vejam o nosso marco civil da internet, os governos de seus países deveriam fazer o mesmo". Do outro lado, os Estados Unidos satisfeitos por ter conseguido abraçar o Brasil em seus esforços políticos de divulgar o discurso corporativista de multistakeholder. Para alguns, era possível dizer: "Tudo está muito bem, vamos tomar caipirinhas!" Para o ICANN, instituição americana responsável pela governança atual da internet, todos consideraram estar convergindo para os valores de um modo de governança, denominado de multistakeholder, ou seja, o modelo de governança corporativa americano. Conforme foi noticiado, "se quisermos mais internet e mais democracia, devemos esquecer NetMundial e ICANN". (SIQUEIRA, 2014).

Apesar do discurso da atual Presidente Dilma Roussef, em favor da liberdade, da neutralidade da internet e contra a espionagem em massa, não houve impacto no resultado final da NetMundial. Comenta-se que a versão final do documento sobre os princípios da governança da internet é pior do que versões anteriores, razão pela qual deve servir de alerta para os cidadãos do mundo inteiro. "Será que a Presidente Dilma Rousseff se rendeu ao discurso multistakeholder, ao lado dos Estados Unidos?" (SIQUEIRA, 2014).

A Vice-presidente da Comissão Europeia, Neelie Kroes, escreveu um texto entitulado *My thoughts on NETmundial and the Future of Internet Governance* (2014), onde transcreveu suas observações enviadas ao comitê do NETmundial, após receber o texto provisório do encontro. Além de considerar o documento abstrato e vago, ela observa:

5. The Heinrich Böll Foundation (HBF; German: Heinrich-Böll-Stiftung e.V., HBS) is a German, legally independent political foundation. Affiliated with the German Green Party, [1] it was originally founded in 1987 and rebuilt in 1997. The foundation was named after German writer Heinrich Böll (1917–1985). (WIKIPEDIA, 2014).

> "[…] Self-regulation andself-organisation of different stakeholders are certainly to be preserved and promoted. However, this cannot be to the detriment of basic democratic principles. It is not sufficient that the mechanisms through which "different stakeholder groups […] selfmanage their processes [are] based on publicly known mechanisms", if this results in the explicit or implicit exclusion of persons in a manner that would contradict democratic processes." (KROES, 2014).

Jérémie Zimmerman, co-fundador da La Quadrature du Net, também discutiu sobre Governança da Internet na Europa e critica mais detalhadamente a falta de foco no documento:

> "President Dilma Rousseff's courageous speech in favour of freedoms online, Net Neutrality and against mass surveillance had little to no impact on the outcome of NETmundial. The final version of the "Internet governance principles" document is much worse than previous drafts: mention of non-discrimination of communications (Net Neutrality), even though already very weak, were removed, while passages on respecting copyright were added. At the same time, those portions of the text addressing mass surveillance – the very reason why NETmundial was called! – are laughable, calling for nothing more than "more dialogue" in order to reach "understanding", failing completely to call for any concrete action." (ZIMMERMAN, 2014).

O site *La Quadrature du* Net ainda publicou alguns dados que questionaram até que ponto o NETmundial, realmente, buscou consenso entre todos os stakeholders. Segundo o site, há um mascaramento nas informações sobre os participantes do evento (assim como no Internet Governance Forum), em que 90% da "Comunidade Técnica" foi formada por integrantes do governo ou de corporações.

Ethevaldo Siqueira do portal Telequest, também apresentou fortes críticas sobre Marco Civil da Internet:

> "A rigor, o Brasil não precisa de nenhum Marco Civil da Internet. É algo tão absurdo como querer domar um touro selvagem. O que deve ser punido são os abusos – pois o uso normal, cotidiano, da internet não precisa de regras. [...] como eu, muita gente acha que o Brasil não precisa de uma lei "para regular a internet". [...] O Marco Civil da Internet é mais um exemplo da velha mania brasileira de criar leis para tudo. [...] A maioria dessas leis e disposições constitucionais, contudo, não prevê os recursos para sua aplicação prática. Sugiro que, no futuro, revoguemos o monstrinho do Marco Civil da Internet resultante do projeto atual para que seus malefícios não se perpetuem." (SIQUEIRA,2014).

Sobre o conceito de neutralidade, Ethevaldo Siqueira (2014) acredita que na prática isso significa que "todos os usuários têm o direito de serem tratados sem discriminação." Tamém afirma que:

> "A grande ilusão é pensar que uma nova lei vai impedir que nossos dados, nossos e-mails, nossas informações pessoais e nossas comunicações, sejam bisbilhotados, espionadas e classificadas, armazenadas e usadas por empresas e governos, aqui e no Exterior." (SIQUEIRA,2014).

A democracia das esferas públicas autônomas conectadas

Ao relacionar a governança da internet e a esfera pública percebe-se um caminho de

possibilidades em torno de uma promoção à discussão na participação de diferentes atores no uso e produção da informação.

Habermas define esfera pública como espaço de trato comunicativo e racional entre as pessoas, uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, o qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo cotidiano no mundo da vida.

A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, ou uma organização, ou um sistema visto que não possui estrutura e regulação para ser entendida como tal. Trata-se de uma rede adequada para troca e comunicação de conteúdos. Os fluxos comunicacionais que nela são desenvolvidos são condensados a ponto de serem tomados como opiniões públicas. Ela é produzida no agir comunicativo dos agentes. (HABERMAS, 2003, p. 92).

Uma avaliação feita por Dahlberg realiza uma avaliação de cada um dos seis requisitos descritos por Habermas (autonomia, reflexibilidade, reciprocidade, sinceridade, inclusão e igualdade) na constituição do discurso orientado na resolução de problemas políticos, ao analisar alguns fóruns online e pensar o ciberespaço como esfera pública deliberativa. (DAHLBERG, 2001).

De acordo com Habermas a instituição dos discursos é algo fundamental para o desenvolvimento social a partir da vocalização. Uma vez que ela deve assegurar o livre trânsito de sugestões, temas e contribuições, informações e razões para que possa entrar em ação a força motivadora do melhor argumento. (DAHLBERG, 2001).

A internet enquanto espaço público deve promover a diferença aos diferentes e a ampla participação. Deve-se fazer uma diferenciação entre atores que surgem do público (participam na reprodução da esfera pública) e atores que ocupam uma esfera pública já constituída, a fim de aproveitar-se dela. (HABERMAS, 2003, p. 96).

Para Habermas de certo modo, com o abandono dos conteúdos utópicos da sociedade do trabalho não se acaba de modo algum e em geral a dimensão utópica da consciência da história e da disputa política. Mas, como essa dinâmica político-social acontece ao nível do mundo da vida? Como o conceito utópico do trabalho desloca-se para o conceito da comunicação? E assim como se transformou a sociedade do trabalho em sociedade da comunicação e qual o papel do Estado? De acordo com Habermas existe uma barreira no intercâmbio entre sistema e mundo da vida que só poderia funcionar se ao mesmo tempo adviesse uma nova partilha do poder. As sociedades modernas dispõem de três recursos que podem satisfazer suas necessidades no exercício do governo: o dinheiro, o poder e a solidariedade. As esferas de influência desses recursos teriam de ser postas em um novo equilíbrio, onde o poder de integração social da solidariedade deveria ser capaz de resistir às "forças" dos outros dois recursos, dinheiro e poder administrativo. (HABERMAS, 1987).

Existe uma alteração do sentido do processo de legitimação, assim grupos de interesse e partidos utilizam seu poder organizativo a fim de alcançarem anuência e lealdade para seus objetivos de organização. A administração não só estrutura o processo de legislação, em grande parte ela também o controla; ela tem de, por seu lado, selar compromissos com clientes poderosos. (HABERMAS, 1987).

Habermas faz referência a Claus Offe que reduz a esfera pública a uma esfera participativa na sua teoria das Três Arenas, que as distingue da seguinte maneira:

> "Na primeira, facilmente reconhecível, elites políticas levam a termo suas resoluções de dentro do aparelho estatal. Abaixo está uma segunda, na qual um grande número de grupos anônimos e de atores coletivos influem uns sobre os outros, formam coalizões, controlam o acesso aos meios de produção e comunicação e, já menos nitidamente reconhecível,

> delimitam progressivamente (através do seu poder social) o campo para a tematização e resolução de questões políticas. Por fim, uma terceira arena encontra-se abaixo, na qual fluxos de comunicação dificilmente palpáveis determinam a forma da cultura política e com ajuda de definições de realidade rivalizam em torno do que Gramsci chamou hegemonia cultural — aqui realizam-se as reviravoltas nas tendências do espírito da época.". (HABERMAS, 1987, p. 113).

Segundo Claus Offe na arena inferior não se luta diretamente por dinheiro ou poder, mas por definições. Trata-se da integridade e da autonomia de estilos de vida, como, por exemplo, a defesa de subculturas tradicionalmente estabelecidas. Em tais teatros podem constituir-se esferas públicas autônomas, que também se põem em comunicação umas com as outras tão logo o potencial é aproveitado para autoorganização e para o emprego auto-organizado dos meios de comunicação. (HABERMAS, 1987, p. 114).

Considerações finais

Resistir às ingerências dos sistemas econômicos ao acesso à informação será um desafio da sociedade global para garantir uma democracia participativa na governança da internet. Para que o acesso à esfera pública possa ser mais aberto possível, também dependerá do que a opinião pública fará para que isto aconteça diante da influência de governos e corporações. "Não há nenhuma outra maneira de ficar dentro destes fóruns, exceto pela aprendizagem em como negociar politicamente", afirma Beatriz Busaniche.

Sabendo que é na esfera pública que há produção da opinião pública e da significância que essa opinião tem para a sociedade, pode-se visualizar o desenvolvimento de estudos em torno das disputas sobre a internet, especialmente, na regulação do ciberespaço.

O modo de governança stakeholders é um modelo neoliberal (ainda que o neoliberalismo, na primeira metade do século XX estivesse voltado para a adaptação dos princípios do liberalismo clássico às exigências de um Estado regulador e assistencialista), mas abre espaços para a participação de stakeholders do setor privado com interesse público, notando-se a descaracterização de alguns princípios universais. Dentre os quais está a garantia de privacidade dos usuários. Dessa forma, a sociedade civil que buscava garantir a universalização indiscriminatória da internet e da neutralidade da rede, viu-se em meio a interesses governamental e de grandes corporações. Os riscos da rede em deixar de ser neutra são mínimos, a não ser em consequência de deliberada ação criminosa – que as leis existentes poderão coibir imediatamente.

Sendo assim, nota-se que a construção de um ambiente de comunicação justo e democrático fica comprometida sem uma comunicação por meio da qual todos e todas possam falar e ser ouvidos, em que a diversidade e a pluralidade de ideias existentes no país circulem de forma equilibrada nos meios de comunicação de massa.

Essa troca argumentativa, segundo a Teoria do Agir Comunicativo de Habermas, deve ser desenvolvida em diferentes espaços públicos, que sejam autônomos da influência do poder administrativo e do mercado. A interação desses públicos diversificados e dos fluxos comunicativos gerados por eles formam, de maneira resumida, a esfera pública, lócus da discussão e da formação das opiniões e das vontades coletivas.

Referências

ARATA JR., Seiiti. **Regulação pela definição de padrões tecnológicos na Governança da Internet**. São Paulo: USP, 2006. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: http://api.ning.com/files/Dy UcjaQt3V4HWk*ZKJ7jnp-LBILSZQmGARgM* fz9GVOvg2kYTWSem7Ma2fi RUZ12JMzM08iApla-9N3msYWmuxZQbVCSDfcd/ dissertationseiitiaratainternet.pdf. Acesso em: 7 jul. 2014.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil**. Diário Oficial da União**, 24 abr. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/ lei/l12965.htm. Acesso em: 8 jun. 2014.

COMITÊ Gestor da Internet no Brasil. Resolução nº 003/P, de 2009. **Princípios para a governança e uso da internet no Brasil**. São Paulo, 2009. Disponível em: http:// www.cgi.br/ resolucoes/ documento/ 2009/003. Acesso em: 9 jun. 2014.

V Encontro Nacional da Ulepicc-Brasil – Rio de Janeiro – 26 a 28/11/2014 DAHLBERG, Lincoln. Extending the public sphere through cyberspace: the case of Minnesota E-democracy. **First Monday**, v. 6, n. 3, 5 mar. 2001. Disponível em: http:// firstmonday.org/ ojs/index.php/fm/article/ view/838/747. Acesso em: 2 jun. 2014.

GONZÁLEZ DE GOMÉZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Inf. & Soc**.: Est., João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.

GOVERNANÇA da internet. In: **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre.** Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Governan%C3%A7a_ da_Internet. Acesso em: 7 jul. 2014.

HABERMAS, Jürgen. A nova Intransparência: a crise do Estado de Bem-Estar Social e o Esgotamento das Energias Utópicas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 18, p. 77-102, set. 1987.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Tradução de Flavio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria agir comunicativo**: racionalização da ação e racionalização social. Tradução Pablo Astor Soethe. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

INTEL. **Estudos da dialogoti.intel.com:** Next Generation. Disponível em: http://dialogoti. intel.com. Acesso em: 10 jun.2014.

KROES, Neelie. **My thoughts on NETmundial and the Future of Internet Governance**. Neelie Kroes's Blog: Brussels, 11 abr. 2014. Disponível em:<http://ec.europa.eu/commission_ 2010-2014/ kroes/en/content/my-thoughts-netmundial-and-future-internet-governance. Acesso em: 7 jun. 2014.

LEMOS, André. Nova esfera conversacional. In: MARQUES, Ângela; COSTA, Caio Túlio; KÜNSCH, Dima et al (Orgs.). **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro, EPapers, 2009, p. 9-30.

MITCHELL, R. K., Agle, B. R., & Wood, D. J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of the who and what really counts. **Academy of Management Review**, 22(4), 853-886. 1997.

NETMUNDIAL. **NETmundial announces list of registered participants**: updated. São Paulo, 20 abr. 2014. Disponível em: http://netmundial.br/blog/2014/04/20/ netmundial-announceslist-of-registered-participants/. Acesso em: 7 jun. 2014.

V ENCONTRO NACIONAL DA ULEPICC - Brasil – Rio de Janeiro – 26 a 28/11/2014.

V ENCONTRO Nacional da Ulepicc. **NETmundial Multistakeholder Statement**. São Paulo, 24 abr. 2014. Disponível em: http://netmundial.br/wp-content/uploads/2014/04/NETmundial-MultistakeholderDocument.pdf. Acesso em: 7 jun. 2014.

RECUERO, Raquel**. Dados da Arena NetMundial**. [Rio Grande do Sul], 25 abr. 2014. Disponível em: http://www.raquelrecuero.com/ arquivos/2014/04/dados-da-arenanet mundial.html. Acesso em: 30 jul. 2014.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Esfera Pública Interconetada, blogosfera e redes sociais. In: MARQUES, A.; COSTA, C. T.; KÜNSCH, D. et al. (Org.). **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro, E-Papers, 2009, p. 70-89.

O BRASIL e as Disputas na Cúpula da Sociedade Da Informação (Wsis - World Summit On The Information Society). In: Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 6, 2008. **Anais**... Niterói (RJ): UFF, 2008. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ alcar/encontrosnacionais-1/6o-encontro-2008-1/O%20BRASIL%20E%20AS%20DISPUTAS %20NA%20CUPULA%20 DA%20SOCIEDADE%20DA.pdf. Acesso em: 7 jul. 2014.

SIQUEIRA, Ethevaldo. Entenda o polêmico Marco Civil da Internet. [São Paulo]: **Telequest**, 12 mar. 2014. Disponível em: http://www.telequest.com.br/portal/index.php /component/ content/article?id=1182. Acesso em: 9 jul. 2014.

UNITED States Council for International Business**. [USCIB MISSION STATEMENT].** [Nova York, 2014]. Disponível em: http://www. uscib.org/index.asp. Acesso em: 11 ago. 2014.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. **Working Group on Internet Governance**: report from the working group on internet governance. [Genebra], 3 ago. 2005. Disponível em: http://www.itu.int/wsis/docs2/pc3/off5.pdf. Acesso em: 7 jun. 2014.

ZIMMERMANN, Jérémie. The "Internet Governance" Farce and its "Multistakeholder" Illusion**. La quadrature du net**, Paris, 22 abr. 2014. Disponível em: http://www. laquadrature. net/en/the-internet-governance-farce-and-its-multi-stakeholder-illusion>. Acesso em: 7 jun. 2014.

OUR NETMUNDIAL! Our Internet Needs More Than "Internet Governance**". La quadrature du net, Paris,** 25 ab r. 2014. Disponível em: http://www.laquadrature.net/ en/ournetmundialour-internet-needs-more-than-internet-governanc0>. Acesso em: 2 jun. 2014.

Capítulo 10

50 ANOS DO GOLPE MILITAR DE 1964: A BUSCA PELA VERDADE DAS JUSTIÇAS DE TRANSIÇÃO

Bárbara Martins Zaganelli
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima
Márcia Feijão de Figueiredo

Resumo: Esse artigo tem por objetivo desenvolver um trabalho propedêutico sobre a aplicação da teoria habermasiana nas comissões da verdade, visando um entendimento entre os membros. Para isso contextualiza a comissão da verdade no Brasil e levanta conceitos-chave dentro da teoria habermasiana como a democracia deliberativa, a pragmática universal, a teoria do discurso e a teoria discursiva da verdade.

Introdução

Um dos principais desafios das Justiças de Transição, como as Comissões da Verdade, é chegar à versão discursiva da verdade[1] em países que passaram por regimes ditatoriais e com histórico de violações de direitos humanos. Para este trabalho, este cinquentenário do Golpe Militar de 1964 é um momento bastante oportuno para reflexões de discursos nem sempre possíveis com o outro.

Para compreender os contornos das possibilidades e desafios das Comissões da Verdade, analisou-se como esse tipo de Justiça de Transição pode chegar a um entendimento sobre a verdade pela informação (em atos de fala e documentos) em esferas discursivas. Para isso, utilizou-se como principal aporte teórico as noções de ação e discurso de Jürgen Habermas, que apontam os níveis de pretensões para a validação da verdade.

Destaca-se que este estudo é um dos frutos do grupo de pesquisa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) chamado Agir comunicativo, colaboração e inovação em organizações complexas da sociedade da informação. O objetivo geral da pesquisa realizada pelo grupo é desenvolver uma teorização crítica da informação, a partir da Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas; e investigar e discutir suas aplicações, principalmente na administração de organizações complexas como institutos de pesquisa, universidades, hospitais e arranjos produtivos. As pesquisas combinam revisão crítica de literatura e estudos de casos, como este sobre a Comissão da Verdade.

1. "Frequentemente se fala de uma teoria consensual da verdade. O próprio Habermas faz isso, mas reconhece também que talvez seria melhor falar em teoria discursiva da verdade (VTKH 160 notas) " (PINZANI, 2009, p. 96).

Desse modo, este artigo é uma continuação do esforço teórico da dissertação de Corbo (2013) e Côrbo e Lima (2013) na análise sobre o papel da informação, a partir da ação dos atores sociais que agem comunicativamente e que produzem aprendizagem ao agirem na construção da verdade[2]. Como resultado, os autores evidenciaram que pela teoria pragmática da verdade, a informação atuaria como uma verdade provisória que se valida no discurso público.

Esta pesquisa atual busca investigar quais as pretensões de validez que as comissões precisam cumprir para que o entendimento da verdade seja possível no discurso. O que exigiu que este trabalho se debruçasse, com grande ênfase, sobre alguns aspectos ainda não explorados suficientemente[3].

Para isso, este artigo está dividido em cinco momentos. O primeiro voltado à exposição da reconstrução racional da história. O segundo no uso da teoria habermasiana para o entendimento sobre a verdade. O terceiro na visão de Habermas sobre a democracia deliberativa, e sua relevância da teoria do discurso, e a teoria discursiva da verdade. O quarto expõe alguns apontamentos acerca do consenso da teoria habermasiana para o trabalho realizado pela comissão da verdade e, no quinto, as considerações finais do trabalho.

A (re) construção da história da ditadura militar (1964-1984)

Nos últimos 30 anos, foram criados mais de 40 Comissões da Verdade no cenário internacional. A maioria em países da América Latina e África para investigar crimes contra a humanidade cometidos por regimes autoritários e guerras civis. No Brasil, a mobilização por justiça chegou um pouco tardia, contrastando com o dinamismo e eficiência de outros países latino-americanos. Como exemplo, tem-se a Guatemala, onde o ex-ditador, general Efrain Rios Montt, foi condenado por genocídio e outros crimes contra a humanidade.

No cenário nacional, apesar da comissão[4] ter o direito à convocação de vítimas e acusados das violações para depoimentos (ainda que a convocação não tenha caráter obrigatório), assim como o acesso aos arquivos do poder público do regime militar, não possui caráter punitivo ou para servir de recomendação de pena devido à Lei de Anistia de 1979. O que, na percepção deste artigo, não impede que o relatório final[5] da Comissão Nacional da Verdade contribua como um insumo de questionamentos para a Lei de Anistia e na elaboração de políticas públicas mais voltadas as prioridades sociais.

A comissão tem ainda a possibilidade de participar ativamente no processo de (re) construção histórica sobre o regime militar, podendo conceder o direito à memória às vítimas que sofreram violações dos direitos humanos e aos seus familiares e parentes. Rezende (2001), em um estudo sobre a ditadura militar pela perspectiva da repressão e pretensão de legitimidade, reforça inclusive duas ideias: (i) que a ditadura queria atestar a legitimidade do seu poder de mando e (ii) pelo esforço do grupo de poder em dar continuidade ao processo de construção da legitimidade durante os

2. "Definir de que modo e por que meios averiguar e confrontar o conhecimento do que aconteceu no passado, como chegar a uma versão consensual da verdade" (CÔRBO, LIMA, 2013).
3. O trabalho agradece especialmente as informações e contribuições do professor do Programa de Pós-Graduação de da Universidade Estácio de Sá (UNESA) e pesquisador sênior da Comissão Nacional da Verdade, Jorge Atílio Silva, durante a pesquisa deste trabalho.
4. Para tentar trazer a luz à verdade do período militar, a presidente Dilma Rousseff sancionou em 18 de novembro de 2011, pela lei 12.528 de 2011, a Comissão Nacional da Verdade. Instalada oficialmente em 16 de maio de 2012, a comissão formada por sete membros escolhidos por Rousseff e quatorze auxiliares desenvolveram um relatório final dos principais achados. O documento é público e encontra-se na primeira página do sítio oficial da referida comissão. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/ institucional-acesso-informacao/resolucoes>. Acesso em: 01 jun. 2014.
5. Disponível na íntegra através da página da Comissão Nacional da Verdade: <http://www.cnv.gov.br/>. Acesso em: 05 dez. 2015.

regimes ditatoriais.

> Um regime ditatorial que se empenhava em construir uma consciência coletiva favorável a ele a partir da elaboração de um sistema de idéias e valores sobre uma suposta democracia que visava padronizar os sentimentos, comportamentos e ações através de um amplo processo de disciplinamento da sociedade como um todo, reafirmava continuamente um processo de maculação de toda e qualquer idéia de democracia. O efeito deste processo foi, principalmente, o seguinte: ocorreu o reforçamento de uma idéia muito presente na história política brasileira de que eram enormes os benefícios trazidos pela associação entre democracia e poder executivo forte; o que potencializou o desenvolvimento de uma mentalidade não abominadora, por completo, da ditadura. Basta observar que nas pesquisas realizadas após 1984 detecta-se uma considerável não distinção entre democracia e ditadura militar (REZENDE, 2001, p.359 e 360).

A Justiça de Transição vem então em busca da reconstrução do discurso de verdade sobre a ditadura militar. Em linhas gerais, tem como alicerce três pilares: direitos à verdade (esclarecer violações de direitos humanos), a reparações (indenizações financeiras e valorização da memória) e à justiça (reconhecimento da responsabilidade do Estado e punição dos responsáveis).

Após a conclusão do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, em dezembro de 2014, é possível perceber avanços na luta por verdade, memória e justiça no Brasil. Como exemplos, temos as descobertas em relação aos casos do ex-deputado Rubens Paiva[6] e a correção do atestado de óbito do jornalista Vladimir Herzog[7], em que ficou comprovado o assassinato em dependências do Estado (e não a morte por suicídio, como estava registrado).

A quantidade de mortos e desaparecidos, aproximadamente de 370 pessoas[8], número inicial estimado pelo coordenador da Comissão Nacional da Verdade[9], Pedro Dallari após o final do relatório subiu para 434 pessoas[10]. Isso porque a comissão apurou casos graves de violações de direitos humanos em áreas rurais e indígenas, locais até então esquecidos em pesquisas sobre as vítimas do regime militar.

Conforme pode ser percebido, o cinquentenário do golpe militar não serve para comemorações, mas é fundamental para o entendimento que a história é atemporal, incompleta e está em movimento. No conturbado regime autoritário em que houve casos de torturas, assassinatos, desaparecimentos forçados e eliminação física dos opositores[11], existem fatos que permanecem obscuros até a contemporaneidade. Portanto, não há como realizar interpretações conclusivas e estanques aos problemas, sem um consenso entre as pessoas que participaram desse momento histórico. A própria noção de verdade habermasiana traz aspectos de provisoriedade, temporalidade e relatividade.

É nesse contexto que este trabalho fez um esforço para compreender até que ponto a visão da verdade habermasiana é possível. Este artigo percebe que a Comissão Nacional da Verdade é um

6. Segundo o site da Comissão Nacional da Verdade, em dezembro de 2013, o mandato foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória nº632. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv>. Acesso em: 01 de junho de 2014.
7. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/487-sdh-convida-cnv-para-novas-buscas-por-vitimas-dachacina-no-parque>. Acesso em: 01 junho 2014.
8. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/419-justica-de-sao-paulo-determina-retificacao-do-atestado-de-obito-de-alexandre-vannucchi>. Acesso em: 01 junho 2014.
9. Entrevista concedida ao Jornal O Globo em 19 de maio de 2014. Disponível em: < http:// oglobo.globo.com/pais/relatorio-finalda-comissao-da-verdade-deve-ampliar-numero-de-vitimas-da-ditadura-12532557>. Acessado em 20 de maio de 2014.
10. A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. Tem como objetivo apurar as graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.
11. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/cnv_parcial.pdf>. Acesso em: 1º de junho de 2014.

terreno fértil para a construção de uma verdade dialógica, fundamental para chegar à um consenso. Bem diferente de um passado recente quando não havia democracia, os direitos constitucionais eram suprimidos, havia censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime vigente

No Brasil, foram 21 anos de ditadura militar. No primeiro ano do regime militar, pelo menos, 50 mil pessoas[12] foram presas no país. A ditadura só entrou em declínio porque o governo não conseguiu impulsionar a economia e diminuir a inflação, o que estimulou o movimento pró-democracia. Desde a aprovação da Constituição de 1988, o Brasil voltou à normalidade institucional, mas não conseguiu desvendar os milhares de crimes políticos. O silêncio das vítimas da ditadura deixou a história inacabada, sem os lados multifacetados de quem fez parte desse conturbado cenário, não sendo meramente espectadores de uma realidade.

A Comissão Nacional da Verdade vivenciou um longo e desafiador caminho na investigação de exame[13] das graves violações de diretos humanos até a publicação do relatório. O método da comissão, de ouvir cada vítima individualmente, também parece interessante do ponto de vista habermasiano.

Assim, a interpretação não se limitaria aos aspectos gramaticais, mas a experiência individual em um consenso entre os interlocutores. Dessa maneira, o agir comunicativo se concretiza por meio de um discurso argumentativo entre os participantes da história cujo intuito é a integração social em prol das validações das pretensões sobre a verdade. Uma tarefa altamente complexa, principalmente, devido à ação do tempo e de forças externas, como as resistências em trabalhos colaborativos e depoimentos chaves que se perderam com as vítimas das torturas.

A visão habermasiana sobre o discurso para o entendimento da verdade

Pela perspectiva de Habermas, a construção do entendimento sobre a verdade em relações discursivas está baseada principalmente no uso pragmático da razão. A noção sobre a razão sofreu profundas e significativas mudanças até a construção de uma teoria. Isso pode ser mais bem compreendido contextualizando a história de Habermas.

Durante a juventude, Habermas era assistente de Adorno e fazia parte das reflexões sobre a teoria crítica, “em que a razão procedia essencialmente através da auto-reflexão” (ARAGÃO, 2002, p. 89). Habermas ainda era adepto da filosofia da consciência. Mas a partir da década de 1970, ele fez uso da razão e do pragmatismo em seus estudos atéa publicação da teoria do Agir Comunicativo, em 1981, considerado uma das suas grandes contribuições científicas (ARAGÃO, 2002; PINZANI, 2009).

A teoria discursiva habermasiana da verdade foi publicada, pela primeira vez, em 1973. Segundo (Siebeneichler, 2011, p. 11)

> A teoria habermasiana rompe dialeticamente a relação com a filosofia tradicional configurando-se como pensamento pós-platônico, pós-kantiano e pósmetafísico. Ela compartilha com Niklas Luhmann e outros teóricos contemporâneos, especialmente os que

12. Segundo o levantamento da Comissão Nacional da Verdade, houve a identificação pela comissão de dezenas de agentes.
13. É importante destacar que a comissão passou diversas mudanças para atender às queixas dos militares. A comissão atual prevê o “exame” das violações dos direitos humanos, diferente da versão de 2010, que previa a “apuração”. O termo “repressão política” também foi retirado do texto da CNV.

> trabalham numa linha pragmática, hermenêutica e analítica, a ideia de que não podemos mais pressupor a existência de algo sublime, ideal ou superior que pudesse servir como ponto de referência de nossas investigações. (SIEBENEICHLER, 2011, p. 11)

A partir dessa virada, outras teorias surgiram. Adotou-se a linguagem como novo paradigma, modificando a discussão considerada racional até o momento. "[...] essa crítica da razão deve, não apenas destruir o ídolo de uma razão incondicionada e pura, mas roubar o caráter normativo das ideias e autoconsciência, de autodeterminação e de auto-efetivação" (HABERMAS 2001, p. 186 apud ARAGÃO, 2002, p. 89).

Aragão (2002), ao justificar o desenvolvimento do livro embasado nas teorias habermasianas, observa a maneira na qual Habermas responde as questões fundamentais da hermenêutica sobre a abordagem de um objeto de pesquisa que contrapõe tanto ao subjetivismo da fenomenologia como ao relativismo de Marx. O que pode ser de grande valia durante as discussões argumentativas nas Comissões da Verdade.

> E foi neste pensador que encontramos uma resposta para contrapor tanto ao subjetivismo quanto ao relativismo. Entretanto, ela não poderia residir em um objetivismo, uma vez que a objetividade, sem qualquer contextualização dentro de uma comunidade (científica) delimitada espaço-temporalmente, é uma hipóstase equivalente a qualquer categoria metafísica. A solução apropriada para tais problemas se apresenta na forma de um acordo intersubjetivo entre os

Assim, percebe-se que a visão habermasiana pode contribuir para a democracia e entendimento de verdade em Justiças de Transição.

A democracia deliberativa e a teoria discursiva da verdade em Habermas

No livro Direito e Democracia, no capítulo que trata da política deliberativa, Habermas apresenta o conceito de democracia deliberativa tomando como ponto de partida a insatisfação com o modelo empírico de Becker: "cidadãos racionais não teriam razões suficientes para manter as regras do jogo democrático, caso se limitassem a uma autodescrição empirista de suas práticas" (HABERMAS, 1997, v. II, p. 18). Com base nessa análise de modelo empírico, Habermas defende os modelos de democracia que possuem conteúdo normativo para evitar problemas entre a norma e a realidade. "De acordo com os resultados de nossas considerações sobre a teoria do direito, o processo da política deliberativa constitui o âmago do processo democrático" (Ibid).

> O processo coletivo de produção do conhecimento éum dos mecanismos sociais para a afirmação da democracia. No atual cenário, e com vistas a uma sociedade equitativa do ponto de vista econômico e justa do ponto de vista político, me parece que o discurso proposto por Habermas, como sendo o da democracia deliberativa traz contribuições razoáveis para nosso momento histórico (IULIANELLI, 2013)

Habermas também afirma que elementos da democracia liberal e republicana estão assimilados na teoria do discurso, "integrando-os no conceito de um procedimento ideal para a deliberação e a tomada de decisão" (HABERMAS, 1997, v. II, p. 19). Esse conceito de democracia deliberativa advinda de uma teoria do discurso contempla o mundo da vida, de maneira racional.

> As comunidades políticas, filtradas deliberativamente, dependem das fontes do mundo da vida –de uma cultura política libertária e de uma socialização política esclarecida, especialmente das iniciativas de associações que formam opinião –as quais se formam e se regeneram quase sempre de modo espontâneo, dificultando as intervenções diretas do aparelho político. (HABERMAS, 1997, P. 25)

Baseando-se na ética do discurso desenvolvida por Karl-Otto Apel, Habermas desenvolve sua própria visão de uma ética comunicativa. A ética do discurso "é uma 'ética deontológica, cognitivista, formalista e universalista" (ED 11 apud PINZANI, 2009, p. 125). A questão deontológica da teoria do discurso é pelo fato de se guiar por normas.

> A circunstância de que a legitimidade das normas pode ser constatada de maneira análoga àverdade dos enunciados (conforme a teoria habermasiana da verdade e sua ideia fundamental de diferentes pretensões de validade justificáveis por meio de uma argumentação) a torna uma ética cognitivista. (PINZANI, 2009, p. 125; 2011, p. 41-42)

O requisito mínimo para um programa ético é a questão da dignidade, fundamento último, no qual não se deve abrir mão.

> Os direitos procedem das necessidades humanas. Háuma série de necessidades para a sobrevivência e a convivência dos seres humanos, e estas são fonte de direitos. Éporque necessitamos de garantir diversas qualidades existenciais que precisamos estabelecer critérios para suprir tais carências. Essas três fontes, a dignidade humana, a comunidade política e as necessidades humanas, não são excludentes. Antes, pelo contrário, apresentam uma complementaridade muito especial. Podemos admitir, sem prejuízo teórico algum, que são faces da fonte dos direitos humanos: procedem da dignidade humana; da inserção dos seres humanos numa comunidade política; e das necessidades (IULIANELLI, 2003, p. 22)

Baseado nas questões abordadas nesse trabalho optou-se por utilizar a teoria habermasiana, em específico a Teoria Discursiva da Verdade, como aporte para pensar e questão da verdade. González de Gómez (2006, p. 59), ao avaliar de forma panorâmica as plurais definições de informação, compreende que há uma via epistêmica que "correlaciona informação com processos gnosiológicos e uma 'via linguística', que correlaciona informação com alguma dimensão ou uso da linguagem", ambas tendo a filosofia analítica ou o neopositivismo como ponto de referência.

Na compreensão de Pinzani (2009, p. 80) "usar a linguagem significa, essencialmente, avançar pretensões de validade que devem ser justificadas discursivamente". Para compreender a teoria discursiva da verdade, é necessário acompanhar o modo como Habermas a desenvolveu, tomando como ponto de partida o conceito de pragmática universal cujo papel é"expor as condições de comunicação" (Ibid).

Em 'O que significa pragmática universal? 'o termo 'reconstrução' indica um procedimento por meio do qual o saber pré-teórico (know kow) de sujeitos dotados de competência linguística e de ação é transformado em um saber explícito (konw that) (VTKH 371; cf. também 363 ss.). Em outras palavras, o que está em questão é tornar explícitos os pressupostos implícitos dos processos de entendimento (PINZANI, 2009, p. 87). Para Pinzani (2009, p. 84), Habermas tem na teoria gramatical de Chomsky elementos para um esboço da pragmática universal, que deve se ocupar de enunciados.

Algumas etapas são necessárias entre o ouvinte e o falante para se entenderemem dois níveis de comunicação: 1. Experiências; 2. Intersubjetividade, com certa prioridade. "Para que um ato de

fala seja 'bem-sucedido', é preciso chegar a um entendimento ilocutivo e a um predicativo" (PINZANI, 2009, p. 87), ou seja, entender que tipo de relação e que conteúdo possui compartilhando um código comum. Do entendimento ilocutivo, além do contexto é necessário que o falante avance com seu enunciado nas pretensões de validade que justifique-se racionalmente, essas pretensões devem ser dignas de reconhecimento.

O consenso na comissão da verdade: o viés habermasiano

Nesta seção pretende-se realizar as primeiras observações pensando na discursividade no âmbito da Comissão da Verdade. Entre o mundo da vida e a questão normativa dentro de uma Comissão, existem alguns conceitos que devem ser apresentados. O primeiro é em relação às pretensões de validez.

> As pretensões de validade dos atos de fala, porém, só têm vigência plena se são preenchidos os postulados da distribuição simétrica das oportunidades de comunicação. Os postulados da comunicação definem a simetria pragmática dos falantes e dos atos de fala, pela isenção de todo constrangimento externo ou de coações derivadas da própria estrutura da comunicação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 18).

Assim, para Pinzani, "o consenso surge quando são aceitas as quatro pretensões de validade anteriormente mencionadas e que concernem 'à compreensibilidade da expressão linguística, à verdade do seu elemento proposicional, à legitimidade do seu elemento performativo e à veracidade da intenção expressa pelo falante'" (VTKH, 138 apud PINZANI, 2009, p. 91).

> No caso de processos de entendimento mútuo linguísticos, os atores erguem com seus atos de fala, ao se entenderem uns com os outros sobre algo, pretensões de validez, mais precisamente, pretensões de verdade, pretensões de correção e pretensões de sinceridade, conforme se refiram a algo no mundo objetivo (enquanto totalidade dos estados de coisas existentes), a algo no mundo social comum (enquanto totalidade das relações interpessoais legitimamente reguladas de um grupo social) ou a algo no mundo subjetivo próprio (enquanto totalidade das vivências a que têm acesso privilegiado) (HABERMAS, 1989, p. 79) - grifo nosso.

Baseando-se nas referências ao mundo objetivo e ao mundo social comum, é justificável pensar o tratamento de normas que correspondam ao âmbito das comissões da verdade como um grupo legítimo e legitimado pelo Estado para a busca por uma justiça de transição. Nesse processo de entendimento, o uso do discurso e suas formas podem em cada etapa colaborar com argumentos para fundamentar e aplicar uma norma.

Outro conceito que precisa ser esclarecido é em relação à noção de discurso compreendido por este trabalho. O discurso é um

> termo técnico para referir-se a uma das duas formas de comunicação (kommu nikation) ou da "Rede"(discurso, fala) e que consiste especificamente na comunicação, fala ou discurso destinado a fundamentar as pretensões de validade das opiniões e normas em que se baseia implicitamente a outra forma de comunicação, fala ou discurso, que chama de "agir comunicativo"ou interação [...] Habermas retém, pois, para seu termo técnico, apenas o aspecto intersubjetivo (que serve para classificá-lo como uma espécie do gênero 'comunicação') e o aspecto lógico-argumentativo (que serve para determiná-lo como o caso específico da fundamentação das pretensões de validez problematizadas) (ALMEIDA, 1989).

Assim, "o processo de argumentação, dependendo do tipo de pretensão levantada, pode se traduzir em várias formas de discurso, a saber, no discurso teórico, no discurso prático [...]" (ARAGÃO, 2002, p. 122, grifo do autor).

Habermas, para as limitações observadas nos discursos práticos reais, se utiliza da proposta de Klaus Gunther de distinguir discursos de fundamentação da norma, que decide "sobre a validade das normas"e os discursos de aplicação da norma, que "devem decidir sobre o fato de elas serem adequadas em relação à situação na qual deveriam ser aplicadas e sobre outras normas alternativas" (PINZANI, 2009, p. 136). Ambos possuem o critério de imparcialidade, em situações próprias.

> Uma ética teórica, assim, não daria nenhum suporte a decisões de cunho normativo, podendo somente esclarecer pressuposições procedimentais; avaliações normativas resultariam do empreendimento de discursos práticos entre os envolvidos em dissensos normativos. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011, p. 67)

Aragão descreve o discurso teórico como "forma de argumentação em que pretensões de verdade controversas são tematizadas e postas em relação com as terias dos demais observadores" (2002, p. 124). No discurso prático "são as pretensões de correção das normas de ação controversas que devem ser hipoteticamente testadas e imparcialmente justificadas, sendo a disputa julgada unicamente do ponto de vista moral" (ARAGÃO, 2002, p. 124). "O Discurso prático é um processo, não para a produção de normas justificadas, mas para o exame da validade de normas consideradas hipoteticamente" (HABERMAS, 1989, p. 148).

Considerações finais

Diante do contexto da discursividade dentro das comissões nacionais da verdade e as teorias habermasianas, em específico a democracia e a teoria discursiva da verdade no âmbito da ética do discurso, observa-se a relevância da diferenciação entre os discursos teóricos e discursos práticos, visando o mundo objetivo. Para este trabalho é necessário, primeiramente, o uso de ambos para cada etapa desenvolvida pelas comissões conforme o cumprimento das etapas e estabelecimento de novos trabalhos.

Este estudo chama a atenção dos leitores para os possíveis elementos habermasianos encontrados no relatório final da Comissão da Verdade, ainda que aparentemente utópicos, para racionalizar os processos posteriores visando entendimento, como a democracia deliberativa e os discursos teóricos e práticos. Por essa razão, esta pesquisa limitou-se a buscar os primeiros fundamentos para a busca de entendimento em trabalhos que contam com um grupo heterogêneo legitimado pelo Estado e que tem por objetivo reconstruir uma parte da história do Brasil e conceder a memória às vítimas e/ou seus familiares.

Reconhece-se, contudo, necessário o desenvolvimento de propostas mais empíricas com os trabalhos das comissões para a aplicação prática da teoria habermasiana para que o levantamento conceitual seja avaliado com mais objetividade.

O grupo de pesquisa do IBICT deste trabalho, como foi citado anteriormente, agir comunicativo, colaboração e inovação em organizações complexas da sociedade da informação pretende dar continuidade ao estudo sobre a aplicação da teoria habermasiana nos resultados das comissões da verdade. Inclusive, o grupo está em fase de coleta de material empírico para continuidade da pesquisa.

Referências

ALMEIDA, Guido. Verdade e Consenso. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 98, jul. /set. 1989.

ALMEIDA, Guido. Nota preliminar do tradutor. In.: HABERMAS, Jurgen. **Consciência moral e agir comunicativo.** Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

ARAGÃO, Lúcia. **Habermas**: filósofo e sociólogo do nosso tempo. Rio de janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Brasília: CNV, 2014. CODATO, Adriano Nervo. Uma História política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, nº25, p. 83-106 nov. 2005. Disponível em: http://works. bepress.com/cgi/viewcontent. cgi?article=1005&context=adrianocodato. Acesso em: 20 maio 2014.

CÔRBO, Dayo de Araújo Silva. Comissão da Verdade: os documentos e a validez do discurso. Dissertação de mestrado, **Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia** (IBICT) em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://tededep.ibict.br/bitstream/tde/15/1/Dayo2013.pdf. Acesso em 20 de maio de 2014.

CÔRBO, Dayo de Araújo Silva; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. Comissão da Verdade: os documentos e a validez do discurso. **Inf. Prof**., Londrina, v. 2, n. 2, p. 45 –65, 2013.

FONTELES, Claudio. **Exercitando o diálogo**. In.: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. 2013. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/index.php/publicacoes/177-textos-de-claudio-fonteles Acesso em: 31 maio 2014.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, V. 5, N. 2, 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A informação como instância de integração de conhecimentos, meios e linguagens: questões epistemológicas, consequências políticas. In.:GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Rio Grande do Norte: EDUFRN, 2006. Cap. 2.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida Questões éticas de informação: aportes de Habermas. In.: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de (Orgs.). **Informação e democracia**: a reflexão contemporânea da ética e da política. Brasília, DF: IBICT, 2011.

HABERMAS, Jurgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. (Biblioteca Tempo Brasileiro, 84)

HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade, volume II**. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jurgen. O que épragmática universal? In.: HABERMAS, Jurgen. **Racionalidade e comunicação**. Tradução de Paulo Rodrigues. Lisboa: Edições 70, 2002b.

HABERMAS, Jurgen. Teorias da verdade. In: HABERMAS, Jurgen. **Obras escolhidas de Jurgen Habermas**. Lisboa: Edições 70, 2010. vol. 1.

HABERMAS, Jurgen. **Verdade e Justificação**. Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2004. (Humanística, 7).

INGALCATERRA, Américo. **A instalação da Comissão Nacional da Verdade**. In.: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Disponível em: http://www.cnv.gov.br /index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv/57-a-instalacao-da-comissao-nacional-da-verdade Acesso em: 31 maio 2014.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. **Limites políticos do comunitarismo e do contratualismo a partir de uma perspectiva habermasiana**. CONGRESSO INTERAMERICANO DE FILOSOFIA, 17, Salvador, 2013.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Ética do discurso, direitors humanos e democracia: cidadania universal contra o mercado total. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 30, n. 96, 2003.

PINZANI, Alessandro. **Habermas**: introdução. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PINZANI, Alessandro. O potencial emancipatório da ética do discurso.In.: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. **Informação e democracia**: a reflexão contemporânea da ética e da política. Brasília: IBICT, 2011.p. 35-53.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984). Londrina: UEL, 2001. Disponível: http://www.uel.br/ editora/portal/ pages/arquivos/ditadura%20militar.pdf. Acesso em: 21 maio 2014.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. Razão comunicativa étécnicas de comunicação e informação em rede. In.: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de (Orgs.). **Informação e democracia:** a reflexão contemporânea da ética e da política. Brasília, DF: IBICT, 2011.

Capítulo 11

FÁBRICAS RECUPERADAS: UMA ABORDAGEM DISCURSIVA E PRAGMÁTICA DA AUTOGESTÃO

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima
Mariangela Rebelo Maia
Vinícios Souza de Menezes

Resumo: Faz-se uma reflexão habermasiana da sociedade em perspectiva com os modelos autogestionários e a proposta das fábricas recuperadas, fundadas na sociedade do trabalho. Diante do fato deste projeto ter uma forte conotação no projeto instrumental socialista proposto por Marx, surge a discussão da razoabilidade da autogestão no âmbito do agir comunicativo. Analisam-se os paradigmas da produção e da intercompreensão, assim como o estatuto ontológico associado a cada um deles. Através da leitura habermesiana, busca-se um acordo conciliador e comunicativo entre a utopia da sociedade e o projeto autogestionário. Palavras-chave: Autogestão; Fábrica Recuperada; Sociedade do Trabalho.

Introdução

O fenômeno da fábrica recuperada (FR) é um empreendimento autogestionário. Autogestão, arrendamento, unidades produtivas autogestionárias e FRs estão de certa maneira ligadas por um laço significativo comum; a opção por FR se fez diante deste ser uma nomenclatura típica das experiências latino-americanas (NOVAES, 2010, p. 33). O fenômeno da ocupação de fábricas faz parte da agenda de lutas dos trabalhadores desde a instituição simbólica deste lócus de exploração do trabalho, a fábrica. Entre 1839-1842, os canuts, como eram conhecidos os mestres tecelões de seda na França, insurgiram-se contra as condições de trabalho nas fábricas de tecido de Lion e ocuparam as instalações, marcando embrionariamente o fenômeno da autogestão em unidades produtivas industriais (FARIA; DAGNINO, 2010, p. 15).

Na pauta das lutas para a transformação das condições de trabalho, a autoorganização é uma ação concreta direcionada à desalienação e à emancipação dos trabalhadores; ela leva consigo o cerne do ideal da sociedade do trabalho, a superação do modo de produção capitalista. O empreendimento autogestionário "era a condição essencial para a perspectiva socialista" (FARIA; DAGNINO, 2010, p. 17), sendo essa visão baseada no associativismo laboral da produção. Restituída aos usos da classe trabalhadora, a produção encontrar-se-ia conservada, por exemplo, no seio das FRs e respectivamente no agir instrumental do trabalho, enquanto autoatividade produtiva[1].

1. Quando André Gorz anuncia "trabalhar é produzir-se" (2005, p. 17), ele refere-se ao processo da autoatividade produtiva.

"A transformação do trabalho em autoatividade corresponde à transformação do restrito intercâmbio anterior em intercâmbio entre os indivíduos como tais" (MARX; ENGELS, 2007, p. 74).

A temática da autoatividade surge na Ideologia alemã, nos rascunhos de Marx e Engels sobre Feuerbach e a história, pontualmente quando falam da distinção do comunismo em relação aos movimentos precedentes. O comunismo revolucionaria as relações de produção e de intercâmbio anteriores, pois aborda "todos os pressupostos naturais como criação dos homens que existiram anteriormente, despojando-os de seu caráter natural e submetendo-os ao poder dos indivíduos associados" (MARX; ENGELS, 2007, p. 67). O comunismo, aos olhos de Marx e Engels, contagiaria o homem de história e organicidade, em contraposição às relações naturais e inorgânicas particularmente impostas pelo capitalismo; esse processo de historicização do homem passaria pela organicidade das condições da autoatividade, sob as quais os indivíduos se relacionariam intersubjetivamente, uns-com-os-outros.

> A relação das forças produtivas com a forma de intercâmbio é a relação da forma de intercâmbio com a autoatividade ou atuação dos indivíduos. (A forma fundamental dessa autoatividade é, naturalmente, material, e dela dependem todas as outras formas de atividade) [...] As condições sob as quais os indivíduos intercambiam uns com os outros, enquanto não surge a contradição, são condições inerentes à sua individualidade e não algo externo a eles, condições sob as quais esses indivíduos determinados, que existem sob determinadas relações, podem produzir sua vida material e tudo o que com ela se relaciona; são, portanto, as condições de sua autoatividade e produzidas por essa autoatividade. [...] Essas diferentes condições, que apareceram primeiro como condições da autoatividade e, mais tarde, como entraves a ela, formam ao longo de todo o desenvolvimento histórico uma sequência concatenada de formas de intercâmbio, cujo encadeamento consiste em que, no lugar da forma anterior de intercâmbio, que se tornou um entrave, é colocada uma nova forma, que corresponde às forças produtivas mais desenvolvidas e, com isso, ao avançado modo de autoatividade dos indivíduos; [...] é a história do desenvolvimento das forças dos próprios indivíduos. (MARX; ENGELS, 2007, p. 68, grifo nosso).

A autoatividade é a "real condicionalidade" (Bedingtheit) da existência produzida pelo trabalho, "único vínculo que os indivíduos ainda mantêm com as forças produtivas e com sua própria existência" (MARX; ENGELS, 2007, p. 72). O surgimento da contradição – relações capitalistas – causa um entrave na vida material, visto que os vínculos associativos dos indivíduos transformam-se em vínculos associativos do capital, naturalizados pela subsunção à divisão do trabalho e condicionados a composição capital-trabalho. Nesse espaço contraditório, a autoatividade atrofia suas relações e as formas de intercâmbio tornam-se nexos regidos pelo meio de controle acidental dinheiro[2] (MARX; ENGELS, 2007, p. 71). No regime sistêmico do capital, o trabalho é desvirtuado da autoatividade, isto é, da sua própria existência, já que trabalho, autoatividade e existência estão implicados na rede significativa tecida por Marx e Engels. "Agora a autoatividade e produção da vida material se encontram tão separadas que a vida material aparece como a finalidade, e criação da vida material, o trabalho, aparece como meio" (MARX; ENGELS, 2007, p. 73). A reconciliação do trabalho com a vida material, um resgate utópico da vida comunal pretendido pelo comunismo[3], somente aconteceria por meio da apropriação das forças produtivas, sendo a ocupação e a gestão das fábricas pelos trabalhadores um exemplo real de apropriação das forças produtivas.

2. Ao lado da economia do dinheiro – um meio não linguístico, surge um sistema de ação neutralizado eticamente (HABERMAS, 2012b, p. 321)

3. "As utopias dos primeiros socialistas condensavam-se na imagem do Falanstério: uma organização social fundada no trabalho livre e igual dos produtores. Da própria produção organizada de maneira justa deveria resultar a forma de vida comunal dos trabalhadores livremente associados. A ideia de autogoverno dos trabalhadores ainda inspirou os movimentos de protesto do final dos anos 60. Com toda a crítica ao primeiro socialismo, Marx também perseguiu, no primeiro tomo da Ideologia Alemã, essa mesma utopia de uma sociedade do trabalho" (HABERMAS, 1987, p. 106).

> [...] os indivíduos devem apropriar-se da totalidade existente de forças produtivas, não apenas para chegar à autoatividade, mas simplesmente para assegurar sui existência. [...]. Sob essa perspectiva, portanto, tal apropriação tem de ter um caráter correspondente às forças produtivas e ao intercâmbio. A apropriação dessas forças não é em si mesma nada mais do que o desenvolvimento das capacidades individuais correspondentes aos instrumentos materiais de produção. A apropriação de uma totalidade de instrumentos de produção é, precisamente por isso, o desenvolvimento de uma totalidade de capacidades nos próprios indivíduos. Essa apropriação é, além disso, condicionada pelos indivíduos que apropriam. Somente os proletários atuais, inteiramente excluídos de toda autoatividade, estão em condições de impor sua autoatividade plena, não mais limitada, que consiste na apropriação de uma totalidade de forçasprodutivas e no decorrente desenvolvimento de uma totalidade de capacidades. [...]. Somente nessa fase a autoatividade coincide com a vida material, o que corresponde ao desenvolvimento dos indivíduos até se tornarem indivíduos totais e à perda de todo seu caráter natural [...]. Com a apropriação das forças produtivas totais pelos indivíduos unidos, acaba a propriedade privada. (MARX; ENGELS, 2007, p. 73-74, grifo nosso)

Na visão de Marx e Engels, a apropriação das forças produtivas e o respectivo coincidir da autoatividade com a vida material despertaria nos indivíduos capacidades enrijecidas pela alienação causada pelas relações de trabalho capitalistas. Com o apoderamento das forças produtivas emergiria o governo autônomo dos trabalhadores, autogestionário. Massimo Follis (1994, p. 74), em linhas gerais, entende a autogestão como "um sistema de organização das atividades sociais, desenvolvidas mediante a cooperação de várias pessoas, onde as decisões relativas à gerência são diretamente tomadas por quantos aí participam, com base na atribuição do poder decisório às coletividades definidas por cada uma das estruturas específicas de atividade". Rude Supek (1996, p. 33-34) afirma sobre a autogestão: "Equivalente ao alemão Selbstverwaltung e ao inglês selfmanagement, trata-se de uma forma de autodeterminação dos seres humanos como seres autônomos e conscientes, dependentes de condições sociais concretas". Pormenorizando as condições sociais concretas diz: "Entre tais condições incluem-se uma dada estrutura de produção, a divisão social e tecnológica do trabalho, instituições políticas, o nível de cultura e as tradições e hábitos de comportamento humano predominantes".

Os elementos prefigurativos da autogestão foram aventados, não somente em Marx, mas também no pensamento anárquico de Proudhon – no conceito de democracia industrial – pelos socialistas utópicos Robert Owen e François-Charles Fourier, pelos socialistas das guildas (no conceito de autogoverno industrial), assim como nas concepções do sindicalismo revolucionário europeu e norteamericano. Todavia é no primeiro pós-guerra, através dos conselhos operários, que a problemática da autogestão consolida-se nas agendas dos trabalhadores (FOLLIS, 1994, p. 74; SUPEK, 1996, p. 34). A autogestão operária, que possui nas FRs uma realização parcial da ideia, "significa a plena participação dos produtores (operários e empregados) na gestão de todas as funções essenciais do processo de produção dentro da empresa (planejamento, execução, controle e disposição dos produtos) " (SUPEK, 1996, p. 34). Nas palavras de Follis (1994, p. 75), a autogestão "deseja tornar realidade a socialização do poder gerencial, atribuindo aos trabalhadores, através de seus delegados, poder deliberativo em todas as decisões que lhes dizem respeito", ou seja, "tem precisamente por objetivo a integração 'ativa' dos trabalhadores em suas empresas, o que envolve, em todo caso, a superação da propriedade empresarial capitalista".

O modelo autogestionário apresenta uma crítica direta à lógica da heterogestão[4] burocrática, condutora dos meios, dinheiro e poder. "É através da burocratiza ção do trabalho que é possível a manutenção da heterogestão com a alienação" (GUTIERREZ, 1986, p. 10). A autogestão busca reapropriar o poder decisório, em detrimento da negação do nó inextricável da hierarquia tecida pela autoridade burocrática[5]. No âmago do projeto da sociedade do trabalho, na qual está instaurada, a autogestão produtiva desdobra-se nos meios do dinheiro e do poder assinalando um sistema alternativo fundamentado nas coletividades do trabalho emaranhadas pela autoatividade intersubjetiva dos instrumentos materiais de produção; um modelo crítico para o próprio sistema estadista burocrático soviético, como apontado pela crítica trotskista nas décadas de 1920 e 1930. Como aponta Gutierrez (1986, p. 12), o socialismo real, assim como o comunismo na leitura de Proudhon, não questionou a autoridade e por consequência a heterogestão, pelo contrário, institucionalizaram a autoridade.

> Referidas ao funcionamento de um sistema social global, especificam a autogestão como um modelo de sociedade socialista alternativo do modelo estadista burocrático: de um lado, como superação da lógica autoritária da planificação centralizada e da consequente apropriação do poder por parte do aparelho burocrático, mediante a atribuição de uma plena autonomia gerencial às diversas unidades econômicas; do outro, como redefinição do caráter coletivista da organização social, quer mediante a atribuição das responsabilidades e do poder gerencial a cada uma das coletividades do trabalho, quer mediante a desestruturação do ordenamento estatal e sua transformação num sistema de autonomias locais que permita a tais coletividades o controle direto das condições de reprodução social (FOLLIS, 1994, p. 74).

O empreendimento autogestionário se refere simultaneamente a um sistema de organização econômica, por exemplo, o processo gerencial de empresas, bem como a um princípio político-administrativo democrático. "Enquanto princípio político, pode ser definida [autogestão] como um mecanismo representativo transposto para o âmbito das estruturas concretas das várias atividades econômico-sociais" (FOLLIS, 1994, p. 77). A base do projeto autogestionário, legitimado no âmbito da economia-política, é a crítica a teoria da alienação, neste texto tratada pelo termo habermasiano intransparência[6]. São esses alguns dos temas anunciados pela autogestão: eliminação da alienação dos trabalhadores, superação da propriedade capitalista – expropriação dos expropriadores, controle direto da mais-valia produzida pelos trabalhadores, plena autonomia gerencial das coletividades do trabalho, desburocratização, livre associação dos produtores, abolição do trabalho fragmentado e desenvolvimento da personalidade dos trabalhadores restituídos à autoatividade. Por meio dessas realizações, a utopia da sociedade do trabalho acreditava, para muitos ainda acredita, que surgiria

4. "No sentido oposto à autogestão, encontramos a organização heterogerida com as características que lhe são próprias, como uma escala hierárquica definida e a divisão burocrática do trabalho. A heterogestão é a forma de organização do trabalho atualmente adotada pela maioria das empresas do mundo [...] a burocracia é a forma histórica que possibilita a existência, o funcionamento e a preservação da organização heterogerida" (GUTIERREZ, 1986, p. 10).

5. "[...] a contradição fundamental das sociedades industriais não estaria tanto na estrutura das relações de propriedade, quanto na das relações de autoridade que o processo de racionalização tecnológica e organizacional teria consolidado cada vez mais, condenando a maior parte dos trabalhadores à alienação do seu trabalho e dando lugar, a um nível social mais geral, à constituição de um poder burocrático que impediria toda a efetiva participação democrática" (FOLLIS, 1994, p. 76).

6. Como assinala Carlos Alberto Marques Novaes, tradutor do texto A nova intransparência, de Habermas, o termo alemão Unuebersichtlichkeit é rico em significação, pode ser traduzido por imperspicuidade, ininteligibilidade, ou como no vocabulário habermasiano, intransparência, sendo que todas essas possíveis traduções estão ligadas pelo elo do fetichismo, da alienação.

uma nova inteligibilidade "transparente" promotora do bem-estar social. Até então, a partir das experiências das FRs, não foi isso que aconteceu, mas o contrário, o sistema complexificou-se em uma "nova intransparência", orientada pela obstinada instrumentalidade dos meios da produção e do trabalho em relação à teia comunicativa do mundo da vida.

Henrique Novaes (2010) relata a sua experiência em oito FRs da América Latina, especificamente no Brasil, na Argentina e no Uruguai. Seu relato expõe que apesar da positiva iniciativa dos trabalhadores, as FRs se encontram envolvidas num processo de assimilação à ordem capitalista. Esse processo de assimilação ao capitalismo encontra-se no próprio encadeamento da sua orientação à produção[7]. Algumas das FRs analisadas por Novaes (2010) se emaranharam nos circuitos capitalistas dos mercados de alto luxo, como uma opção privilegiada de acumulação. Há um "encilhamento dos horizontes das FRs nos limites do mercado, da tecnologia e do Estado" (FARIA; DAGNINO, 2010, p. 18). O próprio Estado (poder) adota políticas que implicam ajustes às práticas de mercado por parte das FRs; como manifestou Habermas (1987, p. 107): "a emancipação do trabalho heterônomo apresentou-se, porém, sob outra forma no projeto sócioestatal". O propósito primeiro da autogestão vê-se impedido diante das FRs serem ilhas autogestionárias, sem o encadeamento produtivo necessário para ao menos tornar sensíveis aos seus resultados o Estado e o mercado; dentro do paradigma sistêmico da produção, esse é um problema de difícil superação, diante da gigantesca teia de dispositivos instrumentais que capturam e modulam os esforços alternativos aos plexos teleológicos dos meios da sociedade do trabalho.

Alguns obstáculos referentes à transição da heterogestão para a autogestão foram identificados por Novaes (2010), por exemplo, a naturalização da organização do processo de trabalho[8], o fetiche da tecnologia – a última tecnologia sempre é a melhor, o tempo necessário para a transição dos modelos, o constrangimento dos meios: dinheiro e poder, a perda de direitos trabalhistas e a fragmentação e superexploração do trabalho. Ou seja, embora sejam experiências significativas, as FRs não superam os entraves impostos pelo mercado e pelo Estado; ao fim, reproduz sobre outras condições a racionalidade dirigida a fins insinuada pelo agir orientado pelo sucesso. Por ora, além de reproduzir esquemas de comportamento capitalistas, como por exemplo, o incentivo ao aumento de produtividade do trabalho agora com ganhos "diretos", a autogestão já em seu projeto busca "cuidar sempre para que o patrimônio da empresa continue protegido", "aumentar a satisfação no trabalho através de uma reestruturação na forma da produção, sem com isso diminuir a lucratividade, ou o nível de extração da mais-valia" (GUTIERREZ, 1986). No clássico exemplo iugoslavo, a autogestão foi desenvolvida dentro de um círculo vicioso entre a necessidade dos trabalhadores de um interesse coletivo – distribuição não egoísta das vantagens, e a função de incentivo à produtividade assumida pelas retribuições, ou seja, parcialmente distante de ser uma forma natural da produção social, a autogestão no seio da sociedade do trabalho é um resultado

7. A orientação-a-fins da autogestão do estado comunista já era notável em Marx e Engels quando dizem: "Sua organização [do comunismo] é essencialmente econômica" (MARX; ENGELS, 2007, p. 67).

8. Marx e Engels (2007, p. 73) descreveram assim a transformação do trabalho naturalizado para o trabalho socializado: "Todas as apropriações revolucionárias anteriores foram limitadas; os indivíduos, cuja autoatividade estava limitada por um instrumento de produção e por um intercâmbio limitados, apropriavam-se desse instrumento de produção limitado e chegavam, com isso, apenas a uma nova limitação. Seu instrumento de produção tornavase sua propriedade, mas eles mesmos permaneciam subsumidos à divisão do trabalho e ao seu próprio instrumento de produção. Em todas as apropriações anteriores, uma massa de indivíduos permanecia subsumida a um único instrumento de produção; na apropriação dos proletários, uma massa de instrumentos de produção tem de ser subsumida a cada indivíduo, e a propriedade subsumida a todos. O moderno intercâmbio universal não pode ser subsumido aos indivíduos senão na condição de ser subsumido a todos".

pontual do modo de produção capitalista, envolvida pelo sistema de relações econômico-sociais regido pela lei de valor do trabalho (FOLLIS, 1994, p.80). Portanto, mediatizada pela razão centrada no sujeito, o modelo autogestionário é incorporado ao sistema paradigmático da produção, não demarcando uma transição solidária da intransparência assinalada nas relações intersubjetivas, mas circunscrevendo novas complexidades ao sistema do ser social, conduzido ontologicamente pelo trabalho.

Excurso crítico-ontológico do paradigma da produção

Jürgen Habermas no livro O discurso filosófico da modernidade, especificamente no excurso ao capítulo Três perspectivas: hegelianos de esquerda, de direita e Nietzsche, fala do envelhecimento do paradigma da produção. A apropriação de Marx e da filosofia da reflexão pautada por conceitos básicos como conhecimento, consciência, autoconsciência e, de certa maneira, racionalidade foi estabelecida em duas vertentes, a primeira incorporação através da recepção de Max Weber e a segunda pela recepção da fenomenologia de Husserl e Heidegger. As duas vertentes demarcam uma cisão entre a práxis e a razão[9], a primeira tece uma crítica da racionalização do mundo através da reificação, colocando em um plano menos relevante a práxis, enquanto a segunda vertente faz o inverso, renova o conceito de práxis e nubla o de racionalidade. Desta maneira, aos olhos de Habermas "é só a mudança de paradigma da atividade produtiva para o agir comunicacional e a reformulação teórico-comunicacional do mundo da vida [...] que reúne de novo aquelas duas tradições. Com efeito, a teoria do agir comunicacional estabelece uma relação interna entre práxis e racionalidade" (HABERMAS, 1990, p. 81). A viragem de Habermas se dá com o estabelecimento da racionalidade das práxis comunicacionais cotidianas – constituída por pressupostos pragmáticos e ontológicos, que eleva a normatividade do agir orientado para a compreensão mútua à concepção conceitual da racionalidade comunicacional. Esta virada linguística relaciona-se com uma teoria crítica da racionalidade atravancada pelas dificuldades do paradigma da produção.

> [...] o paradigma da produção, amputado das suas raízes na filosofia da reflexão, traz consigo, caso se destine a prestar idênticos serviços no campo da teoria da sociedade, pelo menos, três novos problemas: 1) o paradigma da produção restringe o conceito de práxis tanto que se põe a questão de saber como se comporta o tipo de atividade paradigmática do trabalho, ou da fabricação de produtos, em relação ao conjunto de todas as restantes formas de manifestação cultural de sujeitos com capacidade de se exprimirem verbalmente e de agirem. [...] 2) O paradigma da produção determina o conceito da práxis num sentido de tal modo naturalista que se levanta a questão de saber se poderão obter-se conteúdos normativos a partir do processo osmótico entre a sociedade e a natureza. [...] 3) O paradigma da produção confere um significado tão nitidamente empírico ao conceito de práxis, que se levanta a questão de saber se este paradigma não perderá a sua plausibilidade com o fim, historicamente previsível, da sociedade do trabalho. (HABERMAS, 1990, p. 84)

Habermas apresenta três problemas pontuais do paradigma da produção, todos atravessados pela centralidade ontológica do trabalho. No primeiro, ques tiona a redução das plurais formas de vida ao trabalho; no segundo, interroga o caráter naturalista do paradigma da produção adequado apenas à explicação da relação homem-natureza (esfera técnica), em detrimento do ocultamento da

9. "É certo que na teoria do valor do trabalho, de Marx, os conteúdos normativos dos conceitos de práxis e de razão, de atividade produtiva e de racionalidade, se encontram incorporados de um modo que não nos permite entrevê-los com facilidade" (HABERMAS, 1990, p. 81).

relação interacional homem-homem (esfera social)[10]; no terceiro, interpela o excessivo empirismo conferido ao trabalho, questionando a razoabilidade de tal concepção fora dos limites instrumentais da sociedade do trabalho em presente declínio. O paradigma da produção vigora sob a égide da ontologia do ser social, o trabalho, sendo György Lukács já nos Prolegômenos para uma ontologia do ser social, o pensador que buscou profundamente delinear os contornos fundamentais deste princípio.

> [...] fato ontológico fundante do ser social, o trabalho. Este, como Marx demonstrou, é um pôr teleológico conscientemente realizado, que, quando parte de fatos corretamente reconhecidos no sentido prático e os avalia corretamente, é capaz de trazer à vida processos causais, de modificar processos, objetos etc. do ser que normalmente só funcionam espontaneamente, e transformar entes em objetividades que sequer existiam antes do trabalho. [...]. Portanto, o trabalho introduz no ser a unitária inter-relação, dualisticamente fundada, entre teleologia e causalidade; antes de seu surgimento havia na natureza apenas processos causais. Em termos realmente ontológicos, tais complexos duplos só existem no trabalho e em suas consequências sociais, na práxis social. O modelo do pôr teleológico modificador da realidade torna-se, assim, fundamento ontológico de toda práxis social, isto é, humana. (LUKÁCS, 2010, p. 43-45).

No âmbito da práxis, o trabalho é um agir teleológico, orientado por regras técnicas baseadas no saber empírico, isto é, um agir racional-com-respeito-a-fins. Habermas entende o trabalho nesses termos:

> Por "trabalho" ou ação racional teleológica entendo ou a ação instrumental ou a escolha racional ou, então, uma combinação das duas. A ação instrumental orienta-se por regras técnicas que se apoiam no saber empírico. Estas regras implicam em cada caso prognoses sobre eventos observáveis, físicos ou sociais; tais prognoses podem revelar-se verdadeiras ou falsas. O comportamento da escolha racional orienta-se por estratégias que se baseiam num saber analítico. Implicam deduções de regras de preferência (sistemas de valores) e máximas gerais; estas proposições estão deduzidas de um modo correto ou falso. A ação racional teleológica realiza fins definidos sob condições dadas; mas, enquanto a ação instrumental organiza meios que são adequados ou inadequados segundo critérios de um controle eficiente da realidade, a ação estratégica depende apenas de uma valoração correta de possíveis alternativas de comportamento, que só pode obter-se de uma dedução feita com o auxílio de valores e máximas (HABERMAS, 2006, p. 57).

Marx assinalou de modo unitário, sem a devida distinção, a relação entre práxis e racionalidade, trabalho e interação, autoatividade e formas de intercâmbio entre os indivíduos[11]. Marx tenta "reduzir toda a dinâmica do desenvolvimento histórico do gênero a um único fator: o trabalho como meio de reprodução so cial" (PINZANI, 2009, p. 58); nas palavras de Habermas (2006, p. 42), a "ação instrumental transforma-se em paradigma para a obtenção de todas as categorias; tudo se dissolve no automovimento da produção", no reino da necessidade. Sob os pressupostos ontológicos não linguísticos do trabalho[12], a interação fica subsumida pelos processos de produção e apropriação das regras técnico-utilitárias do poder e do dinheiro. Assim "a práxis no sentido de interação dirigida por normas não pode ser analisada segundo o modelo do dispêndio

10. "[...] o paradigma da produção se adequa apenas para explicar o trabalho e não a interação para caracterizar aquela formação social que terá introduzido uma separação institucional entre a esfera técnica e a esfera social." (HABERMAS, 1990, p. 86

11."[...]Marx não explicita efectivamente a conexão entre interação e trabalho, mas, sob o título nada especifico da práxis social, reduz um ao outro, a saber, a ação comunicativa a instrumental" (HABERMAS, 2006, p. 41-42).

12."A relação do ser humano com o mundo é cognitivamente reduzida: ontologicamente é reduzida ao mundo dos entes como um todo (como a totalidade dos objetos que podem ser representados e dos estados de coisas existentes); epistemologicamente é reduzida à capacidade de conhecer estados de coisas existentes ou de as produzir de forma racional propositada, e semanticamente é reduzida a um discurso concreto no qual se usam proposições assertórias e não é admitido qualquer exigência de validade no foro interno" (HABERMAS, 1990, p. 289).

produtivo de força de trabalho e da consumpção de valores-de-uso[13.] A produção constitui apenas um objetivo ou um conteúdo passível de regulamentações normativas" (HABERMAS, 1990, p. 84). O paradigma da produção sugere um "processo de troca de substâncias entre o homem e a natureza como um movimento circular, no qual a produção e a consumpção se estimulam e ampliam reciprocamente", como visto por Novaes (2010) nas FRs, não tendo "um conteúdo normativo como o modelo da relação sistema e meio-ambiente, pelo qual ele, entretanto, foi substituído" (HABERMAS, 1990, p. 87). Logo, Habermas se questiona sobre como reconciliar os conteúdos normativos à filosofia da práxis[14], como reestabelecer essa conexão essencial para o projeto emancipatório do homem, e sua resposta é a política[15] orientada pelo entendimento mútuo, o agir mediado pela linguagem das formas de vida, isto é, pela ação comunicativa.

> [...] a perspectiva da emancipação não resulta de modo nenhum do paradigma da produção, mas sim do paradigma do agir orientado no sentido do entendimento mútuo. É a forma dos processos de interação que tem de ser modificada, se se quiser descobrir no plano prático o que é que os membros de uma sociedade poderiam querer em dada situação, bem como o que é que eles deveriam fazer em prol do seu interesse comum. [...]. Quanto ao modo como poderia ser fundamentada esta ideia da razão, entendida como uma ideia implícita factualmente nas relações de comunicação e a ser alcançada no plano prático, acerca disso nada poderá dizer uma teoria que se obstine no paradigma da produção. (HABERMAS, 1990, p. 87-88).

A perspectiva reconstrutora da análise pragmático-formal habermasiana relaciona-se em sua tessitura ontológica com as análises fenomenológicas do mundo da vida do Husserl maduro e com as análises não sistemáticas das formas de vida, do segundo Wittgenstein, buscando "estruturas tidas como invariantes nos desdobramentos históricos das formas de vida e dos mundos da vida particulares" (HABERMAS, 2012b, p. 219). No capítulo Uma outra saída da filosofia do sujeito: razão comunicacional versus razão centrada no sujeito, do livro Discurso filosófico da modernidade, Habermas fala dos "pressupostos ontológicos da teoria da comunicação". Trata-se de uma pragmática-formal contagiada por uma ontologia da linguagem – atravessada pelos mundos da vida[16] e pelas formas de vida (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011, p. 204; 2009, p. 134). A linguagem franqueia o mundo[17] (HABERMAS, 2007, p. 45). Reinterpretando os três mundos popperianos, Habermas concebe o mundo de maneira triforme (2012a, p. 147-195); o mundo dimensiona-se em objetivo, social e subjetivo, cada uma das dimensões requer diferentes pretensões de validade, assim como, diferentes formas de justificação e argumentação (PINZANI, 2009, p. 101). Por meio desse contexto, Habermas busca traçar os pressupostos ontológicos da teoria da comunicação.

13. "[...] o desencadeamento das forças produtivas técnicas, incluindo a construção de máquinas capazes de aprender e de exercer funções de controle, que simulam todo o circuito funcional da atividade instrumental [...] não se identifica com a formação das normas que possam consumar a dialética da relação ética numa interação isenta de dominação, com base numa reciprocidade que se desenvolve sem coações" (HABERMAS, 2006, p. 42).
14. "[...] dessa conexão entre trabalho e interação depende essencialmente o processo de formação do espírito e o da espécie" (HABERMAS, 2006, p. 43).
15. "Politics, and not capitalism, is responsible for promoting the common good" (HABERMAS apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011, p. 183).
16. "Com 'mundo da vida', Husserl indica o horizonte da nossa experiência vivida [Erlebnis]. Ele representa o limite que circunscreve nossa vida. O mundo da vida é o mundo no qual nos encontramos desde sempre e do qual temos experiência que precede qualquer saber consciente e qualquer ciência do mesmo. Por isso, o mundo da vida, ao contrário do mundo objetivo das ciências naturais, nunca é questionado na sua integridade. Encontramo-nos constantemente nele e não nos é possível tomar dele a distância necessária para pôlo em questão ou até para discuti-lo como um todo" (PINZANI, 2009, p. 54).
17. "As práticas linguísticas e os contextos do mundo da vida, nos quais os sujeitos socializados se encontram, 'desde sempre', franqueiam o mundo nas perspectivas de costumes e tradições fundadoras de sentido" (HABERMAS, 2007, p. 44-45).

> [...] um "mundo" não só para o que é "objetivo" e que encontramos numa atitude de terceira pessoa, mas também um mundo para o que é "normativo" e ao qual nos sentimos obrigados na qualidade de destinatários, assim como um mundo para o que é "subjetivo" e que nós desvendamos ou escondemos na qualidade de primeira pessoa, perante um público. Em cada ato de fala o locutor refere-se simultaneamente a algo no mundo objetivo, num mundo social comum e no seu mundo subjetivo. [...]. É também necessário submeter a um alargamento correspondente o conceito fenomenológico, trabalhado especialmente por Heidegger, de um contexto referencial de um mundo da vida, que forma o contexto indubitável do processo de compreensão, por detrás dos participantes na interação. Os participantes já não vão buscar a este mundo da vida somente os padrões consensuais de interpretação (o saber de base do qual se alimentam os conteúdos proposicionais) mas também os padrões de relações sociais de confiança no plano normativo (as solidariedades tacitamente implícitas em que se apoiam os atos elocutórios) e as competências adquiridas no processo de socialização (o pano de fundo das intenções do locutor). [...] A razão comunicacional expressa-se num entendimento descentrado do mundo. (HABERMAS, 1990, p. 290-291)

Enfatizando a dimensão vinculante e formativa do mundo da vida, Habermas através da situação do discurso[18] manifesta:

> A situação do discurso é, no que respeita à temática respectiva, o excerto de um mundo da vida que tanto constitui o contexto como fornece os recursos para o processo de compreensão. O mundo da vida forma um horizonte e ao mesmo tempo oferece uma quantidade de evidências culturais das quais os participantes no ato de comunicar, nos seus esforços de interpretação retiram padrões de interpretação consentidos. Também as solidariedades dos grupos integrados por valores e as competências de indivíduos socializados são, tal como os princípios culturalmente adquiridos, componentes do mundo da vida (1990, p. 278-279).

As formas de vida partilham de estruturas comuns ao mundo da vida[19], em especial pela tradição cultural acumulada, mas também pela sociabilidade e pelo desenvolvimento da personalidade. O uso feito por Wittgenstein enfatiza o entrelaçamento entre cultura, visão de mundo e linguagem; a forma de vida é uma formação sociocultural, uma reunião de ações comunitárias onde estão imersos os jogos de linguagem. Em algumas passagens das *investigações filosóficas* Wittgenstein manifesta a pragmática das formas de vida: "Representar uma linguagem equivale a representar uma forma de vida" (2008, §19, p. 23); "[...] falar uma língua é parte de uma atividade ou de uma forma de vida" (2008, §23, p. 27); "O que deve ser aceito, o dado – poder-se-ia dizer – são *formas de vida*" (2008, p. 292); por último, uma passagem central nos argumentos do agir comunicativo orientado pelo entendimento mútuo habermesiano, "'Assim você está dizendo, portanto, que a concordância entre os homens decide o que é certo e o que é errado?' – Certo e errado é o que os homens *dizem*; e os homens estão concordes na *linguagem*. Isto não é uma concordância de opiniões mas da forma de vida" (2008, §241, p. 123). Nessa linha discursiva é possível dizer, por meio das argumentações de Wittgenstein e Habermas, que se há fundamentos para a linguagem, eles não são metafísicos, mas tecidos por padrões intercambiáveis de atividades comunitárias, isto é, as "formas de vida nos fornecem os fundamentos da linguagem" (GLOCK, 1998, p. 174). A forma-de-vida trata-se de *"una vida que no puede separarse nunca de su forma [...] la forma-de-vida como vida políticc*."[20] (AGAMBEN, 2001, p. 13-14). Mundo da vida, forma de vida

18. "Discurso designa uma forma de comunicação (ou meta-comunicação), na qual são tematizadas as pretensões de validade que se constituem nos processos de busca do entendimento mútuo, mas que se tornaram problemáticas, e que passarão a ser examinadas à luz de processos argumentativos" (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009, p. 124).
19. "Como tradição cultural a linguagem entra na ação comunicativa" (HABERMAS, 2006, p. 30-31).
20. Para Agamben esta vida que não se separa nunca de sua forma, autêntica forma-de-vida política, possui seu momento seminal no "experimentum linguae" – na travessia ontológica da linguagem, em sua infância (AGAMBEN, 2008).

e linguagem são tecidos indissociáveis dos fios da vida humana.

> As formas de vida particulares e que apenas surgem no plural não estão, por certo, apenas ligadas umas às outras pelas semelhanças de família; apresentam as estruturas comuns dos mundos da vida em geral. Mas estas estruturas universais só marcam as formas de vida particulares através do meio de agir orientado para a compreensão mútua através do qual têm de reproduzir-se. Isto explica por que razão a importância destas estruturas gerais se pode fortalecer no decorrer de processos históricos de diferenciação. Esta é também a chave para a racionalização do mundo da vida e para a libertação sucessiva do potencial de razão investido no agir comunicacional (HABERMAS, 1990, p. 300).

Portanto, como contraponto ao paradigma da produção herança da filosofia da consciência, da sociedade do trabalho e presente no projeto autogestionário – político-administrativo e econômico – Habermas propõe o paradigma da intercompreensão baseado na razão comunicativa da sociedade da comunicação e com possibilidades reconciliadoras para o projeto autogestionário – uma terceira margem solidária. Pois não se trata somente de uma desconstrução da sociedade sistêmica do trabalho, mas de uma reconstrução racional da sociedade mediada pela linguagem e seus agenciamentos pragmáticos e racionais. "Proponho que a sociedade seja concebida, ao mesmo tempo, como mundo da vida e como sistema" (HABERMAS, 2012b, p. 220). Trata-se de uma "força associativa, isto é, a força formadora de comunidades e de solidariedade de uma cooperação e de uma vida em comum não alienadas que decide se a razão encarnada na práxis social se entende com a história e com a natureza" (HABERMAS, 1990, p. 283). Afinal, o paradigma da intercompreensão busca o entendimento mútuo, a eticidade do reconhecimento intersubjetivo, que passa pela potência fertilizadora da cultura, da sociedade e da personalidade.

> O trabalho da desconstrução, por mais entusiasta que seja, só pode ter consequências definíveis quando o paradigma da consciência de si, da auto-referência de um sujeito que conhece e age isoladamente é substituído por outro, pelo paradigma da intercompreensão, isto é, da relação intersubjetiva de indivíduos, que socializados através da comunicação, se reconhecem mutuamente. Só então surge crítica do pensamento ordenador da razão centrada no sujeito de forma determinada – nomeadamente como crítica ao "*logocentrismo*" ocidental a qual diagnostica não um excesso, mas um défice de razão (HABERMAS, 1990, p. 288).

Reconciliação diante da intransparência

Em seu texto A nova intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas, Habermas discursa sobre o enfraquecimento das forças utópicas da sociedade do trabalho[21], alegando a intransparência entre sistema e mundo da vida legado por este modelo societal em crise. Como já argumentado, os modelos autogestionários típicos da sociedade do trabalho[22] e da vanguarda utópica do socialismo[23], também estão na seara deste projeto em contínuo

21. "A utopia de uma sociedade do trabalho perdeu sua força persuasiva — e isso não apenas porque as forças produtivas perderam sua inocência ou porque a abolição da propriedade privada dos meios de produção manifestamente não resulta por si só no governo autônomo dos trabalhadores. Acima de tudo, a 'utopia perdeu seu ponto de referência na realidade: a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato.' [...] o abandono de toda expectativa marxiana de que a auto-atividade ainda possa coincidir com a vida material" (HABERMAS, 1987, p. 106).
22. "Coração da utopia, a emancipação do trabalho heterônomo apresentouse, porém, sob outra forma no projeto sócio-estatal. As condições da vida emancipada e digna do homem já não devem resultar diretamente de uma reviravolta nas condições de trabalho, isto é, de uma transformação do trabalho heterônomo em autoatividade" (HABERMAS, 1987, p. 107).
23. "Em Marx, o mundo da vida e o sistema são representados respectivamente pelas metáforas do 'reino da liberdade' e 'reino da necessidade'. A revolução socialista tem como tarefa libertar o primeiro da ditadura do segundo. E parece que a crítica teórica necessita apenas dissolver o feitiço que tomou conta do trabalho, tornando-o abstrato e subsumido sob a forma da mercadoria; e para que a vanguarda consiga mobilizar o trabalho criticamente vivificado contra o trabalho morto, levando o mundo da vida a triunfar sobre o sistema da força do trabalho desenraizado do mundo, basta libertar a intersubjetividade dos trabalhadores, paralisada pelo movimento do capital" (HABERMAS, 2012b, p. 612).

esvaziamento. Contudo, com a proposição da sociedade da comunicação, Habermas abre um espaço para a formação discursiva da vontade, para esferas públicas autônomas orientadas pelo agir comunicacional que instruiria uma reconstrução racional da sociedade, baseada no acordo consensual das estruturas comunicacionais do mundo da vida em conjunto com os aportes da reprodução material dos sistemas.

> Um mundo da vida que deve reproduzir-se apenas sobre o meio de agir orientado para a compreensão não estará afastado dos seus processos de vida materiais? Naturalmente, um mundo da vida reproduz-se materialmente sobre os resultados e consequências das ações orientadas para objetivos, com as quais aqueles que pertencem a esse mundo da vida intervêm nesse mundo. Porém, estas ações instrumentais estão cruzadas com as ações comunicacionais, na medida em que representam a execução de planos que estão ligados aos planos de outros participantes em interações sobre definições comuns de situação e processos de comunicação. Por esta via também são associados ao meio do agir orientado para a comunicação problemas da esfera do trabalho social. Assim, também a teoria do agir comunicacional espera que a reprodução simbólica do mundo da vida esteja junta com a reprodução material daquele. (HABERMAS, 1990, p. 296-297).

Habermas argumenta que os imperativos sistêmicos são momentos derivados das estruturas comunicacionais do mundo da vida, mas que se tornaram autônomos à intersubjetividade das relações de compreensão e reconhecimento mútuo (HABERMAS, 1990, p. 292). Em outras palavras, "o mundo da vida racionalizado possibilita o surgimento e o crescimento de certos subsistemas, cujos imperativos, ao se tornarem autônomos, ricocheteiam de modo destrutivo sobre o próprio mundo da vida!" (HABERMAS, 2012b, p. 336). Pois, a generalização dos valores segundo Habermas acontece de maneira bipartida, assim como ela "constitui uma condição necessária para o nascimento do potencial de racionalidade inserido no agir comunicativo [...] um aspecto da racionalização do mundo da vida" (2012b, p. 325) também nos momentos oprimidos da razão prática "abre espaços para subsistemas do agir racional teleológico" (2012b, p. 326), desta maneira, "o potencial racional comunicativo é *simultaneamente desenvolvido e alterado* no decorrer da modernização capitalista" (1990, p. 292). O problema acontece quando os sistemas autônomos escamoteiam-se de mundo da vida, o mundo da vida passa a ser concebido como mero subsistema e a integração sistêmica atinge as formas da integração social. Nesse cenário emerge a intransparência, o desengate do sistema em relação ao mundo da vida, refletese inicialmente no mundo da vida como reificação, "o sistema da sociedade explode definitivamente à pré-compreensão da prática comunicativa cotidiana" (HABERMAS, 2012b, p. 312).

> Meios de comunicação não linguísticos, tais como o dinheiro e o poder, ligam as interações ao espaço e ao tempo, formando redes cada vez mais complexas e não transparentes que fogem à responsabilidade de qualquer pessoa. E, se a capacidade de responder pelos próprios atos significa que podemos orientar nossas atitudes segundo pretensões de validade criticáveis, uma coordenação da ação desatrelada do consenso produzido comunicativamente, isto é, "desmundanizada", não pode exigir dos participantes da interação a capacidade de responder pelos próprios atos (HABERMAS, 2012b, p. 333).

Logo, a reconciliação passa pela racionalidade[24] de sujeitos capazes de falar e agir intersubjetivamente, em uma processualidade crítica e construtiva do saber[25] tecido por processos de

24. "Racionalidade [...] disposição por parte do sujeito falante e atuante de adquirir e utilizar um saber falível" (HABERMAS, 1990, p. 291).
25. "[...] entendemos o saber como transmitido de forma comunicacional, a racionalidade limita-se à capacidade de participantes responsáveis em interações de se orientarem em relação a exigências de validade que assentam sobre o reconhecimento intersubjetivo" (HABERMAS, 1990, p. 291).

validação do discurso. Desta maneira, não se trata de estabelecer uma centralidade redutiva do trabalho – sujeitos cognoscentes manipuladores de objetos – para com a vida, mas de pôr uma existência comunicativa do mundo da vida dos trabalhadores[26], entrando em questão a validação do discurso de uma forma de vida particular, baseada em uma descentração do mundo proporcionada pelo agir comunicacional[27].

> O que se pode provar na interdependência das várias formas da argumentação é, portanto, o conceito processual de racionalidade que, por motivo da inclusão do moralmente prático assim como do esteticamente-expressivo, é mais rica que a racionalidade teleológica talhada à medida cognitivo-instrumental. Este conceito é a explicitação do potencial racional, ancorado na base da validade do discurso. Esta racionalidade comunicacional faz lembrar as antigas representações do logos na medida em que comporta as conotações da força não coercitivamente unificadora, geradora de consenso, de um discurso cujos participantes ultrapassam as suas opiniões a princípio limitadas subjetivamente, a favor de um acordo racionalmente motivado. A razão comunicacional expressa-se num entendimento descentrado do mundo." (HABERMAS, 1990, p. 291).

Habermas propõe uma "filosofia da práxis renovada"[28] – práxis como mediação racionalmente estruturada – vinculada a uma razão situada reconciliadora (sentido e validade), distante da centralização do paradigma da produção que leva "a apagar a validade da razão de todas as dimensões do espectro, para além das de validade de verdade e efetividade", esta estratégia produtivista perde o conteúdo normativo, podendo "ser usada sem qualquer justificação para envolver no exercício de uma dialética negativa acusadora, a racionalidade dirigida a fins condensada em totalidade" (HABERMAS, 1990, p. 296). Os processos de aprendizagem e construção do saber já não estão na esfera do trabalho social e das relações cognitivo-instrumentais.

> Assim que deixarmos cair o paradigma da produção podemos afirmar uma relação interna de sentido e validade para todo o reservatório de significado – já não apenas para o segmento de significado de expressões linguísticas que aparecem como frases assertórias e intencionais. No agir comunicacional que exige tanto tomadas de posição do tipo sim/não em relação a pretensões de justiça e veracidade, como exige reações a pretensões de verdade e eficiência, o saber básico do mundo da vida é submetido a um teste permanente. Nesta medido o a priori concreto de sistemas linguísticos que abrem o mundo (até às suas pressuposições ontológicas ramificadas) é submetido a uma revisão indireta à luz do convívio com o intramundano. (HABERMAS, 1990, p. 296).

Os trabalhadores das FRs, no paradigma reconciliador da intercompreensão, já não meros observadores, mas participantes dos discursos e das interações das comunidades de comunicação cooperativistas[29]; nesses termos não se trata de conceber mais as FRs como unidades produtivas centradas no agir teleológico do trabalho, mas de entretecê-las de discursos[30], de tratá-las como uma

26."Se o conceito formalpragmático do mundo da vida deve ser tornado fértil para fins de teoria social terá de ser transformado num conceito empiricamente utilizável e de ser integrado num conceito de sociedade em dois níveis com o conceito do sistema autogerido" (HABERMAS, 1990, p. 280).
27."A ação comunicativa como meio através do qual o mundo da vida se reproduz" (HABERMAS, 1990, p. 279).
28."A filosofia da práxis renovada [...] relativiza a importância do papel do trabalho e participa nas tentativas aporéticas de incluir a exteriorização do espírito subjetivo, a temporalização, a socialização e a encarnação de uma razão situada noutras relações sujeito-objeto" (HABERMAS, 1990, p. 293).
29. "No paradigma da intercompreensão é, antes, a atitude performativa dos participantes da interação que coordenam os seus planos de ação através de um acordo entre si sobre qualquer coisa no mundo. Enquanto o ego executa um ato de fala e o alter define posição perante ele ambos entram numa relação interpessoal. Esta é estruturada através do sistema das perspectivas intercruzadas de falantes, ouvintes e assistentes não participantes. [...] Ora esta atitude de participantes numa interação linguisticamente mediada permite uma outra relação do sujeito consigo próprio, diferente daquela atitude simplesmente objetivante que um observador assume em relação a entidades no mundo (exterior)" (HABERMAS, 1990, p. 277).

arena política, uma esfera pública autônoma dotada de um contradiscurso aos meios não linguísticos do poder e do dinheiro. Trata-se, enquanto uma possibilidade de resolução, de um exercício solidário de governo, de "uma relação completamente transformada entre as esferas públicas autônomas auto-organizadas, de um lado, e os domínios de ação regidos pelo dinheiro e pelo poder administrativo, de outro lado" (HABERMAS, 1987, p. 112).

> Em tais teatros podem constituir-se esferas públicas autônomas, que também se põem em comunicação umas com as outras tão logo o potencial é aproveitado para a auto-organização e para o emprego auto-organizado dos meios de comunicação. Formas de auto-organização reforçam a capacidade coletiva de agir sob um limiar no qual os objetivos das organizações deslocam-se das orientações e das concepções de seus membros e tornam-se dependentes do interesse de resguardar a existência de organizações que se fizeram autônomas. [...]. As esferas públicas autônomas teriam de alcançar uma combinação de poder e autolimitação meditada que poderia tornar os mecanismos de auto-regulação do Estado e da economia suficientemente sensíveis diante dos resultados orientados-a-fins da formação radicalmente democrática da vontade. (HABERMAS, 1987, p. 113).

A conciliação promovida pela racionalidade comunicacional é atravessada por uma razão situada, encarnada na práxis da sociabilidade solidária. O projeto autogestionário carrega consigo a ideia da democracia participativa (FOLLIS, 1994; SUPEK, 1996), muito próxima do conteúdo utópico da sociedade da co municação e das esferas públicas autônomas apresentadas por Habermas. A democracia participativa foi, de certa maneira, soterrada pela sociedade do trabalho e pelo projeto utópico socialista, diante dessa forma de vida política ser por ora associada aos movimentos libertários. Contudo, a pragmática-formal habermasiana através da racionalidade comunicativa e das dimensões práticomorais que a envolvem, propõe um paradigma da intercompreensão normativizado por regras de sociabilidade comunicacionais vivificadas por participantes em atos de fala. O encontro ético-discursivo com o outro, também almejado na democracia participativa, se faz na sociedade mediada linguisticamente por um modelo de razão bipartida, em contraposição ao modelo de razão exclusivista regido por relações não linguísticas. "Enquanto o modelo da razão bipartida indica à razão a práxis social solidária como o lugar de uma razão historicamente situada, no qual se juntam os fios da natureza externa, da natureza interna e da sociedade, este espaço utopicamente aberto é completamente preenchido no modelo da razão exclusiva, por uma razão não conciliadora, reduzida ao mero poder." (HABERMAS, 1990, 285) Na sociedade da comunicação, práxis e racionalidade contagiam-se em busca da reconciliação entre a cultura, a sociabilidade, a personalidade e a reprodução simbólica e material da espécie.

> A sociedade é apresentada como práxis na qual a razão encarna. Esta práxis realiza-se na dimensão do tempo histórico, faz a medição da natureza subjetiva do indivíduo necessitado com uma natureza objetivizada no trabalho, dentro do horizonte da natureza cósmica envolvente. Esta práxis social é o lugar onde a razão historicamente situada, carnalmente encarnada, e confrontada com a natureza externa efetua concretamente a mediação com o

30. A solidariedade promovida pela sociedade do trabalho é de difícil realização diante dos problemas das dinâmicas produtivas do trabalho; trata-se de uma reconciliação entre a solidariedade e o agir comunicativo numa sociedade da comunicação – póstrabalho. "O projeto de Estado social voltado para si mesmo despede-se da utopia de uma sociedade do trabalho. Esta orientara-se pelo contraste do trabalho vivo e do trabalho morto, pela ideia de auto-atividade. Para isso ela certamente precisou pressupor as formas subculturais de vida dos trabalhadores industriais como uma fonte de solidariedade. Ela precisou pressupor que relações de cooperação no interior da fábrica até mesmo reforçariam a naturalmente estabelecida solidariedade da subcultura dos trabalhadores. Mas essas relações de cooperação têm se desagregado tanto quanto possível nesse meio tempo; e é de certa maneira duvidoso que sua capacidade de instituir solidariedade no emprego possa ser restaurada. Seja como for, o que para a utopia de uma sociedade do trabalho era pressuposto ou condição marginal hoje converteuse em tema. E com esse tema os acentos utópicos deslocam-se do conceito do trabalho para o conceito da comunicação. Falo simplesmente de 'acentos' porque com a mudança de paradigmas da sociedade do trabalho para a sociedade da comunicação o tipo de ligação com a tradição utópica também muda" (HABERMAS, 1987, p. 114).

> seu outro. O sucesso desta práxis mediadora depende da sua constituição interna, do grau de bipartição e de potencialidade de reconciliação existentes na vida, socialmente organizada. (HABERMAS, 1990, p. 283).

Considerações finais

Ao final, após uma rápida passagem pelos pressupostos da autogestão e das experiências autogestionárias das FRs, fortemente marcados pela concepção comunista de mundo e pelas experiências do socialismo real, mas também por outros movimentos revolucionários, como o anarquismo, é possível dizer que o modelo autogestionário não se esvaziou por completo; o que continuamente se exaure é a utopia do trabalho que por ora orientou a autogestão.

Espaços tipicamente privados e reificantes da produção, ainda que ocupados e geridos pelos trabalhadores, porém regidos pelo paradigma da produção e a filosofia da consciência, como as FRs, são postos em questão pelo paradigma da intercompreensão, por um mundo da vida que tece as existências em formas de vida concretas e vinculadas pela mediação comunicativa da linguagem. As relações eticamente neutralizadas pelos meios (dinheiro e poder) que perpassam os subsistemas do capital e do Estado, condicionadores das FRs, atingem diretamente o sujeito-trabalhador, estrangeiro em sua própria linguagem-mundo, subsumida e dissimulada pelas relações não linguísticas dos meios-desmundaneizados.

A mudança para a sociedade da comunicação, proposta por Habermas, busca reconciliar, não centralmente o trabalhador, mas o estatuto ontológico da linguagem que configura o humano, isto é, a eticidade discursiva de ser-comos-outros. Por essa mudança passa a racionalidade comunicativa; através dessa razão situada no mundo (objetivo, social e subjetivo) o sujeito (intersubjetivo) pode questionar o estado atual de intransparência, da colonização do mundo da vida e pretender emancipar-se para possibilidades de concretas de uma vida melhor, certamente em sociedade.

> O conteúdo utópico da sociedade da comunicação se reduz aos aspectos formais de uma intersubjetividade intacta. A expressão 'situação lingüística ideal' ainda engana tanto quanto sugere uma forma concreta de vida. O que se deixa discernir normativamente são condições necessárias, embora gerais, para uma práxis comunicativa cotidiana e para um processo de formação discursiva da vontade [intrínseca às esferas públicas autônomas], as quais poderiam criar as condições para os próprios participantes realizarem – segundo necessidades e ideias próprias, e por iniciativa própria – possibilidades concretas de uma vida melhor e menos ameaçada. Seja como for, pretenso é o utopismo da confusão de uma desenvolvidíssima infra-estrutura comunicativa de formas de vida possíveis com uma determinada totalidade que aparece no singular como vida bemsucedida (HABERMAS, 1987, p. 114).

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. **Medios sin fin: notas sobre la política**. Valencia: Pré-textos, 2001.

BANNELL, R. I. Pragmatismo, verdade e justificação: processos de aprendizagem na obra recente de Jürgen Habermas. In: SIEBENEICHLER, Flávio Beno. (Org.). **Direito, moral, política e religião nas sociedades pluralistas**: entre Apel e Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006, v. 1, p. 39-60.

FARIA, Maurício Sardá; DAGNINO, Renato. Apresentação. NOVAES, Henrique T. **O fetiche da tecnologia:** a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão popular, 2010.

FOLLIS, Massimo. Autogestão. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.) **Dicionário de política**. 6. ed. Brasília: Unb, 1994. p. 74-81. v. 1.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**: e outros escritos. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GLOCK, Hans-Johann. **Dicionario Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria N. Informação, conhecimento e poder: do ponto de vista das relações entre política, economia e linguagem. In: MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita (Orgs.). **Informação, conhecimento e poder**: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 183-210.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria N. Habermas, informação e argumentação. In: PINZANI, Alessandro, LIMA, Clóvis M. de, DUTRA, Delamar V. (coord.). **O pensamento vivo de Habermas**: uma visão interdisciplinar. Florianópolis: NEFIPO; UFSC, 2009. p. 115139.

GORZ, A. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

GUTIERREZ, G.L. Autogestão e condições modernas de produção: notas para discussão. **Revista de Administração**. v. 21, p. 9-18, jul/set 1986.

GUTIERREZ, G.L. Autogestão, novas experiências e velhos problemas. In: VIEITEZ, C. G. (org). **A empresa sem patrão**. Marília: UNESP, 1997.

HABERMAS, J. A nova intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 18, p. 103-114, 1987.

HABERMAS, J. **Diagnóstico do tempo**: seis ensaios. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

HABERMAS, J**. Discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

HABERMAS, J. **Entre naturalismo e religião**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

HABERMAS, J. **O pensamento pós-metafísico**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo I**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo II:** sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Martins Fontes, 2012b.

HABERMAS, J. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo: Loyola, 2004.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

LIMA, Jacob. Reestruturação industrial, desemprego e autogestão: as cooperativas do vale dos sinos. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 10, n. 19, p. 212249, jan/jun 2008.

LUCKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARAZZI, Christian. O **lugar das meias**: a virada linguística da economia e seus efeitos na política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARTINS, L. H. S. Autogestão, sua atualidade, suas dificuldades. In: VIEITEZ, C. G. (org.) **A empresa sem patrão.** Marília: Unesp, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NOVAES, Henrique T. **O fetiche da tecnologia**: a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão popular, 2010.

PINZANI, Alessandro. **Habermas**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SUPEK, Rudi. Autogestão. OUTHWAITE, William et al (Orgs.). **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1996. p. 33-36.

VIZEU, F. Ação comunicativa e estudos organizacionais. **RAE**, São Paulo: Unicenp v. 45, n. 4, 2005.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009

ANEXO

SOBRE OS AUTORES

Angélica Behenck Ceron - Mestre em Ciencia da Informacao, especialização em História do Século XX, Especialização em Organização do Conhecimento para Recuperação, possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998). Atualmente é oficial do Ministério da Defesa - Comando da Marinha. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia. Email: angelicaceron@gmail.com.

Bárbara Martins Zaganelli - É doutora em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ). Mestre em Políticas Sociais (UENF). Especialista em Estudos de Imagem e Mídia e Libras. Licenciada em Letras com habilitação em Português e Literaturas. Bacharela em Comunicação Social e tem diversos cursos no campo audiovisual. Membro do grupo de pesquisa Comunicação e Divulgação Científicas do IBICT, liderados por Lena Vania Ribeiro Pinheiro e Eloísa da Conceição Príncipe de Oliveira. Professora e chefe do Departamento Acadêmico de Educação (DAE) do IF Sudeste MG. Na área de ensino, atua em processos de linguagem, verbais e não-verbais, para a acessibilidade, inclusão social e cidadania. Em especial, tem interesse em pesquisas sobre a comunicação inclusiva e divulgação científica. Email: barbarazaganelli@hotmail.com.

Bruno Lara de Castro Manso - Bruno Lara tem Doutorado (2018) e Mestrado (2013) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFRJ/IBICT e graduação em Comunicação Social (habilitação em Jornalismo) pela Universidade Estácio de Sá (2010); é coordenador de produção jornalística da UnBTV; integra o projeto "Pesquisa de Desenvolvimento Metodológico e Capacitação para Governança e Gestão Pública da Empregabilidade no Brasil - Qualifica Brasil", do Ministério do Trabalho; realizou estágio-docência em Comunicação Social pela Faculdade Anhanguera de Taguatinga-DF; integrou o Grupo de Pesquisa em Comunicação e Divulgação Científica Solla Price, do IBICT; colabora com a Agência Ibero-Americana de Notícias para a Divulgação da Ciência e Tecnologia, da Universidade de Salamanca, Espanha; é editor do blog Dissertação Sobre Divulgação Científica; trabalhou nas assessorias de comunicação do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC/MCTI) e da Prefeitura de Petrópolis-RJ. Email: bruno.lara@yahoo.com.br.

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima - Graduado em Medicina na Universidade Federal de Santa Catarina (1986). Mestre (1992) e Doutor (2005) em Ciência da Informação na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre (1993) e Doutor (2000) em Administração na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Pós-doutorado no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2010). Professor adjunto 2 da Universidade Federal de Santa Catarina (2006 a 2009). É pesquisador titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia desde 2009. Pesquisador visitante na Universiteit voor Humanistiek em Utrecht entre 2013 e 2017. Coordenador do Grupo de Trabalho 5 - Política e Economia da Informação da ANCIB - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação entre 2011 e 2014. Editor das revistas Logeion - filosofia da informação e P2P&Inovação. Tem experiência nas áreas de Ciência da Informação, Administração e Medicina. Tem abordado os seguintes temas nas suas pesquisas: estudos humanísticos da informação; teorias do agir comunicativo e do discurso; aprendizagem e inovação; liberdade intelectual; regulação; administração de organizações complexas, ética nas organizações e informação em saúde. Pesquisador do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e tecnologia (IBICT). E-mail: clovismlima@gmail.com.

Dayo de Araújo Silva Côrbo - Doutorando e Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui especialização em Gestão da Informação e Inteligência Competitiva pela Universidade Estácio de Sá (2008) e graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2005). Atualmente é bibliotecário no Arquivo Nacional e professor no Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Tem experiência na área de Ciência da Informação com ênfase em Biblioteconomia. Email: dayocorbo@gmail.com.

Márcia Feijão de Figueiredo - Doutora em Ciência da Informação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É mestre em Ciência da Informação pelo IBICT em convênio com a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da UFRJ. Graduada em Biblioteconomia e Documentação na Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atualmente é bibliotecária-documentalista - Colégio Pedro II, onde atua na centralização de aquisições de mobiliário, livros e sistemas de informação. É administradora do software aplicativo open source SIGB Koha no Colégio Pedro II, e participou de sua implementação sistêmica no Colégio Pedro II. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em epistemologia e tecnologia da informação, atuando nos seguintes temas: Ciência da Informação, informação imagética, busca da informação, validade da informação, julgamento avaliativo, e credibilidade. No ambiente profissional, atua na gestão sistêmica e tem interesse no desenvolvimento da biblioteca escolar, como espaço de complementação pedagógica para desenvolvimento de cidadãos críticos, conforme deseja o Manifesto IFLA/Unesco da Biblioteca Escolar e a Agenda 2030. Email: marciaffigueiredo@gmail.com.

Márcio Gonçalves - Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tenho Especialização em Gestão de Negócios em Instituições de Ensino Superior pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) e em Pesquisa de Mercado e Opinião Pública pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Graduado em Jornalismo pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Sou autor do livro Comunicação para quê? Publicado pela editora All Print, lançado em 2007. No livro Múltiplas Facetas da Comunicação e Divulgação Científicas: transformações em cinco séculos, participo da coletânea com o artigo "Contribuições das mídias sociais digitais na divulgação científica". Sou, também, co-autor do e-book “Para entender as mídias sociais 2”, do livro, pela Editora E-print, Narrativas da cidade: perspectivas multidisciplinares sobre a urbe contemporânea e, pela Editora Atlas, do livro Comunicação Empresarial. Validação discursiva da informação na Wikipédia é a minha mais nova recente publicação pela editora Morebooks. Pesquiso sobre comunicação digital estratégica e validação discursiva da informação. Sou professor de ensino presencial e a distância na graduação e na pós-graduação lato sensu. Atuo na Universidade Estácio de Sá (UNESA), no Ibmec/RJ e na Escola Eliezer Max. Sou líder do projeto Aula Sem Paredes (www.aulasemparedes.com.br). Email: marciog.goncalves@gmail.com.

Mariana Barros Meirelles - Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2013), graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2005) e em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2009). Atualmente é arquivista da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: marbarrosm@gmail.com.

Mariangela Rebelo Maia - Doutoranda em Ciência da Informação (2013) pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui graduação em Odontologia pela Universidade Federal Fluminense (1990), graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1999) e Mestrado em Odontologia (Odontologia Social - Saúde Coletiva) pela Universidade Federal Fluminense (1997).Foi cirurgiã-dentista da Prefeitura Municipal de Teresópolis (1991-1994), chefe da Clínica de Odontologia Social da Odontoclínica Central do Exército (1997-2000), Coordenadora dos Programas de Atenção Básica e Coordenadora de Educação Continuada do Centro de Estudos do Pam Cavalcanti (2009-2010), Assessora Técnica em Saúde do CIESZO (2003), da OSS Viva Comunidade(2010) e da OSS Fibra (2011). Cirurgiã-dentista no Espaço Comunitário de Saúde Básica do SESI - RJ, de abril de 2012 a março de 2014. Especialista em Implantação de Projetos na Gerência de Odontologia e Saúde do SESI/Sistema FIRJAN (setembro de 2014 - novembro 2015). Atualmente é Professora Assistente do Curso de Odontologia da Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO (2001-2003, 2007-atual) e Professora Substituta no Departamento de Odontologia Social e Preventiva da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Tem experiência na área de Odontologia e Saúde Coletiva. Email: mariangela.saude@gmail.com.

Marianna Zattar Barra Ribeiro - Doutora em Ciência da Informação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É mestre em Ciência da Informação pelo IBICT em convênio com a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da UFRJ. Possui pós-graduação Lato Sensu em Inteligência Competitiva e Gestão Estratégica da Informação pelo SENAC-RJ. Graduada em Biblioteconomia e Documentação na Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atualmente é docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) da Faculdade Administração e Ciências Contábeis (FACC) do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE). Atua nos temas: Competência em informação, Competência em mídia e em informação, Prática informacional, Recursos informacionais, Fontes de informação e Desinformação. Email: mzattar@facc.ufri.br.

Sissiliana Bethania del Rocio Vilchez de Rabanal - Doutora em Ciência da Informação no IBICT-Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas FGV- RJ (2000) e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio (1995). Graduada em Administração pela Universidade Católica de Brasília - UCB (2011); Graduada em Ciências Sociais pela Universidad Nacional de Trujillo - UNT (1986) e Licenciada em Antropologia Social pela Universidad Nacional de Trujillo - UNT (1990). Com Registro Profissional no CRA-RJ Nº 20-73780-7. Atualmente é a Coordenadora dos Cursos de Gestão (Administração, Recursos Humanos e Marketing) da UNISUAM. Foi Docente e Coordenadora dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis do Grupo Educacional Universidade Brasil - Faculdade do Rio de Janeiro - FRJ (Centro). Coordenadora do Núcleo Universitário de Empreendedorismo e Inovação-NUEI. Membro da Comissão Científica PROPIC da FRJ. É professora-tutora da Fundação Getúlio Vargas do FGV-Online nos Cursos de Graduação Tecnológica, MBAs e Corporativos. Foi docente, professora-tutora, Coordenadora Geral do Curso de Administração do Centro Universitário Carioca-UniCarioca. Foi Coordenadora do Curso de Marketing em EAD da UniCarioca. Coordenadora do Núcleo Universitário de Empreendedorismo e Inovação-NUEI da UniCarioca. Foi professora-tutora da Associação Educacional Dom Bosco -

AEDB nos Cursos de Graduação em Administração, Gestão Pública e Gestão de Recursos Humanos. Atua nas áreas de Consultoria em Gestão de Pessoas; Gestão Universitária, Educação a Distância, Gestão Social e Produção Inclusiva. É membro do CLAFEN - Círculo Latinoamericano de Fenomenologia e do ICSW - International Council of Social Welfare - É membro da Comissão Avaliadora de Artigos do VII, VIII, IX, X, XI e XII do Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia-SEGeT e Avaliadora dos Artigos em Filosofia da Informação e Educação da Revista Actualidades Investigativas en Educación de la Universidad de Costa Rica. Com experiência de mais de 14 anos em Docência Superior e Coordenação de Cursos de Graduação, outras em Assessoria Acadêmica, CPA, Coordenação de Vestibular e de Núcleo de Pós-graduação. Com artigos publicados na área da Gestão Organizacional, Tecnologia da Informação, Educação a Distância, Fenomenologia e Hermenêutica, Regime da Informação, Governança da Internet e Gestão e Humanização nas organizações complexas. Recebeu uma Moção Honrosa de Congratulações e Aplausos pelo CRA-RJ na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro - ALERJ pelo seu trabalho como administradora e professora universitária em 2013. Recebeu outra Moção pela sua dedicação, solidariedade e espirito de coletividade junto aos alunos, professores e demais funcionários pelo CRA-RJ na Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 2016. Email: sissiliana@hotmail.com.

Tirza Cardoso Ferreira Rodrigues Vargas - Mestranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2013), hab. em Gestão da Informação. Trabalha como analista de informação na Promon Engenharia LTDA (desde 2004). Participa do Grupo de Pesquisa Economias Colaborativas e Produção P2P no Brasil do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. Participa de projetos de avaliação e análise de requisitos para sistemas de gerenciamento eletrônico de documentos e projetos de inovação em organizações. Experiência em gestão de informação, documentação técnica de engenharia e sistemas de gestão eletrônica de documentos. Áreas de interesse: estudos humanísticos da informação; organização do conhecimento; comunicação e inovação. Email: tirza@gmail.com.

Vinícius Souza de Menezes - Pós-doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. Doutor em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (2012). Pesquisador-Bolsista da Fundação Biblioteca Nacional do Brasil (2012). Especializando-se em Filosofia Contemporânea pela Faculdade São Bento da Bahia (2011-2013). Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia (2009). Atua com foco nos aspectos filosóficos, epistemológicos e historiográficos da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. Email: menezes.vinicios@gmail.com.

ANEXO

PUBLICAÇÃO ORIGINAL DOS ARTIGOS

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. A discussão crítica do trabalho em Habermas..... In: GOMEZ, M.N.G.; LIMA, C.R.M. (Org.). **Informação e democracia**: a reflexão contemporânea da ética e da política. Brasilia: IBICT, 2010, v. 1, p. 68-94.

GONCALVES, M.; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. A reinvenção da esfera pública: os discursos em rede, reconhecimento e política deliberativa. In: Clóvis Ricardo Montenegro de Lima. (Org.). **Mudança estrutural na esfera pública 50 anos depois**. João Pessoa: UFPB, 2012, v. 1, p. 125-140.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; GONCALVES, M.; MEIRELLES, M.; LARA, B.. Os ambientes WIKI: Interação, Discurso e Generosidade nas redes sociais. In: XIII ENANCIB, 2012, Rio de Janeiro. **ANAIS** do XIIII ENANCIB. Rio de Janeiro: ANCIB, 2012.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. Notas para Agenda de Pesquisa do Trabalho Imaterial a partir da Teoria do Agir Comunicativo. In: Clóvis Ricardo Montenegro de Lima; Maria Nélida Gonzalez de Gómez. (Org.). **Discursos habermasianos**. Brasilia: IBICT, 2012, v. 1, p. 153-169.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; ZATTAR, M.; MAIA, M.. Interações mediadas pela linguagem, organizações e sociedade: racionalidade comunicativa e integraçao discursiva. In: XIV ENANCIB 2013, 2013, Florianópolis. XIV ENANCIB 2013. Florianópolis: ANCIB, 2013.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; CORBO, D. Comissão da verdade: os documentos e a validez do discurso. **Informação@Profissões**, v. 2, p. 45-65, 2013.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; ZATTAR, M.; MAIA, M. **Interações mediadas pela linguagem, organizações e sociedade:** racionalidade comunicativa e integraçao discursiva. In: XIV ENANCIB 2013, 2013, Florianópolis. XIV ENANCIB 2013. Florianópolis: ANCIB, 2013.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; CERON, Angelica. Informação e política de defesa: o debate no Brasil após 1988; Información y política de defensa: el debate en Brasil a partir de 1988. **Informação@Profissões**, v. 2, p. 21-44, 2013.

GONCALVES, M.; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. Validação discursiva da informação. **Linguagem & Ensino** (UCPel. Impresso), v. 17, p. 875-896, 2014.

LIMA, Clovis Ricardo Montenegro de; RABANAL, Sissiliana Bethania del Rocio Vilchez; VARGAS, Tirza Cardoso Ferreira Rodrigues. Uma crítica ao modo de governança dos stakeholders no marco civil da internet no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ULEPICC, 5, 2014, Rio de Janeiro. **GT1 - Políticas de comunicação.** Rio de Janeiro: Ulepicc, 2014.

ZAGANELLI, B. M.; FIGUEIREDO, Márcia F.; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. 50 anos do golpe militar de 1964: a busca pela verdade das justiças de transição. **Revista Eco-Pós** (Online), v. 18, p. 161-170, 2015.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; MENEZES, V.; MAIA, M. Fabricas recuperadas: uma abordagem discursiva e pragmática da autogestão. **Eptic (UFS)**, v. 17, p. 142-160, 2015.

© 2019 EDITORA Salute

Este trabalho está licenciado sob a Licença Atribuição-Não Comercial 3.0 Brasil da Creative Commons. Para ver uma cópia desta licença, visite http://creativecommons.org/licenses/bync/3.0/br ou envie uma carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, California, 94041, USA.